



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS**



JOSIMAR SANTANA SILVA

**VOZES DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO:
CONEXÕES, SEMELHANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO
DIGITAL**

**FEIRA DE SANTANA-BA
2025**

JOSIMAR SANTANA SILVA

**VOZES DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO:
CONEXÕES, SEMELHANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO
DIGITAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva Farias de Araújo.

Coorientador: Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros

FEIRA DE SANTANA-BA
2025

JOSIMAR SANTANA SILVA

VOZES DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO: CONEXÕES, SEMELHANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO DIGITAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na linha de pesquisa Variação e Mudança Linguística no Português, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA

Silvana Silva de F. Araújo.

Profa. Dra. Silvana Silva Farias de Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Patrício Nunes Barreiros

Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros (Coorientador)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Margarida Maria Taddoni Petter

Profa. Dra. Margarida Maria Taddoni Petter (Avaliadora externa)
Universidade de São Paulo – USP

Alexandre Melo de Sousa

Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa (Avaliador externo)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Alexandre António Timbane

Prof. Dr. Alexandre António Timbane (Avaliador interno)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Norma Lucia F. Almeida

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida (Avaliador interno)
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Silva, Josimar Santana
S58v Vozes da África no português angolano e brasileiro: conexões,
semelhanças e construção de um vocabulário digital / Josimar
Santana Silva. - 2025.
246f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo
Coorientador: Patrício Nunes Barreiros

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2025.

1. Léxico. 2. Línguas africanas. 3. Língua portuguesa. 4. Angola.
5. Brasil. I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Barreiros, Patrício
Nunes, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. IV. Título.

CDU: 806.90

Dedico esta tese a mim, pela garra, força e ousadia em meio a tantas tribulações e provações.

Dedico ainda a toda minha família, em especial a Eliza, José, Elisangela, Elen e Davi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela bolsa de doutorado concedida para produção desta pesquisa;

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para mais uma realização;

Agradeço de forma mais que especial a minha mãe, Eliza, por sempre acreditar em meu potencial, por sempre me incentivar e aconselhar quando sempre precisei e nunca me deixar desistir;

Agradeço também a meu pai, José, pelo incentivo e dedicação a mim e aos meus sonhos;

A minha irmã Elisangela que sempre foi luz no meu caminho;

A minha princesa Elen, por sempre me abraçar, mesmo quando cansado e sem ânimo;

Ao meu príncipe Davi, por sempre me fazer sorrir;

A minha orientadora Dra. Silvana Araújo, por dividir comigo essa caminhada;

Ao meu coorientador Dr. Patrício Barreiros, pelos sábios ensinamentos;

A todos os meus amigos que fizeram com que essa caminhada fosse mais suave, mais serena e motivadora;

A minha equipe de trabalho das Escola Eduardo Neto e Professor Sizenando;

A todos, meus sinceros agradecimentos!

Disseram que nós não chegaríamos aqui. E houve quem dissesse que nós só chegaríamos aqui por cima dos seus cadáveres. Mas o mundo inteiro hoje sabe que nós estamos aqui e que estamos de pé diante das forças do poder dizendo: 'Não vamos deixar ninguém nos fazer voltar para trás'.

Martin Luther King

RESUMO

O contato entre as línguas autóctones africanas e o português, resultante da colonização e da escravização, desempenhou um papel importante para a formação das variedades do português brasileiro e angolano e de outras variedades faladas no âmbito dos países africanos de língua oficial portuguesa. Pensando nisso, o problema de pesquisa da presente tese incide na identificação das aproximações, semelhanças entre o léxico de origem africana presente no português falado em Luanda-Angola e aquele falado na comunidade quilombola Mussuca, no estado de Sergipe, no Brasil. Assume-se que o contato linguístico possibilitou a conservação, até os dias atuais, de algumas acepções tradicionais africanas, gerando também semelhanças entre as variedades analisadas. Em ambos os casos, as línguas autóctones africanas tiveram ou ainda têm um papel ativo na formação dessas variedades do português. Contudo, devido à situação de contato, algumas lexias podem ter sofrido mudanças de sentidos, com sentidos diferentes dos tradicionais. A pesquisa apresentou como objetivo geral analisar e comparar as lexias de origem africana presentes na variedade do português falada em Luanda e na variedade do português falado na comunidade Mussuca, a fim de contribuir com os estudos sobre a compreensão das raízes de variedades não-europeias do português. Apresentou ainda os seguintes objetivos específicos: a) catalogar as lexias de bases africanas presentes no português falado na comunidade de Mussuca-SE e Luanda-AO; b) explicar as contribuições do léxico de origem africana na constituição do português brasileiro e angolano; c) comparar lexias de origem africana faladas em Luanda-Angola com o léxico de origem africana falado na comunidade de Mussuca-SE; d) construir um vocabulário digital com as lexias de origem africana encontradas nos corpora (disponível em www.glosafrica.com.br). Para a realização da pesquisa, foram utilizados dois corpora, acervos dos seguintes projetos de pesquisa: “Em busca das raízes do português brasileiro”, constituído em Luanda no ano de 2008 e 2013, e “Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos”, gravado na comunidade quilombola Mussuca, no estado de Sergipe. A metodologia foi baseada nas premissas da lexicografia moderna, isto é, foram utilizados corpora e programas computacionais apropriados para o levantamento e posterior apuração dos dados encontrados. Para apuração dos dados, levou-se em consideração as lexias registras nas obras de Castro (2001; 2002), Houaiss, Villar e Franco (2008) e o dicionário de kimbundu-português, de Assis Júnior (1947). Foram encontradas 77 lexias de origem africana nos corpora analisados, mostrando, assim que existem lexias de línguas autóctones africanas presentes no português angolano e brasileiro, mostraram ainda que algumas acepções continuam com os sentidos tradicionais, mas outras mostraram um significado diferente, dependendo do contexto em que são empregadas. Concluiu-se que o contato linguístico, especialmente no contexto histórico de colonização europeia no território brasileiro e angolano, desempenhou um papel crucial na formação das variantes do português faladas em Angola e no Brasil.

Palavras-chave: Léxico; Línguas africanas; Português; Angola; Brasil.

ABSTRACT

The contact between the native African languages and Portuguese, resulting from colonization and slavery, played an important role in the formation of varieties of Brazilian and Angolan Portuguese and other varieties spoken within the framework of African countries of Portuguese official language. Thinking about this, the research problem of this thesis focuses on identifying similarities between the lexicon of African origin present in the Portuguese spoken in Luanda-Angola and that spoken in the quilombola community Mussuca, in the state of Sergipe, Brazil. It is assumed that the linguistic contact made possible the conservation, until today, of some traditional African meanings, also generating similarities between the analyzed varieties. In both cases, the native African languages had or still have an active role in the formation of these varieties of Portuguese. However, due to the contact situation, some lexias may have suffered linguistic influences, which led to different meanings from traditional ones. The research presented as a general objective to analyze and compare the lexias of African origin present in the variety of Portuguese spoken in Luanda and in the variety of Portuguese spoken in the community Mussuca, in order to contribute to studies on the understanding of the roots of non-European varieties of Portuguese. It also presented the following specific objectives: a) to catalogue the lexias of African bases present in the Portuguese spoken in the community of Mussuca-OSE and Luanda-AO; b) explain the contributions of the lexicon of African origin in the constitution of Brazilian and Angolan Portuguese; c) compare lexias of African origin spoken in Luanda-Angola with the lexicon of African origin spoken in the community of MussucaSE; d) build a digital vocabulary with the lexias of African origin found in corpora (available at www.glosafrica.com.br). To carry out the research, two corpora were used, collections of the following research projects: "In search of the roots of Brazilian Portuguese", constituted in Luanda in 2008 and 2013, and "Characterization of popular Portuguese spoken in Afro-Brazilian rural communities of Bahia and Sergipe: documentation of communities of Afro-Brazilian practices for the study of linguistic contacts", recorded in the quilombola community Mussuca, in the state of Sergipe. The methodology was based on the premises of modern lexicography, that is, corpora and appropriate computer programs were used for the survey and subsequent calculation of the data found. For data collection, we took into account the lexias recorded in the works of Castro (2001; 2002), Houaiss, Villar and Franco (2008) and the dictionary of kimbundu-Portuguese, by Assis Júnior (1947). 77 lexias of African origin were found in the analyzed corpora, showing that, since there are lexias of native African languages present in Angolan and Brazilian Portuguese, it was also shown that some but others have shown a different meaning, depending on the context in which they are employed. It was concluded that the linguistic contact, especially in the historical context of European colonization in Brazilian and Angolan territory, played a crucial role in the formation of the variants of Portuguese spoken in Angola and Brazil.

Keywords: Lexicon; African languages; Portuguese; Angola; Brazil.

RESUMEN

El contacto entre las lenguas autóctonas africanas y el portugués, resultante de la colonización y la esclavitud, jugó un papel importante para la formación de las variedades del portugués brasileño y angoleño y de otras variedades habladas en el ámbito de los países africanos de lengua oficial portuguesa. Pensando en ello, el problema de investigación de la presente tesis se centra en la identificación de las similitudes entre el léxico de origen africano presente en el portugués hablado en Luanda-Angola y el hablado en la comunidad quilombola Mussuca, en el estado de Sergipe, en Brasil. Se asume que el contacto lingüístico permitió la conservación, hasta nuestros días, de algunas acepciones tradicionales africanas, generando también similitudes entre las variedades analizadas. En ambos casos, las lenguas autóctonas africanas han tenido o todavía tienen un papel activo en la formación de estas variedades del portugués. Sin embargo, debido a la situación de contacto, algunas léxicas pueden haber sufrido influencias lingüísticas, lo que llevó a sentidos diferentes de los tradicionales. La investigación presentó como objetivo general analizar y comparar las léxias de origen africano presentes en la variedad del portugués hablado en Luanda y en la variedad del portugués hablado en la comunidad Mussuca, con el fin de contribuir a los estudios sobre la comprensión de las raíces de variedades no europeas del portugués. También presentó los siguientes objetivos específicos: a) catalogar las léxias de bases africanas presentes en el portugués hablado en la comunidad de Mussuca-ISE y Luanda-AO; b) explicar las contribuciones del léxico de origen africano en la constitución del portugués brasileño y angoleño; c) comparar lexias de origen africano habladas en Luanda-Angola con el léxico de origen africano hablado en la comunidad de MussucaSE; d) construir un vocabulario digital con las léxicas de origen africano encontradas en los corpora (disponible en www.glosafrica.com.br). Para la realización de la investigación, se utilizaron dos corpora, fondos de los siguientes proyectos de investigación: "En busca de las raíces del portugués brasileño", constituido en Luanda en 2008 y 2013, y "Caracterización del portugués popular hablado en comunidades rurales afro-brasileñas de Bahia y de Sergipe: documentación de comunidades de prácticas afro-brasileñas para el estudio de contactos lingüísticos", grabado en la comunidad quilombola Mussuca, en el estado de Sergipe. La metodología se basó en las premisas de la lexicografía moderna, es decir, se utilizaron corpora y programas informáticos apropiados para el levantamiento y posterior verificación de los datos encontrados. Para el cálculo de los datos, se tomaron en consideración las léxicas registradas en las obras de Castro (2001; 2002), Houaiss, Villar y Franco (2008) y el diccionario kimbundu-portugués de Assis Júnior (1947). Se encontraron 77 lexias de origen africano en los corpus analizados, mostrando, así como existen lexias de lenguas nativas africanas presentes en el portugués angoleño y brasileño, también mostraron que algunas acepciones continúan con los sentidos tradicionales, pero otras han mostrado un significado diferente, dependiendo del contexto en el que se emplean. Se concluyó que el contacto lingüístico, especialmente en el contexto histórico de colonización europea en el territorio brasileño y angoleño, jugó un papel crucial en la formación de las variantes del portugués habladas en Angola y en Brasil.

Palabras clave: Léxico; Lenguas africanas; Portugués; Angola; Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SILGAS

Abon.	Abonação
Adj.	Adjetivo
BR	Brasil
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
Corresp.	Correspondência
DID	Diálogo entre Informante e Documentador
EFL	Ecossistema fundamental da língua
GLINS	Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
L1	Primeira língua ou língua materna
L2	Segunda língua ou língua adquirida
NeiHD	Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais
P1	Povo 1
P2	Povo 2
PB	Português do Brasil
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
PVB	Português vernáculo brasileiro
S.f	Substantivo feminino
S.m	Substantivo feminino
SN	Sintagma nominal
SVO	Sujeito, verbo e objeto
T3	Terceiro território
TLI	Transmissão linguística irregular
TMA	Tempo, modo e aspecto
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
USP	Universidade de São Paulo
V.	Verbo
Var.	Variação

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Etnias e línguas indígenas no Brasil antes da colonização portuguesa	67
Mapa 2: Línguas nacionais de Angola	74
Mapa 3: Distribuição geográfica dos troncos linguísticos	80
Mapa 4: Grupos linguísticos do tronco nigero-congolês	83
Mapa 5: Classificação das línguas bantas	84
Mapa 6: Lexias encontradas nas comunidades de fala Luanda e Mussuca.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais resultados de Baxter e Lucchesi (1993)	36
Quadro 2: População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX.....	46
Quadro 3: análise do vocábulo “macota”.....	56
Quadro 4: análise do vocábulo moleque	57
Quadro 5: Línguas faladas em Angola.....	71
Quadro 6: Níveis linguísticos de Angola - período colonial.....	76
Quadro 7: Lematização	96
Quadro 8: Macroestrutura	98
Quadro 9: Microestrutura.....	100
Quadro 10: Entrada lexical.....	102
Quadro 11: Definição	103
Quadro 12: Abonação	104
Quadro 13: Distribuição dos participantes do sexo masculino e feminino L1 para compor a amostra	120
Quadro 14: Distribuição dos participantes do sexo masculino e feminino L2 para compor a amostra	121
Quadro 15: Organização dos verbetes no vocabulário físico	130
Quadro 16: lexia retirada dos corpora com auxílio da ferramenta computacional.....	131
Quadro 17: Lexias de origem africana encontradas nos corpora.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Negros e indígenas no Brasil entre os anos de 1538 a 1890.....	65
Tabela 2: Critérios para seleção dos participantes do português falado em Luanda	119
Tabela 3: Divisão da amostra, corpus Luanda.....	120
Tabela 4: Organização do corpus Mussuca	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Deslocamento dos povos	39
Figura 2: Transformação do jargão para crioulo	41
Figura 3: Classificação das línguas africanas, segundo Greenberg (1963)	79
Figura 4: Troncos linguísticos africanos	81
Figura 5 - Criação de <i>Word List</i> utilizando o programa <i>AntConc</i>	125
Figura 6 - exemplo da utilização da ferramenta Concordance	127
Figura 7: Exemplo da utilização da ferramenta File View	128
Figura 8: Hiperlink áudio	137
Figura 9: hiperlink vídeo	137
Figura 10: layout para desktop	138
Figura 11: Pop-up do Vozes da África	141
Figura 12: Índice alfabético do Vozes da África	142
Figura 13: Menu de acesso do Vozes da África	143

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	O CONTATO ENTRE LÍNGUAS	25
2.1	Contato entre línguas no território brasileiro	30
2.2	Línguas <i>pidgins</i> e crioulas	37
2.3	Línguas parcialmente reestruturadas/ Transmissão Linguística Irregular	46
2.4	Empréstimos	50
2.5	Reformatação Linguística	53
2.6	Estrangeirismos	56
2.7	Decalque semântico ou linguístico	58
2.8	Multilinguismo no Brasil	60
2.9	Contato de Línguas no território angolano	67
2.9.1	<i>Multilinguismo em Angola e as línguas autóctones africanas</i>	67
2.10	Comunidade de fala de Luanda: breves considerações	84
2.11	Comunidade de fala de Mussuca: breves considerações	85
3	APORTE LEXICOGRÁFICO PARA A CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO DE LÍNGUAS AUTÓCTONES AFRICANAS	90
3.1	Macroestrutura	94
3.2	Microestrutura e seus componentes	96
3.2.1	<i>Entrada lexical</i>	97
3.2.2	<i>Definição</i>	99
3.2.3	<i>Abonação</i>	100
3.3	As lexias	101
3.3.1	<i>Lexia simples</i>	102
3.3.2	<i>Lexia composta</i>	102
3.3.3	<i>Lexia complexa</i>	103
4	O LÉXICO DO PONTO DE VISTA SEMASIOLÓGICO	104
4.1	Lexicologia	105
4.2	Lexicografia	107
5	MATERIAL E MÉTODO	110

5.1	Projeto em Eusca de raízes do português brasileiro fase III: aspectos morfossintáticos	111
5.2	Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos	113
5.3	<i>Corpus I: Luanda</i>	114
5.4	<i>Corpus II: Mussuca</i>	119
5.5	Metodologia	120
5.6	Ferramentas computacionais	123
5.6.1	<i>Metodologia lexicográfica para produção do site “Vozes da África, Vocabulário Digital de Línguas Autóctones Africanas”</i>	130
6	VOZES DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO: CONEXÕES, SEMELHANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO DIGITAL	142
6.1	Uma comparação entre o léxico do português angolano e brasileiro	171
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
	REFERÊNCIAS	235

1 INTRODUÇÃO

Traçar o percurso histórico de uma língua é, certamente, observar as ocorrências de mudanças linguísticas, seja no âmbito fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical. Essas mudanças não ocorrem de forma repentina ou instantânea (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), mas gradualmente, ao longo do tempo, envolvendo processos históricos e sociais.

Observar essas mudanças em variedades não-europeias do português exige considerá-las em um processo sócio-histórico e, assim sendo, torna-se de extrema importância perceber o contato linguístico como um dos fundamentos para construção dessas variedades da língua portuguesa (Araújo; Silva, 2019). É importante lembrar que essas situações de contato, como afirma Petter (2008), foi, de forma especial, o resultado da exploração colonialista no continente africano pelos portugueses, que ocasionou consequências linguísticas inesperadas para os que participaram desse processo.

Salienta-se que o léxico expressa, de forma mais visível, as marcas do contato linguístico. As marcas lexicais são de extrema importância na construção de uma língua, visto que “as línguas refletem nos seus léxicos o espaço onde são faladas e o momento histórico em que são utilizadas como meio de comunicação e expressão” (Petter, 2008, p. 71). Assim, a língua portuguesa que foi transplantada¹ para África e América certamente sofreu adaptações aos novos ambientes em que estava sendo utilizada, como se percebe no acervo lexical do português brasileiro e angolano, isso se deu porque “os falantes que a adquirem como segunda língua poderão introduzir modificações gramaticais, além de, eventualmente, transferir para o léxico do português categorizações próprias de suas línguas maternas” (Petter, 2008, p. 71).

Diante disso, esta pesquisa está voltada para identificação de lexias de origem africana presentes na variedade do português falado em Luanda e na comunidade quilombola denominada Mussuca, no estado de Sergipe, a partir de amostra de falas constituídas previamente em ambas as comunidades.

¹ Refere-se aqui a uma língua que, originalmente pertencente a uma comunidade ou região específica e foi levada para um novo ambiente cultural e geográfico, geralmente por meio de processos de colonização, migrações ou a escravidão, como ocorreu no Brasil e em Angola.

Obviamente, as amostras consideradas são tomadas como uma abstração para o que se denomina Português Angolano e Português Brasileiro.² Além disso, é importante ressaltar que, embora exista diferença de localidade entre as comunidades (uma urbana e outra rural) e as realidades sejam distintas, visto que em Luanda vivem africanos que falam suas línguas autóctones e o português, e Mussuca, um quilombo, onde vivem brasileiros descendentes de africanos que falam apenas o português, isso não invalida a questão central de pesquisa, que é investigar a participação africana na formação do léxico da língua portuguesa em Angola e no Brasil. Assim sendo, ainda que o volume de entrevistas também seja distinto, foi possível contemplar o objeto de estudo e estabelecer essa análise no nível lexical e semântico³.

É importante salientar que as múltiplas circunstâncias de contato linguístico fizeram com que as línguas faladas em regiões distintas adquirissem diversas particularidades referentes à pronúncia, à organização lexical e morfossintática. Com a língua portuguesa não foi diferente, porque o contato direto com as línguas africanas fez com que elementos lexicais se incorporassem a essa nova realidade.

A presença das línguas africanas no Brasil colaborou de forma significativa para o enriquecimento do acervo lexical da língua portuguesa falada no país. Bonvini (2008, p. 15) afirma que essas contribuições vêm sendo alvo de atenção dos estudiosos desde o início do século XIX, no entanto, esse debate somente se intensificou a partir dos estudos realizado por Renato Mendonça, intitulado *A influência africana no português do Brasil*, em 1933.

Os estudos a respeito da participação dos africanos no Brasil atestaram haver um número estimado de 3000 ou 4000 vocábulos de origem africana sendo falados no português brasileiro (Bonvini, 2008). Diante disso, fica evidente a participação das línguas africanas na formação da variedade do português falado no Brasil.

Sabendo dessa grande participação das línguas africanas, tanto na construção do português brasileiro quanto do angolano, sobretudo no nível lexical, cabem os seguintes questionamentos: Existem semelhanças entre o léxico de origem africana falado no português de Luanda e o falado

² De igual modo, em estudos futuros, poderão ser realizadas outras comparações, como, por exemplo, entre o português falado em Luanda com o falado em Feira de Santana-BA.

³ O nível lexical refere-se ao conjunto de unidades lexicais utilizadas pelos falantes, ou seja, às palavras que compõem o léxico da língua em uso. O nível semântico diz respeito ao estudo do significado, tanto das lexias isoladas quanto das sentenças em sua totalidade. Trata-se de um nível essencial para a compreensão do enunciado, pois envolve a análise das relações de sentido que as expressões estabelecem no contexto discursivo.

na comunidade Mussuca, no Estado de Sergipe? E, se existirem, quais são? Diante dessa problemática, foram traçadas as seguintes hipóteses:

- a) Existem semelhanças não apenas no nível lexical, mas também no semântico. O fenômeno do contato linguístico contribuiu para tornar as variedades do português angolano e brasileiro lexicalmente ricas. Isso possibilitou a conservação, até os dias atuais, de algumas acepções tradicionais africanas;
- b) O contato com as línguas africanas gerou semelhanças entre as variedades analisadas. Em ambos os casos, as línguas autóctones africanas tiveram ou ainda têm um papel ativo na formação dessas variedades do português. Contudo, devido à situação de contato, algumas lexias podem ter sofrido influências linguísticas, o que levou a sentidos diferentes dos tradicionais, especialmente em Luanda e Mussuca.

A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar e comparar as lexias de origem africana presentes na variedade do português falada em Luanda e na variedade do português falado na comunidade Mussuca, no Estado de Sergipe, para contribuir como os estudos sobre a compreensão das raízes de variedades não-europeias do português. Os objetivos específicos são: a) Catalogar as lexias de bases africanas presentes no português falado na comunidade de Mussuca-SE e Luanda, capital de Angola; b) Explicar as contribuições do léxico de origem africana na constituição do português brasileiro e angolano; c) Comparar lexias de origem africana faladas em Luanda-Angola com o léxico de origem africana falado na comunidade de Mussuca-SE; e d) Construir um vocabulário digital com as lexias de origem africana encontradas nos corpora, disponível em www.glosafrica.com.br.

Os materiais disponíveis para pesquisas, no que se refere às lexias de origem africana presentes nas variedades do português angolano e brasileiro, ainda são restritos e carecem de maiores estudos e divulgações, assim sendo, esta pesquisa justifica-se também por essa necessidade, uma vez que se propõe aqui elaborar um vocabulário físico e virtual com as lexias encontradas, a fim de que um maior número de pessoas tenha acesso a esses estudos.

O tema foi escolhido, principalmente, motivado pelo interesse em investigar a participação africana na formação das variedades da língua portuguesa, bem como devido à necessidade de evidenciar as marcas do léxico de origem africana na língua portuguesa falada nos dois países, haja vista que esse contato com os povos africanos tornou o português uma língua diversificada e rica não só com modificações sintáticas, semânticas e fônicas, mas também lexicais.

Portanto, acredita-se que seja de extrema importância conhecer mais a respeito do arranjo lexical da língua portuguesa, uma vez que há sempre novos aspectos, como os semânticos, a serem contemplados. Diante disso, esta pesquisa contribuirá ainda para uma melhor compreensão do referido fenômeno linguístico, tanto no português angolano quanto no brasileiro, estabelecendo um diálogo com pesquisas já realizadas acerca do tema e trazendo, portanto, mais informações a respeito do arranjo lexical que compõe as duas variedades aqui apresentadas representantes de variedades não-europeias do português.

Crê-se que focar nas variedades do português falado em países africanos e no Brasil seja relevante, visto que poderá corroborar o fato de que o contato entre as línguas contribuiu para a formação de variedades não-europeias do português (Vieira; Brandão; Araujo, 2022; Araujo Silva; Araujo, 2025). Focar na interação entre africanos, brasileiros e portugueses poderá oferecer resultados que estabeleçam semelhanças nos níveis lexicais e semânticos, podendo contribuir para os estudos sobre as raízes do português brasileiro e angolano.

Esta pesquisa pode ainda servir como suporte teórico para estudos a serem desenvolvidas na área, porque conta com teorias acerca da formação das variedades da língua portuguesa em países africanos e no Brasil. A reflexão sugerida no trabalho é de interesse para toda comunidade acadêmica, pois através dela será possível compreender o quão as marcas da cultura africana fazem parte da formação também do português e da cultura brasileira e angolana.

É importante ressaltar que esta pesquisa tem ainda como produto um vocabulário digital, intitulado *Vozes da África*⁴, *vocabulário digital de línguas autóctones africanas*, disponível em www.glosafrica.com.br, em que os verbetes são extraídos dos corpora, isto é, das entrevistas realizadas em Luanda e em Mussuca, intitulado. Produzir um vocabulário digital é uma iniciativa importante para promover e preservar a diversidade linguística nos países de língua oficial portuguesa, além de possibilitar a divulgação desse acervo lexical para um público mais diversificado. Assim sendo, esta tese envolve a compilação, organização e disponibilização de um conjunto de lexias com seus respectivos significados presentes no português falado em Luanda, capital da Angola e na comunidade Mussuca, no estado de Sergipe, trazendo análise das referidas lexias.

⁴ Endereço do Vozes da África: <https://glosafrica.com.br/home/>. Após a defesa e aprovação desta tese, o Vocabulário ficará disponível na página do PPGEL/UEFS <<https://ppgel.uefs.br/>>, na aba Inserção Social.

Diante disso, a produção de um vocabulário digital de línguas autóctones africanas é uma iniciativa crucial para promover e celebrar a rica diversidade linguística do continente africano e que está presente no português do Brasil e de Angola. Essa ferramenta pode servir como um recurso valioso para estudiosos, educadores e usuários da língua portuguesa, contribuindo, assim, para os estudos acerca das raízes africanas do português.

A tese aqui apresentada está estruturada, para além da seção introdutória, que situa o leitor sobre o problema de pesquisa, hipóteses levantadas e objetivos do estudo, em mais cinco seções. A segunda seção, aborda, em perspectiva teórica, o fenômeno do contato de línguas tanto no Brasil quanto em Angola, explorando as dinâmicas linguísticas resultantes da convivência entre o português e as línguas africanas, além de outras línguas presentes nas duas regiões, destaca-se ainda o surgimento de línguas pidgins e crioulas. Além disso, a questão das línguas parcialmente reestruturadas é discutida, evidenciando como a transmissão linguística irregular contribuiu para a formação de variantes do português no Brasil, refletindo as influências das línguas africanas. A seção também aborda o multilinguismo no Brasil, caracterizado pela coexistência de diversas línguas em diferentes regiões do país. Em Angola, o contato linguístico também gerou um cenário de multilinguismo, com as línguas autóctones africanas desempenhando um papel central na formação das variedades do português falado no país. Assim sendo, a seção descreve as características da comunidade de fala de Luanda, destacando como o português interage com as diversas línguas locais, e também a comunidade de fala da Mussuca, no Estado de Sergipe, no Brasil, para comparar as influências linguísticas e as semelhanças no léxico de origem africana.

A terceira seção aborda a construção de um vocabulário para as línguas autóctones africanas, com foco no aporte lexicográfico necessário para registrar e organizar o léxico dessas línguas. A discussão inicia com a definição da macroestrutura dos dicionários, que se refere à organização geral das entradas e à estrutura que guia a disposição das palavras, garantindo a clareza e a funcionalidade do material lexicográfico. Em seguida, trata da microestrutura, que detalha os componentes que formam as entradas lexicais, sendo composta por três partes principais: entrada lexical, que corresponde à palavra ou unidade que será definida no dicionário; definição, que explica o significado da lexia de maneira clara e precisa; e abonação, que fornece exemplos de uso da palavra no contexto, reforçando o significado e a aplicabilidade da lexia. A seção detalha as lexias, dividindo-as em diferentes tipos: lexia simples, que é composta por uma única palavra ou unidade lexical; lexia composta, que envolve combinações de duas ou mais palavras que funcionam

como uma unidade com significado próprio; e lexia complexa, que se refere a unidades mais elaboradas, frequentemente formadas por palavras compostas ou expressões que refletem significados mais amplos ou específicos dentro da língua. A proposta dessa seção é fornecer uma base sólida para a criação do Vozes da África, vocabulário digital de línguas autóctones africanas, que ajudem na preservação e sistematização dessas línguas, contribuindo para sua documentação e para a valorização de seu patrimônio linguístico.

Na sequência, a quarta seção explora o léxico sob a ótica semasiológica, abordando como as palavras e seus significados são organizados, transformados e classificados dentro de uma língua. Discute ainda a lexicologia como uma ciência que estuda as palavras, seu significado, origem e evolução, enquanto a lexicografia trata da prática de registrar e organizar as palavras em dicionários ou glossários, refletindo o vocabulário de uma língua. A seção também discute fenômenos como empréstimos e estrangeirismos, que ocorrem quando uma língua adota palavras de outras línguas, seja por necessidade de expressar novos conceitos ou devido ao contato linguístico. Esses processos de incorporação podem alterar o significado original das palavras ou adaptá-las à estrutura da língua receptora. A reformatação linguística é discutida como um processo pelo qual palavras de outras línguas são modificadas para se ajustarem à fonologia e morfologia da língua que as recebe. Além disso, a seção aborda ainda a questão do decalque semântico ou linguístico, que ocorre quando uma língua adapta expressões ou estruturas de outra, mantendo o significado, mas criando formas linguísticas. Esse fenômeno é comum em situações de contato linguístico e contribui para a formação de novas expressões e significados dentro de uma língua. Por fim, a seção analisa a gramática das línguas bantu, fundamentais para compreender o léxico de muitas línguas africanas, especialmente no contexto de Angola. A estrutura das línguas bantu, com seus sistemas de prefixação e classificadores, tem uma influência significativa sobre a formação do vocabulário e das expressões linguísticas nas línguas que entraram em contato com elas, como o português de Angola e do Brasil.

A quinta seção é destinada à apresentação do material e do método utilizado na pesquisa. Nela são descritos dois corpora de estudo: Corpus I (Luanda), que reúne dados sobre o português falado em Angola, mais especificamente na cidade de Luanda, e Corpus II (Mussuca), que contém dados sobre o português falado na comunidade Mussuca, em Sergipe. Esses corpora são essenciais para a comparação das influências linguísticas africanas no português falado em ambas as regiões. A metodologia adotada na pesquisa envolve a coleta de dados por meio de entrevistas, com uma

análise lexical do português nessas comunidades. A pesquisa também se vale de ferramentas computacionais para processar e analisar os dados linguísticos, permitindo uma abordagem mais eficiente e detalhada. Um exemplo disso é a aplicação da metodologia lexicográfica para a produção do *Vozes da África*, um vocabulário digital de línguas autóctones africanas, que visa preservar e documentar o léxico das línguas africanas e suas interações com o português falado no Brasil e em Angola.

A sexta seção apresenta os resultados e as discussões sobre a participação das línguas africanas na formação do léxico do português angolano e brasileiro, com ênfase nas influências das línguas autóctones africanas no vocabulário de ambas as variedades. A pesquisa revelou uma significativa contribuição das línguas africanas, especialmente as de origem bantu, na composição lexical do português falado em Angola e no Brasil, refletindo o impacto do contato linguístico durante o período colonial e pós-colonial. Foram identificadas diversas lexias de origem africana nos dois contextos, que desempenham um papel essencial na definição de aspectos culturais, sociais e cotidianos das comunidades. A análise dessas lexias mostrou não apenas a presença de palavras de origem africana, mas também uma transformação semântica, com algumas palavras adquirindo novos significados ou sendo adaptadas à realidade local. Além disso, foi criado um vocabulário físico com as lexias encontradas durante a pesquisa, compilando as palavras de origem africana identificadas nas duas variantes do português. Esse vocabulário serve como uma ferramenta para a documentação e preservação dessas lexias, facilitando o acesso aos pesquisadores e interessados em estudar o impacto das línguas africanas no português. A criação desse vocabulário físico representa uma contribuição importante para os estudos lexicais, históricos e sociolinguísticos, oferecendo um recurso valioso para futuras pesquisas sobre o contato entre o português e as línguas africanas, além de fortalecer a compreensão das raízes culturais e linguísticas que formam as variantes do português nesses dois países.

Por fim, a seção que apresenta as considerações finais reúne os principais pontos abordados ao longo da tese, oferecendo uma síntese dos resultados da pesquisa e destacando suas implicações para o estudo do contato linguístico entre o português e as línguas africanas. A pesquisa revelou a significativa influência das línguas autóctones africanas na formação do léxico do português falado tanto em Angola quanto no Brasil, evidenciando a permanência do léxico e significados africanos no vocabulário cotidiano das comunidades.

É importante salientar que das análises feitas nos corpora foram encontradas 81 lexias de origem africana presentes na variação do português fala em Luanda-Angola e na comunidade Mussuca, Sergipe. Essas lexias estão inventariadas no presente trabalho e digitalmente no domínio www.glosafrica.com.br.

2 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Por muito tempo, as investigações sobre o contato entre línguas encontraram-se às margens dos estudos linguísticos, pois o que vigorava até o século XX era a concepção de que a língua poderia funcionar e mudar considerando apenas seus aspectos internos, o que fazia com que não se analisassem os processos históricos, sociais e culturais pelos quais as línguas passam; processos esses, por sua vez, fundamentais para a interpretação de fenômenos linguísticos variáveis, como são os induzidos pelo contato entre línguas.

Assim sendo, Souza (2014) afirma que, devido a esse pensamento, as hipóteses sobre as mudanças linguísticas, impulsionadas pelo contato, quando começaram a ser alvo de estudo por parte dos linguistas, ficaram limitadas às circunstâncias mais radicais e abruptas que constituíram uma variedade linguística única e distinta de todas as línguas envolvidas na situação de contato, a ponto de não ser entendidas pelos falantes monolíngues das línguas que a geraram.

Cabe salientar que Sarah G. Thomason e Terrence Kaufman são nomes importantes nos estudos do contato linguístico. Em suas discussões, apesar de reconhecerem a presença de elementos sociais nas situações de contato, Thomason e Kaufman (1988) defendem que a ênfase recai sobre a retrição linguística. Os pesquisadores sustentam, a partir da análise de diferentes contextos, que as variáveis linguísticas não são capazes de prever de forma confiável os desdobramentos do contato.

Segundo sua perspectiva, são os aspectos sociais que efetivamente definem as consequências linguísticas. Com base na observação e na observação de fenômenos linguísticos originados em interações entre línguas e na relação desses com determinadas categorias sociais mais amplas, Thomason e Kaufman (1988) procuram evidenciar que o resultado do contato linguístico é determinado, principalmente, pela história sociolinguística dos falantes, e não pela estrutura das línguas envolvidas.

As evidências apresentadas a partir dos estudos de Thomason e Kaufman (1988), que relacionam os resultados linguísticos de mudanças provocadas pelo contato às condições socio-históricas passadas, são consideradas úteis para compreender os processos de mudança linguística em andamento, observados diretamente em situações atuais de contato. Assim, suas discussões estão claramente pautadas na linguística histórica, o que contrapõe de maneira decisiva à abordagem estruturalista ou gerativista, pois entende que é necessário considerar a articulação entre

a trajetória histórica de uma língua e a trajetória de seus falantes, defendendo que a língua não deve ser analisada como um fenômeno autônomo, dissociado do contexto histórico em que ocorre.

A proposta desenvolvida por Thomason e Kaufman (1988) associa os fenômenos linguísticos ao contexto social em que ocorre a transmissão da língua. Nesse quadro, defendem que, quando uma língua não se desenvolve a partir de uma transmissão regular, ela não pode ser geneticamente vinculada a um sistema anterior (Thomason; Kaufman, 1988 apud Petter, 2008).

Na transmissão considerada regular, o que se transmite é o conjunto completo da língua, incluindo estruturas fonológicas, lexicais, morfossintáticas e semânticas. Dessa constatação decorre que, em um processo de transmissão regular, uma língua não pode ter mais de um ancestral (Thomason; Kaufman, 1988). Por esse motivo, línguas mistas, *pidgins* e crioulos não se originam de uma transmissão “normal”, de modo que seus subsistemas linguísticos não podem ser plenamente associados a nenhuma língua única. Assim, a principal distinção entre as línguas decorre da forma de transmissão (um fator externo, ligado à história social de seus falantes), que acaba por determinar os resultados internos ao sistema.

Com base nessa premissa, os autores elaboraram uma teoria para a análise do contato linguístico, iniciando pela definição de uma separação nítida entre duas formas principais de interferência: o empréstimo, que se trata da adoção de elementos externos por parte dos falantes de uma língua materna, que continua a ser preservada, embora sofra modificações em virtude da integração desses novos traços, e a interferência de substrato, que ocorre a partir de um aprendizado imperfeito no processo de mudança linguística, isto é, quando uma comunidade de falantes não consegue adquirir plenamente a língua alvo. Dessa maneira, retomam, de modo mais elaborado, o modelo previamente desenvolvido por Weinreich em 1953, que já distinguia esses dois processos (Petter, 2008).

A essa situação de contato linguístico denomina-se processo de formação de línguas *pidgins* e crioulas (conforme discutido na seção 2.2), servindo como ponto de partida para posteriores estudos e possíveis elucidações de questões linguísticas. No entanto, como afirma Souza (2014, p. 2) “os resultados de tais estudos não foram tão elucidativos, já que a formação da maioria dos *pidgins* e crioulos acontece em situações de extrema violência social, das quais restam pouquíssima documentação e registros históricos”.

Sobre essas e outras situações de contato entre línguas, há uma área específica da Linguística, denominada de Linguística de Contato, ou, no caso da abordagem teórica adotada neste

estudo, Sociolinguística de Contato. A Sociolinguística de Contato é compreendida como o estudo das diversas situações de contato entre línguas, tendo como princípios fundamentais as teorias da Sociolinguística. Assim, descreve e aborda as variações e mudanças que ocorrem nas línguas resultantes de diversos contextos que retratam o uso da língua nas situações de contato.

É importante perceber que as línguas estão em contato a todo o tempo, visto que os indivíduos vivem em rede, todavia, a intensidade do contato pode variar de acordo com a perspectiva histórica, geográfica e política (Savedra et al., 2021), como pode ser observada no caso do contato da língua portuguesa com as autóctones africanas, em Angola, e as indígenas no Brasil.

As investigações sobre o contato entre línguas tiveram início ainda no século XIX, quando prevalecia a teoria neogramática, visto que esse processo era importante para o campo de pesquisa e assumia, naquele momento, uma função primordial para as discussões a respeito da variação e da mudança das línguas, na medida em que, quando havia exceções às leis fonéticas, essas poderiam ser explicadas ou pelo processo de analogia ou por situações de contato. No entanto, cabe salientar que muitos autores acreditam que o marco de tais estudos se deu através da publicação da obra do linguista norte-americano Uriel Weinreich, no ano de 1953, que discutia alguns aspectos teóricos, até os dias atuais discutidos em estudos que focalizam situações de contato (Savedra et al., 2021; Lucchesi, 2013).

Lucchesi (2013), ao dissertar a respeito da relevância da participação africana na formação do Português do Brasil, afirma que questões voltadas ao contato linguístico foram deixadas de lado nas décadas de 1960 e 1980, período marcado no Brasil pelas teorias formais do Gerativismo⁵ e Estruturalismos⁶, sendo que esta última postulava as influências do substrato⁷ indígena e africano não tinham relevância na constituição da norma culta brasileira, mas o autor afirma que essa consideração deveria ser feita para se entender a formação do português popular brasileiro.

⁵ A Teoria Gerativa foi proposta por Noam Chomsky. Nasceu em oposição ao estruturalismo, refere-se ao estudo da linguagem considerando as propriedades da mente humana e a relação que exerce com a organização biológica da espécie. Vale-se ainda da formalização dos fatos linguísticos. Salienta-se ainda que o gerativismo tem como pressuposto a tese que a linguagem é uma capacidade inata do ser humano, isto é, mostra que o indivíduo é dotado de habilidades linguísticas inerentes para falar e entender uma língua, uma capacidade biológica.

⁶ O estruturalismo teve a sua origem a partir dos pressupostos de Ferdinand de Saussure, no século XX. É uma corrente que perpassa diversas áreas do conhecimento humano, no entanto, em linguística pode ser compreendido como uma teoria que considera a língua como um conjunto estruturado de elementos linguísticos, existindo um sistema abstrato, em que os elementos que o estabelece são interdependentes e que têm ordenação e dinamismo próprios.

⁷ O substrato pode ser entendido como o resultado da integração de uma língua autóctone, que foi sendo abandonada progressivamente em favor de outra língua, entretanto, deixando algumas marcas de sua influência.

Os estudos sobre as línguas em contato somente são retomados na década de 1980, com as discussões de Gregory Guy, afirmando que as condições sociais do Brasil nos primeiros séculos da colonização portuguesa foram favoráveis à *crioulização*. Para o autor, a formação do português popular teria sido um processo acelerado de *descrioulização* de um crioulo formado no século XVII (Lucchesi, 2013, p. 194).

Outro marco da retomada dos estudos sobre o contato linguístico está nas discussões de John Holm, no ano de 1987. Segundo Lucchesi (2013 p. 194), John Holm (1987 e 1992) revisitou o conceito de semicrioulo, introduzido por Serafim da Silva Neto na década de 1950, defendendo que o contato linguístico no Brasil levou a uma reestruturação parcial do português. Posteriormente, em 2004, Holm aprofundou essa ideia, traçando comparações entre o que ocorreu no Brasil e fenômenos linguísticos observados no sul dos Estados Unidos, no Caribe, na África do Sul e em antigas colônias francesas no Oceano Índico.

Couto (2011) mostra que o contato linguístico é uma situação natural das línguas, uma vez que é preciso considerar o movimento migratório dos povos. Prova disso está no vasto processo de globalização contemporâneo, que vem estreitando relações linguísticas entre nações. Logo, é importante ressaltar que, o que entra em contato são os povos, que carregam consigo uma respectiva língua. É importante salientar que, com esse movimento, uma língua pode influenciar a outra, resultando, assim, numa convergência linguística, isto é, ocorrendo uma semelhança estrutural devido ao contato entre elas.

O contato entre línguas, de acordo com Couto (2011), pode ser analisado por diferentes óticas, mais especificamente, por meio de quatro situações de contato. A primeira é um povo e sua respectiva língua migra de seu território para outro, onde há uma comunidade estruturada linguisticamente, como mostrado na Figura 1, adiante neste texto. Esse contato pode gerar diversas implicações, dependendo do poder político, econômico, civil e de prestígio de cada língua, isto é, tanto a língua do povo que se deslocou quanto a já existente no território pode influenciar uma à outra.

A segunda situação, segundo Couto (2011), acontece quando um povo se desloca do seu território de origem para outro território. A língua desse povo que migrou acaba sendo imposta ao povo do território receptor. É importante perceber essa situação de contato num viés dos colonizadores europeus na América e na África, em que impuseram sua língua sob as indígenas (no caso do Brasil) e as autóctones africanas (no caso dos países africanos).

[...] um resultado muito comum é a implantação praticamente total da língua e cultura dos conquistadores, como se deu em Cuba, na Nova Zelândia e em diversos países da África e da América. O que fica das línguas autóctones são enclaves, que vão sendo influenciados pela língua do invasor cada vez com mais força (Couto, 2011, p. 52).

A terceira situação ocorre quando os dois povos (o que migrou e receptor) saem de seu território de origem e migram até um terceiro território, que não pertence a nenhum dos dois. Comumente o território é uma ilha, portanto, torna-se um ambiente ideal para o desenvolvimento de um *pidgin* e de um crioulo (Couto, 2011).

Já na quarta situação de contato, há diversas ocorrências que podem se enquadrar nesse modelo: quando membros de dois territórios se deslocam para um terceiro, de forma temporária ou sazonalmente, ou ainda quando membros de um território se deslocam para um segundo território. Outra situação acontece em decorrência de regiões de fronteiras, especialmente quando há acidentes geográficos. Em situações como esta, cada grupo pode falar sua própria língua ao migrar para o território adjacente, entretanto, quando uma das línguas demonstra maior poder, passa a ter prestígio e a ser utilizada como meio de comunicação (Couto, 2011).

Situações de contatos linguísticos são inevitáveis, uma vez que os grupos sociais, com suas respectivas línguas, interagem, originando, assim, um “ecossistema linguístico”. Tal conceito foi estabelecido por Einar Haugen, em 1972, quando propôs o estudo das relações entre línguas em seu ambiente, isto é, a capacidade que têm em interagir num mesmo espaço.

O conceito é fundado a partir da ecologia que, por sua vez, refere-se ao estudo da inter-relação entre os seres vivos num mesmo espaço. Assim sendo, como as línguas são “organismos vivos” e interagem também em um mesmo ambiente, é coerente a utilização desse termo e conceito para estudar a relação que exerce no seu espaço.

Para que exista uma língua, é preciso que haja também um povo que a utilize como meio de comunicação em um determinado território (Couto, 2011). Atualmente, percebe-se que inexistem situações em que uma comunidade linguística⁸ não teve contato com outros povos. Caso exista, Couto (2011) afirma ser uma exceção, visto que a regra seria o bilinguismo ou

⁸ Neste trabalho foram eleitas as acepções propostas por Labov (2008 [1972]) que compreende como um número considerável de pessoas de diferentes classes sociais e econômicas que convivem em um mesmo território e utilizam a mesma norma linguística para o ato de comunicação, possuindo o mesmo julgamento, mesmo sistema de valores, compartilhando os mesmos traços culturais.

multilinguismo em que mais de uma língua convivem num mesmo espaço. Os motivos para o acontecimento dessa ecologia linguística é o processo de migração dos povos motivados pelas necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Cabe ressaltar que o que entra em contato diretamente não são as línguas, mas sim os povos com suas respectivas línguas (Couto, 2011 p. 50). No que concerne ao movimento migratório que permite esse contato, pode-se afirmar que

[...] o mesmo movimento que leva à diversificação linguística, a migração dos povos, começou a ter o efeito contrário, ou seja, a influência de uma língua sobre a outra e, consequentemente, algum tipo de convergência linguística (Couto, 2011 p. 49).

Quanto a isso, é importante observar os efeitos gerados pela expansão colonialista europeia, sobretudo pelas expedições portuguesas, na qual a língua dos colonizadores foi imposta nos territórios dominados, como se percebe na situação linguística de Angola e do Brasil, em que a língua portuguesa foi imposta pelos europeus.

2.1 Contato entre línguas no território brasileiro

A história da formação da cultura e da língua portuguesa no Brasil está atrelada ao contato linguístico. A chegada dos colonizadores trouxe para o Brasil a língua portuguesa, que mais tarde viria a se tornar a oficial do país.

O contato linguístico no Brasil aconteceu primeiramente entre a língua portuguesa e as indígenas, com a chegada dos colonizadores no território. Cabe salientar também que posteriormente os portugueses trouxeram os povos africanos para serem escravizados no Brasil. Logo, além de transplantarem as suas culturas, transplantaram ainda as suas línguas, que entraram em contato com a portuguesa a partir de tal momento, intensificando as situações de contato linguístico.

Como exposto, a história da constituição da língua oficial do Brasil começou desde a chegada dos colonizadores ao território que veio a se tornar o Brasil, e essa história foi marcada pelo contato intenso entre as línguas que aqui existiam e as que foram trazidas para cá (Raso; Mello; Altenhofen, 2011).

Embora Lucchesi (2012) afirme que o Brasil é, paradoxalmente, um dos países com mais diversidade linguística, mas, ao mesmo tempo, mais monolíngue do mundo, é importante pensar em seu processo de construção linguística. Apesar de o português ser a língua oficial e amplamente dominante, o território brasileiro ainda apresenta outras línguas, faladas por comunidades indígenas, descendentes de imigrantes e povos quilombolas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), estima-se que existam mais de 200 línguas indígenas em uso, representando um patrimônio linguístico diversificado. Assim, esses números levam Lucchesi (2020) a afirmar que há no Brasil uma situação paradoxal, pois embora a maioria das pessoas sejam monolíngues, há uma diversidade de línguas exuberante.

Há, além das indígenas, as línguas de imigração, como o alemão e o italiano, que continuam vivas em algumas regiões. Essa diversidade linguística é resultado da história de colonização, escravização e imigração do país, que moldou uma sociedade plurilíngue, mesmo que muitas dessas línguas não tenham status oficial ou amplo reconhecimento público.

Assim, o processo de colonização trouxe consequências linguísticas, visto que também aconteceu o extermínio dos povos indígenas que habitavam no território, exterminando-se, dessa forma, as línguas desses povos.

O genocídio perpetrado pelos colonizadores portugueses e seus sucedâneos brasileiros por quase cinco séculos reduziu a população indígena brasileira a cerca de trezentos mil indivíduos que falam hoje aproximadamente 180 línguas, em sua grande maioria em vias de extinção, contando apenas com algumas poucas dezenas de falantes idosos (Lucchesi, 2012, p. 50-51).

Diante disso, cabe salientar que essa ação do europeu foi capaz de dizimar a população indígena, reduzindo-a a poucas comunidades que falam línguas do tronco tupi e algumas estão em extinção. Tal fato pode se configurar como um prejuízo linguístico para o Brasil, sobretudo no que concerne à incorporação de outras lexias de origem tupi-guarani, língua nacional brasileira.

Durante o processo de genocídio indígena, os colonizadores portugueses começaram a perceber fragilidades no sistema de exploração indígena instaurado no Brasil; passando, então, a procurar mão-de-obra em outros territórios, como em África. A fim de substituir a força de trabalho indígena, Portugal traçou estratégias e rotas de exploração para trazer africanos na condição de escravizados ao Brasil.

De acordo com Lucchesi (2012), os negros eram submetidos a situações degradantes e à crueldade, ao ponto de sua expectativa de vida chegar a apenas sete anos, após serem escravizados. Os povos africanos trazidos para o Brasil eram, em sua maioria, jovens. Assim, a fim de impingir essa violência física, era necessário suprimir qualquer possibilidade de resistência psicológica, simbólica ou cultural do escravizado.

É inegável a participação efetiva do contato linguístico no Brasil, prova disso, basta observar o acervo lexical que é rico em marcas indígenas e africanas. Tentou-se explicar o português brasileiro por meio de influências indígenas e africanas, no entanto somente a partir do século XX é que se consolidaram os debates acerca da participação das línguas africanas no processo de formação do português do Brasil (PB). De acordo com Petter (2011), ainda nesse período, houve um esforço muito grande dos pesquisadores para demonstrar que tanto as línguas indígenas quanto as africanas eram fatores responsáveis pela especificidade da língua nacional.

Petter (2011) mostra que, dentre as tentativas para explicar a formação do português brasileiro, entre os anos de 1920 e 1945, houve uma valorização da unidade cultural e linguística. Nessa perspectiva, alguns pesquisadores, como Silva Neto (1963), Melo (1946) e Elia (1979), trouxeram à tona e inseriram em seus debates a questão da hipótese da crioulização. Cabe salientar que alguns pontos desses estudos contribuíram para a defesa e contestação da existência de uma crioulização prévia do português brasileiro.

Em face disso, atualmente é mais propagado entre os estudiosos alicerçados na tese da importância dos fatores extralingüísticos, a premissa de que o intenso contato da língua portuguesa com as africanas não acarretou a formação de um crioulo prototípico no Brasil, mas um processo de transmissão linguística irregular (TLI), o que é apresentado, por exemplo, por Lucchesi (2003, 2004 e 2008), Lucchesi e Baxter (2006) e Baxter e Lucchesi (1997).

Nesse sentido, uma discussão pertinente sobre as situações de contatos linguísticos existentes no Brasil colonial e pós-colonial, e muito presente principalmente na década de 1990 no âmbito dos estudos linguísticos, concerne sobre a possível origem crioula do português brasileiro.

Os debates sobre a hipótese da crioulização do português brasileiro são retomados por alguns estudiosos, fundamentada em dados linguísticos e demográficos. Esses dados apontaram que o Brasil recebeu aproximadamente de 40% de africanos escravizados para as Américas, isto é, quase 3 milhões de negros, que foram espalhados por todo território brasileiro. Petter (2011) chama

atenção para o fato de que, em certos períodos da sócia-história brasileira, havia um número de africanos muito elevado, chegando ao ponto de a população afro-brasileira ser superior a europeia.

Para Guy (1989), as diferenças entre o português popular do Brasil e o português padrão não foram formadas a partir de uma evolução linguística natural, mas derivavam de um processo de crioulização. Guy (1989) observa esse fenômeno e formula conclusão através de análises variacionistas de dados morfológicos e sintáticos, como a concordância de número, verbal e nominal.

Holm (1987) afirma que o debate sobre o papel de uma possível crioulização no português brasileiro é complexa, sobretudo, pela falta de consenso entre pesquisadores da área e maiores dados sobre a natureza desse processo no PB. Assim, assevera também que as divergências entre o português popular do Brasil e português europeu padrão tem sido atribuídas a fatores como a tendência geral de simplificação morfológica ao longo da história do português, um processo que se acredita ter sido acelerado durante o período colonial, quando a maioria dos brasileiros tinha pouco contato com a educação formal e a influência conservadora da linguagem literária.

Inaugurando o debate acerca da possível crioulização do PB, Holm (1987) mostra que Coelho (1881), após meio século de independência do Brasil de Portugal, percebeu diferenças consideráveis na fala popular do país, todavia não existiam dados suficientes para demonstrar quais seriam as características particulares de cada uma. Em seus estudos, Coelho se debruçou a investigar a obra de Vasconcelos (1883) e os textos de canções populares brasileiras, chegando à conclusão de que o português popular brasileiro apresentava uma tendência à crioulização, visto que percebeu, particularmente, a falta de concordância de número; o uso do verbo “ter” com o valor de “estar” (ser) ou “haver” no sentido de existir; e o uso do pronome da terceira pessoa como um objeto, como acontece, por exemplo em “eu vou ver *ele*”.

Cabe salientar que a contribuição dos linguistas brasileiros para essa discussão começou com Amaral (1920), com o primeiro livro de estudo do português rural do Brasil, posteriormente, os trabalhos sobre o léxico derivado da língua ameríndia Tupi, de Sampaio (1928) e línguas africanas de Raimundo (1933) e Mendonça (1973). Nesses estudos chamam a atenção pelo fato de Mendonça afirmar que, possivelmente, tenha havido dialetos crioulos em várias partes do Brasil colonial; no entanto, sua existência não era estável e logo desapareceram (Holm, 1987).

Silva Neto (1950) traz considerações sobre não haver influência das línguas indígenas e africanas na constituição do PB. Para o ator, “no português brasileiro não há, positivamente,

influências de línguas africanas ou ameríndias. O que há são cicatrizes da tosca aprendizagem da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios" (Silva Neto, 1950 p. 129-130). Nega a possibilidade de o Brasil ter desenvolvido um crioulo estruturado, visto que para acontecer tal fenômeno, teria que existir situações típicas de formação, mas acredita na existência de um semicrioulo.

De acordo com Petter (2011), existiram estudos sobre a defesa de uma possível crioulização do PB, a exemplo, o trabalho de Guy (1989), citando que a evolução do PB tenha sido dada por meio de um processo de crioulização ocorrido no passado; Holm (1987, 1992) que considerou o PB um semicrioulo, ancorado em análises comparativas de dados de diferentes crioulos de base ibérica e um estudo comparativo de expressões idiomáticas⁹ do português vernáculo brasileiro (PVB) e de línguas africanas e crioulas. Mais tarde, os estudos de Baxter e Lucchesi, no ano de 1993, apresentaram resultados da pesquisa realizada na comunidade de Helvécia, no sul da Bahia (Baxter; Lucchesi, 1993). As pesquisas desses autores evidenciaram que alguns fatos morfossintáticos são inexistentes em dialetos rurais não marcados etnicamente, ou seja, há algumas estruturas linguísticas que só são encontradas em comunidades com histórias marcantes de presença africana, a exemplo de comunidades quilombolas. Essas estruturas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Principais resultados de Baxter e Lucchesi (1993)

	RESULTADO	EXEMPLO
1	Uso variável do artigo definido	"quando abri janela"
2	Variação na concordância de gênero, tanto no interior do SN quanto na relação com um termo predicativo	"io nõ pôde rumá o casa" "ela é muito saído"
3	Simplificação da morfologia flexional do verbo - Variação na flexão número-pessoal que atinge a primeira pessoa do singular - Uso da forma do presente pela forma do pretérito do indicativo - Uso da forma do infinitivo em contextos de formas finitas	"io sabe"; "io esqueceu" "io nõ pôde rumá o casa" ('eu não podia arrumar a casa') "io conhecê" por 'eu conheço'; "ele morê" por 'ele morreu'; "quando io andá na Ponta de Areia, nõ tinha nada" ('quando eu andava em Ponta de Areia, não havia nada lá')

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), adaptado de Lucchesi e Baxter (2009).

⁹ As expressões idiomáticas são consideradas dos recursos da fala e da escrita, que podem ganhar novos sentidos, comumente connotativos que tentam a ultrapassar seus significados literais quando aplicados em contextos específicos.

Diante dos dados apresentados pelos pesquisadores, pode-se concluir que são fortes as evidências em favor de um processo anterior de crioulização ou semicrioulização, que se apoia nos dados sócio-históricos da comunidade (Lucchesi; Baxter, 2009).

Quanto a isso, Lucchesi e Baxter (2009), afirmam que esses estudos indicam que o dialeto de Helvécia apresenta traços que sugerem um processo irregular de transmissão e aquisição da língua, semelhante ao fenômeno observado no crioulo. Além disso, o sistema verbal encontrado nos dialetos rurais do PB pode ter se originado desses processos, como ocorreu na comunidade estudada, apontando para um processo de descrioulização. É importante salientar que o trabalho desenvolvido por Baxter e Lucchesi na comunidade de Helvécia suscitaram outras pesquisas correlatas à crioulização, descrioulização, crioulização leve e ainda a transmissão linguística irregular.

No que concerne à negação de um possível crioulo no PB, no Brasil, os principais oponentes dessa hipótese são os professores Anthony Naro e Marta Scherre que defendem a teoria da deriva secular. Para os autores o *pidgin* português teria sua origem na Europa, por falantes adultos de português, através de uma simplificação da língua de base a fim de facilitar a comunicação com os falantes não nativos.

Cabe salientar que a hipótese da deriva secular da língua portuguesa é uma teoria linguística que sugere que, ao longo do tempo, as línguas se modificam gradualmente devido a diversos fatores, como mudanças sociais, culturais, políticas e geográficas. Essas mudanças ocorrem de forma constante e lenta, levando a uma evolução da língua ao longo dos séculos.

Considerando a língua portuguesa, a hipótese da deriva indica que essa língua passou por transformações significativas desde o seu surgimento como românica, derivada do latim vulgar, até os dias atuais. Essas mudanças linguísticas ocorrem em diversos aspectos, como léxico, morfossintaxe e até mesmo na fonologia.

Além disso, Naro e Scherre (1993) mostram um ponto importante que nega a possível crioulização do PB. Esse ponto é mostrado através dos dados analisados por Guy (1989) com relação ao sistema de concordância verbal e nominal. Naro e Scherre (1993) afirmam que nas línguas crioulas, e em algumas da África Ocidental, costumam apresentar apenas uma forma lexical que não consente modificações para indicar noções subsidiárias do tipo pessoa, gênero, número, tempo, aspectos entre outros.

Outra característica que Naro e Scherre (1993) destacam é a desnasalização em casos de concordância verbal como, por exemplo, acontece no plural de *comem* reduzindo-se a *come*, nesse caso ocorre uma perda da nasalização da vogal não acentuada final. Diante disso, concluem que essa redução foi um processo mais tardio no Brasil, criado a partir da generalização da redução fonológica que já existia na fala popular de Portugal, logo a origem da redução da concordância verbal é europeia, sem influência das línguas africanas ou ameríndias.

De acordo com Lucchesi (2012), as ideias de Naro e Scherre (1993) se fundamentam no pressuposto de uma deriva secular, porque essa hipótese “prevê um processo contínuo e gradual de perda de marcas morfológicas que atravessaria os séculos desde, pelo menos, a formação da língua portuguesa na Europa” (Lucchesi, 2012 p. 63). No entanto, não é visto, até então, em qualquer variedade do português brasileiro uma disposição para mudança gradual de perda de marcas de concordância. Logo, a hipótese da deriva secular defendida por Naro e Scherre (1993) encontra uma fragilidade no seu suporte teórico e empírico.

Tarallo (2018 [1993]) em sua tese também reflete sobre a origem crioula do PB, tomando como ponto de partida a hipótese de que o português do Brasil teria uma origem crioula. Tarallo faz essa analogia fundamentada em dados morfossintáticos que sofreram variações, e discute a hipótese de que, se houvesse uma origem crioula no PB, estaria sofrendo um processo de descrioulização e ecaminhando para o Português Europeu (PE).

No entanto, é importante compreender que o objetivo de Tarallo não foi discutir com grande veemência a possibilidade de uma origem crioula nem negar a análise de Guy (1989), uma vez que reconhece os esforços e afirma que sua tese pressupõe uma sugestão e não uma confirmação.

Tarallo (2018 [1993]) questiona que se a análise de Guy está correta, a comunidade de fala crioula no Brasil não seria um tipo forte de comunidade, pois as línguas de substratos trazidas da África não são mais faladas. Mostra ainda que o Brasil também não seria uma comunidade crioula do tipo ilha, todavia apresenta alguns critérios usados para definir esse último tipo de comunidade. Na análise de Guy, segundo Tarallo (2018 [1993]), pressupõe-se que o Brasil seja uma comunidade tipo ilha, no sentido de que o PB é equalizado a variedades basileias da língua.

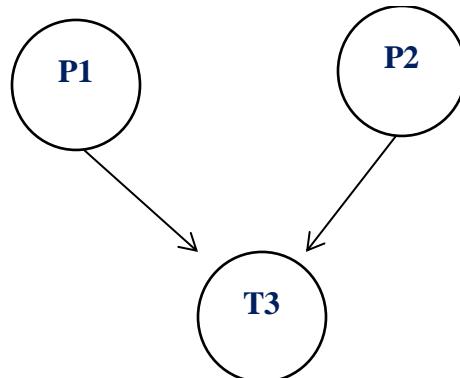
Diante dessas questões, julgamos ser importante tecer algumas considerações teóricas acerca do conceito de línguas pidgins, crioulas e parcialmente reestruturadas, o que é feito na próxima seção.

2.2 Línguas pidgins e crioulas

A situação de contato linguístico pode gerar, muitas vezes, dois resultados: as línguas *pidgins* e crioulas, ou, como pressupõe Couto (2011), processos de pidginização e crioulização. É importante ressaltar que o conceito de pidginização está fortemente atrelado à formação de um *pidgin* e o de crioulização, certamente, à formação de uma língua crioula com suas particularidades assim como as outras línguas.

Tanto a formação do *pidgin* quanto a do crioulo são resultados do contato entre línguas, como mostrado na Figura 1, em que se revela o deslocamento de dois povos para um terceiro território.

Figura 1: Deslocamento dos povos



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A Figura 1 mostra o deslocamento de dois povos (P1 e P2) para um terceiro território (T3) que não pertence a nenhum dos povos. Comumente esse território (T3) é uma ilha, o que se constitui uma situação ideal para formação de um *pidgin* e de um crioulo. Cabe salientar que esse deslocamento é feito esporadicamente, ou seja, parte dos povos continua em seu local de origem enquanto outra parte migra. No que concerne a esses dois povos, os primeiros são aqueles que possuem maior poder econômico e militar, podendo, assim, impor sua língua com maior facilidade, já os segundos apresentam um poder econômico e militar limitado e é fácil de ser dominado linguisticamente.

Pidgins, nesse sentido, são línguas oriundas do contato linguístico, como afirmam Couto (2011, 1996) e Souza (2014). É um meio de comunicação que nasce entre povos falantes de línguas

ininteligíveis quando em contato com outras línguas inteligíveis. Assim sendo, surgem a partir da necessidade de comunicação entre grupos linguísticos diferentes que não compartilham uma língua comum. Elas são criadas através da combinação de elementos linguísticos de diversas línguas e, geralmente, possuem gramática simples, vocabulário limitado e estrutura linguística básica.

Tarallo e Alkmin, em sua obra *Falares crioulos, língua em contato*, publicada no ano de 1987, mostram que o *pidgin* surge como língua de emergência, ou seja, “em uma situação de contato dentre dois grupos étnicos e linguísticos radicalmente opostos, a urgência de um meio de comunicação pode gerar uma língua de emergência com função básica e restrita” (Tarallo; Alkmim, 1987 p. 14).

As línguas *pidgins* geralmente surgem em contextos de colonização, comércio ou migração, e são utilizadas como uma língua franca ou língua de contato entre grupos que não compartilham uma língua comum. Embora sejam eficazes como meio de comunicação básico, elas geralmente não são utilizadas como maternas ou de longo prazo, como postularam Bickerton (1984), Hall (1966), Tarallo e Alkmim (1987) e Lucchesi e Baxter (2009) o *pidgin* não é língua materna da maioria dos falantes, mas é usado como língua de contato, constitui-se como uma variedade linguística diferente da língua-alvo, sendo, portanto, ininteligível para os falantes monolíngues dessa língua. O *pidgin* é frequentemente substituído por línguas crioulas ou outras línguas que evoluem a partir da interação prolongada entre grupos linguísticos diferentes.

Descrever o conceito de *pidgin*, de acordo com Couto (1996), torna-se uma tarefa complexa, porque a maioria deles envolve tanto a crioulística¹⁰ quanto a pidginística¹¹. Trata de forma polêmica, sobretudo, na etimologia da palavra. Cabe salientar que muitos pesquisadores da área utilizam a concepção de que o termo seja proveniente de *business English*, que se refere a qualquer ação, ocupação ou o que fazer, segundo o dicionário *Oxford English*. É uma palavra comumente utilizada no chinês para designar intercomunicação entre os chineses e europeus nos portos marítimos.

Já para Mufwene (2015), a etimologia do termo “*pidgin*” aponta para “*Pidgin English*”, que seria uma distorção do “*business English*”, em Cantão, uma importante colônia comercial da República da China. Outra concepção do termo está relacionada ao português “ocupação” que, por

¹⁰ A crioulística é compreendida como o ramo dos estudos linguísticos que estuda as línguas crioulas e pidgins, ocupando-se da gênese e dos caminhos da evolução desse tipo de língua e variedades.

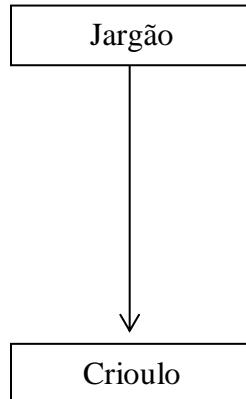
¹¹ Entende-se por pidginística o ramo dos estudos linguísticos que se preocupa em estudar os pidgins.

muito tempo, era utilizada para referir-se à troca, emprego ou ocupação (Couto, 1996 p. 22). Embora haja distorções da etimologia do termo, é importante perceber que se trata de um conceito ligado ao comércio, ao intercâmbio, à troca de mercadorias, aos negócios; logo, mesmo contexto em que emergem os *pidgins*.

Souza (2014) afirma que no âmbito dessa situação, resultado do contato entre línguas, a depender da intensidade e do tempo de duração, pode determinar desde uma pequena estrutura lexical até uma língua diferente daquelas que estavam em contato. O *pidgin*, nesse sentido, pode passar por três processos de desenvolvimento, para então transformar-se em um crioulo.

O primeiro processo consiste na transformação direta de um jargão em crioulo (Couto, 1996; Souza, 2014), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2: Transformação do jargão para crioulo



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

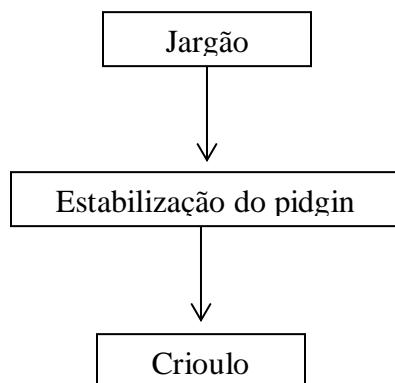
O jargão, nesse contexto, é o momento em que se configurará um pequeno vocabulário, comumente vindo da língua do dominador, que cada falante passa a empregar em ocasião de contato pontual e de curta duração. O jargão toma como embasamento a gramática da sua língua nativa, sem que exista nenhuma estruturação grammatical ou uso desse léxico pelo grupo dominado, a fim de interatuar com seus próprios membros.

De acordo com Souza (2014), o jargão apresenta uma estruturação grammatical muito deficitária, mantendo um vocabulário insuficiente e instituindo somente um pequeno aparato grammatical, que distingue esse novo código de comunicação das línguas.

Na fase do pidgin instável (jargão), o que se dá são estratégias individuais para comunicação interlíngüística, uma vez que não há normas socialmente reconhecidas, pelo simples fato de um grupo não conhecer a cultura a língua do outro. Não há nenhuma sintaxe, cada enunciado é proferido tanto por base, quando a tem, estruturas da língua original do falante [...] não há estruturas subjacentes, tudo é improvisado no momento. Em geral, usam-se itens lexicais da língua do povo mais forte socioeconomicamente. Esses itens lexicais são proferidos uns após outros, sem nenhum princípio ordenador (Couto, 1996 p. 25-26).

Em um segundo processo, o jargão pode se estabilizar antes de se tornar um crioulo (Couto, 1996). É importante observar que esse processo de estabilização se refere ao momento em que a estruturação gramatical se consolida, expandindo o vocabulário e as funções de uso desse código de comunicação. A Figura 3 representa esse momento de consolidação gramatical.

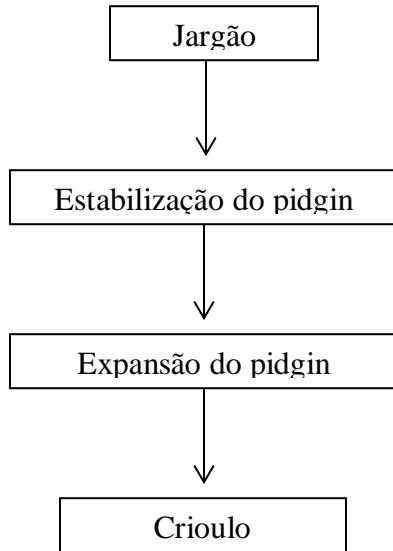
Figura 3: Processo de estabilização do *pidgin*



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Num terceiro caso, o jargão pode se estabilizar e, posteriormente, ampliar-se ainda como *pidgin* antes de virar um crioulo. É importante observar, portanto, que o *pidgin* quando expandido já conta com um amplo vocabulário, há presença ainda de uma estruturação gramatical o que faz assemelhar-se com outra língua qualquer. A Figura 4, a seguir, mostra essa terceira hipótese do *pidgin* expandido.

Figura 4: Processo de expansão do *pidgin*



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Diante desse processo, observa-se que, se o *pidgin* expandido se torna a língua materna de uma grande parte dos falantes locais devido à intensidade e ao prolongamento do contato linguístico, origina-se uma língua crioula que será diferente da língua do dominador (língua de superestrato)¹², e da língua do dominado (substrato)¹³.

Lucchesi e Baxter (2009) afirmam que na interação entre os membros dos grupos dominados pode ocorrer uma espécie de negociação gramatical, empregada para organização de frases limitadas a partir do vocabulário base da língua alvo. Assim, as estruturas gramaticais do *pidgin* vão se desenvolvendo, à medida que sejam utilizadas coletivamente, dentro da comunidade de relações sociais.

A expansão do *pidgin* somente começa quando as regras gramaticais utilizadas no seu uso são aprovadas dentro de uma rede de relações. Os *pidgins*, nesse sentido, se desenvolvem “nos casos em que os grupos do substrato são mantidos em seu universo cultural de origem e conservam o uso de suas línguas nativas” (Lucchesi; Baxter, 2009 p. 105). Assim sendo, a existência dessa

¹² Língua nativa de um povo dominador, desaparecida, em virtude de este povo ter adotado a língua do povo dominado.

¹³ Língua nativa desaparecida de um povo dominado, que adotou a língua do dominador.

expansão corrobora com a premissa de que a reestruturação gramatical da variedade que se forma em situação de contato entre línguas pode acontecer independente da sua nativização¹⁴, esse processo é definido como crioulização.

Os *pidgins*, geralmente, desaparecem ao longo do tempo na medida em que as relações que lhe deram origem também desaparecem, no entanto, têm-se alguns que ainda resistem, como, por exemplo, o *tok pisin*, na Nova Guiné. De acordo com Souza (2014), é possível que um *pidgin* expandido se torne a língua materna de alguma comunidade que foi formada a partir da situação de contato, o que envolve um processo de ruptura com a cultura e a língua por parte dos grupos envolvidos nesse processo.

Nesse contexto, as crianças que nascem nessas comunidades tendem a ter como modelo para aquisição de sua língua materna aquele código de comunicação que se deu por meio de um *pidgin*, inicialmente criado para a comunicação emergencial. Cabe salientar que esse processo de aquisição de língua materna em tal situação dá origem à língua crioula.

O crioulo, de acordo com Couto (2011), é a consolidação de uma língua mais estruturada, com gramática. Atualmente a teoria que mais tem sido aceita é a de que o crioulo seja formado através de um agrupamento de pessoas que se veem juntas e começam a se consolidar enquanto uma comunidade, logo, consolida também uma língua mista e própria, diferente da dos povos que influenciaram em sua formação (Couto, 2011).

Assim, como em *pidgin*, o conceito do termo crioulo ainda não é de consenso entre os pesquisadores. Não somente o termo é controverso, mas ainda, como afirma Rougé (2008), a própria abordagem da definição dessa língua, visto que há diferentes definições para o seu surgimento. No entanto, a presente discussão se aterá à definição de que o crioulo é uma língua formada a partir da nativização.

Para Couto (1996), o conceito do termo crioulo é complexo e não há uma interpretação unívoca sobre ele. O debate começa inicialmente pelo processo de nativização, pois alguns autores abordam o crioulo como um *pidgin* que virou língua nativa. Outros defendem a premissa de que nativização refere-se a comunidades, e que nessa situação o crioulo seria um *pidgin* que se transformou na língua nativa de uma determinada comunidade de falantes.

¹⁴ De acordo com Couto (2011), a nativização é o processo em que as crianças de comunidades emergentes adquirem o *pidgin* como língua materna, consolidando, assim, uma língua crioula.

Alguns autores, como Bickerton (1984), defendem que o *pidgin* se transforma em crioulo a partir do momento em que a criança só tenha o *pidgin* como *input*, no entanto não há um limite de crianças necessárias para que se forme uma nova língua, poderia, um crioulo, se formar apenas com uma única criança ou com várias; diante disso, para Bickerton (1984) a nativização se dá no indivíduo.

No que concerne à etimologia do termo “crioulo”, Couto (1996) afirma que a hipótese é que seja proveniente da língua portuguesa. Posteriormente teria passado para o espanhol *criollo* e, partir daí, o inglês criou o *creole*, o francês *créole* e o alemão que foi proveniente do inglês e do francês *Kreol*, no entanto a que prevalece é a da sua formação em português.

A definição do termo, de acordo com dicionário Houaiss (2008), refere-se ao negro nascido no continente americano. Outros autores afirmam que pode também ser considerado o branco nascido no território colonizado, descendente de europeus. Em linguística, é uma língua derivada do contato de uma língua europeia com uma nativa. A acepção dada por Houaiss (2008) mostra que há uma ligação forte com o conteúdo africano, logo, presumindo-se que uma língua crioula pode nascer do contato linguístico entre uma língua europeia e uma autóctone africana. Tarallo e Alkmim (1987) acrescentam que, além de surgirem no continente africano, se constituíram também na região do Caribe, na Ásia e nas Antilhas.

Mufwene (2015) assevera que os crioulos surgiram em colônias de assentamento, onde a principal atividade econômica consistia, tipicamente, no cultivo de cana-de-açúcar ou de arroz. Para esse processo de produção eram empregados a mão de obra escrava de pessoas não europeias ou trabalhadores contratados que realizavam o trabalho nas plantações. No entanto, afirma ainda que a indústria de plantação não foi um fator tão determinante para o surgimento de um crioulo quanto o crescimento da população e, principalmente, as relações sócio-históricas nas quais se desenvolveram as situações de contatos linguísticos.

É importante salientar que ao longo de toda a história do Brasil, o contexto sócio-histórico mais propício à crioulização do português teria sido a sociedade de plantação do Nordeste no século XVII, apresentando semelhanças marcantes com as sociedades de plantação do Caribe, por exemplo, onde se formou um crioulo. Todavia, Lucchesi (2019) cita alguns fatores de não ter se formado um crioulo no Brasil.

O primeiro aspecto a ser analisado é a proporção entre os falantes do grupo dominante e os africanos e crioulos. Desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, até o final do século

XIX, essa proporção, incluindo os portugueses e seus descendentes nascidos no Brasil, os chamados crioulos, permaneceu em torno de 30% ou um pouco mais, conforme ilustrado o Quadro 2.

Quadro 2: População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

ETNIA	PERÍODOS				
	1583-1600	1601- 1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Indígenas integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

Diante disso, observa-se que durante o século XVII, os falantes da língua de superestrato representavam cerca de 30% da população total do Brasil, proporção que se manteve relativamente estável nos séculos XVIII e XIX. Essa participação é superior ao limite estabelecido por Bickerton (1981) para que ocorresse a crioulização, que seria possível apenas em sociedades onde o grupo dominante não ultrapassasse 20% da população total. Embora esse índice seja debatível, sua lógica é consistente: o acesso dos falantes do substrato aos modelos da língua-alvo desempenha um papel central no processo de crioulização (Lucchesi, 2019 p. 234). Assim, quanto menor a presença de falantes da língua de superestrato, mais limitado será o acesso dos falantes do substrato aos padrões dessa língua. Por outro lado, uma maior proporção de falantes da língua-alvo, como foi o caso do Brasil, proporcionou aos africanos e seus descendentes um acesso mais amplo aos modelos da língua portuguesa, dificultando a formação de processos de pidginização e crioulização (Lucchesi, 2019 p. 234).

No que concerne ao aspecto sócio-histórico, torna-se importante observar que o crioulo é um conjunto de línguas em que sua história está completamente atrelada a situações de contato entre populações de línguas e culturas distintas. Já do ponto de vista funcional, o crioulo preenche as necessidades comunicacionais dos seus falantes nativos e usuários (Tarallo; Alkmim, 1987).

É importante destacar que parte das línguas crioulas foi constituída a partir do século XV, sobretudo, no contexto histórico da expansão mercantilista e colonialista (Souza, 2014). O processo de colonização europeia na África, no mesmo século, e o surgimento de diversos

comércios no sul da Ásia e na Oceania no século XVI também favoreceu o desenvolvimento de crioulos naquela região.

Diante desse contexto histórico, as línguas crioulas foram classificadas por Bickerton (1984) em **crioulo de plantação**, que são aqueles formados a partir de uma grande população retirada do seu local de origem, com a intenção de escravizar a sua mão de obra em atividades de plantação, como ocorreu no Haiti, Jamaica, Guiana e Suriname, por exemplo; **crioulo de quilombo** formado por um agrupamento de indivíduos escravizados fugidos, como o *saramacan* que é um crioulo falado no interior do Suriname, o *angolar*, em São Tomé e o *palenquero* que é falado na Colômbia e, por fim, o **crioulo de forte** que foi constituído a partir de situações em que os povos dominados eram mantidos em seu local de origem, conservando, assim, a sua língua nativa durante o processo de crioulização.

Couto (1996) afirma que todos os crioulos conhecidos até o momento foram derivados do “ contato de povos aglomerados que não se entendiam mutuamente, sendo que uma das línguas era sempre falada por um povo socioeconomicamente mais forte, em geral o colonizador” (Couto, 1996, p. 34). Os crioulos seriam, portanto, *ex-pidgins*, nascem sempre em comunidades multilíngues, geralmente em ilhas ou regiões isoladas.

Recentemente existem debates em que colocam as línguas crioulas como diferentes das demais por ter características próprias, todavia essas discussões não têm encontrado respaldo entre os pesquisadores, visto que algumas línguas não crioulas expõem propriedades na sua estrutura gramatical, que são consideradas típicas de crioulos.

É importante ressaltar que isso não nega o fato de que o próprio contexto histórico em que o processo de pidginização/crioulização acontece acaba desencadeando determinadas mudanças peculiares, que propiciam a formação de certas características estruturais comuns, ressalta-se ainda que uma língua crioula não seja identificada exclusivamente devido às suas características estruturais (Souza, 2014). Observa-se que essas mudanças que ocorrem na estrutura gramatical durante o processo de pidginização/crioulização acontecem, geralmente, pela perda de elementos gramaticais no início da situação de contato (Souza, 2014).

Couto (1996) afirma que autores como Taylor (1971), Markey (1982), Bickerton (1981) e outros tentaram definir as principais estruturas das línguas crioulas, no entanto, é possível observar que a de Bickerton (1981) apresenta uma classificação mais definida, visto que cita 13 traços, a saber, 1) regra SVO e regras de movimento; 2) presença de artigos definidos e indefinidos; 3)

sistema tempo, modo e aspecto (TMA) para verbos; 4) complementos sentenciais realizados e não realizados; 5) relativização e cópia do sujeito; 6) negação; 7) adjetivos como verbos; 8) palavras interrogativas; 9) cópula; 10) construções passivas; 11) serialização verbal; 12) morfologia e; 13) fonologia.

Os traços anteriormente citados refletem a estruturação postulada por Bickerton (1981), no entanto Baxter e Lucchesi (1997) afirmam que, desde a década de 1960, a crioulística vem tentando definir essas línguas a partir do fenômeno do contato. Atualmente a hipótese mais aceita é que uma língua crioula é formada através de um processo irregular de transmissão de L2 para L1, ao tempo que L2 sofre alterações devido ao problema de acesso à língua dominante, o que aconteceu nas sociedades escravocratas em que a L1 era passada de forma irregular para os negros escravizados e, possivelmente, as influências das línguas maternas dos falantes desta L2.

Diante desse contexto, é importante ressaltar que muitas crianças que nasciam nessa situação eram expostas às línguas maternas dos seus pais e essa L2 baseada na língua europeia, todavia, por diversos motivos, a segunda língua era mais viável para o convívio em sociedade, logo, se torna a sua primeira língua (Baxter; Lucchesi, 1997).

No Brasil, não aconteceu de maneira diferente, embora não tenha emergido um crioulo, a situação de contato entre a língua portuguesa, indígenas e africanas foi determinante para formação da variação do português falado no Brasil, visto que ocorreu uma aquisição imperfeita da língua dominante (português) pelos falantes das línguas indígenas e africanas. Essa situação acontecia comumente entre os adultos, no entanto as crianças que nasciam tinham como base essa língua “imperfeita”, adquirida pelos seus genitores em situações de comunicação emergente, tornando-se, assim, em língua materna.

As discussões em torno da formação e da estruturação de *pidgins* e crioulos suscitam pontos relevantes e complexos, por vezes, contraditórios acerca dessas línguas, visto que diversas pesquisas ainda estão sendo desenvolvidas para melhor compreendê-las. Entretanto, sabe-se que ambas têm suas gêneses no contato entre línguas, em situações em que o multilinguismo seja um fator marcante para essa constituição, o qual tratará a próxima seção.

2.3 Línguas parcialmente reestruturadas/ Transmissão Linguística Irregular

O conceito de línguas parcialmente reestruturadas é dado por Holm (2004). Para tanto, traz a premissa de que as principais línguas que sofreram reestruturação parcial foram o português brasileiro, o Espanhol Caribenho Não Padrão, o Inglês Afroamericano, o Afrikaans e o Francês Vernacular de Reunião. Diante disso, Holm (2004) propõe que essas línguas foram reestruturadas a partir do português, espanhol, inglês, holandês e francês, respectivamente. Cabe salientar que, para Holm (2004), as línguas parcialmente reestruturadas não se somam, tipologicamente, ao conjunto de línguas crioulas.

Essas línguas são chamadas de "parcialmente reestruturadas" porque não foram submetidas a uma reestruturação completa, isto é, ainda preservam características da língua original, mesmo que tenham sofrido alterações mais robustas em outros aspectos. Essas mudanças podem interferir nos diferentes níveis da língua, como lexical, sintático, semântico e fonológico, pode ainda interferir na própria estruturação das sentenças.

Holm (2004) mostra que as línguas parcialmente reestruturadas são frutos do contato linguístico, mas se diferem das crioulas e de outras línguas reestruturadas, sendo originadas da seguinte forma: um determinado grupo mais forte social e politicamente (superestrato) entra em contato com um grupo social e politicamente mais fraco (substrato), nessa situação há uma “criação” de uma língua emergencial, chamada de *pidgin*. Assim, os falantes das línguas do substrato apresentam a missão, nesse processo, de adquirir o léxico do superestrato. Todavia, com a intenção de promover a compreensão, os falantes da língua do superestrato acabam por imitar o modo como os falantes das línguas do substrato falam sua língua (o superestrato). Dessa forma, acabam gerando uma aquisição imperfeita da língua, também denominada por Lucchesi (1994, 2001) de transmissão linguística irregular.

De acordo com Lucchesi e Baxter (2009), a TLI acontece quando a língua alvo ou superestrato “se impõe de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização” (Lucchesi; Baxter, 2009 p. 101). Diante disso, observa-se que nesse processo as variedades da língua que se formam nessas condições defectivas acabam fornecendo subsídios para a aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes.

Dessa forma,

o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de

uma nova variedade histórica da língua de superestrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas (Lucchesi; Baxter, 2009 p. 101).

É importante salientar que a TLI é um fenômeno capaz de originar uma variedade linguística. Esse processo acontece a partir do momento em que aos adultos tentem “imitar” o léxico e a gramática da língua dominadora, como mostrado em Holm (2004) e, embora as crianças nascidas nesse contexto não tivessem acesso à língua materna de seus pais, que na maioria das vezes eram falantes de línguas ininteligíveis, desenvolvem sua língua materna baseada em um modelo muito deficitário de português falado como segunda língua por seus pais.

Silva, Araújo e Santiago (2024) asseveram que, nesse processo, é necessário considerar que, na aquisição do português pelos africanos, delineiam-se duas trajetórias sócio-históricas distintas. A primeira refere-se ao tráfico de adultos, que, por já terem ultrapassado o período crítico de aquisição linguística, teriam aprendido o português de forma deficitária. A segunda trajetória diz respeito ao tráfico de crianças que, por estarem expostas à nova língua durante o período crítico de aquisição, apresentavam uma maior plasticidade na formação de uma gramática mental compatível com o português.

Quanto ao conceito de TLI, Lucchesi (2012) afirma que

[...] busca dar conta das situações de contato massivo entre línguas, para além daquelas situações mais radicais em que surge uma língua nova (um pidgin ou crioulo) que é distinta em sua estrutura gramatical de todas as outras que concorreram para sua formação, não obstante o seu léxico seja majoritariamente proveniente de apenas uma dessas línguas e alguns mecanismos de sua gramática possam ter sido transferidos da gramática de outras. Assim, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é visto como gradual, em função da graduação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam, de modo que o seu resultado pode não ser um pidgin ou crioulo, mas uma variedade da língua que prevalece na situação de contato, com alterações em sua estrutura que podem inclusive resultar da transferência de estruturas gramaticais de outras línguas envolvidas na situação de contato (Lucchesi, 2012 p. 53).

O conceito de TLI torna-se mais amplo do que o de pidginização e crioulização, uma vez que abrange tanto os processos de mudança originários do contato linguístico, por meio dos quais uma língua pode sofrer alterações intensas na sua estrutura, resultando, assim, o surgimento de uma

nova língua (*pidgin* ou crioulo), quanto os processos pelos quais uma língua sofre alterações devido ao contato, sem que essas alterações cheguem a configurar uma nova língua.

Como citado por Lucchesi (2009, 2012), no nível linguístico, quando uma população adulta, falante de outras línguas é forçada a apreender uma segunda língua de forma emergencial para estabelecer uma relação comercial ou de escravidão, a variedade dessa língua alvo tende a apresentar uma forte redução ou simplificação em sua estrutura gramatical, visto que apenas os elementos básicos ao preenchimento das funções comunicativas são mantidos. De acordo com os resultados obtidos no âmbito do *Projeto Vertentes* (Lucchesi, 2009), sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), essa redução na estrutura gramatical da língua alvo é devida a:

- a) o acesso difícil dos falantes das outras línguas aos padrões da língua alvo, principalmente nas circunstâncias em que os falantes do superestrato são quantitativamente inferiores aos falantes das outras línguas;
- b) o motivo de os falantes dessas outras línguas serem comumente adultos, não possuindo o acesso aos dispositivos que operam espontaneamente no processo de aquisição da língua materna e;
- c) a carência de uma ação normatizadora, isto é, de um preceito capaz de orientar e restringir o processo de aquisição ou nativização, visto que esse processo apresenta o objetivo de estabelecer a comunicação com o novo código.

Dada a situação de contato por um longo tempo, a variedade da língua alvo que foi formada a partir de situação explicada acima e falada como segunda língua pelos grupos dominados, por ser socialmente mais viável, acaba assumindo de forma progressiva novas funções na rede de interação linguística, servindo como modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes falantes das línguas de substratos.

Diante disso, é importante corroborar a premissa de que o processo de construção histórica do PB, assim como suas variações não podem ser explicadas por um processo de crioulização, “mas de um processo de transmissão linguística irregular de tipo mais leve do que a formadora de línguas crioulas” (Souza; Oliveira; Araújo, 2018).

De acordo com Lucchesi (2015), o que define a predominância da TLI de tipo leve e a não predominância de situações de crioulização prototípica são dois fatores: a) o **primeiro** que possivelmente inibiu a crioulização do PB foi a proporção de falantes da língua dominante, isto é, a população europeia do Brasil sempre esteve no percentual de aproximadamente 30%, crescendo

somente no século XIX, diferente do que acontece no Caribe, Haiti e Jamaica, cuja população de brancos sempre foi inferior a 10%, assim, no Brasil, os modelos da língua alvo sempre foi maior do que o que se observa na crioulização; b) o **segundo** fator está ligado à possibilidade de introdução dos negros escravizados na sociedade branca, sobretudo, os nascidos no Brasil, o chamado crioulo.

Com o fácil acesso dos falantes das outras línguas aos padrões da língua alvo, foi possível estabelecer uma espécie de preceito linguístico. Em face disso, presume-se que o resultado desse processo, pode, de fato, não ser a formação de um sistema linguístico distinto da língua alvo, todavia a formação de uma nova variedade dessa língua alvo, como se deu no Brasil.

2.4 Empréstimos

O fenômeno dos empréstimos linguísticos é um campo de estudo que suscita grande interesse dentro da linguística, especialmente no contexto da sociolinguística e da lexicologia. Os empréstimos linguísticos referem-se às palavras ou expressões que uma língua adota de outra, incorporando-as ao seu léxico. Este processo é inerente às interações culturais e comerciais entre povos, refletindo a dinâmica social, histórica e econômica das sociedades.

No Brasil, de acordo com Noll (2008), o fenômeno do empréstimo é testemunhado a partir do ano de 1500, quando alguns autores consideram o “Brasileirismos¹⁵” algumas palavras de origem indígena presentes em registros de navegações. Noll (2008) afirma que no ano de 1511, no diário de bordo da Nau Bretoa, é considerado um dos primeiros documentos com indicativos de palavras pertencentes as línguas indígenas. Esse documento traz o registro de animais pertencentes à fauna brasileira.

No ano de 1549, Hans Staden, em viagem a Pernambuco, registrou cerca de 50 palavras pertencentes as línguas indígenas. Já em 1555 o cosmógrafo André Thevet e Nicolas Durand de Villegagnon estiveram no Rio de Janeiro por seis semanas e, em seu relato de viagem, *Les singularités de la France Antarctique*, publicado dois anos depois, explica cerca de 70 palavras de

¹⁵ Brasileirismos são palavras, expressões, construções gramaticais ou características linguísticas específicas do português falado no Brasil, que se diferenciam das formas usadas em Portugal ou em outros países lusófonos. Esses vocábulos refletem a identidade cultural, histórica e social brasileira, e surgiram como resultado do contato entre o português europeu e as línguas indígenas e africanas durante o período colonial. Os brasileirismos abrangem palavras originadas do tupi, línguas africanas, adaptações regionais de expressões e até particularidades de pronúncia e sintaxe

origem indígena. Posteriormente, Francisco López de Gómara, em *História General de las Indias* (1552) explica cerca de 130 tupinismos, que em Portugal não havia sido documentada.

De acordo com Timbane (2012), as línguas evoluem ao longo do tempo, influenciadas por contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Essas influências geralmente resultam em mudanças e variações linguísticas, afetando primeiramente o léxico, que é a parte mais suscetível da língua, mas também impactando aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Quando uma língua entra em contato com outra, essas modificações são comuns, ocorrendo principalmente por meio de empréstimos linguísticos.

Embora seja um fenômeno inerente às línguas, como exposto por Bonvini (2008), Viaro (2014) mostra que, pelo discurso normativo, essa questão surge como um espúrio, ou seja, apenas com uma hipótese, visto que “mancharia” a pureza de uma língua. Contudo, cabe salientar que essa afirmativa se trata de uma visão preconceituosa, o que acabaria desmerecendo a importância linguística de tal fenômeno.

Viaro (2014) afirma que o expurgo de empréstimos linguísticos, também conhecido como purismo linguístico, se constituiu como uma violência em vários momentos da história da humanidade, pois é um fenômeno que envolve a rejeição ou eliminação de palavras e expressões estrangeiras de uma língua, substituindo-as por termos nativos ou construídos com base em raízes autóctones. Este processo é frequentemente impulsionado por políticas linguísticas que visam preservar a pureza e identidade cultural da língua em questão, combatendo a influência externa percebida como uma ameaça à integridade da língua, como ocorreu na Turquia no governo Atatürk de 1881 a 1938, que foi proibido a utilização do alfabeto árabe e criada uma lista de expressões nativas, para substituir os estrangeirismos. No Brasil também houve essa tentativa quando Antônio de Castro Lopes, em 1889, publicou um texto substituindo a palavra *menu* por *cardápio*.

Historicamente, o expurgo de empréstimos linguísticos tem sido observado em diversas culturas e períodos. Observa-se que no século XIX, durante o movimento nacionalista, muitos países europeus também implementaram políticas puristas para reforçar a identidade nacional, a exemplo da França em que a Académie Française é conhecida pelo seu papel de promover o uso de palavras francesas em detrimento de anglicismos e outras influências estrangeiras.

O purismo linguístico não está isento de controvérsias, visto que os defensores argumentam que ele protege a língua e a cultura nacional de uma possível diluição causada por empréstimos excessivos. Enxergam esse expurgo como uma forma de manter a originalidade e a autenticidade

da língua, promovendo um sentimento de orgulho e identidade nacional. Por outro lado, diversas pesquisas e teorias apontam que a língua é um organismo vivo, naturalmente sujeito a mudanças e influências externas, logo os empréstimos enriquecem a língua, permitindo-lhe adaptar-se às novas realidades e evoluir.

É importante salientar que essa obsessão pela língua pura ainda não foi extinta, no entanto, as línguas tomaram e tomam vocabulários emprestados para suprir uma necessidade linguística, assim sendo “não há, portanto, línguas puras, nunca as houve e jamais as haverá” (Viaro, 2014, p. 168). Diante disso, Bonvini (2008 p. 103) afirma que o empréstimo linguístico é um fenômeno sociolinguístico normal e frequente, resultante do contato entre línguas.

Durante esse contato há uma troca bilateral de vocábulos entre os falantes. Decerto, o contato entre o português e as línguas autóctones africanas durante a colonização no Brasil trouxe um acervo muito grande de lexias de base de línguas africanas, no caso de Angola, que ainda há um contato intenso entre o português e as línguas nacionais, certamente há um processo de incorporação de novas lexias africanas à língua portuguesa.

Bonvini (2008 p. 103) mostra que as lexias originárias de línguas africanas, atestadas no acervo lexical do português brasileiro, testemunham esse contato, que, no Brasil, se deu entre meados do século XVI e o final do século XIX.

Petter (2008) mostra que Thomason e Kaufman (1988) consideram que o empréstimo linguístico se refere à incorporação de elementos de uma língua estrangeira em uma língua nativa, realizada pelos falantes desta última. Nesse processo, a língua nativa permanece como a principal forma de comunicação, mas é modificada pela adição dos traços incorporados. Inicialmente, o empréstimo ocorre principalmente no nível lexical, com a introdução de novas palavras. No entanto, se o contato entre as línguas for intenso e prolongado, pode haver também empréstimos nos níveis fonético, fonológico e sintático. Em casos mais raros, até mesmo aspectos da morfologia flexional podem ser transferidos de uma língua para outra, embora isso aconteça com menor frequência.

De acordo com Petter (2008), Thomason e Kaufman (1988) defendem a premissa da interferência de substrato (ou sob mudança), que se distingue do empréstimo. A interferência linguística resulta de um aprendizado incompleto durante o processo de aquisição de uma nova língua, quando um grupo de falantes não consegue dominar plenamente a língua alvo. Esses erros de aprendizado podem se propagar coletivamente quando falantes nativos da língua alvo começam

a reproduzir esses desvios. Os autores asseveram ainda que o termo "aprendizado imperfeito" não implica uma incapacidade de aprender, mas sim sublinha a influência da acessibilidade e exposição à língua alvo. Essa interferência linguística frequentemente se manifesta inicialmente em aspectos fonéticos e sintáticos, podendo ocasionalmente incluir elementos da morfologia.

Além disso, Petter (2008) traz a consideração que, segundo Thomason e Kaufman (1988), um aspecto crucial que diferencia o empréstimo da interferência durante o processo de mudança linguística é o tempo necessário para que ocorram modificações de longo alcance. Em situações de empréstimo, onde ocorrem mudanças estruturais significativas, geralmente são necessárias várias centenas de anos de contato íntimo entre as línguas envolvidas para que essas alterações se estabeleçam de maneira abrangente.

Por outro lado, é importante considerar que os processos de mudança de língua podem ocorrer de maneira muito mais rápida, às vezes dentro de uma única geração. Nesse cenário, os traços de interferência são introduzidos na língua alvo à medida que os falantes que estão mudando adotam rapidamente esses traços. No entanto, a aceitação e adoção completa desses traços pelos falantes nativos da língua alvo pode levar mais tempo. É comum que os traços de substrato sejam incorporados rapidamente na língua alvo; se o processo de mudança se estender por muitos séculos, a população em transição pode acabar se tornando bilíngue na língua alvo. Nesse caso, o fenômeno de aprendizado imperfeito não ocorre, e, portanto, não há interferência na língua alvo (Thomason; Kaufman, 1988).

Em suma, Segundo Thomason e Kaufman (1988), o empréstimo e a interferência sob mudança são fenômenos distintos no contato entre línguas. O empréstimo refere-se à incorporação de elementos de uma língua em outra, ocorrendo de forma gradual e requerendo um contato prolongado e íntimo, que pode durar séculos para produzir mudanças estruturais significativas.

Por outro lado, a interferência sob mudança ocorre quando falantes de uma língua, durante o processo de mudança para uma nova língua, transferem traços da sua língua nativa para a língua alvo. Esse processo pode ser bastante rápido, às vezes ocorrendo em uma única geração. Enquanto o empréstimo se concentra na adoção de elementos linguísticos por escolha ou influência cultural, a interferência resulta de um aprendizado imperfeito da nova língua, levando à introdução involuntária de características da língua nativa na língua alvo.

2.5 Reformatação Linguística

De acordo com Bonvini (2008), o que motiva o empréstimo linguístico é geralmente a semântica. Na maioria das vezes a língua que toma emprestada a palavra apropria-se de uma noção de que ela é desprovida para suprir as necessidades comunicacionais. Cabe salientar, portanto, que durante o processo de apropriação, o significado do vocábulo emprestado que até então se apresenta estável significantemente, fonologicamente e morfologicamente, começa a ter um outro tipo de estabilidade fonológica e morfológica, assim, surge o processo de readaptação a essa situação nova feita de redução ou reestruturação.

No que concerne ao léxico de origem africana incorporado ao português, Bonvini (2008) argumenta que ocorreu no Brasil uma “reformatação linguística”, visível nos níveis morfológico e semântico. Esse processo envolve a apropriação de vocábulos, em que o significante e o significado mantêm uma relação estável com os outros componentes da mesma categoria sintática, o que exige que o termo emprestado se adapte a uma nova estabilidade fonológica e morfológica. As reduções e reestruturações resultantes desse processo são o que Bonvini (2008) denomina reformatação linguística, no entanto, essa reformatação nem sempre gera um empobrecimento do vocabulário.

Essa “reformatação linguística” faz-se habitualmente à custa de marcas gramaticais de partida, mas o resultado não é obrigatoriamente um empobrecimento. Haja vista o caso dos substantivos das línguas do grupo bantu. O processo de redução afeta geralmente o sistema das classes nominais de duas maneiras conjuntas: redução morfológica do número de marcas de classe, depois supressão de sua função classificatória (Bonvini, 2008, p. 138).

Bonvini (2008) discute um aspecto importante da reformatação linguística, destacando que, embora o processo ocorra frequentemente em detrimento de certas marcas gramaticais, isso não implica necessariamente um empobrecimento da língua. Especificamente, Bonvini (2008) examina como os substantivos das línguas do grupo bantu passam por uma redução morfológica no sistema de classes nominais, onde há uma diminuição do número de marcas de classe e uma eventual supressão da função classificatória dessas marcas.

Bonvini (2008) traz dois vocábulos para ilustrar esse processo de reformatação: macota e moleque.

Quadro 3: análise do vocábulo “macota”

MACOTA			
Dikòtà (mais velho)	Singular		dì (prefixo-singular)

Kuimbundu	Màkòtà (mais velho)	Plural	mà (prefixo-plural)
	Base nominal a base é kota - o “a” é a vogal final		

Fonte: adaptado de Bonvini (2008, p. 138)

No português brasileiro, segundo Bonvini (2008), esse vocábulo foi integrado como *macota* (singular) e *macotas* (plural), que tem significados semelhantes, pois tanto no dicionário Aurélio quanto em Houaiss refere-se a aquele que tem maior poder, influência ou prestígio.

Observa-se que no Brasil aconteceu uma redução de número dos prefixos de classe, isto é, desapareceu o *di-*, que marca o singular, sendo substituído pelo *ma-*, que marca o plural. Todavia, o *ma-* perde sua função de elemento classificador, não representando mais nada à base *-kòtà*, pois foi acrescentado o *-s*, marcador de plural na língua portuguesa. Nesse caso, houve uma redução no plano morfológico, mas que, segundo Bonvini (2008) foi compensada por uma reestruturação derivacional: *macotear*, *macoteiro*, *macotidade*. Assim sendo, “se foram apagadas distinções semânticas, outras aparecerão, sempre no plano morfológico” (Bonvini, 2008, p. 139).

No que concerne ao vocábulo *moleque*, Bonvini (2008) afirma que é um caso de reestruturação derivacional e de evolução semântica no Brasil. Cabe salientar que *moleque* e *moleca* são vocábulos já utilizados pelo catecismo em Angola no período de 1622 a 1935 para designar o jovem escravizado, além de aparecer em Bluteau (1716) como *molequê*, pequeno negro escravizado.

Bonvini (2008), analisando todos os registros da palavra em português desde sua primeira ocorrência, no catecismo em quimbundo de 1624, examina as transformações que o vocábulo sofreu nos planos fonológico, morfológico e semântico. Ele conclui que, no Brasil, ocorreu uma inovação semântica, diferenciando-se tanto do significado original em quimbundo (“rapaz; garoto; criado de servir”) quanto em quicongo (“jovem; serviçal, subordinado de um rei; inferior”), como mostrado no Quadro 14.

Quadro 4: análise do vocábulo moleque

MOLEQUE		
Língua	Vocabulário	Significado
Kikongo	Nleke	Irmão menor, sobrinho, servente, jovem, moço
Kimbundu	Mulêke	Rapaz, garoto, criado de servir

Fonte: adaptado de Bonvini (2008)

Na integração do vocábulo para o português, tem-se: a) passagem da vogal /u/ para a vogal /o/; b) sufixação de marca /-a/ para designar o feminino do português e; c) uma tentativa de interpretação da língua emprestadora: *muleke*. Entretanto, essa análise não é completamente perfeita, o que tem de exato, é que o *-leke* é a base em comum, no entanto os prefixos diferem (n-kikongo; m-kimbundu).

Diante disso, é importante ressaltar que esse processo reflete uma adaptação da língua ao novo contexto linguístico, em que a complexidade original das classes nominais das línguas bantu é simplificada para se adequar ao sistema do português. No entanto, Bonvini (2008) ressalta que essa simplificação não deve ser vista como uma perda de riqueza linguística, mas sim como uma transformação que resulta em novas formas de expressão e organização gramatical. A língua, portanto, não perde sua funcionalidade ou capacidade expressiva, mas se reconfigura de acordo com as necessidades comunicativas e estruturais do novo contexto.

Essa visão desafia a ideia comum de que a simplificação gramatical resultante do contato linguístico leva necessariamente a um empobrecimento. Pelo contrário, Bonvini (2008) sugere que, através da reformatação linguística, a língua em questão pode adquirir novas nuances e adaptar-se de maneira eficiente ao novo ambiente linguístico, mantendo sua vitalidade e relevância.

2.6 Estrangeirismos

O fenômeno do estrangeirismo na língua portuguesa tem sido objeto de estudo por diversos linguistas que apontam as influências externas como uma das forças motrizes da evolução linguística. É importante ressaltar que o debate sobre estrangeirismos tem ganhado destaque, especialmente devido ao uso crescente de palavras de origem inglesa no Brasil, impulsionado pela interação com diversas culturas globais.

O tema ganhou maior visibilidade com o projeto de lei 1676/1999, proposto pelo deputado Aldo Rebelo, que visava promover a preservação e o uso da Língua Portuguesa. O objetivo principal era combater a influência excessiva de estrangeirismos, que poderia comprometer o valor linguístico, cultural e social do português. O projeto tornou-se notório por essa preocupação e enfatizou o processo contínuo de adaptação das palavras estrangeiras ao português. Um aspecto

importante desse processo é a aceitação de termos por grupos influentes, que frequentemente se relacionam com a grafia portuguesa.

Saussure (1913 [2006]), por sua vez, afirma que a língua é um sistema de signos que está em constante transformação, influenciado por fatores sociais e culturais. Nesse sentido, o estrangeirismo pode ser entendido como uma manifestação natural da interação entre diferentes culturas, refletindo mudanças no vocabulário e nas estruturas gramaticais. O estrangeirismo, de acordo com Timbane (2012 p. 291) é “o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas”.

Gonçalves et al. (1975), definem estrangeirismo como o uso de palavras provenientes de línguas estrangeiras, para as quais não há equivalentes em nossa língua, é frequentemente identificado como um vício de linguagem nas normas gramaticais. A pronúncia e a escrita dessas palavras geralmente permanecem inalteradas.

Hall (2006), em seus estudos sobre identidade cultural, argumenta que a globalização e o contato entre culturas distintas têm um impacto significativo na formação das identidades linguísticas. Para Hall (2006), também o uso de termos estrangeiros pode ser visto tanto como uma forma de dominação cultural quanto como uma adaptação criativa, em que as sociedades assimilam elementos externos de acordo com suas necessidades e contextos específicos. Essa assimilação, contudo, nem sempre ocorre de maneira uniforme, gerando debates sobre a preservação da identidade linguística, como defendido pela premissa do purismo linguístico.

O emprego de palavras estrangeiras faz parte do processo natural de evolução das línguas, com muitas dessas palavras se integrando gradualmente sem que se perceba sua adaptação. Conforme destaca Faraco (2002, p. 15) “[...] estrangeirismo refere-se à utilização de elementos de outras línguas dentro de uma língua específica. No contexto brasileiro, isso se traduz simplesmente no uso de palavras e expressões estrangeiras no português”. Os estrangeirismos podem ser “necessários” ou de “luxo”

O uso de estrangeirismos pode ser incorporado à língua como estratégias de comunicação. De acordo com Timbane (2012), na língua portuguesa falada em Angola, isso ocorre quando os falantes recorrem a vocábulos de línguas maternas (autóctones africanas) para preencher lacunas existentes. Além disso, essas práticas podem ser utilizadas como estratégias de identificação, especialmente por falantes bilíngues, a exemplo de Angola, que falam tanto o português quanto línguas africanas (kimbundu, kikongo, umbundu e outras). Esses falantes integram lexias de suas

línguas maternas ao português, o que se relaciona ao *status* do português como língua oficial e de maior prestígio na sociedade (Timbane, 2012).

Segundo Xatara (2001), os estrangeirismos não são estáveis; ao contrário, podem apresentar diferentes significados e adaptações, dependendo de como são usados. É possível encontrar nos dicionários palavras estrangeiras que não sofreram adequações formais ou semânticas, sendo classificados como estrangeirismos puros. Além disso, há palavras estrangeiras que passam por adaptações e se integram ao português, conhecidos como empréstimos linguísticos, como *cachaça*, *samba*, *moleque* e *fubá* presentes nos corpora analisados.

Diante disso, é importante ressaltar que o uso de palavras estrangeiras não empobrece a língua; ao contrário, enriquece-a, ampliando o seu acervo vocabular. Em situações comunicativas variadas, os falantes muitas vezes precisam preencher lacunas, e a incorporação de novas palavras torna-se uma solução eficaz. O contato com outras línguas facilita essa integração, que pode ocorrer também por meio de decalques semânticos ou linguísticos, como versa a seção seguinte (Silva, 2021).

2.7 Decalque semântico ou linguístico

A adoção de um termo estrangeiro por um grupo linguístico envolve vários passos até que ele seja aceito como parte do vocabulário local. Não é suficiente apenas criar uma nova palavra ou simplesmente importar um termo de outra língua para que ele se torne parte do léxico da língua receptora. A aceitação de um termo estrangeiro depende de sua frequência e disseminação entre os falantes. Quanto mais o termo é utilizado e integrado no discurso cotidiano, maior é a probabilidade de que se estabeleça e passe a fazer parte do vocabulário da língua (Silva, 2021).

Além disso, o processo de integração de lexias estrangeiras frequentemente resulta em modificações, como a tradução literal. Este fenômeno é conhecido como decalque semântico ou linguístico, que envolve a transposição direta da lexia estrangeira para a nova língua, mantendo a estrutura original. Muitas vezes, esse decalque também inclui ajustes fonéticos para se adequar ao sistema sonoro da língua receptora.

Em outras palavras, o decalque lexical é um fenômeno linguístico em que uma palavra ou expressão de outra língua é traduzida literalmente para a língua receptora. Esse processo pode

enriquecer o léxico de uma língua ao adaptar conceitos estrangeiros de forma mais natural, respeitando as estruturas gramaticais e semânticas da língua local.

Esse mecanismo de decalque lexical ocorre frequentemente em contextos de contato linguístico, como em períodos de globalização, onde novos conceitos e tecnologias surgem rapidamente. O decalque oferece uma alternativa ao empréstimo direto de palavras estrangeiras, permitindo que as línguas preservem sua identidade enquanto assimilam novidades externas.

Segundo Petter (2008),

O fato de uma expressão linguística ‘traduzir’ uma estrutura morfossintática de outra língua é conhecido nos estudos linguísticos como decalque. Essa seria a designação mais geral para os aspectos analisados, se se julgar que eles revelam claramente a transposição de uma estrutura conceptual ou morfossintática de uma língua em outra (Petter, 2008, p. 183).

Petter (2008) define decalque como a transposição de uma estrutura morfossintática (como a forma e organização das palavras em frases) de uma língua para outra. Isso pode ocorrer quando os falantes de uma língua tentam adaptar uma construção gramatical ou um padrão linguístico de uma língua fonte para sua língua alvo. Em outras palavras, o decalque é a reprodução direta das regras ou estruturas de uma língua ao traduzi-las para outra, o que pode resultar em uma expressão que reflete claramente a estrutura original da língua de origem.

Viaro (2014) afirma que o decalque é concebido como uma “denominação neológica inspirada na tradução das partes da palavra ou da expressão original” (Viaro, 2014, p. 277). É importante ressaltar que esse fenômeno já era utilizado pelos romanos a fim de evitar empréstimos do grego. Sua prática foi continuada por outras línguas, como o inglês e o alemão (Viaro, 2014).

De acordo com Bonvini (2008),

Designa-se como decalque linguístico o fato de que uma língua A, para denominar uma noção nova, traduz uma palavra, simples o complexa, pertencente a uma língua B, em uma palavra simples que já existe na língua ou uma palavra complexa formada também de palavras que já existem na língua. Tanto num caso como outro, há adição de um sentido novo no âmbito da língua A, emprestado da língua B. Nesse aspecto em relação somente ao nível semântico, poderíamos também designar esse fato como decalque semântico. O decalque distingue-se do empréstimo propriamente dito pelo fato de que, neste caso, a palavra estrangeira (língua B) é integrada tal qual na língua que a toma emprestado (língua A) (Bonvini, 2008, p. 124-125).

Nesse contexto, é possível observar a relação com a afirmação de Biderman (2001), quando assevera que o decalque envolve uma tradução fiel da lexia original, adaptando-o aos padrões lexicais e métodos de derivação da língua que o recebe. Embora as lexias sejam traduzidas de forma direta, elas são ajustadas para se encaixar às características linguísticas da língua receptora.

Castro (2001) exemplifica o decalque utilizando a lexia de base africana **despacho**. Cabe salientar que na língua portuguesa essa lexia concebe um caso de decalque, pois seu significado original está ligado ao termo **despacho-de-exu**, da língua de santo, que se refere ao **envio de oferendas ou ebó**. No Brasil, esse termo foi associado ao verbo "despachar", que significa quitar responsabilidades ou obrigações. Como apresentado em Houaiss, Villar e Franco (2008, p. 241) "Despachar 1. Levar despacho; 2. pôr despacho em; 3. mandar embora; dispensar; 4. tirar a vida de; matar". Assim, o processo de decalque considerou os aspectos semânticos da língua de origem e adaptou o termo para um significado próximo na língua receptora.

De acordo com Castro (1983),

Há decalque linguístico quando, para denominar uma noção ou um objeto novo, uma língua A (aqui, o português) traduz uma palavra simples ou composta pertencente a uma língua B (aqui, as línguas africanas). Quando se trata de uma palavra simples, o decalque se manifesta pela adição, ao sentido corrente do termo, de um "sentido" tomado emprestado a língua B; assim, a palavra despacho, cujo sentido de envio tomou talvez aquele de oferenda (= envio às divindades) por decalque dos itens africanos bozó (banto) e ebó (kwa) (Castro, 1983, p. 93).

O decalque semântico, nesse contexto, é visto como uma forma de tradução de empréstimos (Manzolillo, 1914). Segundo Manzolillo (1914), envolve a criação de formas léxicas equivalentes através da tradução direta de um termo estrangeiro, respeitando o sentido original. Timbane (2012) descreve isso como um empréstimo conceitual, onde um termo estrangeiro é modificado semanticamente para adquirir um novo significado na língua que o adota.

Portanto, o decalque é um processo de formação de palavras que cria novos termos com base na tradução literal de vocábulos estrangeiros, adaptando-os às estruturas da língua de destino. É uma forma de empréstimo lexical onde o termo emprestado é traduzido de forma precisa, mantendo a essência semântica original, funcionando essencialmente como uma tradução de empréstimo.

2.8 Multilinguismo no Brasil

O multilinguismo foi uma realidade presente no Brasil que se intensificou a partir da chegada dos colonizadores, visto que trouxeram a sua língua que passou a conviver com as línguas do tronco Tupi-guarani que já existiam no Brasil e, posteriormente com outras europeias como o alemão, francês, italiano e outras.

Situações de multilinguismo acontecem devido à migração de povos com suas respectivas línguas para um determinado território, como afirmam Couto (2011) e Mufwene (2007). É, portanto, uma consequência natural do contato entre línguas. Couto (2011) tem corroborado com os estudos acerca do multilinguismo e, para isso, afirma que é preciso considerar três situações:

- a) Quando um ecossistema fundamental da língua (EFL) não é tocado ou influenciado por representantes de outro EFL, resulta, assim, na **ecologia linguística simples**. De acordo com Couto (2011), situações como essa descrita pode ser observada na comunidade *tasaday*, nas Filipinas, que se tornaram conhecidos da região por volta de 1950, todavia, chegaram ao conhecimento do governo e do mundo nos anos de 1970.
- b) Se um EFL é influenciado por outro EFL, tem-se como resultado a **ecologia linguística complexa**. Essa situação tem se mostrado muito forte, considerando a criação dos Estados nacionais. Em circunstâncias de formação de ecologia linguística complexa, quase sempre um povo com maior poder social delimita uma área como seu próprio território, no entanto, há também nele um povo menor poder que passa a ser dominado pelo hegemônico, impondo a sua língua e cultura (Couto, 2011). É importante perceber que, em situações de multilinguismo como essa, sempre haverá uma língua dominante, geralmente a do povo dominador. As línguas dominadas são subordinadas, minoritárias, com número melhor de falantes do que a dominante, como aconteceu no Brasil.
- c) Compreendida como **multilinguismo territorial**, a situação se dá quando há mais de uma língua oficial num mesmo território. Couto (2011) cita a situação de multilinguismo da Índia em que os invasores ingleses delimitaram territórios em que havia povos de culturas e línguas distintas. Com o passar do tempo, as línguas tornaram-se oficiais dessas regiões, no entanto, por resistência da própria comunidade, o inglês tornou-se a língua oficial por tempo indeterminado, mas não deixando as outras de lado.

As situações descritas por Couto (2011) mostram as diversas faces do multilinguismo, no entanto, como o próprio termo sugere, trata-se de situações em que há diversas línguas convivendo

entre si. Diante dessas descrições, é importante ressaltar que a história do multilinguismo no Brasil começou anteriormente à chegada dos colonizadores em 1500, ou seja, torna-se um conceito anacrônico, uma vez que a noção e os estudos sobre o multilinguismo só podem ser aplicados em sociedades que são produto de uma globalização linguística recente.

Embora os estudos sobre o multilinguismo sejam recentes, relativamente, não se pode esquecer que antes da chegada dos portugueses ao Brasil existiam centenas de línguas indígenas, faladas por diversos grupos étnicos. Certamente, essas línguas eram utilizadas enquanto meio de comunicação dentro dessas sociedades e, ainda, entre comunidades diferentes. Cabe salientar, portanto, que a diversidade linguística no Brasil era enorme, e as línguas variavam desde as faladas em pequenas tribos até as que eram usadas por grupos maiores e mais complexos, como os Tupis-Guaranis.

Alguns estudos como os de Mattos e Silva (2004) e Lucchesi (2017) mostram, de fato, um Brasil multilíngue mesmo antes da chegada dos colonizadores. De acordo com Mattos e Silva (2004), apesar de já existirem no Brasil as diversas línguas autóctones, houve na história desse território uma trajetória de dizimação não somente dos povos originários, mas também de suas línguas, configurando-se como etnocídio e glotocídio.

Para Lucchesi (2015), glotocídio é o processo de destruição ou apagamento de uma língua ou variedade linguística, geralmente causado pela imposição de outra língua mais prestigiada ou dominante. O autor afirma que o conceito está associado especialmente à história sociolinguística do Brasil, em que o contato entre o português europeu e as línguas africanas e indígenas resultou em processos de substituição linguística, levando à morte de muitas dessas línguas. Assim sendo, entende-se que o glotocídio seja uma consequência de relações de poder, em que as línguas subordinadas, no caso do Brasil as indígenas e as africanas, são sistematicamente desvalorizadas até serem abandonadas pelos próprios falantes em favor da língua dominante.

Mattos e Silva (2004) afirma ainda que, embora o Brasil tenha passado por quinhentos anos de destruição, no que se refere ao povo e às línguas autóctones, ainda sobrevivem cerca de 180 línguas indígenas. O contexto multilíngue no Brasil se intensificou ainda mais com a chegada dos povos africanos, visto que, além da cultura, trouxeram suas línguas nativas. É importante salientar que as línguas indígenas serviram também como meio de comunicação entre os nativos, colonizadores e, posteriormente, os africanos.

Segundo Mattos e Silva (2004),

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar, como instrumento fundamental para dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora da atividade caquética – construiu um “tupi jesuítico” –, a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para hegemonia do português no Brasil, juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios (Mattos e Silva, 2004 p. 14-15).

Nesses termos, o multilinguismo foi uma realidade latente em todo o território brasileiro, tornando-se, assim, um fenômeno generalizado. É importante salientar que o termo “multilinguismo generalizado” é utilizado para descrever a situação em que várias línguas são faladas e utilizadas em um determinado contexto territorial.

Posteriormente, se juntaram as línguas africanas que foram introduzidas no território durante o tráfico negreiro (Petter, 2005). Diante de tal fato, observa-se que a língua portuguesa no Brasil foi, por quase dois séculos, somente uma das línguas que eram faladas no território.

O Brasil, de acordo com Mussa (1991), dos anos de 1538 a 1890, tinha bastantes integrantes negros e indígenas que contribuíram para um multilinguismo generalizado, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Negros e indígenas no Brasil entre os anos de 1538 a 1890

	1538 a 16000	1601 a 1700	1701 a 1800	1801 a 1850	1851 a 1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Indígenas integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Mussa (1991)

Embora os dados acima apresentados refiram-se à população negra, europeia e indígena do país, atualmente “toda essa diversidade linguística se concentra em apenas dois por cento de sua população” (Lucchesi, 2017 p. 349). Nessa perspectiva, é justificada a definição de “multilinguismo localizado”, de Mattos e Silva (2004) em que o Brasil passou por um cenário de multilinguismo generalizado para localizado.

Ainda no que concerne ao multilinguismo no Brasil, Lucchesi (2017) sugere uma periodização linguística embasada nas pesquisas de Silva Neto (1963) em que cita três fases

linguísticas: a primeira fase acontece no início da colonização portuguesa em 1530 até a expulsão dos holandeses em 1654; a segunda fase ocorreu a partir de 1654 e vai até 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil e, a terceira fase que começou em 1808 até o momento da sua pesquisa em 1951.

A periodização de Silva Neto mostra que o multilinguismo ocorre no Brasil com a participação efetiva das línguas indígenas, africanas e europeias ainda na primeira fase. Observa-se ainda que, a partir da segunda fase, o Brasil começou a encaminhar-se linguisticamente para um multilinguismo localizado, visto que ocorreu a dizimação de povos e línguas indígenas, crescendo as influências africanas e europeias. Já, na terceira fase, percebe-se a dominação linguística, mas presentes ainda, com grande intensidade, marcas das línguas indígenas e africanas.

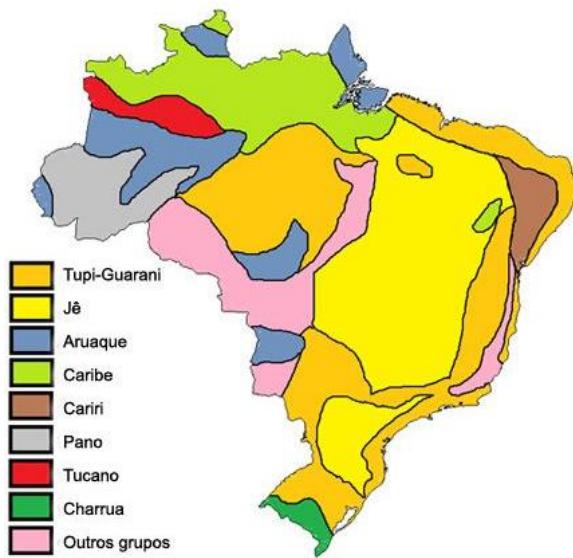
Outras propostas igualmente pertinentes foram elaboradas por diversos pesquisadores, a exemplo de Pessoas (2003) e Lobo (2003). A proposta do primeiro também classifica a história linguística do Brasil em três partes distintas. A primeira parte é caracterizada pela formação das variedades regionais e pelo multilinguismo; a segunda começa com a chegada da família real ao Brasil, durando até o ano de 1922, com o Movimento Modernista e, por fim, a terceira que corresponde a formação de uma língua comum que se sobressai à literária e ao regionalismo (Lucchesi, 2017).

Lobo (2003) propõe essa periodização em duas fases, sendo que a primeira vai até o ano de 1850, caracterizada pelo multilinguismo generalizado; sem urbanização e escolarização; a segunda fase aconteceu após 1850 e é caracterizada pelo multilinguismo localizado com urbanização e escolarização. Lucchesi (2017) mostra a proposta de Noll (2008) em que é dividida em cinco períodos: de 1500 a 1550, quando ocorre a chegada dos portugueses ao Brasil; de 1550 a 1700 quando há formação das primeiras características da língua portuguesa no território brasileiro; de 1700 a 1800, ocorrendo a formação do português brasileiro; de 1800 a 1950 quando se desenvolve a escrita e o ensino no Brasil; e de 1950 à contemporaneidade quando há um nivelamento da língua.

Todas as propostas são igualmente ricas em informações a partir do momento em que tomam como base os pressupostos de que, no Brasil, existiu (e ainda existe) o multilinguismo. Percebe-se, portanto, que todas as apresentadas por Lucchesi (2017) não excluem as línguas indígenas e as africanas como bases do multilinguismo generalizado e, posteriormente, localizado, como explana Mattos e Silva (2004).

De acordo com a proposta de Lucchesi (2017), o Brasil somente passa a ter o multilinguismo generalizado posteriormente à exploração dos portugueses no território, por volta de 1532, no entanto, é importante chamar atenção para as línguas indígenas originárias do tronco tupi e macro-jê que já eram faladas no Brasil, logo, é possível observar que mesmo antes da chegada dos portugueses no território brasileiro já existia, aqui, o multilinguismo, como mostrado no Mapa 1.

Mapa 1: Etnias e línguas indígenas no Brasil antes da colonização portuguesa



Fonte: Boulos Júnior (2018)

Como falado anteriormente, a chegada por portugueses na costa brasileira mudou essa realidade, fazendo com que houvesse transformações na história sociolinguística do país. Voltando ao que preconiza Lucchesi (2017), a **primeira fase da história sociolinguística** do Brasil teve início após o ano 1000, com a expansão das línguas do tronco tupi pelo litoral brasileiro, encerrando-se em 1532 com o início da colonização do Brasil.

A **segunda fase** ocorre a partir dos anos de 1532, marcada pelo povoamento da costa do Brasil pelos portugueses e o estabelecimento do sistema de Capitanias Hereditárias pelo Rei de Portugal, D. João III (LUCCHESI, 2017). É essa fase que Mattos e Silva (2004) denomina multilinguismo generalizado, que se estende até 1695.

No que concerne ao multilinguismo que caracteriza essa segunda fase, para além das centenas de línguas indígenas que se falavam no interior do país, já que a ocupação portuguesa se restringia basicamente às zonas litorâneas, destaca-se o amplo uso do tupi, em São Paulo, e do tupinambá, no sul da Bahia (Argolo 2013) e no Estado do Grão-Pará e Maranhão (Faraco 2016: 94-97), em suas versões simplificadas e mestiças denominadas *línguas gerais* (LUCCHESI, 2017 p. 364).

Destaca-se ainda que, nesse mesmo período, foi desenvolvida no Brasil, na região do Recôncavo Baiano e na zona de massapê de Pernambuco, a sociedade de plantação baseada na exploração da cana de açúcar. Nessa região, a população indígena foi extermínada pelos colonizadores e substituída pela mão de obra escrava dos africanos (Lucchesi, 2017).

a segunda fase da história sociolinguística do Brasil, que se estende de 1532 a 1695, é marcada pelo plurilinguismo, no qual o português se insere, de forma minoritária, em um extenso mosaico de centenas de línguas indígenas faladas no interior do país, às quais se agregam as línguas gerais, faladas em São Paulo, no sul da Bahia, no Maranhão e na Amazônia, e variedades pidginizadas e crioulizadas de português, que potencialmente emergiram, na Região Nordeste, bem como línguas francas africanas, com destaque para o quimbundo, de uso corrente entre a população escrava, a qual pode ter correspondido a mais de dois terços da população da sociedade açucareira (Lucchesi, 2017 p. 365).

No que concerne à **terceira fase** da história sociolinguística do Brasil, Lucchesi (2017) afirma que esta começou em 1695, terminando somente em 1930. Ainda de acordo com o autor, essa fase é definida por um violento processo de homogeneização linguística e a imposição da língua portuguesa como oficial. É nesse período que há uma redução do multilinguismo e uma política de imposição da língua portuguesa.

Segundo Mattos e Silva (2004), no ano de 1757 o Marquês de Pombal definiu para o Brasil uma política linguística e cultura que mudou a trajetória do país, visto que definiu o português como língua da colônia, deixando de lado as indígenas e africanas. Cabe salientar que essa política obrigava a utilização do português em documentos oficiais, bem como o seu ensino que antes era restrito à Companhia de Jesus.

Lucchesi (2017) sugere ainda uma **quarta fase** da história sociolinguística do Brasil. Essa, foi iniciada no ano de 1930, estendeu até a contemporaneidade e caracterizou-se por um processo de nivelamento linguístico capaz de atingir os padrões de fala das classes mais baixas, a norma popular, no entanto é acompanhado por um afastamento da norma culta do padrão normativo.

Pensar no processo linguístico do Brasil é, sobretudo, reconhecer que houve situações de multilinguismo (que antecederam a chegada dos colonizadores), devido à presença das diversas línguas do tronco tupi e sua intensificação após a sua chegada e a dos povos africanos que muito contribuíram para a formação da variedade do português falado no Brasil.

Além disso, revela ainda que, até os dias atuais, embora com pouca intensidade, a realidade linguística do território comporta o pressuposto que é multilíngue, visto que os resultados do Censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam existirem 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes.

Refletir sobre situações de multilinguismo requer também pensar em outros territórios em que se faz presente tal fenômeno, a exemplo de Angola, que conserva, até os dias atuais, um multilinguismo muito forte, conforme comentado na seção a seguir.

2.9 Contato de Línguas no território angolano

2.9.1 Multilinguismo em Angola e as línguas autóctones africanas

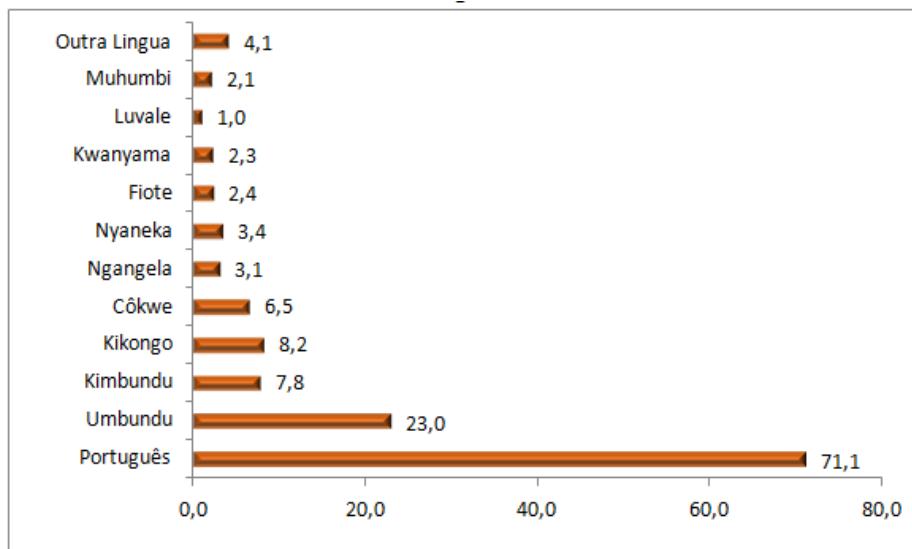
Para explicar a situação de multilinguismo em Angola, é importante que se pense em uma ecologia linguística complexa que, de acordo com Couto (2011), ocorre quando um EFL é influenciado por outro EFL. Ainda segundo os preceitos de Hildo Couto, em *Linguística, ecologia e ecolinguística*, essa situação tem se mostrado muito forte, considerando a criação dos Estados nacionais. Em circunstâncias de formação de ecologia linguística complexa, quase sempre um povo com maior poder social delimita uma área como seu próprio território, no entanto, há também nele um povo com menor poder que passa a ser dominado pelo hegemônico, impondo a sua língua e cultura (Couto, 2011).

Couto (2011) mostra também o **multilinguismo territorial**, em que a situação se dá quando há mais de uma língua oficial num mesmo território. Situações como essa pode ser percebida em Angola, em que os colonizadores dominaram uma região e impuseram sua língua como oficial, e também pela instituição, através do Projeto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais de 2011, visto que a situação linguística era complexa devido ao multilinguismo.

Diante disso, observa-se que Angola é um país que abriga uma enorme diversidade linguística, visto que há diversas línguas autóctones africanas convivendo com a portuguesa, oficial do país. Em Angola a realidade linguística é complexa, visto que existem, de acordo com último

censo realizado no ano de 2014, além do português, mais de dez línguas africanas sendo faladas no território, como mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Principais línguas faladas em Angola



Fonte: INE (2016)

O Gráfico mostra o multilinguismo presente em Angola com mais de onze línguas presentes no território. No entanto, embora seja notória essa realidade, o Censo¹⁶ mostra que a língua portuguesa é falada por mais de metade da população (71%) com maior predominância nas áreas urbanas, enquanto somente 29% na área rural. Mostra ainda que o umbundu é a segunda língua mais falada com 23%, seguido as línguas kikongo com 8,2% e kimbundu com 7,8% cada (INE, 2016).

Embora o INE seja o órgão responsável pelos dados populacionais de Angola, é possível perceber que esses números apresentados não são considerados completamente fidedignos, especialmente no que diz respeito à diversidade linguística do país, visto que Angola abriga uma rica diversidade linguística, com mais de 48 línguas faladas em seu território.

Existe também o *Ethnologue*, que é uma publicação anual, que funciona como um catálogo de todas as línguas conhecidas no mundo, fornecendo dados estatísticos, informações sobre o seu

¹⁶ Existe, até o momento desta pesquisa, um processo de análise de dados de recenseamento em Angola realizado em 2024, porém seus resultados, de acordo com o instituto responsável, somente serão divulgados a partir do **terceiro** semestre de 2025. **Acho que deve ser terceiro trimestre, ou segundo semestre, porque o ano só tem dois semestres.**

uso e estado de vitalidade. Salienta-se que também existam alguns equívocos nestas publicações, visto que se trata de publicações bem resumidas sobre as línguas ao invés de descriptivas.

As línguas em Angola, segundo o *Ethnolongue*, podem ser classificadas por status com base em fatores como vitalidade, uso e apoio oficial ou comunitário. Essa classificação oferece uma visão sobre a posição das línguas no país e como elas se mantêm em diferentes contextos sociais e culturais. São classificadas das seguintes formas: 3, são as línguas de comunicação mais ampla; 6a línguas vigorosas; 5 são as línguas em desenvolvimento; 6b línguas ameaçadas; n/e não estabelecidas; 7 línguas em mudança; 10 são as línguas extintas; 5* são que estão dispersas e 1 a língua oficial.

O Quadro 3 mostra as línguas presentes em Angola, segundo Ethnolongue.

Quadro 5: Línguas faladas em Angola

Línguas	Usuários em Angola	Status	Línguas	Usuários em Angola	Status
Africâner	2.400	n/e	Lingala	159.000	n/e
Chokwe	2.210.000	3	Luba-Lulua	60.000	6 ^a
Civil	15.000	6a	Mashi	2.630	5
Dhimba	18.000	5	Mbangala	400.000	5
Gciriku	24.000	5	Mbukushu	4.810	6b
Himba	20.000	6a	Mbunda	135.000	5
Holu	23.100	6a	Mbwela	222.000	6 ^a
Hungu	500.000	6b	Mpinda	18.000	6b
Kabuverdianu	65.000	n/e	Ndombe	22.300	6 ^a
Khongo	20.000	6a	Ngendelengo	900	6 ^a
Khwedam	200	7	Nkangala	22.300	6 ^a
Kibala	950.000	6a	Nkumbi	713.000	5
Kikongo	2.780.000	3	Noroeste Kung	9.200	6b
Kilari	-	6a	Nyaneka	1.150.000	5
Kimbundu	1.700.000	3	Nyemba	1.050.000	5
Kiyombe	39.400	5	Nyengo	9.380	6 ^a
Kung-Ekoka	5.500	6b	Oshiwambo	821.000	3
Kuvalé	70.000	6a	Português	20.390.000	1
Kwadi	-	10	Rodada	98.500	5
Kwandu	6.000	5	Songo	50.000	5
Kwangali	22.000	5*	Suku	30.000	6 ^a
Luchazi	400.000	5	Suundi	11.300	6 ^a
Luimbi	43.900	6a	Umbundu	7.810.000	3
Lunda	178.000	5*	Yaka	200.000	6 ^a
Luvale	339.000	5*	Yauma	17.100	6 ^a
Makoma	3.000	6a			

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), adaptado de Ethnolongue (2024)

Embora o *Ethnologue* apresente informações de forma resumida, é uma fonte importante para termos uma noção da diversidade de línguas africanas presentes em Angola, já que oferece um panorama mais abrangente do que outras fontes oficiais. Em contraste, os dados do INE, apesar de fundamentais para estudos demográficos, muitas vezes não contemplam toda a variedade linguística existente no país, deixando de fora diversas línguas faladas em comunidades menores ou em regiões específicas.

É importante destacar que esse multilinguismo se deu, em Angola, devido ao deslocamento natural dos povos africanos à procura de locais propícios para o seu desenvolvimento enquanto sociedade, em Luanda, o multilinguismo se intensificou devido à Guerra da Independência, que teve início em 1961 e encerrou em 1974, em que povos de diversas regiões do país saíram à procura de abrigo e segurança, com isso, observa-se que grande parte da população domina sua língua materna (L1) e a língua do colonizar (L2) ou vice-versa. A intensificação também se deu com a Guerra Civil, que se deu no período de 1975 a 2002 (Araujo; Dantas, 2017; Teixeira; Araujo, 2017).

De acordo com Ajayi (2010), os movimentos migratórios dos povos africanos entre o século XV e XVI referem-se ao grande deslocamento de um extenso número de pessoas em largas regiões e durante um longo período. Salienta-se ainda que esses deslocamentos também tinham a finalidade de assegurar a sobrevivência, por meio dos produtos da terra como a cria de animais, colheita, caça, mel e outros.

Ainda segundo Ajayi (2010), os povos africanos em movimento precisaram ocupar e cultivar as terras que eram consideradas de qualidade inferior, assim, conseguiram desenvolver culturas e técnicas agrícolas adequadas a seu novo meio. Silva e Araújo (2021) afirmam que essa situação assevera o fato de que os povos africanos sempre desenvolveram civilizações a partir de sociedades que resistiam e lutavam pela sobrevivência, sobretudo, baseada nos frutos da terra que as regiões poderiam oferecer.

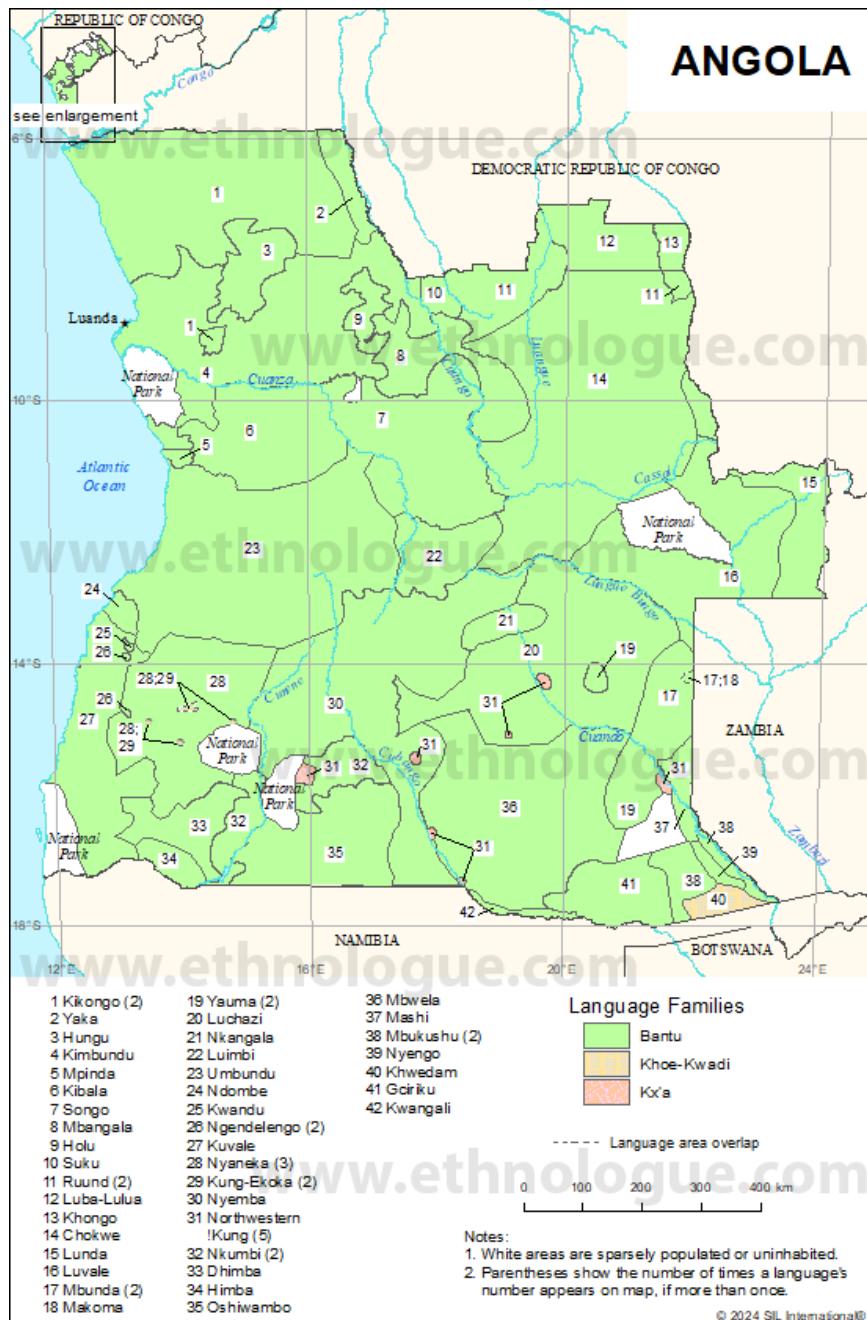
No que concerne a Angola, é importante observar que, além de ser um país rico em se tratando de cultura, tradições e manifestações populares, apresenta um acervo linguístico importantíssimo para a compreensão e a formação dos povos e das línguas africanas. Juntamente com os outros 53 países que compõem o continente africano, Angola pode ser considerada como um país que possui múltiplas etnias, culturas e línguas, isso se deve ao fato de esse lugar ter recebido os vários povos de diferentes partes do continente africano (Silva; Araujo, 2022). Diante disso, os autores destacam que, dentre esses povos, se sobressaem os ovimbundus que, durante a

guerra pela independência do país, muitos migraram da zona rural para os grandes centros urbanos, a exemplo de Benguela e Luanda, transportando, assim, suas línguas autóctones.

O multilinguismo em Angola é uma realidade atual. É ainda uma característica muito importante desse território devido à diversidade linguística lá presente. De maneira contrária ao Brasil que se reconhece como um país monolíngue, Angola reconhece esse multilinguismo justificado pelas várias línguas declaradas como nacionais.

Assim, Severo (2015) ressalta que a condição linguística de Angola está resumida basicamente em Umbundu que é língua falada pelo povo ovimbundu; kimbundu falado pelos ambundus; kikongo língua materna dos bakongos; cokwe falado pelos cokwe e a língua kwanyama que é falada pelo vakwanyama. Existe ainda em Angola o grupo vangangela que falam o ngangela e ainda a língua angolana de sinais, que é gestual e utilizada pela comunidade surda de Angola. O Mapa 2 mostra as línguas africanas no território angolano.

Mapa 2: Línguas nacionais de Angola



Fonte: Ethnologue (2024)

Para mostrar a realidade linguística de Angola, Mingas (2000) divide a história linguística em dois períodos: o colonial e o pós-colonial, ambos com a língua portuguesa em destaque. Do ponto de vista político, Angola, no **período colonial**, era dividida em dois grupos: os portugueses e os angolanos. Cada grupo era também subdividido, os portugueses compreendiam os colonialistas

ou agentes da metrópole colonizadora e colonos ou instrumentos da colonização. Já os angolanos eram subdivididos em assimilados e indígenas (Mingas, 2000).

Angola, durante o período de colonização, era dividida em três zonas as quais abrigavam os grupos acima citados. De acordo com Mingas (2000), na costa, centro de Angola, habitavam os colonialistas, na segunda zona, que era os locais mais arenosos, habitavam os colonos e parte dos assimilados e, nos arredores, também conhecido como musseques, habitava a grande população de assimilados e indígenas.

Cabe salientar que os portugueses na colonização de Angola buscavam não somente a exploração do território, mas ainda o povoamento.

Esse tipo de colonização pode ser entendido como tendo por objetivo uma tentativa não só de substituição dos autóctones por outros recursos humanos, melhor preparado para ajudar os colonialistas na persecução dos seus objetivos, como também, das suas culturas, instituições e economia através da introdução de um novo gênero de instituição, economia, cultura, língua, enfim (Mingas, 2000, p. 45)

Assim como no Brasil, Angola geralmente recebia os portugueses proscritos e condenados, assim parte desses povos acabou se misturando com os angolanos, fato que justifica a população mestiça do local. Mingas (2000) afirma que, com o decorrer do tempo, devido a essa mistura, os portugueses nascidos em Angola superaram os nascidos em Portugal, o que gerou uma nova divisão de classe na sociedade. Em vista disso, os colonialistas decidiram fazer a diferença entre os portugueses ou brancos de primeira, aqueles ditos portugueses de Portugal e de segunda, os nascidos em Angola. Aos brancos de primeira eram concedidos direitos de ajuda econômica e de exercer cargos de chefias no governo.

No que concerne aos assimilados, Mingas (2000) afirma que eram igualmente divididos em dois grupos: os passivos, aqueles que não assumiam a sua cultura, história e povo. Os colonialistas os chamavam de “negros diferentes”, por serem alienados, tinham apenas a pele negra, mas seguiam os costumes dos portugueses. Os ativos se diferenciavam dos passivos, visto que se apropriavam de tudo aquilo a que tinham direito, mas com intuito de libertar seu povo do domínio português. É importante destacar que os ativos se apropriaram inclusive da língua portuguesa para denunciar o colonialismo português através de jornais e outros meios de comunicação.

Eram considerados indígenas aqueles nascidos nas províncias dominadas pelos portugueses (Guiné, Moçambique e Angola), contudo não tenham adquirido os hábitos, costumes e culturas dos cidadãos portugueses ou os indivíduos nascidos de pai ou mãe indígena em locais fora das províncias mencionadas e que tenham temporariamente se deslocado.

Mingas (2000) chama atenção para o fato de que os indígenas estavam sujeitos a pagarem impostos anuais e terem a possibilidade de mudar sua classe para assimilados, todavia precisariam realizar um teste, em que o administrador do bairro analisaria se, de fato, teria adquirido hábitos portugueses, bem como aprendido a falar a língua portuguesa perfeitamente.

No que se refere à situação linguística, a sócio-história de Angola revela já existir um multilinguismo antes mesmo do processo de colonização, no entanto, observa-se que, a partir desse fenômeno, começou uma política de imposição linguística, haja vista que as escolas só poderiam ensinar a língua portuguesa. Os angolanos não poderiam dominar nem falar suas línguas autóctones nas escolas e, caso os filhos dos assimilados falassem o kimbundu, por exemplo, seus pais certamente sofreriam punições.

Cada grupo de Angola no período colonial simbolizava as divisões sociais (Mingas, 2000), isto é, cada grupo correspondia a um nível linguístico, como mostrado no Quadro 4.

Quadro 6: Níveis linguísticos de Angola - período colonial

NÍVEL LINGUÍSTICO DE ANGOLA NO PERÍODO COLONIAL		
Grupo social	Nível	Língua
Portugueses	Monolíngue minoritário	Português
Indígenas	Monolíngue maioritário	Kimbundu
Assimilados	Bilíngues	Português e kimbundu

Fonte: Adaptado de Mingas (2000).

Em vista disso, os portugueses começaram a substituir as línguas autóctones pela estrangeira, a fim de ligar essa língua a situações de prestígio, colocando o “pretoguês” como elemento de ridicularização em peças teatrais (Mingas, 2000). A partir desse momento, os assimilados foram os primeiros a contribuir para a concretização de uma política linguística em que a língua dos colonizadores é posta em evidência. Diante disso, entre os anos de 1925 e 1930 os filhos dos assimilados começam a ter o português como língua materna (L1), mas, morando nos musseuques e com pais bilíngues, havia sempre uma transmissão de elementos das línguas autóctones, influenciado, assim, sua L1.

Até aqui se falou da história linguística no momento colonial de Angola, como ressaltado pela professora Mingas (2000). Nele é possível observar o multilinguismo em face da existência de línguas autóctones e a chegada da língua portuguesa, além da política de imposição linguística, assim como no Brasil. No entanto, cabe salientar que as línguas africanas se encontram presentes na realidade linguística de Angola.

Diante disso, cabe ressaltar a posição dessas línguas no período **pós-colonial**, como sugerido por Mingas (2000). Esse período é marcado por uma disparidade linguística entre o português e a tentativa do reconhecimento das línguas autóctones africanas como nacionais. Para tal, foi criado no ano de 1979 o Instituto Nacional de Línguas, mais tarde convertido para Instituto de Línguas Nacional, que seria o principal responsável pela investigação linguística do país.

Diversas investigações foram concretizadas até chegar à conclusão de que em Angola existem, além do português, línguas de origem bantu e não-bantu. O trabalho rendeu um inventário de línguas que deixou claro que as locais são o kimbundu, cokwe, kikongo, mbunda, ngangela, oxiwambo, helelo, khoisan e o vatwa. Após um longo processo de luta pelo reconhecimento, o Governo de Angola decidiu, então, atribuir o Estatuto de Línguas Nacionais às línguas autóctones africanas faladas no país e a língua oficial ao português.

O fenômeno da colonização fez com que as diferentes línguas em Angola se expandissem, haja vista que era proibido aos assimilados e sua família falar outra língua que não fosse o português. É nessa perspectiva que Mingas (2000) afirma que, do ponto de vista linguístico, o país pode ser comparado a um arquipélago, visto que cada língua representa uma ilha.

Angola, certamente, recebe influência das diversas línguas autóctones africanas. Grande parte dessas línguas pertence ao grupo bantu que, de acordo com Petter (2015) é o maior e o mais conhecido grupo do conjunto linguístico família **nigero-congolesa**. É considerado por muitos estudiosos como o maior grupo linguístico do mundo com 1.524 línguas (Petter, 2015 p. 53).

O tronco linguístico **Nigero-congolês** se estende por grande parte da África ao sul do Saara, incluindo toda África central, ocidental, oriental e meridional. Esse tronco linguístico possui cerca de 470 bilhões de usuários, incluindo os falantes de línguas majoritárias da África (Petter, 2015).

Cabe ressaltar que umas das principais propriedades que identificam essa troca está na sua estrutura, visto que existe um sistema de classe nominal, extensões verbais e **léxico básico**. Salienta-se ainda que o sistema de classes nominais tenda a marcar, por meio da alternância de

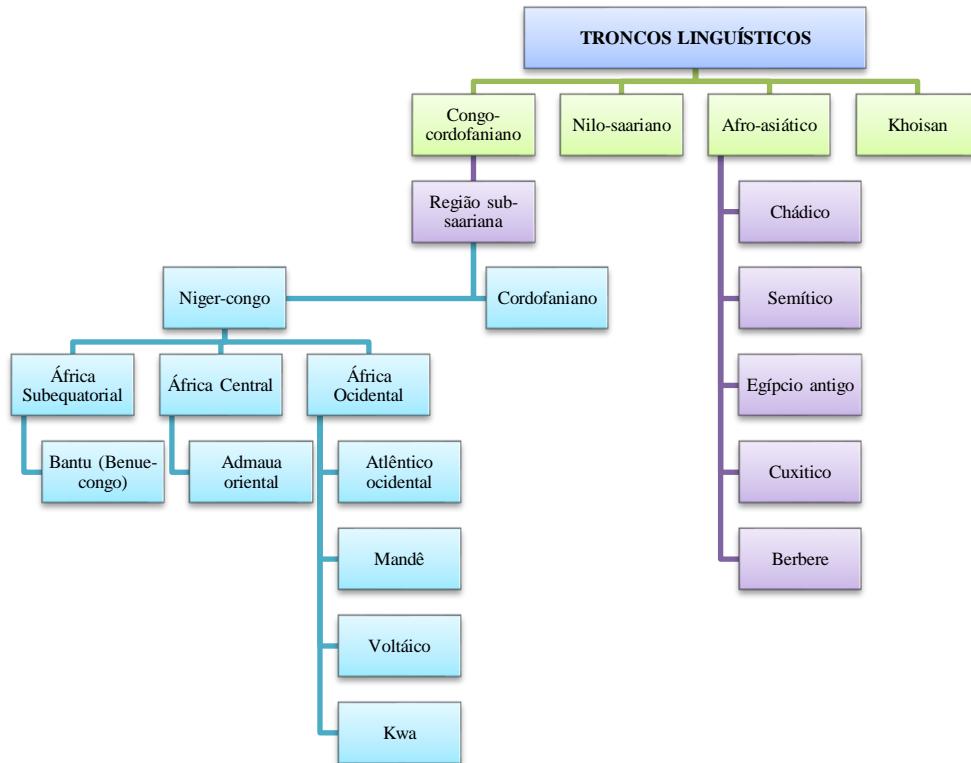
afixos, o singular e o plural dos nomes, que podem pedir concordâncias de outros termos que se encontram regido pelo nome (Petter, 2015).

Petter (2015) mostra o sistema de classe nominal é muito importante do tronco Nigero-congolês, pois envolve diversas oposições semânticas, como, por exemplo, humanos, animais, líquidos, nomes abstratos e outros, além de questões morfossintáticas. Observa-se nessas línguas as extensões verbais marcadas por sufixos comumente se ligam aos verbos, transformando, assim, sua acepção e valência, criando verbos causativos, recíprocos¹⁷ e outros. Existe também uma similaridade de som e de significado em certos morfemas gramaticais e no vocabulário.

Houve muitas tentativas de formular uma classificação das línguas autóctones africanas, no entanto a classificação que se tornou referência para outros estudos é de Greenberg (1963) como mostrada por Petter (2015) e Castro (2002) e outros pesquisadores. De acordo com Castro (2002), a classificação de Greenberg (1963) segue quatro troncos linguísticos, como mostrados na seguinte distribuição.

¹⁷ Os verbos entendidos como causativos são aqueles que representam ação, que estão associados a uma terceira pessoa que causará a ação, já os recíprocos descrevem ações ou processos que conectam duas ou mais pessoas ou coisas.

Figura 3: Classificação das línguas africanas, segundo Greenberg (1963)



Fonte: Adaptado de Castro (2002, p. 35).

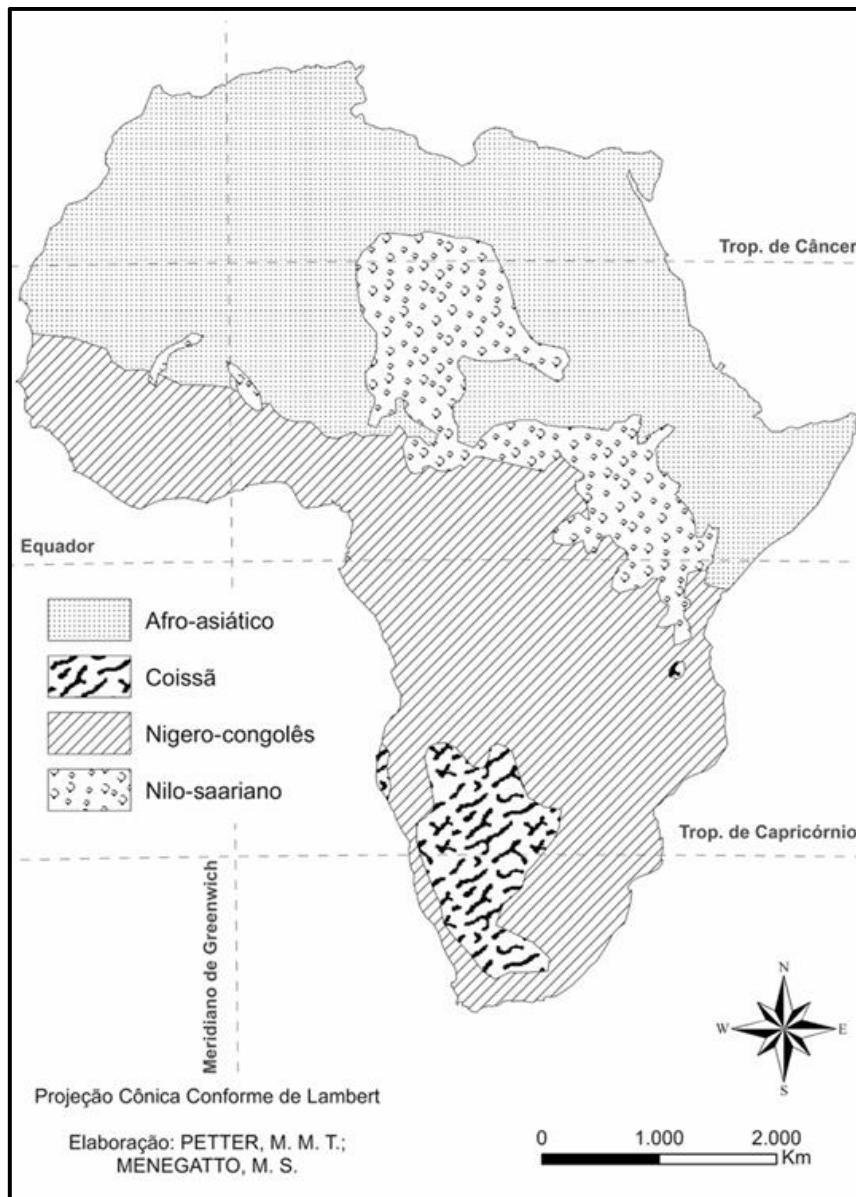
A classificação dada por Greenberg (1963) para línguas africanas é uma proposta para agrupá-las, com base em suas principais características linguísticas. Assim, Greenberg propôs uma classificação em quatro grandes famílias de línguas africanas como demonstrado na Figura 1, por Castro (2001 e 2002) e Petter (2015).

É importante ressaltar que a classificação de Greenberg (1963) tem sido objeto de discussões e críticas ao longo dos anos. Alguns linguistas propuseram diferentes classificações e agrupamentos das línguas africanas com base em evidências linguísticas adicionais, todavia, algumas modificações foram aceitas por Mukarowsky (1976-1977), como a proposta da inclusão do bantu no tronco Nigero-congolês, embasada em uma lista lexical bem estruturada.

Ancorado na classificação dos troncos linguísticos africanos de Greenberg, Williamsom (1989) também atribui outras subclassificações. A família Nigero-congolesa, por exemplo, apresenta cerca de dez subclassificações, cada uma com suas respectivas línguas e número de falantes.

Petter (2015) mostra que atualmente a classificação mais aceita foi apresentada por Heine e Nurse (2000), que reconhece quatro grandes troncos linguísticos, aproximando-se da classificação de Greenberg (1963). O Mapa 3 mostra a distribuição geográfica desses troncos.

Mapa 3: Distribuição geográfica dos troncos linguísticos

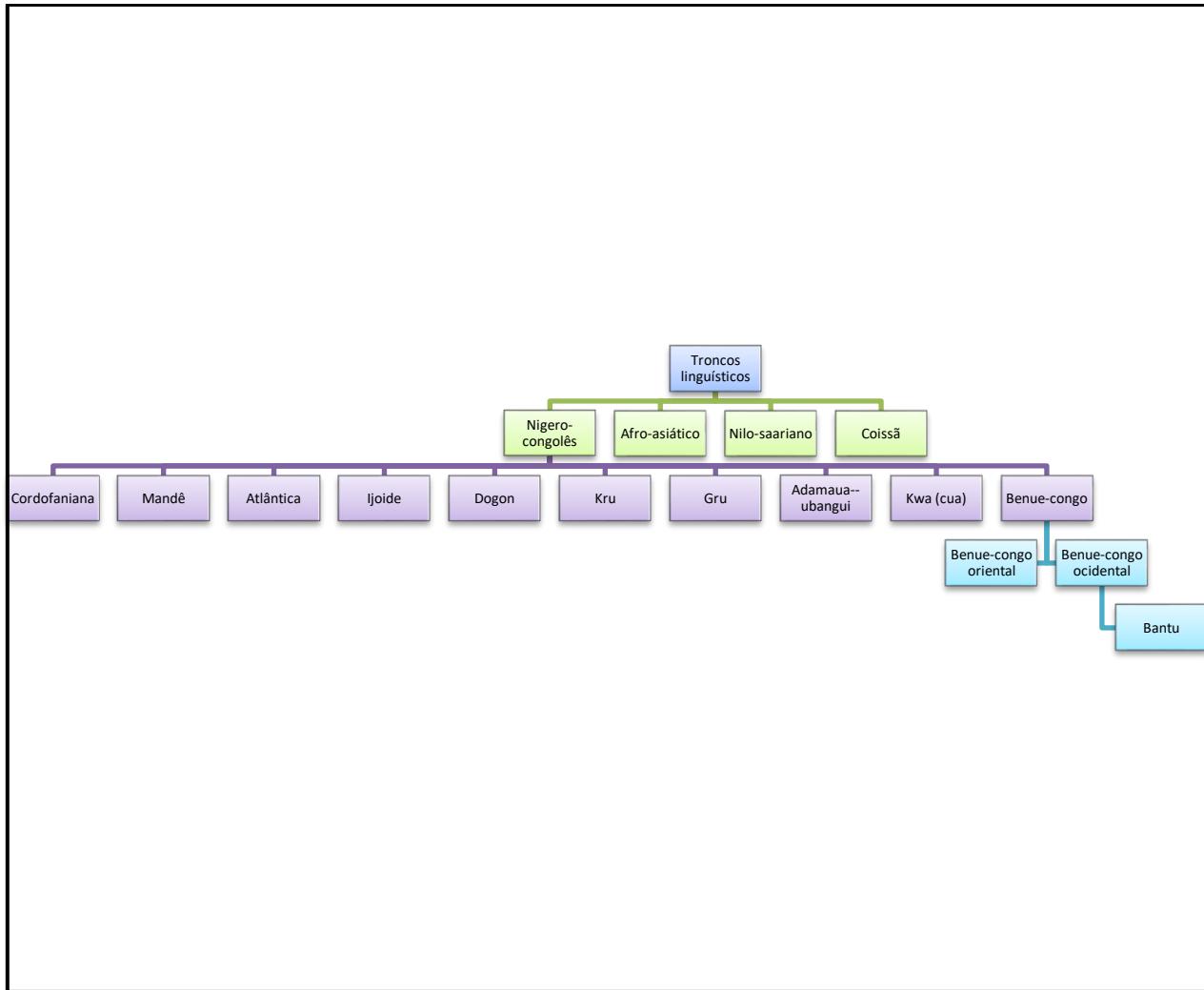


Fonte: Petter (2015, p. 52) adaptado de Heine e Nurse (2000)

A diversidade linguística africana é enorme, e compreender seus agrupamentos genéticos permite melhor apreender tanto a história quanto os contatos entre povos. Em Petter (2015),

retoma-se e atualiza essa classificação baseada em modelos como os de Heine e Nurse (2000). Petter (2015) aponta os troncos linguísticos principais no continente, cada um subdividido em famílias, que por sua vez englobam numerosas línguas. A seguir, apresenta-se um esquema resumido desses troncos, com suas famílias e exemplos de línguas.

Figura 4: Troncos linguísticos africanos



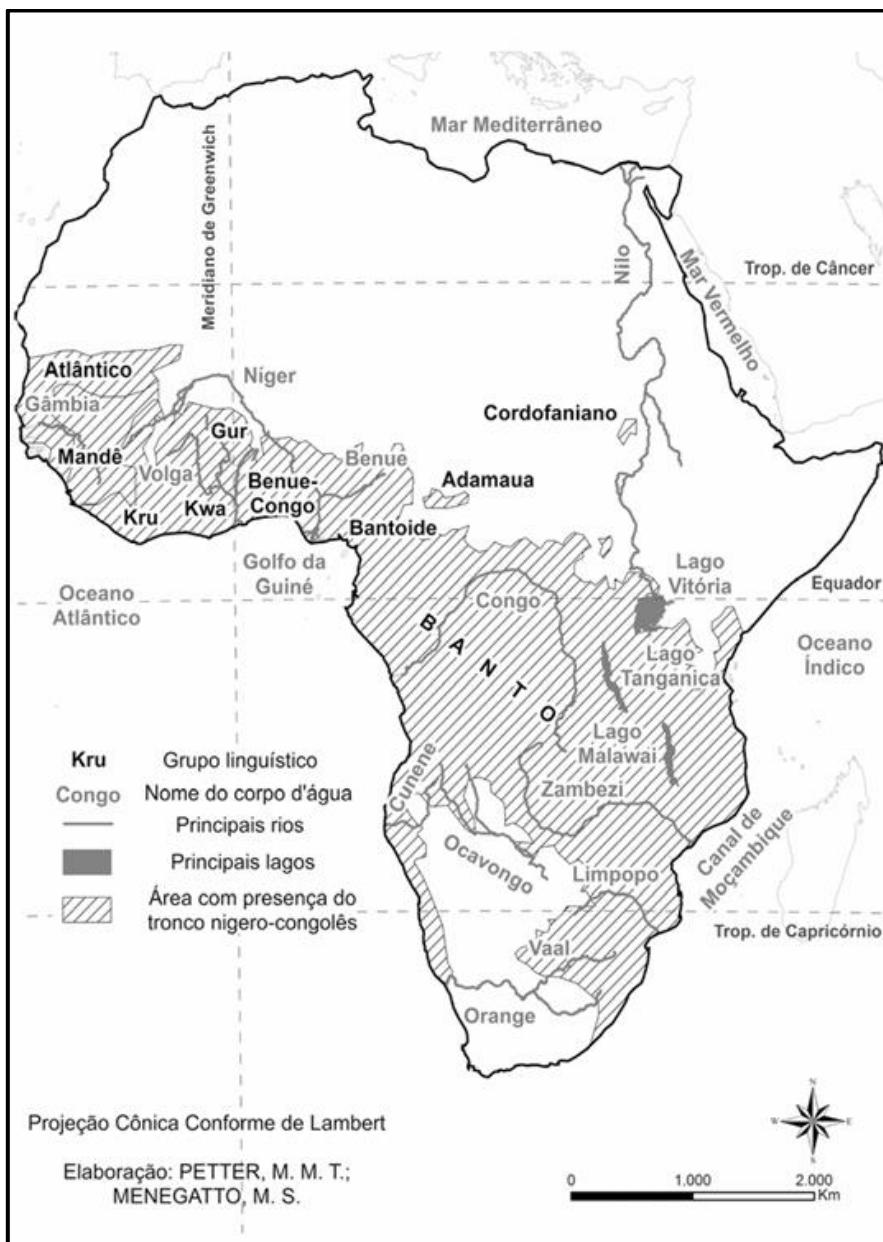
Fonte: Adptado de Petter (2015)

É importante chamar atenção para a família linguística Benue-congo, pois deu origem a maior parte das línguas e se estende por um vasto território. Essa família, de acordo com Petter (2015) pode ser classificada em duas grandes divisões, a saber, **Benue-congo ocidental** e **Benue-congo oriental**, que na classificação de Greenberg (1963) corresponde ao Kwa oriental. Essas

línguas são faladas em diversas regiões da África, além de ter deixado um acervo lexical nos falares iorubás, no Brasil.

As línguas **Benue-congo ocidental** deram origem ao protobantu (Petter, 2015). Salienta-se que as línguas do grupo bantu constituíram-se enquanto objetos de uma classificação geográfica, segundo os princípios de Guthrie (1948, 1971). Foram identificadas por meio de uma letra e um número, em que a zona é representada por uma letra, a exemplo de A, o número representa um grupo, como A70 e, se acrescido outro número refere-se a língua que constitui o grupo, como A71 (Petter, 2014). O Mapa 4 mostra os grupos linguísticos do tronco nígero-congolês.

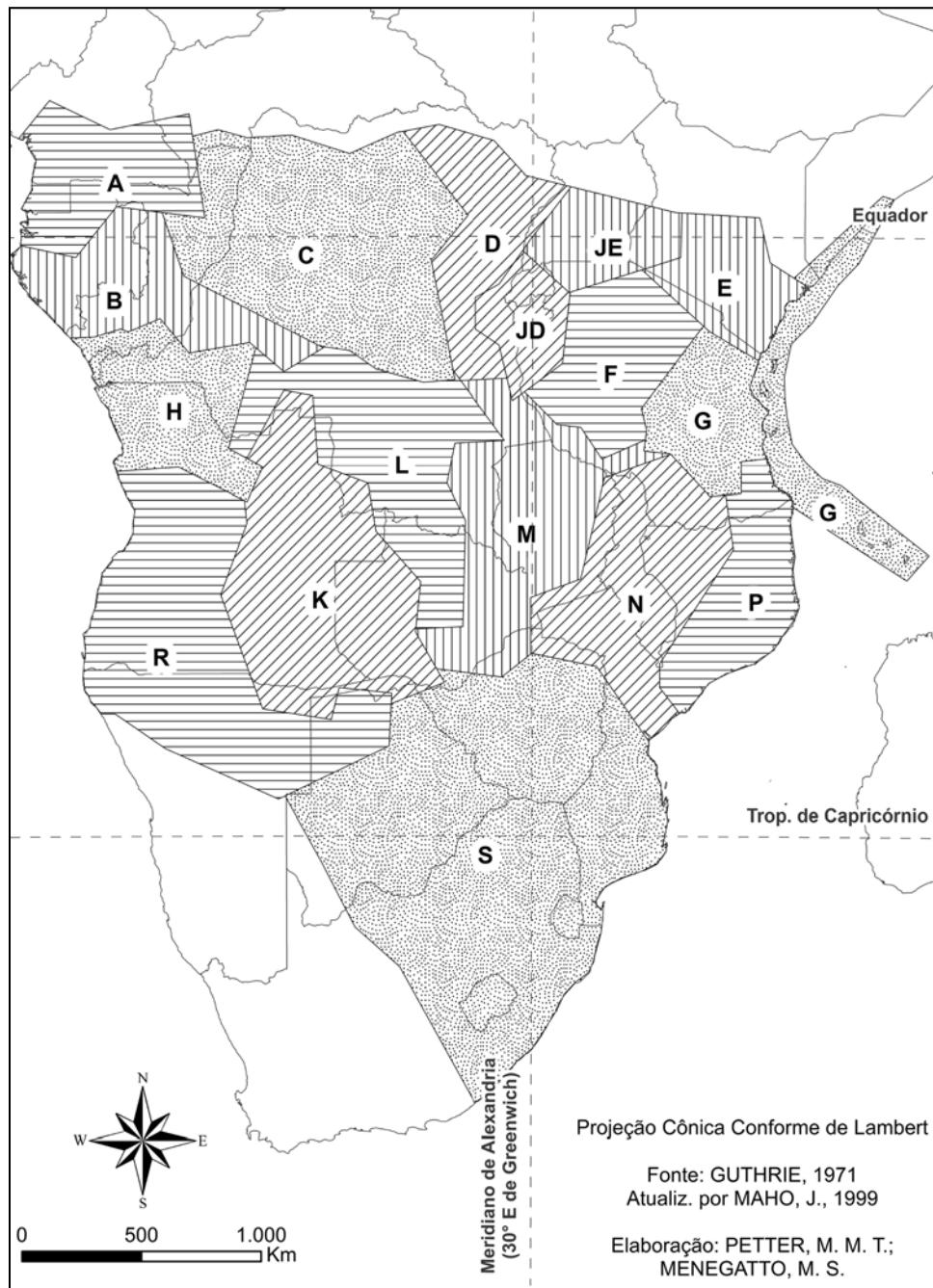
Mapa 4: Grupos linguísticos do tronco nigero-congolês



Fonte: Petter (2015, p. 55) adaptado de Heine e Nurse (2000)

O Mapa 5 representa as subdivisões das línguas bantu proposta por Guthrie, incrementado por Maho (2003). É importante salientar que essa classificação é feita em 16 zonas, sendo elas A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S. Destas, Angola ocupa as zonas H, K e R, conforme mostrado no Mapa 4.

Mapa 5: Classificação das línguas bantas



Fonte: Petter (2015 p. 61).

A classificação de Guthrie é amplamente reconhecida por organizar as línguas bantu de acordo com as regiões, todavia essa classificação não reflete necessariamente relações genéticas entre as línguas. Maho (2003), por sua vez, revisou a classificação inicial, incluindo línguas que

até então eram desconhecidas, levando maior precisão na descrição das línguas bantu no contexto pós-colonial, quando mais dados linguísticos estavam disponíveis.

No que concerne à distribuição linguística, pode-se observar que as zonas bantu evidenciam a diversidade linguística do continente africano. A concentração maior no sul e no centro da África reflete o impacto da expansão das línguas bantu, que foi menos destacada nas regiões a norte da linha do Equador, onde predominam outras famílias linguísticas africanas.

De acordo com Petter (2015, p. 62), é importante observar que as línguas de origem bantu compõem grande parte da família benue-congolesa. Salienta ainda que existem outras línguas que não são bantu também importantes nessa mesma família, como o iorubá, atestado no Brasil, o igbo e a língua gestual angolana. Timbane, Santana e Afonso (2019) afirmam que, embora também presentes em Angola, as línguas Khoisan são faladas por grupos menores, impedindo a sua disseminação, esse fato revela que tais línguas podem desaparecer, é necessário, portanto, serem estudadas profundamente.

Todo esse percurso foi realizado para demonstrar que Angola é um país multilíngue e que, com exceção do grupo de línguas Khoisan e da língua gestual, conserva, até os dias atuais, suas línguas autóctones, como comprovado do Censo de 2014 e em estudos linguísticos mais recentes. Com base nesse pressuposto, foi sancionada a **Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana**, que teve como objetivo a regularização da realidade linguística do território angolano no que se refere a situações administrativas, educacionais e midiáticas.

Em face desse multilinguismo presente em Angola, as línguas autóctones merecem um papel de destaque social, bem como uma política que as valorizem, visto que existem cidadãos que as possuem enquanto língua materna, além de preservar os traços históricos, sociais e culturais de um povo.

Embora a presença das línguas africanas seja forte em Angola tanto na área urbana quanto na rural, o português angolano também pode ser considerado uma língua nacional, ideia que tem se mostrado muito presente nos estudos linguísticos, pois, como já mencionado anteriormente, parte da população tem essa variedade do português como L1 ou L2. Esse fato tem revelado que o número de falantes do português enquanto língua materna tem crescido significativamente, em decorrência de uma política linguística que coloca a língua do colonizador em detrimento das autóctones africanas.

De acordo com a Constituição da República de Angola de 2010, artigo 19º, “A língua oficial da República de Angola é o português. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010, p. 12). Apesar disso, é notório que, em Angola, deu-se um processo menos comum que em outros países do continente, a disseminação acelerada do português entre a população devido a um planejamento linguístico que impunha, por exemplo, ações com violência para o uso da língua portuguesa, bem como a proibição de se usarem línguas nacionais em escolas.

Em outros termos, em Angola o português se espalhou rapidamente entre a população. Isso não foi apenas um processo natural, mas resultado de um planejamento linguístico. Isto é, medidas deliberadas foram tomadas para promover o uso do português como a principal língua do país, a exemplo, o português foi escolhido como língua oficial e passou a ser usado em escolas, no governo, nos documentos oficiais e nos meios de comunicação. Esse planejamento fez com que o português se tornasse a língua mais falada pela maioria dos angolanos em um tempo relativamente curto, algo que não aconteceu com a mesma intensidade em outros países colonizados pelos portugueses.

Diante dessa realidade, o governo de Angola instituiu o Estatuto de Línguas Nacionais. Esse Projeto de Lei, mais precisamente em seu Capítulo III, Seção I, considera Cokwe; Khoi; Kikongo; Kimbundu; Ngangela; Oxiwambo; Olunyaneka; Umbundu; Vátwa; Helelo; Luvale e Mbunda como línguas nacionais (Angola, 2011). São classificadas como nacionais porque todas são utilizadas histórica e secularmente pelos povos habitando o território angolano, independentemente do quantitativo de falantes.

Portanto, considera-se que a variedade da língua portuguesa falada em Angola deve ter recebido e ainda encontra-se recebendo muitas influências das línguas africanas, de forma especial no seu acervo lexical. Nesse sentido, cabe destacar o que argumentam Timbane e Manuel (2018, p. 107), “as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriram novas identidades de tal forma a que possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia”. Teixeira e Araújo (2017) e Silva e Araújo (2020) têm outra posição sobre essa temática, afirmando que a variedade angolana do português ainda está em formação.

2.10 Comunidade de fala de Luanda: breves considerações

Angola, por si, apresenta uma grande heterogeneidade linguística como mostrado na seção anterior, logo, sua capital, Luanda, segue basicamente essa mesma complexidade, visto que possui, atualmente, diversas línguas autóctones, sobretudo as de origem bantu, faladas no território e a portuguesa que é oficial do país.

A história de Luanda começa a partir dos anos de 1576, em que o território foi oficialmente fundado por ordens do Rei D. Sebastião, que tinha por objetivo transformar Luanda em um entreposto comercial para os portugueses. No entanto, já havia nesse local um pequeno quantitativo de europeus e africanos vindos, especialmente, de São Tomé para a intensificação do comércio de pessoas escravizadas (Inverno, 2008).

Para governar Luanda, Portugal enviou o escrivão da Fazenda Real e fidalgo da Casa Real Portuguesa Dias de Novaes, concedendo-lhe o direito de povoamento e construção de fortés e igrejas. Inverno (2008) afirma que ainda não se sabe, ao certo, informações sobre a língua das pessoas que se juntaram a Novaes, todavia, é coerente afirmar que as línguas autóctones estiveram presentes nesse momento para realizar o ato de comunicação. É importante pensar nessa circunstância considerando a figura da rainha Nzinga Mbandi¹⁸ que falava várias línguas africanas, além de compreender a língua e a cultura portuguesa.

Luanda atualmente apresenta uma heterogeneidade linguística enorme, no entanto tem como língua oficial a portuguesa que convivendo com as demais das famílias bantu e khoisan. Além desse contato, de acordo com Araújo e Dantas (2017), a diversidade linguística presente em Luanda se deu também a partir do momento em que pessoas de outras regiões do país se instalaram nessa região à procura de segurança e trabalho, especialmente a partir das lutas pela independência em 1975.

Diante disso, é importante observar que a luta pela independência teve como uma das consequências um vasto processo de migração das pessoas para os grandes centros urbanos, como Luanda, à procura de melhores condições de vida. Embora esses povos falassem línguas de uma mesma família, os angolanos imigrantes foram obrigados a aprender o português para a comunicação.

¹⁸ De acordo com Fonseca (2010), é também conhecida como símbolo da resistência ao colonialismo português, pois com a intensificação do comércio de escravizados pelos portugueses e a guerra contra o reino do *Ndongo*, a rainha mostrou-se como uma importante negociadora ao ser enviada pelo irmão, herdeiro do rei Ngola Mabande, à Luanda, um dos maiores centros de exportação de escravizados do continente africano, com a intenção de negociar um acordo de paz que viria a constituir o respeito à soberania do reino. Salienta-se que Nzinga, além de conhecer muito bem diversas línguas africanas, conhecia também a língua e a cultura portuguesa, uma vez que teve muito contato com os portugueses que passavam pelo reino de *Ndongo*.

Diante dessa situação, Mingas (2002) afirma que o multilinguismo em Luanda é uma realidade que antecede a chegada dos portugueses, no entanto a colonização portuguesa contribuiu ainda mais para a diversidade linguística daquela região, pois levaram consigo uma língua que seria somada as que ali já existiam.

Luanda ainda é marcada pelo multilinguismo, isto é, existem diversas línguas convivendo com a língua oficial. Cabe salientar, portanto, que Luanda desde a sua formação já possuía uma diversidade muito grande de línguas, no entanto esse movimento fez com que esse número se intensificasse.

2.11 Comunidade de fala de Mussuca: breves considerações

De acordo com Castro (2005), a população de africanos transplantada para o Brasil foi cerca de 5 milhões, um quantitativo que superou o número de portugueses e outros europeus. Isso comprova o fato de que os afrodescendentes exercearam uma participação muito vasta para a formação da identidade linguística do Brasil.

A sócio-história do Brasil mostra que, quando os portugueses chegaram a terras brasileiras, identificaram as condições de expansão comercial através da extração de minérios e iguarias, em face disso, a mão de obra escrava, uma vez que já existiam possibilidades de tráfico de pessoas africanas para o território. Salienta-se que o tráfico de africanos representou para Portugal um grande negócio, haja vista que se tratava de mão de obra gratuita que a colônia precisava para garantir a sua lucratividade (Silva; Araújo, 2022).

Diante dessa realidade, os negros foram espalhados por todo o território brasileiro para desempenhar essa mão de obra. Em muitas regiões do Brasil podia ser destacada uma economia diferente, a exemplo da criação de gado, lavoura de café, extração de materiais preciosos, cultivo de iguarias e as grandes lavouras de cana-de-açúcar (Silva; Araújo, 2022).

Com essa disseminação, também o estado de Sergipe recebeu diversos negros provenientes da África. Carmo (2016) afirma que o Estado de Sergipe foi uma capitania e, logo depois, tornou-se a província de Sergipe d'El Rey, que tinha como base econômica a agricultura. Sua capital era São Cristóvão, de população muito reduzida o que demandava baixa oferta de serviços.

Ressalta-se ainda que durante esse período os portos pertencentes à província não exerciam uma autonomia para a exportação de produtos nem chegada de africanos, logo, os negros que ali

eram escravizados foram oriundos da Bahia. No final do século XVIII a região passou a produzir açúcar em grande quantidade, precisando de maior número de mão de obra escrava (Carmo, 2016).

Santana Silva e Silva de Farias Araújo (2022) afirmam que a história dos negros africanos em Sergipe deu início quando os primeiros colonizadores ali se instalaram. Além disso, os registros de Sousa (2010) confirmam que existiam negros escravizados em alguns lotes doados pelo rei de Portugal para criação de gado, todavia, o maior registro da sua presença encontra-se nas solicitações de sesmeiros que desejavam cultivar gêneros alimentícios, de forma especial, a cana-de-açúcar.

Os africanos escravizados em Sergipe eram pouco espalhados, exerciam sua mão de obra basicamente na criação do gado e da agricultura, sobretudo, nos grandes engenhos. Dessa forma, a presença dos africanos tornou-se um elemento muito marcante nos canaviais daquela região (Santana Silva; Silva de Farias Araújo, 2022 p. 180).

Diante da péssima qualidade de vida e de condições de trabalho, muitos negros fugiam das propriedades e dos engenhos em que exerciam a sua mão de obra escravizada. Os abrigos para os fugitivos encontravam-se em matas fechadas, para dificultar a procura do capitão do mato, responsável pela captura dos negros fugidos, essas comunidades escondidas eram constituídas por outros africanos na mesma situação, formando, assim, os chamados quilombos. Dito isso, é importante salientar que em Sergipe, muitos quilombos foram formados, entre eles, o de Mussuca, no município de Laranjeiras.

Sergipe recebeu muitos negros para serem escravizados, sobretudo na economia açucareira, assim, esses negros foram espalhados por algumas localidades de Sergipe d'El Rey para exercer essa mão de obra. Cabe salientar que o município que atualmente abriga o quilombo Mussuca, também recebeu diversos africanos em seus engenhos.

Assim, a formação de Mussuca não foi diferente dos outros quilombos brasileiros, a comunidade abrigava grande extensão da Mata Atlântica, o que facilitava a fuga dos negros que fugiam das senzalas.

Situada a 70 m de altitude em relação ao nível do mar, a comunidade parece ter sido estrategicamente implantada, de modo a funcionar como um refúgio protegido pela vegetação de Mata Atlântica, mas próximo de antigos engenhos e senzalas para garantir sua sobrevivência por meio de laços de solidariedade e proteção (Lima, 2019, p. 98).

Assim, percebe-se que a comunidade, além de ter uma localização relativamente estratégica, garantia aos negros fugitivos uma maior segurança com relação a sua sobrevivência. É importante salientar ainda que esse fato consolidou uma expressiva organização de solidariedade entre integrantes dos quilombos, formada por negros escravizados e libertos, originando, portanto, uma comunidade marcada por traços étnicos africanos que resistem até os dias atuais.

Araujo e Araújo (2023) afirmam que ao relacionar os quilombos brasileiros com sua origem no continente africano, observa-se que, enquanto na África essas comunidades surgiam como espaços de preparação militar, visando fortalecer a defesa territorial e elaborar estratégias para expandir domínios, no Brasil, os quilombos seguiram uma lógica semelhante. Contudo, nesse contexto, sua função principal era a resistência contra a política de colonização e a luta pela autonomia como aconteceu na formação de Mussuca.

Durante o período colonial brasileiro, nos séculos XVI e XVII, os quilombos surgiram como refúgios, compostos em sua maioria por negros que escapavam do trabalho forçado. No entanto, esses espaços também acolhiam outros grupos que resistiam ao sistema colonial e escravista, como os indígenas. Assim, os quilombos no Brasil se estabeleceram como territórios diversos, onde fugitivos da escravidão se uniam em uma rede de resistência. Dessa forma, fazer parte de um quilombo representava um ato de afirmação e tomada de poder (Araujo; Araujo, 2023).

A comunidade quilombola Mussuca é reconhecida oficialmente como um território quilombola. A população é composta por descendentes de africanos escravizados que se estabeleceram na região e conseguiram preservar suas tradições culturais e modos de vida ao longo dos anos. Pertence ao município de Laranjeiras, no estado de Sergipe, está localizada às margens do rio Cotinguiba, na chamada Zona da Cotinguiba. Sua localização é muito próxima aos antigos engenhos Pilar, Ilha, Pindoba e Gravatá.

Costa (2020) aponta que a comunidade apresenta divergências quanto à sua origem quilombola. Os moradores da *Mussuca de Cima*, onde a comunidade teve início, reivindicam essa identidade e buscam preservar as tradições africanas, enquanto os residentes da *Mussuca de Baixo* negam essa ancestralidade. Ressalta-se que os participantes da amostra do presente estudo pertencem à Mussuca de Cima. Assim, essas subdivisões refletem tanto a organização territorial quanto os aspectos simbólicos do povoado (Costa, 2020; França, 2021; Rangel, 2021; Silva, 2023).

Os residentes da Mussuca de Baixo buscam consolidar sua identidade em oposição à Mussuca de Cima, restringindo a disseminação das práticas de origem africana entre todos os habitantes da região. A rejeição da ancestralidade quilombola pode indicar que os moradores da Mussuca de Baixo assimilaram, ao longo de suas vidas, uma carga ideológica que invalida a identidade negra, assim como seus direitos e manifestações culturais (Santos, 2019).

Diante disso, considerando essas questões de identidade, Santana, Araújo e Freitag (2018a, 2018b) expandem os critérios definidos por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) para caracterizar uma comunidade como afro-brasileira. Com base em uma tipologia de parâmetros sócio-históricos, os pesquisadores ampliam os critérios de [+isoladas] e [+afrodescendentes] propostos por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), levando em conta novos aspectos de análise. A partir disso, sugerem a seguinte tipologia das comunidades quilombolas do Estado de Sergipe: [+isoladas], [+afrodescendentes], [+africanizadas] e [+escravocratas] (Santana; Araújo; Freitag, 2018a, 2018b).

Assim sendo,

[...] os moradores da Mussuca de Baixo são [+afrodescendentes], mas [-africanizados], pois não reconhecem/praticam manifestações oriundas da tradição africana, presentes na parte de cima da localidade. Por outro lado, os moradores da Mussuca de Cima [...] enquadram-se nos traços da tipologia proposta pelos autores da seguinte forma: a região é [-isolada], pois está situada a cerca de 10 km do Município de Laranjeiras (SE) e de 27 km da cidade de Aracaju (SE); [+afrodescendente], uma vez que descendem de pessoas escravizadas; [+africanizada], por preservar elementos culturais africanos, como o Samba de Pareia e o São Gonçalo; e [+escravocrata], porque está localizada em um município (micro) e estado/região (macro) que tiveram, nos períodos colonial e imperial, grande presença de africanos escravizados (Silva; Almeida; Araújo, 2024, p. 541).

Mussuca, assim como outros quilombos brasileiros, resistiu aos desafios impostos pela sociedade, por isso encontram-se poucos registros escritos de sua formação, no entanto, salienta-se que alguns trabalhos já realizados, a exemplo da pesquisa de Carmo e Santos (2016), Barbosa (2014), Lima (2019), Santana Silva e Silva de Farias Araújo (2022) tem evidenciado e documentado sua formação baseada em narrativas que são repassadas de geração em geração, descrevendo a origem da comunidade a partir das fugas dos negros escravizados no período do Brasil Colônia.

De acordo com Silva, Almeida e Araújo (2024), “existem diversas versões sobre a formação da comunidade quilombola Mussuca, inclusive, não há uma data precisa sobre o seu surgimento”

(Silva; Almeida; Araujo, 2024, p. 537). Mussuca ainda expõe traços históricos que estão relacionados à própria narração do lugar, sua cultura e ancestralidade. Esses traços podem ser encontrados nos modos de vida da comunidade, nas manifestações culturais, religiosas e nas marcas linguísticas.

Em face disso, a comunidade de Mussuca é referenciada no estado de Sergipe como “reduto” da cultura afrodescendente do território, pois a Fundação Cultural Palmares atribuiu ao lugar o título de comunidade remanescente quilombola em 1º de março de 2004, pelo decreto lei número 4887/2003.

Cabe salientar que a comunidade conserva muitos traços culturais dos indígenas, portugueses e negros que ali habitaram (Costa, 2019). Embora sejam raras pesquisas mais aprofundadas que versem um acervo lexical de base africana, é possível que os traços desses povos tenham influenciado na formação do repertório linguístico de Mussuca, como mostrado por Santana Silva e Silva de Farias Araújo (2022).

Diante disso, ressalta-se que seja de suma importância realizar os registros das comunidades quilombolas, sobretudo no que concerne as lexias, visto que muitas delas têm significados e contextos culturais profundos que refletem a história, tradições e identidade dos povos africanos. As palavras de origem africana carregam consigo a história e o patrimônio linguístico das diferentes comunidades e grupos étnicos que contribuíram para a formação das variedades da língua portuguesa, sobretudo no Brasil e em Angola. Registrar essas palavras em obras lexicográficas, portanto, tem ajudado a entender melhor a evolução das línguas e das sociedades ao longo do tempo. Assim sendo, a próxima seção busca entender os conceitos das obras lexicográficas em que podem ser registradas as palavras de etimologia africana presentes na língua portuguesa.

3 APORTE LEXICOGRÁFICO PARA A CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO DE LÍNGUAS AUTÓCTONES AFRICANAS

A história das obras lexicográficas compreende uma trajetória que revela a evolução linguística, revelando a necessidade de o ser humano compreender, organizar e preservar a riqueza de sua língua. É importante compreender ainda que desde o início da escrita até as enciclopédias mais modernas, os produtos lexicográficos têm desempenhado um papel fundamental na relação do indivíduo com as palavras.

O início da história das obras lexicográficas remonta às civilizações antigas, em que a escrita e as linguagens são fundamentais para transmitir o conhecimento, isto é, os estudos lexicográficos são muito antigos, contudo, foi a partir do Renascimento, no século XVIII, que começaram as grandes transformações políticas e sociais, impactando de forma positiva a confecção das obras lexicográficas, isto é, a partir desse período, começou a produção dos dicionários.

O Renascimento ocidental certamente marcou um ponto de virada significativo para as obras lexicográficas, sobretudo com o advento da imprensa, que intensificou a produção e disseminação de dicionários, todavia foi no Iluminismo que consolidou as obras lexicográficas enquanto mais do que catálogos de palavras; mas sim a reflexão da ciência e a razão, estabelecendo padrões para a produção da lexicografia moderna.

De acordo com Silva (2021), o estudo sobre o léxico leva em consideração os múltiplos sentidos e acepções que uma determinada lexia possui, bem como estão dispostos em obras particulares como o glossário, o dicionário e o vocabulário. Assim sendo, é importante, sobretudo, compreender que toda a palavra é carregada de significados.

Conceituar “palavra” torna-se uma tarefa complexa, visto que pode ser definida a partir de diversos contextos. De acordo com Cunha (2019), se o termo “palavra” for estudado considerando os aspectos fonológicos, poderá ser definida como uma sequência fônica, que constitui uma emissão completa, após a qual a pausa é possível. Já nas análises gramaticais, isto é, na observação dos aspectos morfossintáticos, poderá ser compreendida enquanto uma classificação grammatical da palavra, em função dos marcadores morfossintáticos que apresenta e a função que exerce na sentença. Biderman (1978) mostra que, se analisada nos aspectos semânticos, a palavra poderá ser definida como uma identificação da unidade léxica expressa no discurso. Timbane (2013), por sua

vez, demonstra que a concepção de palavra não é exclusiva, universal e não apresenta um valor absoluto.

Embora a palavra seja uma unidade significativa, Abbade (2011) afirma que ela assume também uma função gramatical. Desse modo, é adequado que os itens que apresentam amplos sentidos sejam tratados como lexia. As lexias apresentam-se como a maior parte do léxico de uma língua e são de número indeterminado. Utiliza-se o termo lexema quando um item é observado levando em consideração um sentido específico; e, verbete quando este item aparece numa determinada obra lexicográfica (Abbade, 2011).

[...] a lexia, diferente da palavra, é a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tenha significado social. A palavra é uma unidade significativa, mas a sua significação não é só lexemática, pode também ser morfemática, isto é, gramatical. A lexia, ao contrário, tem significação externa ou referencial, ou seja, apenas lexemática. A sua referência pode ser as coisas concretas ou abstratas (Abbade, 2011 p. 1334).

Ao tomar como exemplo a sentença “*Morte é um destino da vida [...]*” (F.F, p. 6), retirada do corpus analisado, pertencente ao Grupo L2, isto é, participantes que têm o português como segunda língua, tem-se seis palavras, sendo que apenas três são lexias (morte/ destino/ vida), visto que apresentem uma função referencial. De acordo com Abbade (2011), são palavras porque além da função referencial têm também a gramatical, como o verbo de ligação ‘é’, artigo indefinido ‘um’ e a proposição ‘da’.

São exemplos de palavras gramaticais ou morfemáticas, os artigos, as preposições, as conjunções. Estudam-se na gramática e são em número limitado. As palavras lexemáticas ou referenciais, melhor dizendo, as lexias, constituem a maior parte do léxico de uma língua e são de número indeterminado. Estão organizadas nos dicionários (Abbade, 2011, p. 1334).

Cabe salientar que, ainda que Abbade (2011) associe o conceito de lexia ao plano referencial, como mencionado anteriormente, adotou-se, neste trabalho, a concepção proposta por Biderman (1984), para quem a lexia deve ser compreendida como a forma que o lexema assume no discurso.

No que concerne às obras lexicográficas, podem ser classificadas em dicionário, glossário e vocabulário. De acordo com o Dicionário Houaiss da LP (2008), a lexia dicionário pode ser

definida como uma listagem, geralmente em ordem alfabética, das palavras e expressões de uma língua ou um assunto com seus respectivos significados ou sua equivalência em outro idioma.

Barbosa (2001) traz o conceito de ‘dicionário’ em diversos contextos históricos, todavia apresenta o consenso de que é entendido como o repertório organizado de unidades lexicais, que contém subsídios linguísticos a respeito de cada um desses itens. Para Zavaglia (2012), dicionários são obra lexicográfica que contém, de forma estruturada e classificada, uma relação de unidades lexicais, segundo determinadas normas, critérios e princípios.

O glossário, por sua vez, é mais específico que o dicionário, se constitui numa parte de uma pesquisa em que se organizam palavras utilizados ao longo de um texto, mostrando o seu significado (Silva, 2021). Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Mello Faraco (2008 p. 378) trazem a seguinte acepção para glossário: “vocabulário de termos de uma área específica. Pequeno dicionário dentro de um livro esclarece sobre termos nele usados”. Assim sendo, glossário pode ser compreendido como um repertório de lexias que define termos de uma determina área científica ou técnica. O glossário consiste na criação de uma lista de lexias que servem para explicar sua acepção, entendida como de difícil compreensão.

Já vocabulário, o dicionário de Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Mello Faraco (2008, p. 775) traz a seguinte acepção: “um conjunto de vocábulos de uma língua com suas definições, ou ainda um conjunto de termos de determinada área de conhecimento ou atividade”. Assim sendo, o vocabulário pode assumir um significado mais amplo, a depender do contexto em que for utilizado, para Abbade (2011, p. 1333) é um “subconjunto que se encontra em uso efetivo, por um determinado grupo de falantes numa determinada situação” ou, ainda, referir-se a um grupo de termos conhecidos e utilizados por determinado grupo de sujeitos, seja no âmbito social, regional ou etário.

No que concerne a organização das obras lexicográficas, cada uma deve seguir normas específicas, de acordo com as necessidades e demandas. A organização técnica de um vocabulário, por exemplo, é um processo complexo que vai além de uma simples listagem de palavras e suas definições. Um vocabulário eficaz, por assim dizer, não expõe somente o significado de termos específicos, todavia proporciona uma estrutura coesa que facilita a compreensão e a consulta. Nessa conjuntura, a elaboração de um vocabulário exige uma abordagem cuidadosa e cautelosa.

A identificação dos conceitos das lexias ou termos, sejam técnicos, científicos, literários ou quaisquer outros é fundamental e pode ser feito, sobretudo, consultando outras fontes, no caso aqui

apresentando foram consultadas as obras de Castro (2001, 2002), Assis Júnior (1947), Houaiss, Villar e Faraco (2008) e Petter (2008).

No tocante a organização das lexias, é comum que seja realizada em ordenação alfabética, simplificando sua busca e a localização. No entanto, a utilização de categorias temáticas pode se constituir uma estratégia eficaz, especialmente quando se trabalha com um conjunto diversificado de lexias. Essa organização parte, geralmente, da escolha de um lema.

No contexto de um vocabulário, o lema corresponde à forma de referência ou base de uma unidade lexical, sob a qual se agrupam suas variações morfológicas, semânticas e culturais. Trata-se da lexia selecionada como entrada principal do verbete, geralmente apresentada em uma forma padronizada, por exemplo, no infinitivo para verbos ou no singular e masculino para substantivos, com o objetivo de garantir a consistência na organização do material, assim, para a inserção de uma lexia em um dicionário, vocabulário ou glossário, é comum que as formas flexionadas das palavras sejam submetidas a esse processo de lematização (Barreiros, 2017).

O lema no vocabulário deve ser acompanhado de informações complementares que enriqueçam a compreensão do leitor. Os lemas apresentados no vocabulário do presente trabalho trazem informações como classe gramatical, variação (caso haja nos corpora) etimologia, local de uso, além da possível correspondência¹⁹ em língua portuguesa, concepção e abonação, assim essas informações enriquecem a experiência do usuário, tornando o vocabulário uma fonte abrangente de conhecimento sobre as lexias abonadas, como mostrado no Quadro 7.

Quadro 7: Lematização

<p>Mangar <i>v.</i> (Kikongo/ Kimbundu). Zombar, troçar, vangloriando-se, caçoar, afetando seriedade (CASTRO, 2001).</p> <p>Local de Uso: Mussuca. Corresp.: Mangar. Abon.: <i>É todo mundo saía ele ficava ali ói... sentado sem se mover, porque veio mangar se você não gosta pra que vai?</i>" (PARTICIPANTE X, p. 74)</p>
--

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

¹⁹Embora a palavra correspondência possa denotar múltiplos conceitos, está sendo utilizada nesse trabalho para se referir à relação de similaridade ou equivalência entre as lexias de origem africana encontradas nas variedades do português angolano e brasileiro e as africanas atestadas nas obras consultadas.

A organização técnica de um vocabulário é um trabalho que combina estrutura lógica e adaptação às demandas do público, no caso do vocabulário aqui apresentado a comunidade pesquisadora e aos demais que apresentem interesse. Ao desvendar os detalhes dessa estrutura lexicográfica, revela-se um instrumento valioso que não apenas define palavras, mas também enriquece a compreensão e a comunicação em diversos campos do saber.

Para estruturação do vocabulário aqui proposto, foram adotadas as premissas técnicas e básicas para elaboração de obras lexicográficas. Para tal, seguiram-se as diretrizes propostas por Haensch (1982) para a elaboração de obras lexicográficas, enfatizando aspectos cruciais na compilação de dicionários e glossários. As orientações de Haensch (1982) destacam a importância de critérios específicos para garantir a eficácia e a qualidade dessas obras.

Assim sendo, para compor o trabalho aqui apresentado, foram adotados padrões para a apresentação de informações, incluindo a ordem alfabética das entradas; utilizou-se ainda uma linguagem clara e acessível, com acepções baseadas nas obras de Castro (2001; 2002), Assis-Junior (1947) e Petter (2008).

Foram fornecidas também informações adicionais relevantes, como classificação gramatical, etimologia, abonação e local de utilização da lexia que aparecem logo após a entrada, além da definição da estrutura do vocabulário, seguindo a micro e a macroestrutura, como versam as subseções a seguir.

3.1 Macroestrutura

De acordo com Miranda (2007), as primeiras propostas de macro e microestrutura foram feitas por Rey-Debove (1971), o que conferiu um novo percurso metodológico para produção de obras lexicográficas e aprimoramento dos dicionários. Rey-Debove (1971) conceitua a macroestrutura como um conjunto de entrada de acordo com uma leitura vertical, isto é, uma leitura de cima para baixo, diferente da leitura horizontal.

No entanto, Miranda (2007) salienta que o conceito de macroestrutura de Rey-Debove (1971) não daria conta de alguns problemas, a exemplo da quantidade do conjunto de entradas e como dispor o conjunto de entradas ordenadas. Assim, Miranda (2007) valida a concepção dada por Landau (2001), afirmando que a macroestrutura pode ser entendida como “o tratamento da

homonímia, as sub-entradas, os critérios de lematização e os números de verbetes” (Miranda, 2007 p. 262).

Embora a concepção de Landau (2001) seja vastamente aceita pela comunidade pesquisadora, o presente trabalho se atém a concepção de que a “macroestrutura são os verbetes analisados de forma geral sem verificar os elementos que constituem cada verbete de forma particular [...] se preocupa com a organização geral dos verbetes” (Pinho; Arruda, 2018 p. 226). É importante salientar que essa organização das entradas pode ser feita de formas distintas como, por exemplo, seguindo a ordem alfabética (o que é mais comum), ordem etimológica, por assuntos, por campos lexicais ou semânticos, entre outros.

A macroestrutura é constituída pelo conjunto de entradas lematizadas que compõem a obra lexicográfica, geralmente destacadas tipograficamente, como em negrito. Além disso, envolve os critérios adotados para a seleção e a lematização dessas unidades lexicais. O conjunto de verbetes incluídos deve refletir tais critérios de forma coerente, os quais, por sua vez, precisam estar alinhados à classe da obra, à sua função e ao perfil do público-alvo definido pelo lexicógrafo.

A estruturação do vocabulário aqui apresentado seguiu, portanto, uma ordem alfabética, centrando-se numa perspectiva semasiológica, isto é, parte do significante para o significado, como ilustrado no Quadro 8.

Macroestrutura/ significante (ordem semasiológica)
Quadro 8: Macroestrutura
<p>Macaca <i>s./f/ adj.</i> (Kikongo/ Kimbundu). Feminino de macaco; esperto, finório, feio. (Castro, 2001). Local de Uso: Luanda. Corresp.: Macaca. Abon.: Ah, naquela altura havia... o. A <i>macaca</i>, havia o leitim, havia o trinta e cinco, e muitas outras. (Participante X p. 2). Eu não sei bem porque, mas antigamente o único dia que nós brincávamos, -os pais dava aquelas leis – só aos domingos íamos à igreja fazíamos o serviço todo de casa, à tardinha brincávamos a <i>macaca</i>, ringue, essas brincadeiras escondidas e mais outras brincadeiras (Participante Y, p. 2).</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Como ilustrado, a macroestrutura do vocabulário refere-se à forma como os verbetes estão organizados no corpo da obra. De acordo com Welker (2006), trata-se do arranjo sistemático das entradas lexicais, normalmente dispostas em ordem alfabética, visando facilitar a busca e a leitura por parte do usuário. Contudo, essa organização pode variar conforme os objetivos do trabalho lexicográfico, podendo também adotar uma disposição por campos temáticos. Essa flexibilidade estrutural contribui para atender a diferentes finalidades e públicos, especialmente em obras voltadas a contextos específicos, como os glossários terminológicos ou os dicionários especializados.

3.2 Microestrutura e seus componentes

A microestrutura de uma obra lexicográfica se refere aos elementos detalhados e específicos que compõem cada entrada na obra, isto é, “la estructura horizontal, o sea la estructura informativa de los artículos lexicográficos²⁰” (Sousa, 2009 p. 123). Quanto ao verbete, Escribano (2003) define como a unidade mínima em que se organiza o dicionário, sendo constituído pelo lema e posteriormente pelas informações sobre esta palavra.

Seco (1978) postula que essas informações podem ser: a) considerando informações como etimologia, limites geográficos, campos de saber em que a lexia está sendo utilizada, particularidades de utilização, acepções secundárias, explicação de transições semânticas. Cabe salientar que essas informações comumente vêm dentro de um dicionário, ordenada de um modo regular; b) composta pela própria definição, ou seja, a informação sobre o conteúdo da entrada lexical.

De acordo com Barbosa (1996), a microestrutura de uma obra lexicográfica compreende a estrutura interna do verbete, composta por um conjunto de informações ordenadas postas após a entrada cuja leitura é feita de forma horizontal, assim sendo, é importante ressaltar que esse conjunto de entrada com o enunciado lexicográfico é intitulado verbete.

Para Vilela (1995) a microestrutura compreende a entrada e o tratamento que lhe é dado, por meio de definições, relações gramaticais, semânticas e pragmáticas. Portanto, Barreiros (2017) afirma que

²⁰ A estrutura horizontal, ou a estrutura informativa dos artigos lexicográficos.

[...] toda microestrutura é composta por duas partes: a enunciativa (a entrada lexical também conhecida como cabeça do verbete) e a informativa, que traz as informações (semânticas, fonológicas, sintáticas, etimológica, ortográfica etc.) referentes a primeira parte. Após o estabelecimento dos dados que devem constar nos verbetes, o editor precisa explicitá-los no prefácio ou na introdução para o leitor (Barreiros, 2017 p. 138).

A microestrutura pode apresentar padrões diferentes, no entanto é preciso que lexicógrafo assuma um modelo para compor sua obra, assim sendo, Vilela (1983) sugere o seguinte modelo: entrada + informação, que pode ser a etimológica, a ortográfica, a fonética ou classe gramatical que a lexia pertence + acepção ou uma explicação do verbete + exemplos ou aplicação em contextos.

No caso do vocabulário aqui apresentado seguiu basicamente a estrutura sugerida por Vilela (1983), como demonstrado no Quadro 9.

Quadro 9: Microestrutura

Caçula (var. caçule) *adj.* (Kikongo/Kimbundu/Umbundu). O mais novo dos filhos ou dos irmãos; o último a se manifestar; o filho mais mimado (CASTRO, 2001; Houaiss, 2008). **Local de uso:** Luanda. **Corresp.** Caçula. **Abon.:** - Acredito que isso é relativo, por quê? Porque assim, já o meu pai disse que o tempo de escolaridade é melhor do que o meu, e eu também digo a minha mana *caçula* a que meu tempo de escolaridade é melhor que o dela, no futuro próximo se eu tiver um filho ou uma filha a minha mana *caçula* pode dizer também o meu filho que a infância dela de escolaridade é melhor que o dele [...] (Participante B. B, p. 4)./ - Sim, sim sou a *caçula*, única menina (Participante J.M, p.7)./ - Depois, mais tarde a minha irmã *caçule* aparece. Assim que ela apareceu os miúdos disseram: “Tia, a tua mana está a se rebolar no chão mais dinheiro. Minha irmã pegou os dois mil e me deu. Eu, aquele” (Participante A.V, p. 7).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Microestrutura

3.2.1 Entrada lexical

Uma entrada lexical é uma construção lexicográfica que visa fornecer informações mais abrangentes sobre uma palavra específica em uma obra lexicográfica. Essa estrutura geralmente é

projetada para oferecer uma compreensão completa da palavra, indo além de uma simples definição e explorando vários aspectos, como pronúncia, etimologia, classe grammatical, usos contextualizados, sinônimos, entre outros elementos relevantes. A entrada lexical, portanto, é essencial para auxiliar os usuários na compreensão detalhada e no emprego apropriado de uma palavra em uma língua.

De acordo com Sousa (2009 p. 101), a entrada lexical é a “palabra, locución, frase, sintagma, signo o conjunto de letras os signos que encabeza un artículo de diccionario y es objeto de definición o explicación²¹”. Biderman (1984 p. 138) afirma que a entrada é “Cada uma das palavras explicadas por um dicionário. Em geral as entradas são alistadas em ordem alfabética e na forma canónica ou lema.” É importante destacar que, para indicar a entrada lexical de uma obra lexicográfica, as palavras selecionadas como entrada de verbete passam por um processo de lematização, isto é, ocorre uma redução para a forma canônica que a represente com todas as suas variantes, denominadas lema.

Todavia, as palavras eleitas na obra compor o presente estudo seguiram a forma como foram encontradas nos corpora, visto que representam a forma como são utilizadas no cotidiano dos usuários da língua portuguesa em Luanda e em Mussuca. Caso exista uma variante, como é caso de caçula, indicada no Quadro 8, a variante é escrita entre parênteses.

Ressalta-se ainda que as formas lematizadas seguiram o seguinte padrão: a) a escrita seguiu a forma como aparece nos corpora; b) a classe grammatical (adjetivo e substantivo) é posta de acordo com a flexão da palavra dentro dos corpora; c) os verbos são lematizados em forma infinitiva, por ser menos marcados sintaticamente.

Quanto a grafia da entrada lexical, Sousa (2009) firma que geralmente é feita de uma forma diferente do restante do verbete para facilitar ao usuário uma busca de orientação mais fácil, assim sendo, pode ser grafada com letras de estilo ou tamanho diferenciado, no entanto para o presente trabalho optou-se pelo destaque da entrada em negrito, como mostrado no Quadro 10.

²¹ A palavra, frase, frase, sintagma, sinal ou conjunto de letras ou sinais que encabeça um artigo de dicionário e é objeto de definição ou explicação.

Entrada lexical

Quadro 10: Entrada lexical

Samba s.f (Kikongo/Kimbundu). Título de momento; cerimônia pública de macumba; rezar, orar; ritmo musical; distrito do município de Luanda (CASTRO, 2001); dança popular brasileira cantada; música que acompanha essa dança (Houaiss, 2008). **Local de uso:** Luanda/ Mussuca. **Corresp.** Samba. **Abon.:** “Brasil é esse projeto, foi o pessoal do SESC que fez um projeto com... com o governo federal pra aqueles... aqueles grupo mais formoso mais equipado mais né? Ele botou o esse projeto daqui de Sergipe só teve o *samba* de Pareia que é esse... esse” (INFORMANTE X, p. 21); “só aqui dentro de Luanda posso dizer conheço, conheço Capinga, conheço é *Samba* né?! *Samba* e o bairro Malgozo esse bairro Malgozo fica em frente a clínica, a clínica do Prego, essas são os bairro que eu conheço, a *Samba*” (INFORMANTE A.E, p.1); “Vamos mesmo mostrar a sua casa, sobe já no carro. Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no *Samba*” (INFORMANTE A.V, p. 7). É um investimento que estou adaptando já um bom tempo, estou nos serviços administrados, sou funcionário o AGER-Associação dos Agileiros aqui do município de *Samba* o qual sou secretário de edição administrativa” (INFORMANTE A.J, p. 4).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

3.2.2 Definição

A definição²² é posta logo após a entrada lexicográfica, constitui-se como uma das partes mais importantes da microestrutura de um dicionário, glossário ou vocabulário, pois carrega consigo o sentido da palavra. De acordo com Biderman (1984 p. 135), é “cada um dos sentidos ou significados de uma palavra polissêmica, isto é, que tem vários valores semânticos.”

Em outros termos, é compreendida como a parte da entrada lexicográfica que oferece uma explicação clara e concisa do significado de uma palavra ou termo específico. Essa explicação tem

²² Os dicionários, por mais abrangentes que sejam, podem não fornecer uma explicação completa do significado de algumas lexias por várias razões como, por exemplo, quando o significado de uma lexia muda dependendo do contexto em que é usada, quando novas lexias são criadas, quando tem significados diferentes em diferentes regiões geográficas ou em diferentes grupos sociais ou apresentem múltiplos significados entre outras. Portanto, embora os dicionários sejam uma ferramenta útil para entender o significado geral das lexias, eles podem não ser suficientes para fornecer uma compreensão completa em todas as situações, assim sendo, é importante considerar o contexto e a utilização da lexia para tentar compreender o seu significado.

o objetivo de transmitir o sentido essencial da palavra para que os usuários possam compreendê-la de maneira precisa.

A definição comumente é definida por dois elementos básicos, sendo eles o termo definido (entrada do verbete) e o definidor (expressão explicativa, isto é, a acepção da entrada). A qualidade da definição é crucial para garantir que os usuários compreendam adequadamente o significado da palavra. Pensando nisso, lexicógrafos buscam ser claros, concisos e informativos ao elaborar definições, tornando-as acessíveis para um público amplo.

Para as definições na obra *Participação africana na formação do léxico do português angolano e brasileiro*, utilizaram-se as acepções presentes nas obras *Falares africanos na Bahia* (2001) e *A língua mina-jeje no Brasil* (2002), de Yeda Pessoa de Castro, no dicionário kimbundu – português (1947), de Assis Júnior, no dicionário Houaiss (2008) e na tese de livre docência *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano* (2008), de Margarida Petter, como mostrado no Quadro 10.

Quadro 11: Definição	Definição
<p>Soba s.m (Kikongo/ Kimbundu/ Umbundu). Rei; chefe; senhor mais velho (CASTRO, 2001); chefe de pequeno estado africano (Houaiss, 2008). Local de Uso: Luanda. Corresp. Soba. Abon. “Mas a nossa tradição, como que... como, por exemplo, o <i>soba</i>, o senhor mais velho aqui é chamado de <i>soba</i> e caso, por exemplo, tu uses o rio de uma aldeia fora da cidade, nossa tradição não pesa muito aqui na capital, porque aqui na capital nós chegamos a ser aculturados por Brasil e Portugal, mas nas províncias vê-se que o povo sente ou receia muito o <i>soba</i> que é o chefe da tribo” (INFORMANTE J. P. T, p. 19).</p>	

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

3.2.3 Abonação

Proveniente do verbo abonar, que quer dizer “mostrar, ser bom, válido, verdadeiro, conformar, comprovar” (Houaiss; Villar; Faraco, 2008, p. 4). Assim sendo, abonação diz respeito a uma atestação por meio de documentos da ocorrência de uma palavra em determinado contexto.

Segundo Biderman (1984 p. 135), abonação pode ser entendida como “Frase ou enunciado, extraído de um bom autor da língua, onde ocorre a palavra que está sendo definida e/ou explicada no dicionário. Ilustra o uso da palavra no contexto.”

Para o trabalho aqui apresentado a abonação sempre virá como último elemento da microestrutura, a fim de comprovar o contexto e a utilização da lexia pelo participante. Cabe destacar ainda que a lexia virá em itálico, dando-lhe um destaque. A abonação identificará também as iniciais dos nomes dos participantes, acompanhado do número da página de transcrição onde se encontra a lexia de línguas autóctones africanas, como mostrado no Quadro 12.

Abonação
Quadro 12: Abonação

Muamba (var. *moamba*) *s. f.* (Kikongo/ Kimbundu). **Local de uso:** Luanda. **Corresp.:** Muamba. Guisado de galinha ou carne de vaca ou peixe, temperado com sal, alho e jinguba, e ao qual se adicionam dendê, sendo servido com pirão ou funje; feitiço (Castro, 2001). Roubo ou furto de mercadoria nos portos; mercadoria contrabandeada (Houaiss, 2008).

Abon.: - Eu faço galinha de *muamba*, faço repolho com *muamba* de jinguba, faço sopa... Eu faço muita coisa... (Participante A.V, p. 7)/ - A pode ficar muito cozida, nem, nem o repolho, coas a água depende, mas né a couve misturada com repolho não separadas, se quiseres fazer a couve faz, se quiseres fazer o repolho faz. Se quizeres de ginguba fresca, a *moamba* fresca fazes se quiseres de *moamba* torrado também fazes, e metes a *moamba*, fazes um refogado.... Depende, há várias formas de se, se fazer um refogado assim põe tomate a parte depõs introduzir na panela ou despejar na panela do repolho, a gingu... a *moamba*, viras. (Participante F.M, p. 10).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

3.3 As lexias

Lexia refere-se a uma unidade que contém significado lexical, ou seja, é uma unidade mínima que carrega um significado específico, a exemplo de *cachaça*, *caçula*, *forró*, *fuba*, *gangorra*, *xangô*. Em linguística, a análise de lexias se constitui enquanto parte integrante do estudo do léxico, que compreende o conjunto de palavras e expressões que formam o vocabulário de uma língua.

De acordo com Biderman (1984), o conceito de lexia é entendido como

Forma que um lexema assume no discurso. Ex.: "O dia está claro." Temos aí quatro lexias. Em Lexicologia esse termo técnico se opõe a lexema; foi cunhado para evitar a imprecisão e ambiguidade de termos da língua comum, tais como: palavra, vocábulo (Biderman, 1984, p. 140).

É importante salientar que as lexias podem variar em complexidade, isto é, podem ser simples, compostas ou complexas, como versam as subseções a seguir, no entanto, não são limitadas a palavras isoladas, mas também podem incluir expressões e combinações de palavras que formam uma unidade de significado, como por exemplo, observa-se na sentença a seguir, pronunciada por um participante de Luanda que tem a língua portuguesa com L1. “O carnaval brasileiro é muito *samba*” (Participante A, p. 12). Neste caso tem-se seis lexias, mas que quando unidas formam uma sentença passível de compreensão.

3.3.1 *Lexia simples*

As lexias simples, de acordo com Pottier (1977) são as palavras tradicionais, ou seja, são formadas por apenas uma palavra, como por exemplo, macaco, fuba, quiabo. Lexias simples referem-se a palavras autônomas e independentes que não são formadas pela combinação de outras palavras. Podem ser compreendidas ainda como unidades lexicais básicas e fundamentais, constituindo o núcleo do vocabulário de uma língua. Essas palavras não contêm elementos adicionais ou modificadores e representam unidades de significado em si mesmas.

3.3.2 *Lexia composta*

As leixas compostas, de acordo com Pottier (1977), são unidades lexicais formadas pela combinação de dois ou mais lexemas que, embora mantenham certa autonomia formal, constituem um todo semântico integrado. Essas lexias apresentam uma estrutura relativamente estável e um significado que resulta da junção de seus constituintes, sendo reconhecidas como unidades de sentido no léxico.

Em outros termos, são unidades lexicais formadas pela combinação de duas ou mais palavras independentes que contribuem com seu próprio significado para a formação de uma nova palavra com um significado específico. Essa combinação de palavras ocorre de maneira que a expressão resultante adquire um significado distinto em relação às palavras individuais que a compõem.

Cabe salientar ainda que a formação dessas lexias geralmente envolve diferentes processos morfológicos, a exemplo da justaposição (beija-flor, guarda-chuva), da aglutinação (fidalgo: filho + de + algo; embora: em + boa+ hora) e, em alguns casos, da elisão (d'água, d'oeste), as lexias compostas podem ser substantivos, verbos, adjetivos, ou ainda as expressões idiomáticas.

3.3.3 *Lexia complexa*

As lexias complexas, segundo Pottier (1977), é uma sequência de palavras que comprehende todo semântico, isto é, muitas vezes acabam se transformando em construções fixas e que quando separadas muitas vezes não apresentam sentidos completos. Guerra Fria, por exemplo, é uma lexia complexa, visto que está cristalizada e dicionarizada, as duas lexias juntas formam, portanto, um todo semântico passível de um significado.

No que concerne a apresentação dessas lexias em obras lexicográficas, é importante deixar claro que o profissional poderá decidir se as incluirá enquanto macroestrutura ou se serão incorporadas a outros verbetes (Biderman, 1998). Embora a tradição portuguesa seja de incorporá-las a outros verbetes, na obra aqui apresentada, quando identificadas lexias complexas serão postas como macroestrutura, a exemplo da lexia *bica bidon*, que se refere a uma brincadeira típica do povo angolano, pronunciada por um praticante natural de Luanda que apresenta o português como língua materna.

4 O LÉXICO DO PONTO DE VISTA SEMASIOLÓGICO

De acordo com Couto (2012 p. 186), “os conceitos de onomasiologia e semasiologia têm a ver com a relação palavra-coisa, que, em princípio, pode ser vista de qualquer uma das duas perspectivas”. A semasiologia, uma das abordagens fundamentais da linguística, dedica-se ao estudo dos significados das palavras e suas mudanças ao longo do tempo. Diferente da onomasiologia, que foca nas denominações e suas variações, a semasiologia preocupa-se principalmente com a maneira como os significados se desenvolvem, se expandem e se transformam dentro de uma língua. Ao investigar o léxico através de uma perspectiva semasiológica, analisa-se não apenas os significados correntes das palavras, mas também os processos históricos e contextuais que influenciam esses significados.

No campo da semasiologia, o léxico de uma língua é entendido como uma entidade dinâmica e em constante evolução. As palavras não possuem significados fixos e imutáveis; em vez disso, seus significados são moldados por fatores socioculturais, históricos e contextuais. Esse fenômeno de extensão semântica é um aspecto crucial do estudo semasiológico, destacando como novos contextos de uso podem alterar e ampliar o significado das palavras.

[...] a semasiologia é a ciência das significações das palavras, uma vez que semioticamente ela é parte da semântica. Ela é um método lexicológico e lexicográfico. De acordo com ela, se parte de uma palavra e se dão suas significações. Os dicionários monolíngues normais que utilizamos são todos de cunho semasiológico (Couto, 2012 p. 192).

Assim sendo, Couto (2012) oferece uma descrição concisa, mas abrangente sobre a semasiologia e seu papel no estudo das significações das palavras. Ao identificar a semasiologia como uma ciência, é importante sublinhar a sistematicidade e a rigorosidade metodológica envolvidas na análise dos significados das palavras. Cabe salientar que a palavra "significações" nesse contexto se refere aos diferentes sentidos e interpretações que uma palavra pode ter, indicando que a semasiologia não se limita a um único significado, mas abrange a multiplicidade de significados que uma palavra pode assumir em diferentes contextos.

A semasiologia, portanto, está posicionada dentro de um quadro teórico mais amplo, isto é, a semântica, o estudo dos significados na linguagem, que a inclui como uma de suas subáreas. Em outros termos, lida com signos e seus significados, conforme estabelecido na teoria semiótica de

Charles Sanders Peirce²³ e Ferdinand de Saussure²⁴. Isso sugere que a semasiologia examina como os signos linguísticos (as palavras) adquirem significado e como esses significados podem mudar dependendo do uso e do contexto.

A semiologia apresenta ainda em seu bojo uma aplicação prática dentro da lexicologia e da lexicografia. Ao descrever a semasiologia como um método utilizado tanto na lexicologia quanto na lexicografia, Couto (2012) indica que essas reflexões teóricas sobre os significados das palavras têm aplicações práticas, especialmente na construção de dicionários.

Segundo Couto (2012), tal método implica começar com uma palavra específica e explorar suas várias significações. Isso é contrário à abordagem onomasiológica, que parte de um conceito ou ideia e procura as palavras que podem expressá-lo. A ênfase na palavra como ponto de partida é fundamental para a compreensão do método semasiológico, pois destaca a análise detalhada e contextual dos significados.

Diante disso, fica evidente a relação da semasiologia à prática comum de produção das obras lexicográficas cotidianas. Os dicionários monolíngues, por exemplo, que explicam as palavras de uma determinada língua, são organizados segundo princípios semasiológicos. Eles listam palavras e fornecem suas múltiplas significações, ilustrando como a semasiologia informa a estrutura e o conteúdo dessas obras de referência.

4.1 Lexicologia

De acordo com Orsi (2012), os estudos lexicológicos começaram por volta do século IV a.C. na Índia, com a análise do sânscrito, focando na definição dos elementos significativos dessa língua e uma apreciação aprofundada da semântica e das associações conceituais das unidades lexicais, os gregos também se destacaram significativamente nesse campo. Os latinos, por sua vez, também contribuíram notavelmente com estudos sobre a gramática e a norma da língua. Contudo, foi durante o Renascimento, no século XVIII, um período marcado por grandes transformações

²³ Peirce desenvolveu uma teoria abrangente dos signos, na qual um signo é algo que representa algo para alguém em algum aspecto ou capacidade. Ele identificou três componentes principais de um signo: o *representamen* (a forma do signo), o *objeto* (aíllo que o signo representa) e o *interpretante* (o conceito ou significado gerado pelo signo no intérprete)

²⁴ Saussure introduziu o conceito de signo linguístico, que é composto por dois elementos: o significante (a forma do sinal, como uma palavra ou som) e o significado (o conceito ou ideia que o sinal representa). Ele destacou que a relação entre o significante e o significado é arbitrária e convencional, ou seja, não há uma conexão lógica ou natural entre eles, mas sim um acordo social entre os falantes de uma língua.

políticas e sociais, que se iniciou a produção de obras lexicográficas, ou seja, a elaboração de dicionários.

A lexicologia é um ramo da linguística que se dedica ao estudo sistemático do léxico de uma língua, isto é, o conjunto de palavras que a compõem. De acordo com Cambraia (2015, p. 35) “a lexicologia é o ramo da linguística que se ocupa do léxico de uma língua”. Distinguindo-se pela análise detalhada das unidades lexicais, a lexicologia investiga tanto a estrutura interna das palavras quanto as relações semânticas e morfológicas entre elas. Este campo de estudo não apenas descreve e classifica palavras, mas também explora sua evolução histórica, etimologia e variações contextuais.

A lexicologia é o estudo científico do léxico, ou seja, dedica-se a analisar o universo de todas as palavras de uma língua, considerando sua estrutura, funcionamento e evolução. Entre suas principais tarefas, destaca-se a definição de conjuntos e subconjuntos lexicais; o exame das relações entre o léxico de uma língua e os contextos naturais, sociais e culturais; a conceituação e delimitação da unidade lexical básica, a “lexia”; além da elaboração de modelos teóricos que sustentem suas diversas denominações (Barbosa, 1990, p. 156).

Barbosa (1990, 2001) também afirma que a lexicologia é uma das divisões da Linguística, entendida como o estudo científico do léxico. Isto é, a lexicologia tem como objeto de estudo a palavra, sua caracterização lexical, bem como a estruturação do léxico de uma determinada língua.

A relação entre lexicologia e outras áreas da linguística, como a sintaxe e a semântica, é intrínseca e colaborativa. Enquanto a semântica se preocupa com o significado das palavras e das sentenças, a lexicologia oferece uma perspectiva detalhada sobre a constituição e as variações das unidades lexicais, permitindo uma compreensão mais completa da linguagem.

A aplicação prática da lexicologia é vasta e impacta diretamente na lexicografia e a lexicografia eletrônica, por exemplo. Em particular, a criação de dicionários, vocabulários e glossários especializados depende fortemente dos princípios lexicológicos, garantindo precisão e clareza na definição e no uso das palavras. Além disso, a lexicologia desempenha um papel crucial na tradução, ao fornecer informações sobre nuances semânticas e equivalências lexicais entre diferentes línguas.

A lexicologia, ao dissecar e compreender a complexidade do léxico, revela-se essencial para a apreensão plena de qualquer língua. Ela não apenas enriquece o conhecimento linguístico, mas

também aprimora a comunicação e a interpretação textual, consolidando-se como um pilar central da linguística aplicada e teórica.

De acordo com Câmara Jr. (1986, p. 158), a lexicologia não se limita apenas ao estudo do léxico, mas abrange todo o seu funcionamento dentro da língua, considerando suas definições e levando em conta aspectos naturais, políticos e sociais. Além disso, a lexicologia é o termo usado para instituir o estudo das palavras, incluindo sua flexão, procedimentos de derivação e estruturação. Portanto, a lexicologia envolve uma análise ampla do léxico, examinando tanto a forma quanto o contexto e as relações das palavras dentro do sistema linguístico.

4.2 Lexicografia

A lexicologia e a lexicografia são componentes essenciais da ciência do léxico. A distinção entre essas duas disciplinas reside, fundamentalmente, nos seus fundamentos teóricos e metodológicos. Como mencionado anteriormente, a lexicologia dedica-se ao estudo do léxico em todos os seus aspectos, enquanto a lexicografia se ocupa da produção das obras lexicográficas, tais como glossários, vocabulários e dicionários.

Segundo Barbosa (1990), a lexicografia tem a palavra como objeto de estudo. Em outra perspectiva, ela é definida como um método de tratamento da palavra, abrangendo a compilação, organização, estudo e processamento, culminando na criação de dicionários, vocabulários técnicos, científicos, glossários especializados e outros.

Zavaglia (2012) também define a lexicografia como uma técnica de armazenamento e repertoriação do léxico, ou seja, a compilação de um dicionário. No entanto, ressalta que vai além de uma simples técnica, pois produzir uma obra lexicográfica é, antes de tudo, uma arte, um processo de inventariar, descrever e classificar palavras. Os verbetes, por sua vez, são os pontos de origem das palavras nos dicionários, e é por meio deles que o lexicógrafo reflete, cria suas disposições e, finalmente, compõe sua obra.

A lexicografia é a ciência de elaborar, compilar, analisar e organizar dicionários. Ela envolve a coleta sistemática e a análise de lexias e suas definições, usos e contextos em uma língua específica. Este campo é fundamental para a compreensão e documentação de uma língua, pois os dicionários são recursos essenciais para a educação, a pesquisa e o uso cotidiano da linguagem.

Assim sendo, é importante salientar que a lexicografia combina técnicas de linguística, como a semântica e a sintaxe, com habilidades práticas de edição e organização de dados, resultando em obras que são tanto científicas quanto acessíveis ao público em geral.

É importante destacar que a lexicografia é reconhecida como uma ciência dedicada à produção de dicionários, tendo suas origens no século XVI (Orsi, 2012), período em que emergiu a necessidade de registrar o léxico de uma língua. Dessa forma, a lexicografia lida com questões relativas à validação do vocabulário das sociedades, evidenciando as relações semânticas que uma determinada unidade lexical pode estabelecer. Zavaglia (2012) afirma ainda que a lexicologia muito evoluiu, sobretudo, no que se refere as formas de produção das obras lexicográficas, tendo como grande aliada a Linguística de Corpus, para fornecer dados linguísticos a esta produção.

A lexicografia tem o objetivo de descrever o léxico total e todos os elementos que compõem uma determinada sociedade (Rey-Debove, 1984). Os dicionários são produzidos por lexicógrafos, profissionais responsáveis por pesquisar, selecionar e organizar as entradas, com o propósito de compor a obra lexicográfica.

A lexicografia é também denominada uma técnica ou ciência aplicada, devido ao seu caráter de seleção e criação de obras. Contudo, ela também se distingue pela elaboração de teorias e acepções (metalexicografia²⁵), considerando a definição e apreciação do léxico, bem como seu processo de reestruturação.

Diante disso,

é importante entender que a lexicografia serve como subsídio para os estudos lexicais, pois tem foco nas definições dos signos linguísticos das diversas línguas e no seu registro de modo sistematizado. Pode ser utilizada enquanto modelos dos princípios lexicais vigentes nas diferentes épocas, bem como beneficiar de forma ampla as pesquisas no campo da lexicologia, como os neologismos, os empréstimos linguísticos, arcaísmos e outros (Silva, 2021, p. 62).

Para Biderman (2001) e Zavaglia (2012), a lexicografia é uma ciência e, como tal, pressupõe uma teoria e um método. O lexicógrafo precisa estar munido de um aporte teórico

²⁵ De acordo com Welker (2006), a metalexicografia é o campo de estudo que se dedica à reflexão teórica e crítica sobre a lexicografia. Ela envolve a análise dos métodos e princípios utilizados na criação de dicionários, bem como a avaliação e melhoria das práticas lexicográficas. Esse campo abrange questões como a estrutura dos verbetes, a seleção e organização das entradas lexicais, e a aplicação de diferentes abordagens teóricas na descrição do léxico. A metalexicografia, portanto, é fundamental para o desenvolvimento de dicionários mais precisos, úteis e cientificamente fundamentados.

robusto em relação ao seu objeto de estudo; é necessário conhecê-lo teoricamente para, então, desenvolver suas etapas metodológicas, que vão desde a estruturação do verbete até o produto, entendido aqui como a obra lexicográfica.

No que concerne à confecção de uma obra lexicográfica, o profissional deve seguir caminhos metodológicos bem delineados. Inicialmente, o lexicógrafo deve definir quais lexias serão trabalhadas, isto é, se tratará do léxico geral de uma língua, lexias simples, complexas ou unidades fraseológicas. É também necessário determinar se a obra será monolíngue ou plurilíngue e a qual público se destina (Zavaglia, 2012).

No caso da obra aqui proposta, estão sendo trabalhadas as lexias encontradas nos corpora apresentados de origem africana, é, portanto, definida como um vocabulário, visto que se trata de fenômenos orais, monolíngue destinada não só a comunidade pesquisadora, mas todos aqueles que se interessam em conhecer o acervo lexical africano presente nas variedades do português angolano e brasileiro.

A lexicografia apresenta um caráter prático, haja vista que tem a função de representar de forma organizada e sistêmica o acervo de definições lexicais da língua de uma sociedade. É a prática da produção de dicionários, mas que isso, a lexicografia é a arte de registrar a identidade e a cultura de um povo.

Com a tecnologia digital, a lexicografia passou por grandes transformações. Dicionários online e corpora eletrônicos permitem análises mais detalhadas e extensas das palavras e seus usos. Ferramentas de linguística computacional ajudam a automatizar parte do trabalho, possibilitando a análise rápida de grandes volumes de dados. Além disso, dicionários digitais oferecem funcionalidades interativas, como busca rápida, links entre palavras relacionadas e atualizações contínuas, tornando-os recursos ainda mais valiosos e acessíveis. Assim, a lexicografia continua a evoluir, adaptando-se às necessidades e possibilidades do mundo moderno.

5 MATERIAL E MÉTODO

Como já exposto anteriormente, a pesquisa empírica realizada para a escrita desta tese considerou dados gravados na cidade de Luanda, a capital de Angola no ano de 2008 e 2013 e da comunidade quilombola Mussuca, no estado do Sergipe no ano de 2019. Antes, porém, cabem ressaltar algumas considerações sobre as duas comunidades de fala.

Luanda está dividida em 13 distritos, em que a região central se apresenta subdivida em Cidade Alta e Cidade Baixa. Essa última compreende a região mais próxima ao porto, em frente à baía de Luanda e a ilha de Luanda. No lado sul da região deste baixo centro, existe também a baía do Mossulo (Silva, 2021).

De acordo com o Censo realizado em 2014, cuja publicação dos resultados aconteceu em 2016, Luanda é considerada uma cidade muito populosa. Cabe salientar que o aumento populacional se deu devido à guerra civil de Angola, em que muitas populações que moravam no campo realizaram o movimento de migração rumo à cidade em busca de refúgio e melhores condições de vida. Como resultado, Luanda desenvolveu-se de forma desordenada e sem planejamento, isso se refletiu em complexos problemas sociais como infraestrutura, moradia, transporte, educação entre outros.

Atualmente, de acordo com Censo de 2014, o português é falado pela maior parte da população, com maior predominância nas áreas urbanas, seguido do Kimbundu Kikongo e Umbundu. São faladas também as línguas Fiote, Côkwe, Nyaneca, Ngangela, Kwanyama, Muhumbi, Luvale e outras não catalogadas pelo Censo.

A segunda comunidade a ser brevemente descrita é Mussuca, situado na cidade de Laranjeira, em Sergipe, às margens da BR-101. A comunidade é reconhecida como um quilombo remanescente desde 20 de janeiro de 2006, possuindo uma população estimada de 2.903 habitantes no geral, em que 2. 535 são quilombolas, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

É importante destacar que Mussuca, até o momento da composição do corpus aqui trabalhado, já havia sido alvo de investigações da área de Humanas, a exemplo da Sociologia, Arqueologia, Antropologia e História, devido às manifestações culturais locais, no entanto nunca tinha sido alvo de análises linguísticas como está sendo atualmente, diferentemente de Luanda que já vem sendo alvo de diversas pesquisas na área da linguística.

Salienta-se ainda que muito do que se conhece sobre a história de Mussuca foi constituído a partir de narrativas que são repassadas de geração em geração, descrevendo a formação da comunidade a partir das fugas realizadas pelos negros no período do Brasil colonial.

5.1 Projeto em Eusca de raízes do português brasileiro fase III: aspesctos morfossintáticos

O primeiro *corpus* desta pesquisa foi extraído das entrevistas do projeto de pesquisa *Em busca das raízes do português brasileiro*, que está em sua terceira fase, sendo que as duas primeiras foram coordenadas pela professora da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Dra. Eliana Pitombo Teixeira.

As fases I e II tiveram como objetivos principais a formação de banco de dados de falantes nativos e não nativos do português da comunidade de Luanda; descrição e análise do material coletado nos níveis lexical e morfossintático, confrontando os resultados obtidos com os do português brasileiro e, a partir daí, produzir material teórico para embasar e instigar futuras pesquisas no campo desta investigação.

Na primeira fase do projeto, constituíram-se os *corpora* e estudos de pronominalização demonstrados por Teixeira (2008, 2012), isto é, foram realizados os trabalhos de gravação, transcrição e revisão das entrevistas gravadas, bem como a análise de fenômenos referentes à variação e mudança linguística, uso e posição dos clíticos.

Cabe salientar que a transcrição de dados se constituiu enquanto um processo essencial para o desenvolvimento da presente pesquisa, visto que se trata de converter informações de um formato, como áudio, no caso aqui apresentado, para texto escrito. A metodologia para transcrição de dados muitas vezes pode variar dependendo do tipo de dados a serem transcritos e das necessidades específicas do projeto. No entanto, para a transcrição dos dados aqui estudados foram realizadas as seguintes etapas:

- a) **Preparação dos dados:** a preparação incluiu a organização dos arquivos de áudio de acordo com cada grupo de falante, a identificação dos participantes, e a revisão das instruções para a transcrição, como representar de forma mais próxima possível a fala dos participantes, não interferir no processo de escrita dos dados, representar de forma fidedigna o que está sendo narrado pelo participante e outras.

- b) **Conhecimento do conteúdo:** esse ponto incluiu o processo de escuta dos áudios, para que houvesse conhecimento do conteúdo dos dados a serem transcritos, isso envolveu ainda a escuta para entender o contexto e variação linguística utilizada pelos participantes da pesquisa.
- c) **Escolha das convenções:** essa fase mostrou-se importante pelo fato de padronizar as formas que representam as pausas, risos, interrupções, sobreposições de fala, ruídos ambientais, entre outros elementos presentes nos dados.
- d) **Transcrição do conteúdo:** após as etapas anteriores foram realizadas as transcrições propriamente dita, isso é, o grupo de transcritores digitaram todo o conteúdo falado em documento do word em forma de texto. Durante esse processo, foram seguidas as convenções estabelecidas e se esforçaram o máximo para capturar com precisão e representar de forma fiel o que foi dito pelos praticantes.

Os resultados da fase descrita possibilitaram mostrar que existem semelhanças entre as variações do português angolano e o português brasileiro. Mostraram ainda haver um distanciamento no que se refere à gramática portuguesa se for levada em consideração a língua falada coloquial e popularmente, assim, demonstra o fenômeno da transmissão linguística irregular, conceituada por Lucchesi e Baxter (2009).

No que concerne à fase II do projeto, salienta-se que foi constituída pela ampliação do *corpus*, continuação de transcrição das entrevistas, estudos acerca do léxico e sobre as preposições. A fase contou com a participação da professora da Universidade de São Paulo (USP), Dra. Margarida Petter, e da professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Dra. Norma Lopes.

Os resultados desse estudo apresentaram informações muito pertinentes para uma melhor compreensão a respeito não somente do português brasileiro, mas das gramáticas naturais de línguas em contato, principalmente, do português com as línguas de origem africana, trazendo, assim, novas visões sobre as raízes do português brasileiro.

A fase III apresenta como objetivo geral a consolidação da pesquisa linguística, expandindo as análises para outros fenômenos, não apenas relacionados ao uso das preposições, mas ainda no que se refere aos estudos morfossintáticos e lexicais para desvendar a história do português brasileiro.

Cabe salientar que as pesquisas voltadas ao *corpus* estiveram datadas para o término no ano de 2021, contudo ainda está sendo muito utilizado para análises linguísticas. Durante esse período

de análise já tem como resultados estudos sobre as variedades da língua portuguesa, sobretudo no território angolano, uma melhor caracterização sociolinguística do português falado em Luanda, e a participação das línguas autóctones para formação do acervo lexical do português angolano, como mostrado na dissertação de mestrado de Silva (2021). Nessa fase também se passou a considerar também entrevistas com participantes com o Ensino Médio de escolarização; anteriormente, consideravam-se apenas entrevistas com pessoas com baixa ou nula escolarização e com ensino superior.

Espera-se ainda que as investigações feitas, a partir do *corpus*, contribuam de forma significativa para a compressão das origens do português brasileiro e angolano, e as influências que as línguas autóctones africanas exerceram ou ainda exercem nas variações do português. Presume-se, portanto, que forneça dados para a discussão de aspectos sócio-histórico-culturais na configuração atual do português brasileiro e angolano, principalmente, no tocante à importância do contato do português com línguas africanas.

5.2 Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos

O projeto foi realizado para suprir a demanda do pós-doutoramento da professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Dra. Silvana Silva Faria de Araújo, no ano de 2019. O projeto considera os principais aspectos sócio-históricos das comunidades afro-brasileiras sergipanas e baianas.

A formação do *corpus*, isto é, a coleta de dados, aconteceu na comunidade rural afro-brasileira Mussuca, no município de Laranjeiras, localizada a 37 Km de Aracajú. Salienta-se que para a formação e análise do *corpus*, foi necessário seguir alguns procedimentos do método comparativo.

Assim sendo, houve a necessidade de documentar a fala de moradores desse antigo quilombo pelo fato de o projeto apresentar como objetivo principal entender a participação do contato entre línguas diversas e ininteligíveis para a formação da realidade sociolinguística brasileira. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 15582219.1.0000.5546.

É importante ressaltar que para a composição do corpus aqui apresentado a pesquisadora necessitou gravar entrevistas com moradores da comunidade de Mussuca, maior comunidade quilombola de Sergipe, certificada em 2006 e localizada no município de Laranjeiras. Para tanto, a pesquisadora teve a participação do Professor Assistente Antônio Félix de Souza Neto, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutorando na Universidade Federal de Alagoas e integrante do GELINS/UFS.

Além dos resultados obtidos por Araújo (2019), que evidenciaram uma diferença no uso de lexias nas comunidades quilombolas rurais da Bahia e Sergipe, o *corpus* serviu para análises lexicais, como mostrado em Silva e Araújo (2021, 2022); variação na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural, como evidenciado por Macedo (2022) e ainda para a investigação de Silva (2023) denominada efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal. Atualmente encontra-se sendo utilizado para outras pesquisas sociolinguísticas, sobretudo, para a que resultou nesta tese.

5.3 *Corpus I: Luanda*

O *corpus* analisado foi retirado das entrevistas sociolinguísticas do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID), realizadas nos anos de 2008 e 2013 em Luanda, capital da Angola. As entrevistas pertencem à coleção do Projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*, aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão no ano de 2009 (CONSEPE, 0036/09). Para a realização das entrevistas, houve a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UEFS). O número do Parecer favorável à sua realização é 140.511. O número do CAAE é 04641412.7.0000.0053. A data da Relatoria é 27/11/2012.

É importante salientar que a composição de *corpora* linguísticos em países africanos revela uma grande complexidade para pesquisadores brasileiros. De acordo com Araújo (2025), um dos fatores está relacionado ao custeio para tal fim, depois

[...] diz respeito à complexidade e à heterogeneidade sociocultural dos países africanos, com maciço contato multilingüístico e multiétnico e processos de deslocamento de grande parte da população de origem rural para áreas urbanas. Não se pode deixar de mencionar ainda que, para um pesquisador brasileiro, soma-se a essas complexidades o desafio de lidar com questões de alteridade que envolvem ser um estrangeiro(a) realizando pesquisas em um país com questões socioculturais diferentes das suas (Araújo, 2025, p. 33).

A fim de compor a amostra, foram levados em consideração princípios como o da escolha aleatória dos participantes da pesquisa, embora tenham sido seguidos critérios prévios para a composição dos participantes. A coleta dos dados foi feita com a ajuda de estudantes universitários naturais do local e orientados pela pesquisadora, que teve como tema inicial *Em busca de raízes do português brasileiro*. Para nortear as entrevistas, foi elaborado um roteiro com cerca de 30 perguntas, a partir de aspectos relacionados à cultura do lugar. É importante destacar que esse roteiro que no decorrer das 66 entrevistas, sofreu adaptações conforme o desenvolvimento das entrevistas e às situações em que foram concretizadas.

De acordo com Araújo (2025),

Luanda, por ser uma grande cidade, marcada por intensos fluxos migratórios, exige que o pesquisador delimita bem as variáveis a ser consideradas na composição do corpus. Nesse sentido, em pesquisas sociolinguísticas, algumas variáveis socioculturais são clássicas e recorrentes, a exemplo de sexo, faixa etária e escolaridade; outras são mais específicas e se correlacionam com as características da comunidade de fala. Para Luanda, no que concerne ao segundo tipo de variáveis socioculturais, foi o caso de considerar as variáveis de língua materna (línguas nativas africanas ou português) e região de origem do falante (interior ou capital). Sobre essas duas variáveis, identificamos que poderia existir uma sobreposição de variáveis se fosse constituído um corpus único, pois os falantes de origem interiorana tinham, geralmente, adquirido o português como segunda língua e os da capital, como L1 (Araújo, 2025, p. 33).

Além das informações básicas como nome, escolarização, língua materna, faixa etária e local de nascimento, as perguntas foram feitas levando em consideração o cotidiano dos participantes como, por exemplo, o veículo de comunicação que mais utilizam para manter-se informados, se gostam de algum programa de TV, se têm filhos e como é criá-los diante da sociedade, como está sendo concretizada a educação das crianças nas escolas, se os filhos escutam os pais da mesma forma que os participantes escutavam e se apresentam o mesmo comportamento quando os pais chamam atenção.

Foi perguntado ainda sobre a infância dos praticantes, as brincadeiras, músicas e histórias que ouviam e se recordam. Quais acontecimentos marcaram a sua infância. Perguntou-se ainda sobre a ocupação dos participantes, como é feito seu trabalho diário, se estão satisfeitos com a ocupação. O que fazem para se divertir, onde costumam ir, o que gostam de comer e cozinhar, o que cozinham e como preparam.

Falou-se também sobre questões subjetivas como a morte, o amor e o respeito às pessoas mais velhas. Foram perguntadas quais línguas africanas os praticantes falam, em que situações e com quem utilizam. Com relação às línguas nativas os participantes expuseram seu ponto de vista acerca da importância do ensino de línguas nacionais na escola. Foram tratados diversos temas durante o processo de coleta de dados.

O tempo de gravação de cada entrevista sofreu variação de acordo com o perfil de cada participante. O grupo L1 tem uma média de 40 minutos de entrevista por participante o que confere cerca de 20 horas de gravação. Já o grupo L2, cada entrevista apresenta uma média de 45 minutos, somando 27 horas de gravação. O grupo L1 somado ao L2 confere ao banco de dados um valor aproximado de 47 horas de gravação.

No tocante ao material coletado, este foi transscrito pelo grupo do projeto. Para tal, foram realizadas oficinas de métodos de transcrição, os dados das pesquisas já realizados foram levantados e compilados. A seleção dos participantes para compor a mostra seguiu critérios como escolaridade, sexo, faixa etária, língua materna e local de nascimento, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Critérios para seleção dos participantes do português falado em Luanda

Sexo	Masculino Feminino
Faixa etária	A – 21 a 35 anos B – 36 a 51 anos C – 52 em diante
Escolaridade	Nível 1 de instrução (ensino primário) Nível 2 de instrução (ensino secundário) Nível 3 de instrução (ensino universitário)
Língua materna	Português (L1) – consideram-se os nascidos na capital ou interior, que falam o português desde o nascimento ou adquiriram até os 7 anos de idade. Línguas africanas (L2) – consideram-se aqueles que nasceram na capital ou interior, no entanto aprenderam alguma língua africana desde o nascimento.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A amostra está dividida em dois grupos, a saber, falantes do português como língua materna (L1), composta por 33 entrevistas, e falantes do português como segunda língua (L2), composta por 25 entrevistas. Cabe salientar que os grupos L1 e L2 estão constituídos da seguinte forma:

Tabela 3: Divisão da amostra, corpus Luanda

GRUPO L1	
Faixa	Entrevistas
A (21 a 35 anos)	12 entrevistas
B (36 a 51 anos)	11 entrevistas
C (52 anos em diante)	10 entrevistas
GRUPO L2	
Faixa	Entrevistas
A (21 a 35 anos)	10 entrevistas
B (36 a 51 anos)	11 entrevistas
C (52 anos em diante)	04 entrevistas
TOTAL (L1+L2)	58 entrevistas

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A escolaridade também se apresenta como uma variante relevante para a composição do *corpus*, haja vista que poderão ser diferenciadas marcas linguísticas pelo grau de escolarização dos participantes, no entanto “na comunidade, é difícil encontrar pessoas com ensino superior, notadamente com idades mais avançadas” (Araújo, 2025, p. 36). Os Quadro 12 e 13 apresentam a seleção das amostras utilizadas para análise das lexias na presente pesquisa, considerando o grupo L1 e L2.

Quadro 13: Distribuição dos participantes do sexo masculino e feminino L1 para compor a amostra

PARTICIPANTES DO SEXO MASCULINO L1		
Faixa	Escolaridade	Entrevistas
A	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	2
B	Nula ou baixa	1
	Médio	2
	Superior	2
C	Nula ou baixa	1
	Médio	2
	Superior	1
PARTICIPANTES DO SEXO FEMININO L1		
Faixa	Escolaridade	Entrevistas
A	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	2
B	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	2
C	Nula ou baixa	2

	Médio	2
	Superior	2

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quadro 14: Distribuição dos participantes do sexo masculino e feminino L2 para compor a amostra

PARTICIPANTES DO SEXO FEMININO L2		
Faixa	Escolaridade	Entrevistas
A	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	2
B	Nula ou baixa	2
	Médio	1
	Superior	2
C	Nula ou baixa	1
	Médio	-
	Superior	2
PARTICIPANTES DO SEXO FEMININO L1		
Faixa	Escolaridade	Entrevistas
A	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	-
B	Nula ou baixa	2
	Médio	2
	Superior	2
C	Nula ou baixa	1
	Médio	-
	Superior	-

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Os quadros mostram a seleção das entrevistas feitas pelo autor para compor parte da amostra. Ressalta-se que foram escolhidos os dois grupos para análise dos dados, visto que todos os participantes têm a língua portuguesa enquanto materna ou adquirida posteriormente para o ato de comunicação, contribuindo, assim, para obtenção de resultados.

A amostra é composta por 58 entrevistas divididas por sexo, sendo 25 homens e 27 mulheres das faixas etárias A (21 a 35 anos), B (36 a 51 anos) e C (51 anos em diante). Divididas ainda levado em consideração o grau de escolaridade sendo o nível 1 o ensino primário, nível 2 o ensino secundário e nível 3 o ensino superior. Como falado anteriormente as entrevistas foram realizadas em Luanda nos anos de 2008 e 2013 com sujeitos residentes na província naturais do local ou de outras regiões.

Cabe salientar ainda que existe uma diferença na quantidade de participantes, sobretudo no grupo L2 e faixa C, explicada pelo fato de Luanda ter seu processo de independência tardio, o que gerou, consequentemente, uma dificuldade no acesso à educação, assim, houve dificuldades para encontrar participantes de L2 que possuíssem o Ensino Superior na faixa etária indicada.

5.4 *Corpus II: Mussuca*

Compreende o segundo *corpus* utilizado na pesquisa. É composto por 12 entrevistas realizadas na comunidade de Mussuca, interior do estado de Sergipe no ano de 2019. Pertence ao Projeto de Pesquisa de Pós-Doutoramento da professora Silvana Farias de Araújo – UEFS, intitulado *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos*.

Cada entrevista tem em média uma hora de duração e versa sobre diversos assuntos, a exemplo a história de formação da comunidade e como se desenvolvem as práticas culturais. Salienta-se que o projeto obteve parecer favorável pelo CEP, obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética CAAE: 15582219.1.0000.5546. O corpus está organizado da seguinte forma:

Tabela 4: Organização do corpus Mussuca

ORGANIZAÇÃO DO CORPUS			
Participante	Gênero	Faixa etária	Escolaridade
Participante I	Feminino	72 anos	Sem escolaridade
Participante II	Masculino	52 anos	Ensino médio
Participante III	Feminino	22 anos	Ensino médio
Participante IV	Feminino	79 anos	Fundamental I
Participante V	Masculino	25 anos	Fundamental II
Participante VI	Masculino	82 anos	Sem escolarização
Participante VII	Feminino	62 anos	Sem escolarização
Participante VIII	Feminino	52 anos	Fundamental I
Participante IX	Feminino	33 anos	Fundamental II
Participante X	Feminino	50 anos	Fundamental II
Participante XI	Feminino	50 anos	Fundamental II
Participante XII	Masculino	79 anos	Sem escolarização

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A gravação das entrevistas foi feita na comunidade Mussuca, certificada como quilombola em 2006, localizada no município de Laranjeiras, como citado anteriormente. Posteriormente

aconteceu a transcrição das entrevistas com o auxílio de mestrandos e de uma doutoranda do PPGL/UFS.

No que concerne ao tratamento dos dados, salienta-se que foi dado pela pesquisadora que constituiu o corpus, para tal esse tratamento foi dado na medida em que lia as transcrições concomitantemente com a escuta dos áudios.

É importante destacar que, embora os dados de Luanda e Mussuca não sejam comensuráveis, para a análise aqui proposta não trará prejuízos, visto que se pretende ressaltar e corroborar a participação das línguas africanas na formação do léxico da variedade do português brasileiro e africano.

A análise das influências das línguas africanas no léxico do português brasileiro e angolano não exige que os dados de Luanda e Mussuca sejam completamente comensuráveis, ou seja, diretamente comparáveis em termos estatísticos ou estruturais. Isso porque o foco do estudo está em identificar e destacar o papel das línguas africanas na constituição e enriquecimento das variedades do português em ambos os contextos.

Apesar das diferenças históricas, geográficas e sociais entre Luanda e Mussuca, há um ponto em comum: o contato entre falantes de línguas africanas e o português. Esse contato deixou marcas significativas no léxico, tanto no Brasil quanto em Angola, resultando em uma integração de palavras africanas ao português falado nessas regiões.

A não comensurabilidade dos dados, portanto, não representa um obstáculo, pois o objetivo da análise é qualitativo e interpretativo, buscando evidenciar tendências e confirmar a participação das línguas africanas, que é amplamente reconhecida na formação do português falado em contextos de contato linguístico, especialmente em sociedades onde as culturas africanas desempenharam um papel central. Assim, a pesquisa ganha relevância ao contribuir para a compreensão das conexões históricas e linguísticas entre Angola e Brasil.

5.5 Metodologia

A presente pesquisa está centralizada na análise de lexias de origem africana nas variedades do português falado em Luanda e na comunidade quilombola Mussuca, em Sergipe, presentes nos *corpora* do projeto *Em busca de raízes do português brasileiro: estudos morfossintáticos*, fase III e *Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia*

e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos.

Para a concretização da pesquisa, levam-se em consideração as premissas da Linguística de *Corpus* que, de acordo com Sardinha (2000), tem a função de coletar e explorar os corpora, ou conjuntos de informações linguísticas textuais coletadas cautelosamente com a finalidade de valerem para a investigação de uma língua ou variedade linguística. Desse modo, é possível afirmar que, a Linguística de *Corpus*, debruça-se sobre a exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por meio de ferramentas computacionais.

Sardinha (2000) afirma ainda que, na contemporaneidade, a Linguística de *Corpus* exerce uma influência muito grande na pesquisa linguística. Assim, empregam-se nessa pesquisa os procedimentos metodológicos sugeridos por esse campo, no que se refere à coleta e obtenção de dados para a análise das lexias de base africana. Tais procedimentos referem-se à utilização de programa computacional, a fim de selecionar as informações necessárias na tentativa de conseguir os resultados desejados. Nessa perspectiva, salienta-se que “a Linguística de *Corpus* está, portanto, intimamente ligada à disponibilidade de corpora eletrônicos” (Sardinha, 2000, p. 329).

A fim de obter os resultados esperados, considerou-se os princípios da lexicografia moderna, que consiste na utilização de *corpus* e ferramentas computacionais para a construção de uma obra lexicográfica, observou-se, primeiramente, as lexias presentes nos *corpora* e com o auxílio da ferramenta computacional *AntConc*, elaborou-se uma lista de palavras passíveis de análise.

No que concerne a ferramenta computacional, *AntConc*, trata-se de um *software* livre, que apresenta a vantagem de ser um arquivo bastante leve, dispensando, assim a necessidade de instalação. É uma ferramenta computacional desenvolvida por Lawrence Anthony e disponível para acessar em sistemas operacionais Windows, Mac e Linux.

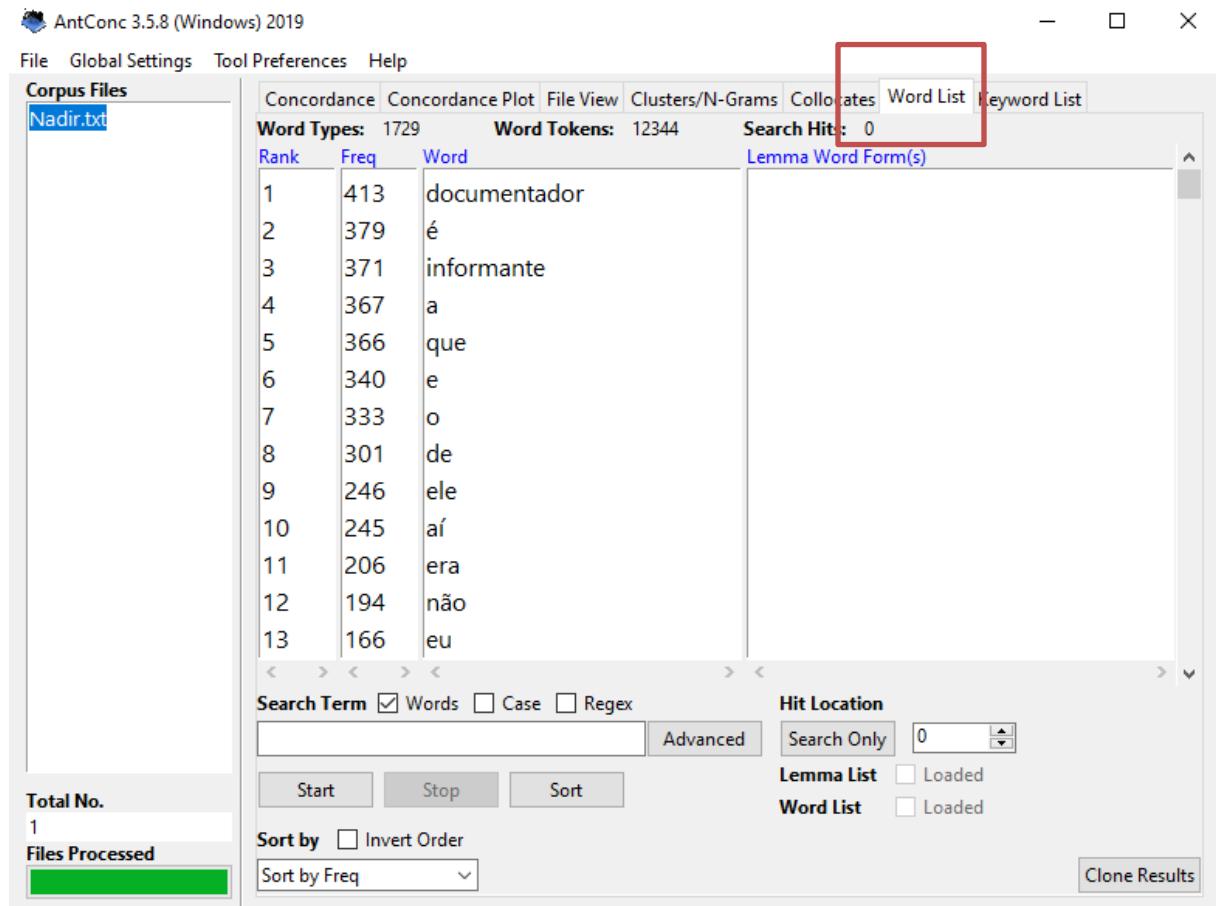
O programa para esta pesquisa teve a função de compilar e selecionar as lexias existentes nos *corpora* em análise. A interface dessa ferramenta é muito simples, em uma própria janela, é aceitável navegar por diferentes opções de análise. Assim, para utilização desses recursos foi necessário seguir alguns passos, como listado abaixo.

1. Organização das entrevistas separadamente em arquivo no *Microsoft Word* a fim de que cada participante fosse contemplado de forma particular.

2. Conversão dos arquivos organizados em formato PDF e, posteriormente, carregado no menu *AntfileConverter*, disponibilizado no próprio *AntConc*, para o formato txt indicado para uso no programa.

Depois de concretizado esse processo, foi criada uma lista de lexias, fornecida pelo próprio programa após clicar menu *Wordlist*. Para isso, foi necessário carregar o arquivo já convertido em txt no programa e uma lista com todas as lexias presentes nos *corpora* foi gerada automaticamente, como mostrado na Figura 3. É importante considerar que o menu cria uma lista com os lexemas sem considerar as repetições (*word types*) e outra considerando os lexemas com repetições (*word tokens*) como exemplificadas na Figura 3.

Figura 5 - Criação de *Word List* utilizando o programa *AntConc*.



Fonte: *AntConc*.

Para selecionar as lexias de origem africana presente nos *corpora*, foi necessário a realização de pesquisas e agrupá-las em fichas (vide figura 3) para a verificação de significados e

usos como, por exemplo, as obras de Yêda Pessoa de Castro, *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* (2001), que mostra a influência das línguas africanas nas variedades do português e *A língua mina-jeje no Brasil* (2002), trazendo um rico material sobre essas influências na língua portuguesa.

5.6 Ferramentas computacionais

A utilização das ferramentas computacionais na pesquisa linguística é essencial, haja vista que traz grandes benefícios, sobretudo, para a lexicografia moderna (Barreiros, 2017). Diante disso, percebe-se uma grande vantagem, visto que dispõe de agilidade no cumprimento das atividades e da disposição de armazenamento de informações e permitem ao lexicógrafo colher, eleger, armazenar, avaliar, aprimorar, readquirir os dados e gerar documentos publicáveis com baixo custo (Barreiros, 2017).

Além do *AntConc*, é importante destacar a utilização do programa *Microsoft Word*. Essa ferramenta se constitui como fundamental na organização e tratamento dos *corpora*, uma vez que as entrevistas foram transcritas, utilizando este programa. Ainda nesse espaço, o material de pesquisa recebeu os tratamentos necessários para geração das listas, a exemplo da eliminação de símbolos, espaços, linhas e dados dos participantes, pois não foram inclusos como dados relevantes para pesquisa.

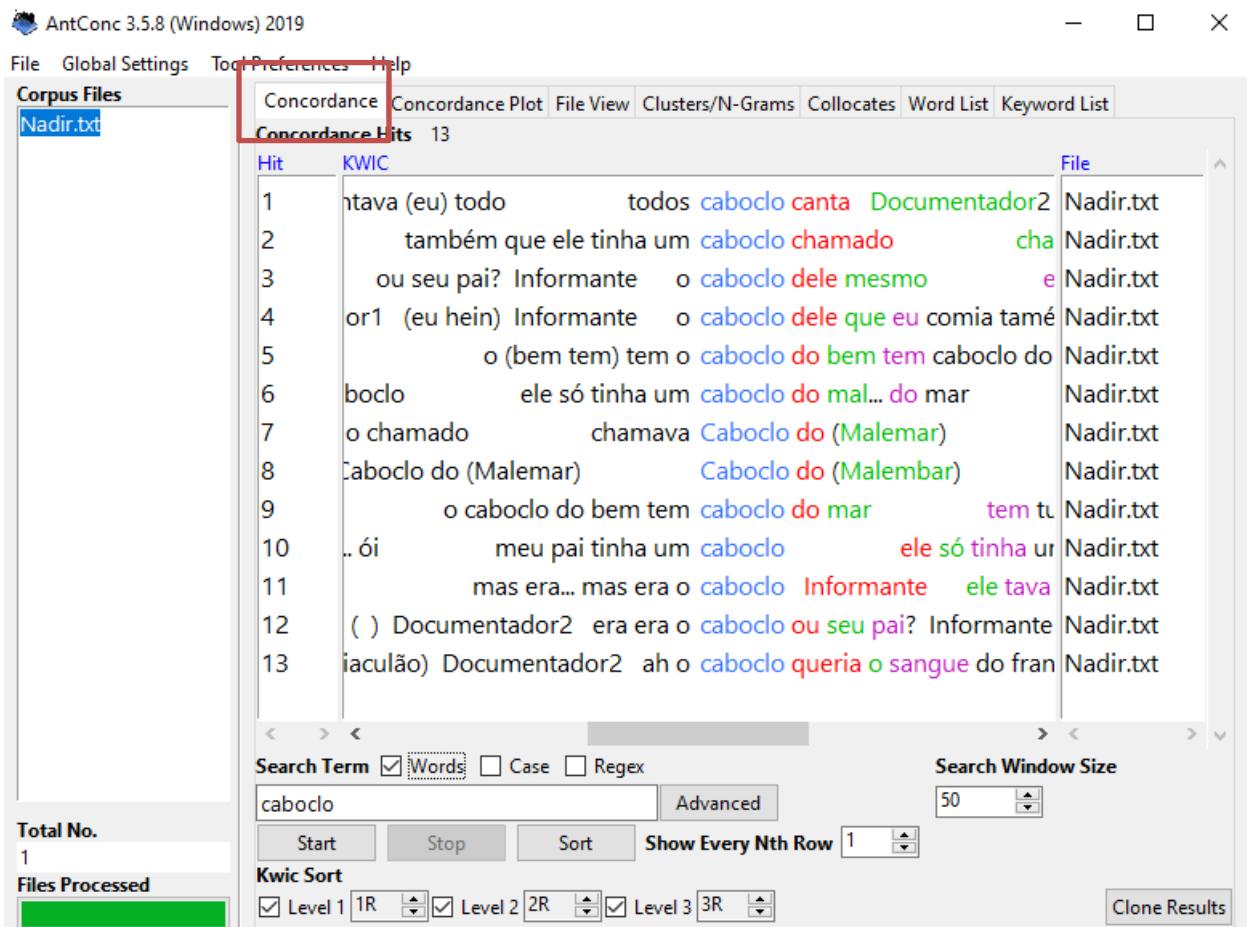
Ainda no *Word*, foram separadas as entrevistas individualmente, editadas e salvas para posterior conversão em txt, haja vista que o *AntConc*, programa utilizado para seleção de lexias, recebe somente arquivo nesse formato. Para essa conversão, utilizou-se o menu *AntfileConverter*, disponível na mesma plataforma do *AntConc*.

De acordo com Barreiros (2017), esse programa tem vantagem por ser ágil e fácil de manusear, além disso, gera e salva o arquivo no formato aceito pelo *AntConc* (txt), direto na pasta de origem, o que torna o processo de pesquisa mais prático.

O programa *AntConc* foi utilizado em diversos momentos. A princípio, foram geradas as listas (*Wordlists*) com todas as lexias presentes nas entrevistas que possibilitou a investigação sobre a etimologia de cada lexia de base africana presente nos *corpora* em análise. Para saber as ocorrências das lexias, foi utilizado o menu *Concordance*, também presente no *AntConc*. Ela

permite a identificação da lexia dentro da fala do entrevistado, no contexto de uso, como exemplificado na Figura 4.

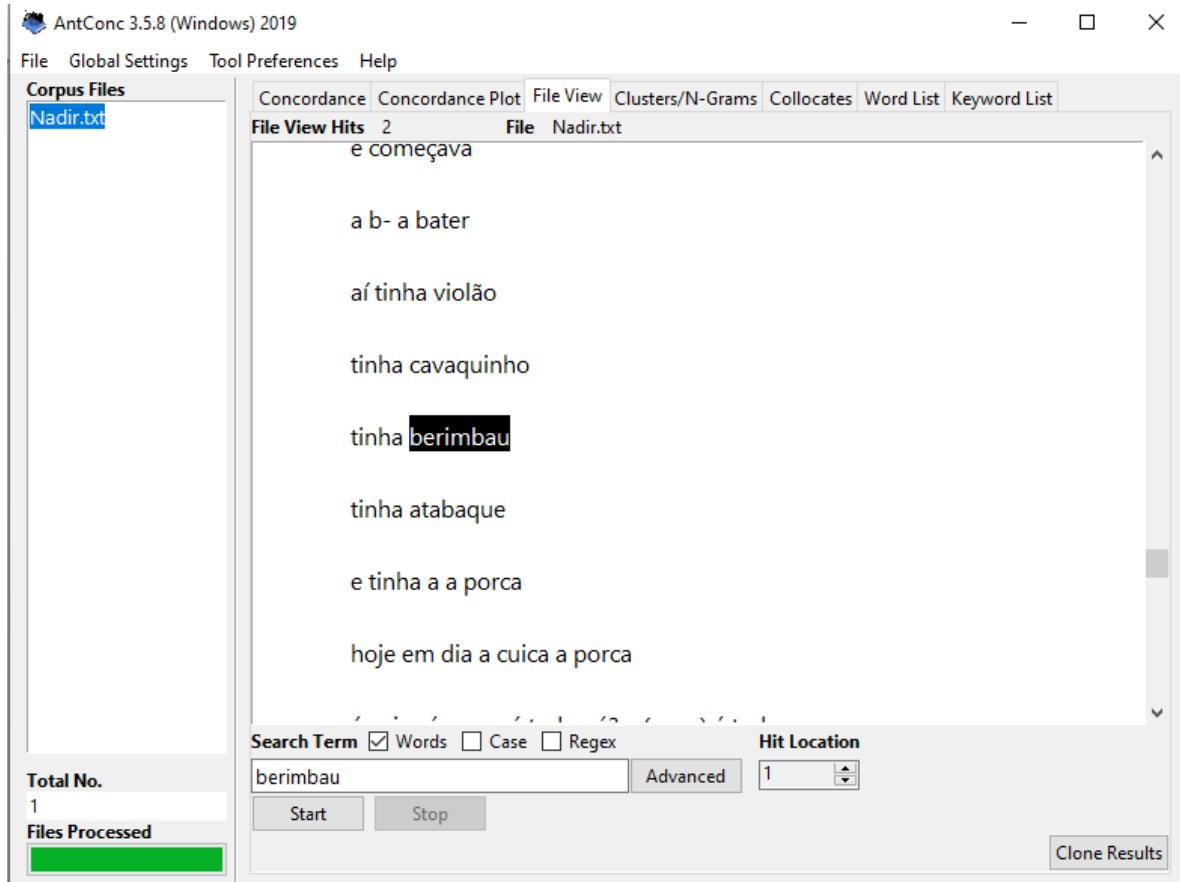
Figura 6 - exemplo da utilização da ferramenta Concordance



Fonte: *AntConc*.

Para a verificação dos significados, a ferramenta *File View* mostrou-se pertinente, uma vez que dela surge o uso da lexia pelo falante na entrevista, conforme exemplo na figura abaixo.

Figura 7: Exemplo da utilização da ferramenta File View.



Fonte: *AntConc*.

Dessa forma, foi possível perceber os significados no uso com lexias expostas por Castro (2001, 2002), Assis-Júnior (1942) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Acessando esse menu o texto é mostrado na íntegra de arquivos individuais, permitindo a investigação mais detalhada dos resultados obtidos pelo menu *Concordance* (Barreiros, 2017, p. 225).

Acessado esse menu, foi observado o contexto em que o falante usou a lexia investigada, assim foi possível perceber se o participante a utilizou levando em consideração um significado mais amplo ou mais específico. Poderão existir casos em que uma mesma lexia poderá assumir acepções diferentes, a depender do contexto em que está sendo aplicada. O *AntConc*, portanto, se mostrou como um programa de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois ofereceu a possibilidade de estruturar os dados.

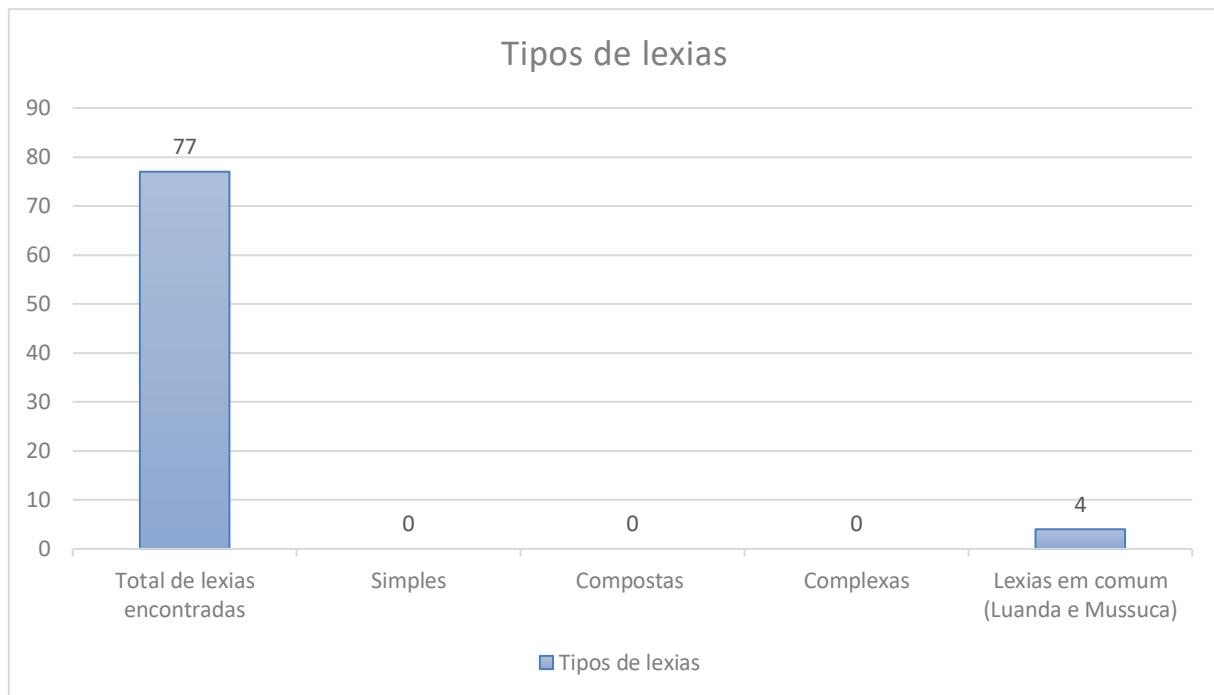
Utilizando essa ferramenta computacional, chegou-se aos seguintes resultados, mostrados no Mapa 5 e no Gráfico 2.

Mapa 6: Lexias encontradas nas comunidades de fala Luanda e Mussuca



Fonte: elaborado pelo autor (2005)

Gráfico 2: Tipos de lexias



Fonte: elaborado pelo autor (2005)

Diante disso, observou-se os seguintes dados: a) lexias de origem africana faladas em Luanda: 41 lexias; b) lexias de origem africana faladas em Mussuca: 36 lexias; c) lexias em comum (Luanda e Mussuca): 4 lexias; d) lexias simples: 77 lexias; e) lexias compostas: 0 lexias; f) lexias complexas: 0 lexia e; g) total de lexias: 77 lexias.

Após a realização dessa listagem, as lexias foram analisadas levando em consideração as acepções de Castro (2001, 2002) e Petter (2008). As obras citadas, embora produzidas no Brasil, trazem consigo glossários com lexias de base africana, e elaboradas por uma grande pesquisadora da área. Foi consultado também o dicionário kimbundu-português, de Assis Júnior (1947) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Assim, essa etapa consistiu na observação de cada lexia individualmente, sua etimologia nas obras citadas e, quando de origem africana, foi observado o seu significado, acontecimento na entrevista e lista de abonações, isto é, exemplos retirados dos próprios *corpora* pesquisados. Foram excluídas as lexias de base latina, uma vez que não contemplam a proposta do presente trabalho.

É importe destacar que a observação dessas lexias, considerando todo o contexto em que foram empregadas, determinará se suas definições estão de acordo com as apresentadas nos dicionários. Assim, torna-se essencial para a compreensão do uso das lexias de etimologia africana, visto que essas marcas nem sempre foram entendidas como prestigiadas, mas muitas vezes marginalizadas.

Posteriormente, as lexias de etimologia africanas encontradas nos corpora foram organizadas para compor o vocabulário físico e digital considerando a micro e macroestrutura do verbete e os critérios de lematização, como mostrado no Quadro 22.

Quadro 15: Organização dos verbetes no vocabulário físico

<p>Cachaça: s.f. (Kikongo/ Kimbundu). Aguardente que se obtém mediante a fermentação e destilação do mel ou borras do melaço; qualquer bebida alcoólica (CASTRO, 2001; Houaiss, 2008). Local de uso: Mussuca. Corresp.: Cachaça. Abon.: “[...] e hoje na mesma da hora que dá Xangô e não tinha um pingo de <i>cachaça</i>... a cachaça era o mel de abelha” (Participante X).</p>
--

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 22 delineia a disposição das lexias que compõem o vocabulário físico. Assim, salienta-se que as entradas estão organizadas em ordem alfabética e destacadas em negrito

(macroestrutura), caso haja variação, virá entre parênteses logo após a entrada, posteriormente encontram-se a classe gramatical a qual o verbete pertence, seguido de sua etimologia, acepção de acordo com as obras consultadas, local de uso nos corpora utilizados, sua equivalência em língua portuguesa e a abonação.

Após essa organização, foram realizadas as análises das lexias confirmado nos dicionários utilizados suas acepções e as abonações encontradas nos *corpora*. Para tal, ressalta-se que as apreciações seguiram uma perspectiva semasiológica, isto é, partindo do significante para o seu significado e, assim, comprovar ou não se são coerentes com a utilização na fala dos participantes. Salienta-se ainda que os significados das lexias foram analisados a partir do contexto em que estão sendo utilizadas. Os quadros 23 e 24 são exemplos de lexias retiradas dos corpora com auxílio da ferramenta computacional aqui apresentada.

Quadro 16: lexia retirada dos corpora com auxílio da ferramenta computacional

Cabaça *s.f* (kikongo/ kimbundu). Saco; alforje; mochila; gêmeo que nasce em segundo lugar (Castro, 2001). Plantas de frutos ocos e casca dura, usadas no fabrico de diferentes objetos; cuia que é feita da metade desse fruto (Houaiss; Villar; Franco 2008 p. 117). **Corresp.:** kabasa. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** Esse acidente foi aqui na casa *cabaça*. Um moço, ele tava [...] o carro lá e vieste e não deu conta e foi pancada e morreu e não conseguiu comer (A.F.C, p. 5).

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quadro 24: lexia retirada dos corpora com auxílio da ferramenta computacional

Garapa *s.f* (kikongo/kimbundu). O caldo da cana, quando destinado à destilação; qualquer líquido que se põe a fermentar para depois ser destilado; bebida refrigerante de mel ou de açúcar com água, a que algumas vezes se adicionam gotas de limão; refresco de qualquer fruta; (fig.) coisa fácil de conseguir. **Corresp.:** ngwalawwa. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** só quando a glicose baixa, mas eu tenho que ter em casa porque quando a glicose baixa eu vou correndo fazer *garapa* (D.D, p. 104).

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O meio digital tem colaborado com diversos campos da produção científica, destacando, de forma especial, a maneira de se pensar as produções lexicográficas. Embora seja uma tendência

muito grande que as obras como os dicionários, glossários e vocabulários tornem-se eletrônicas, Arango (2021) afirma que “a chegada da internet à lexicografia permitiu o acesso a muitos dicionários on-line, todavia a maioria deles não são produtos novos e/ou não aproveitam os recursos oferecidos pelas tecnologias modernas” (Arango, 2021 p 76).

Júnior (2023) mostra que há uma problemática não somente no que concerne a produção de novas obras, mas no que se refere a nomenclaturas: dicionário digital, eletrônico ou e-dicionário. É importante compreender que o prefixo *e*- está sendo muito difundido na língua inglesa para denominar produção eletrônicas, como e-mail, e-book, e-social e outros. No que se refere ao digital, a nomenclatura deixa a entender que, no caso dos dicionários digitais, há uma ideia de que são grandes obras físicas que foram digitalizadas e postas em rede para maior facilidade de acesso, já o eletrônico, diverge por ser uma obra genuinamente produzida em meios eletrônicos e disponibilizado em redes para o acesso. Todavia, Lew e Schryver (2014) e Rodríguez Barcia (2016) afirmam que o adjetivo digital é mais apropriado para designar os dicionários eletrônicos, incluindo as obras impressas que foram digitalizadas e disponibilizadas na internet.

Diante disso, é importante salientar que a lexicografia eletrônica representa uma evolução significativa no campo da produção de dicionários, glossários e vocabulários, visto que incorpora tecnologias digitais para criar, armazenar e disponibilizar obras e recursos lexicográficos online. Esse avanço tem transformado a maneira como as pessoas acessam e interagem com informações lexicais, proporcionando uma experiência mais dinâmica e abrangente.

Para Júnior (2023)

os termos Lexicografia Eletrônica e Lexicografia digital buscam abranger as obras lexicográficas disponíveis ao usuário por meio do suporte eletrônico incluindo, inclusive, a digitalização em PDF de um dicionário por meio de um escâner ou pela câmera fotográfica do celular (Júnior, 2023, p. 60).

De acordo com Costa et al. (2021), na era digital como a que o indivíduo está vivenciamos atualmente, os recursos linguísticos, como dicionários, glossários e vocabulários representam um patrimônio linguístico e cultural. Estes recursos têm ocupado um lugar de destaque nas

humanidades digitais²⁶, em que o domínio de estudo abarca a investigação e o ensino, bem como a interseção entre as tecnologias digitais e as várias áreas das humanidades.

Assim sendo, métodos que utilizem as ferramentas da Linguística Computacional em investigação aplicada em humanidades digitais apresentam uma relevância da Linguística para esta área de estudos, porque métodos como estes utilizando também ferramentas digitais implicam, certamente, a valorização da linguística de corpora, que pressupõe uma reflexão sobre os critérios para constituir os corpora e a aplicação de conhecimento linguístico (Costa et al., 2021 p. 3).

Ante as inúmeras obras lexicográficas e as diversas possibilidades de produção e disponibilização em meios eletrônicos, utilizando programas computacionais, Granger (2012) menciona seis aspectos básicos para a exploração lexicográfica, são eles, uso de corpus integrado, quantidade e qualidade dos dados, eficiência e rapidez de acesso, customização do dicionário, uso de ferramentas híbridas e colaboração do usuário, cabe salientar que esses aspectos também foram seguidos na confecção do “Vozes da África, vocabulário digital de línguas autóctone africanas”, como versa a seção seguinte.

5.6.1 Metodologia lexicográfica para produção do site “Vozes da África, Vocabulário Digital de Línguas Autóctones Africanas”

A produção de um vocabulário digital, como o Vozes da África (www.glosafrica.com.br), tem representado uma evolução muito significativa no campo da produção lexicográfica e da disponibilização desses recursos à comunidade. Com a crescente digitalização da informação e o avanço das tecnologias da informação e comunicação, não somente os dicionários, mas ainda os vocabulários digitais se tornaram uma ferramenta de suma importância para a busca, consulta e compreensão de termos e conceitos em diversos domínios.

É importante compreender que os vocabulários digitais são acessíveis online, permitindo que usuários em todo o mundo consultem e explorem uma ampla variedade de termos e definições de forma rápida, conveniente e atualizada, assim sendo, essa é a verdadeira intenção da produção do Vozes da África: divulgar a pesquisa realizada nos corpora e fazer com que um maior número

²⁶ De acordo com Costa et al. (2021), desde o seu surgimento, nos anos quarenta do século XX, que as humanidades digitais são entendidas como uma área de investigação que associa humanidades e computação. O foco disciplinar das humanidades digitais tem crescido a fim de incluir estudos digitais críticos, bem como áreas do saber mais comumente associadas à engenharia do conhecimento, aprendizagem de máquina, ciências de dados e inteligência artificial.

de pessoas tenha acesso às lexias de etimologia africana presentes nas variedades do português angolano de brasileiro. Esses recursos oferecem uma plataforma interativa e dinâmica para a organização e apresentação de informações terminológicas, proporcionando uma experiência de busca e aprendizado enriquecedora para os usuários.

Para a produção do “Vozes da África: vocabulário digital de línguas autóctones africanas”, seguiu-se os princípios postulados por Granger (2012):

- a) **Uso de corpus integrado:** conforme proposto por Granger (2012), refere-se à combinação de diferentes tipos de *corpus* linguísticos para análise e pesquisa linguística. Cabe salientar que um *corpus* é um conjunto estruturado de textos ou amostras de língua que são coletados, armazenados e processados eletronicamente para fins de estudo linguístico.

Embora Granger (2012) ressalte a importância da combinação de diversos tipos de *corpus*, para a pesquisa aqui apresentada foram selecionadas amostras de fala da variedade do português angolano enquanto língua materna (L1) e língua adquirida (L2) e amostra de fala da comunidade quilombola Mussuca, situada no estado de Sergipe.

- b) **Quantidade e qualidade de dados:** é importante ter um volume adequado de dados linguísticos para realizar análises mais aprofundadas. Um *corpus* grande pode oferecer uma visão mais abrangente da língua, permitindo identificar diversos aspectos linguísticos.

A qualidade dos dados também é fundamental, pois inclui a precisão, a relevância e a confiabilidade das informações contidas no *corpus*. Salienta-se que os *corpora* escolhidos apresentam um grande volume de dados, sendo que a amostra do português falado em Luanda é composta por 58 entrevistas e a amostra do português falado na comunidade quilombola Mussuca é composta por 12 entrevistas, somando um total de 70 entrevistas. Ressalta-se ainda que todas as entrevistas aconteceram considerando o modelo do desenvolvimento de pesquisa sociolinguística, isto é, houve critérios de seleção dos participantes, como mostrados na subseção anterior.

- c) **Eficiência e rapidez de acesso:** existe a necessidade de sistemas eficientes para acessar dados de uma obra lexicográfica eletrônica ou digital, isso inclui a utilização de ferramentas de busca e consulta que permitam aos pesquisadores localizar rapidamente as lexias relevantes para sanar suas dúvidas.

Assim sendo, é importante ressaltar que ter acesso rápido e eficiente aos dados é essencial, a fim de garantir que os pesquisadores possam explorar a obra de maneira eficiente e

produtiva. Diante disso, no “Vozes da África”, vocabulário digital produzido para divulgação e consulta dos dados desta pesquisa, explora essas ferramentas de busca para que o usuário tenha uma experiência ágil e satisfatória.

- d) **Customização do dicionário:** refere-se à capacidade de adaptar e personalizar um dicionário ou vocabulário de acordo com as necessidades específicas dos usuários, contexto ou domínio linguístico. Em outras palavras, envolve a adaptação do conteúdo, formato e funcionalidades da obra lexicográfica para atender às necessidades específicas do usuário, contexto ou domínio linguístico. Ao fornecer um dicionário personalizado e contextualizado, os usuários podem acessar informações relevantes e precisas que atendam às suas necessidades individuais de comunicação e compreensão linguística.

No “Vozes da África, vocabulário digital de línguas autóctones africanas”, pensou-se em um modelo dinâmico e de fácil utilização, visto que pretende atender às necessidades de confeccionar, promover e divulgar informações sobre as lexias de línguas africanas presentes nas variedades do português angolano e brasileiro.

- e) **Uso de ferramentas híbridas:** Granger (2012) afirma que o uso de ferramentas híbridas oferece uma abordagem flexível e inovadora para o desenvolvimento de recursos linguísticos. Ao integrar métodos tradicionais e computacionais, as ferramentas híbridas podem melhorar a eficiência, precisão e relevância dos recursos linguísticos, beneficiando tanto os pesquisadores quanto os usuários finais.

Assim sendo, para confecção do “Vozes da África” foi utilizado a ferramenta computacional *AntConc*, além da plataforma *WordPress*, responsável pela organização do vocabulário digital. Granger (2012) propõe ainda a utilização de recursos como hiperlinks a fim de dinamizar a experiência do usuário, logo, foram utilizados também recursos como, hiperlinks, imagens, cores, textos, botões de acesso a páginas e outros recursos capazes de complementar as pesquisas realizadas na página.

- f) **Colaboração do usuário:** de acordo com Granger (2012), esse recurso refere-se à possibilidade de o usuário contribuir por meio de envio de novas informações sobre o verbete. Assim sendo, no vocabulário aqui apresentado essas informações poderão ser enviadas no campo “fale com o autor”, que serão recebidas por meio de e-mails.

É importante salientar que uma das características distintivas da lexicografia eletrônica é a capacidade de atualização contínua de uma obra, ao contrário dos dicionários impressos,

que apresentam edições limitadas e podem se tornar desatualizados com o passar do tempo, os recursos lexicográficos eletrônicos podem ser constantemente atualizados para refletir as mudanças na língua. Logo, essa flexibilidade tem permitido que os lexicógrafos incorporem novas palavras, bem como as mudanças gramaticais e variações de maneira mais ágil.

Outro aspecto essencial da lexicografia eletrônica é a interatividade, que corresponde ao que Granger (2012) chama de colaboração dos usuários, que não apenas consultam definições e exemplos, mas também podem contribuir para o processo lexicográfico por meio de uma devolutiva, sugestões de novos termos e até mesmo possíveis correções. Isso cria uma comunidade colaborativa que enriquece e aprimora constantemente as obras lexicográficas digitais, assim foi construída uma página “fale com o autor” em que o leitor poderá colaborar com sugestões, tirar dúvidas, solicitar outros materiais, comentar alguma postagem entre outros.

Um dos grandes benefícios da lexicografia eletrônica está também na possibilidade de criação de conteúdos mais dinâmicos, por meio da inclusão de recursos multimídia. Além do texto, os dicionários eletrônicos muitas vezes oferecem áudio para pronúncia, imagens ilustrativas e até mesmo vídeos contextualizando o uso de palavras em situações reais. Dessa forma, foram explorados esses recursos no vocabulário, isto é, foram incorporados às palavras hiperlinks que submeta o usuário a outras publicações, como textos, imagens, vídeos e sons (figuras 6 e 7). Cabe salientar que nem todas as lexias correram consigo o hiperlink, visto que, como se trata se lexias de etimologia africana, há uma dificuldade muito grande em encontrar material publicado sobre as línguas.

Figura 8: Hiperlink áudio

Caçula/ caçule

[« Back to Glossary Index](#)

Caçula (var. caçulè) s.2 gen. (kikongo, kimbundu, Umbundo). O mais novo dos filhos ou dos irmãos; o último a se manifestar (Castro, 2001 p. 187). O mais novo dos filhos ou irmãos (Houaiss; Villar, 2008 p. 121). **Corresp.:** kasuka/ kasule/okwasula. **Local de uso:** Luanda (L1), Mussuca. **Abon.:** agora no de São João aqui... **caçula** é relativo, por quê? Porque assim, já o meu pai disse que o tempo de escolaridade é melhor do que o meu, e eu também digo a minha mana escolaridade é melhor que o dela, no futuro próximo se eu tiver um filho ou uma filha a minha mana **caçula** pode dizer também de escolaridade é melhor que o dele [...] (B. B, p. 4). Sim, sim sou a **caçula**, única menina (J.M, p.7). Depois, mais tarde a minha irmã **caçula** aparece. Assim que ela apareceu os miúdos disseram: "Tia, a tua mana está a se rebolar no chão mais dinheiro. Minha irmã pegou os dois mil e me deu! Eu, aquele" (A.V, p. 7). [...] mal essa menina minha que é a **caçula** olhe ela ali varrendo olhe é a minha filha **caçula** ela brincava no **samba** também (M.R, p. 8)

[« Voltar ao Glossário](#)

caçula

Significado de Caçula
substantivo masculino e feminino
Filha ou filho mais novo; o filho que nasceu por último.

Fonte: Vozes da África (2024).

Figura 9: hiperlink vídeo

Forró

[« Back to Glossary Index](#)

Forró s.m (kikongo). Arrasta-pé; farra; folia (Castro, 2001 p. 236). Baile particular com **música nordestina**. Gênero de música (Houaiss; Villar, 2008 p. 357). **Corresp.:** fwo. **Local de uso:** Mussuca, Luanda (L2) **Abon.:** agora no de São João aqui... **Forró** é tudo (C.N, p. 12) [...] então é o fó... parece não é um forrozinho é... (C. N, p. 22). Quem gosta de **forró** tá aqui hã? (D.D, p. 53). [...] paga (hes) oh pa-paga num sei quantos mil por uma banda de **forró** vei (hes) e num pode pagar uma mixaria pra esse pessoal (hes) então (F.X, p. 56)

[« Voltar ao Glossário](#)

Fonte: Vozes da África (2024).

No que concerne à acessibilidade, ressalta-se que é um benefício mais significativo da lexicografia eletrônica, visto que os usuários podem acessar e consultar os dicionários a qualquer momento e em qualquer lugar, seja por meio de navegadores da web ou aplicativos em dispositivos móveis, facilitando, assim, o aprendizado da língua, a resolução de dúvidas linguísticas e a exploração do vocabulário de maneira mais eficiente. Para o “Vozes da África” ainda não foi oferecido o formato de aplicativo, todavia pode ser facilmente acessado pelo smartphone, não prejudicando, assim, sua interface fácil e prática de utilizar, em outras palavras, o vocabulário digital apresenta tanto a versão desktop (Figura 8), quanto a versão para aparelhos celulares que façam o uso de internet.

Figura 10: layout para desktop



Fonte: Vozes da África (2024).

No que concerne a produção do vocabulário digital, não houve necessidade da utilização do quadro lexicográfico, como no impresso, para expor na interface. Além disso, foram explorados ainda diversos recursos semióticos, a exemplo dos símbolos, cores, imagens de representação da lexia quando possível, além das abonações e contextos de uso. A produção do vocabulário digital apresenta as lexias encontradas na pesquisa.

Assim, para sua confecção demandou algumas etapas, como definição dos objetivos e público-alvo do vocabulário: antes de começar a selecionar lexias, foi importante definição clara dos objetivos do vocabulário digital: Construir um vocabulário digital com as lexias de etimologia africana encontradas nos corpora de Luanda, Angola e Mussuca, Sergipe, a fim de uma maior divulgação da pesquisa aqui concretizada. Assim sendo, o público-alvo é a comunidade pesquisadora de línguas africanas, bem como todos os indivíduos que necessitem consultar e conhecer as lexias de etimologia africana encontradas nos corpora.

No que concerne a seção das lexias, foram selecionadas aquelas que apresentaram seu étimo em línguas africanas, presentes nos corpora da comunidade de fala de Luanda, capital da Angola e de Mussuca, comunidade quilombola do estado de Sergipe. Foram levadas em consideração a macro e microestrutura, definidas para o vocabulário físico.

É importante salientar que ainda na confecção do vocabulário digital foi pensada na entrada lexical, visto que é uma parte fundamental em um dicionário, glossário ou vocabulário. Ela consiste na apresentação de uma palavra ou expressão, seguida de sua definição e, possivelmente, de outras informações relevantes, como a sua categoria gramatical, pronúncia, etimologia e exemplos de uso.

Assim sendo, a entrada lexical no “Vozes da África” foi projetada para fornecer ao usuário todas as informações necessárias para compreender e utilizar adequadamente a palavra em questão, servindo, portanto, como um ponto de referência rápida e confiável, ajudando os usuários a expandirem seu conhecimento e a aprimorar sua compreensão da língua.

Nessa perspectiva optou-se pela entrada convencional, isto é, em ordem alfabética, destacada em negrito, numa ordem semasiológica, partindo significante para o significado. Quanto aos critérios de lematização, foram mantidas as formas lexicais originais encontradas nos corpora, visto que refletem as comunidades de falas pesquisadas, somente os verbos foram para o infinitivo, pois representam menor marcação sintática.

No que se refere às obras consultadas para comprovar as acepções foram selecionadas *Falares Africanos na Bahia* (2001), da linguista brasileira Yeda Pessoa de Castro que explora a influência dos falares africanos na formação do português brasileiro, especificamente na região da Bahia. O livro investiga as contribuições linguísticas trazidas pelos africanos escravizados durante o período colonial e como essas influências se mantiveram e se transformaram ao longo do tempo.

Sua escolha foi feita pelo fato de que ao longo da obra, Castro apresenta, através de um inventário de palavras, exemplos concretos do léxico, fonologia, morfologia e sintaxe que

contribuíram para os falares africanos na Bahia, demonstrando a riqueza e a complexidade dessa influência linguística.

Também foi consultada a obra *A Língua Mina-Jeje no Brasil*, de Castro (2002), visto que é dedicada ao estudo da língua Mina-Jeje, uma língua africana de origem jeje-fon falada pelos povos do antigo Reino do Daomé, na região da atual República do Benin, e trazida para o Brasil pelos escravizados durante o período colonial. Essa obra também traz em seu bojo uma análise mais detalhada da fonológica, morfológica e sintática de palavras de base africana presentes no Brasil, além de um rico acervo lexical, formando um glossário.

Além das obras de Castro (2001, 2022) foram consultadas outras fontes como dicionários de línguas portuguesa e africanas. Alguns dicionários são consagrados por seu extenso acervo lexical e atestação de algumas palavras, como o Houaiss, por exemplo. Assim, foi utilizado o dicionário Houaiss (2008) como fonte de consulta, visto que traz consigo lexias de etimologia africana presentes na variedade de português brasileiro. Utilizou-se ainda o dicionário Kimbundu-português, construído por Assis-Júnior (1947), que trazem palavras de etimologia africana com tradução e acepções em língua portuguesa. Consultou-se ainda a tese de Livre-docência da professora Margarida Petter (2008), visto que também traz grandes contribuições para a linguística brasileira, sobretudo quando se trata de línguas africanas no Brasil.

Foram empregados alguns recursos digitais no desenvolvimento do “Vozes da África”, a exemplo do hipertexto, hiperlinks ou recursos multimodais. Salienta-se que com o advento da tecnologia, sobretudo da internet, muito se tem discutido sobre o fato de que o ambiente digital tenha inaugurado novas práticas discursivas. Assim sendo, Lévy (1998) e Xavier (2003) tem mostrado que a sociedade está vivendo uma revolução digital que influencia o próprio modo de interação atual do ser humano.

É fato que a tecnologia proporciona um maior dinamismo e uma leitura multifacetada, assim sendo, é importante que a utilize, juntamente com seus recursos, no fazer lexicográfico. Diante disso, foi utilizado o hipertexto ou recursos multimodais que, de acordo com Dantas (2011) “[...] tem por essência a sua ligação com outros textos por meio de hiperlinks que não apenas figuram como mecanismos linguísticos de entrelaçamento, mas também denotam aspectos sociocognitivos da leitura” (Dantas, 2011, p. 316).

O uso de hipertexto ou recursos multimodais na confecção do vocabulário digital enriqueceu significativamente a experiência do usuário, oferecendo uma maneira dinâmica e

interativa de explorar e compreender o seu acervo vocabular. Foram criados links internos entre as entradas do vocabulário para permitir que os usuários naveguem facilmente entre termos relacionados. Ao ler a definição de uma palavra, os usuários podem clicar em um termo relacionado para acessar sua explicação dentro do vocabulário.

Em algumas ocorrências foram incluídos ainda links externos para fontes adicionais de informação, como artigos acadêmicos, sites de referência ou recursos multimídia. Isso permite que os usuários aprofundem sua compreensão sobre o termo em consultado. Além disso, foi implantado *pop-up*, em que os usuários podem clicar em um termo e ver sua definição instantaneamente em uma janela flutuante, como mostrado na Figura 9.

Figura 11: Pop-up do Vozes da África

Fonte: Vozes da África (2024).

Foi incluído um índice alfabético que permite aos usuários navegam rapidamente por todas as entradas do vocabulário. Essa lista é hiperlinkada para que os usuários possam clicar em um termo e serem levados diretamente para sua definição.

Figura 12: Índice alfabético do Vozes da África

Índice

0-9	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z
-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Acará
Acarajé
ANGOLA
Bangüê
Bangulê
Banzo
Cachaça
Cacula/ cacule
Candeia/ Candeias
Dendê
Dengo
Diamba
Efó
Exu
Forró
Fubá
Guandu
Iemanjá
Inhame

Fonte: Vozes da África (2024)

Foram fornecidos também exemplos de uso das lexias do vocabulário em contexto, de acordo com a situações de uso presente nos corpora, permitindo que os usuários entendam melhor como os termos são empregados na prática. Além das definições, foram inclusos links para recursos adicionais, como vídeos, artigos relacionados, imagens e outros textos. Isso proporciona aos usuários uma experiência mais envolvente e educativa durante a consulta no “Vozes da África”.

A escolha da plataforma de acesso considerou aquela com maior facilidade de acesso e manuseio, o *Wordpress*, uma vez que oferece aos usuários planos gratuitos e pagos, além de ferramentas e recursos disponíveis para interação.

Cabe salientar que a plataforma é uma ferramenta de fácil acesso para desenvolvimento de sites. Apresenta seu sistema baseado em nuvem, permitindo, assim, que qualquer usuário com uma conexão de internet possa criar a sua identidade online, além de acessar conteúdos de todos os gêneros.

Em face disso, o *Wordpress* para esta pesquisa tornou-se uma excelente opção para criar o vocabulário, visto que permitiu esse desenvolvimento de forma rápida e simples, sem ser necessário o apoio de um especialista em desenvolvimento web.

No que concerne a definição do designer da página, referiu-se à observação de outras páginas na web do mesmo gênero para servir de inspiração. Assim sendo, foram observadas páginas de dicionários virtuais, disposição do menu inicial, organização das lexias, recursos semióticos, como cor, letras, fontes, imagens e outros.

Para definição do menu de acesso, levaram-se em consideração as necessidades estabelecidas para o acesso da própria página, de forma que contemplasse os objetivos do projeto apresentado anteriormente. A Figura 11 mostra o menu de acesso.

Figura 13: Menu de acesso do Vozes da África



Fonte: Vozes da África (2024)

A Figura 11 mostra as principais páginas do menu. Nela pode-se observar uma sequência em que a página inicial consta uma breve apresentação da página, bem como se deve ser consultada; no menu Projeto consta uma descrição do projeto de pesquisa para a realização do presente trabalho; os corpora é o menu onde são apresentadas as entrevistas que compõem a pesquisa; no menu Vocabulário encontram-se as lexias de étimo africano, seguindo a ordem alfabética e semasiológica. Na janela sobre o autor há um resumo do autor do presente trabalho, bem como seu contato, no menu fale com autor, o leitor poderá contribuir e forma efetiva enviando comentários,

sugestões, elogios e ainda sugerir o acréscimo de novas palavras e, por fim, no menu referência são dispostas as principais referências utilizadas para compor o “Vozes da África”.

Embora o *Wordpress* seja uma plataforma de fácil acesso, foi preciso realizar um curso de aperfeiçoamento em website. O curso foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (NeiHD) na Universidade Estadual de Feira de Santana, formado por pesquisadores interessados em explorar e interrogar a produção, a organização e a difusão da informação no meio digital.

A alimentação da página refere ao conteúdo selecionado e depositado nos menus acima indicados, ou seja, a página foi alimentada depois da seleção das lexias e está constantemente atualizada. Necessitou-se da alimentação da página para criação e efetivação do vocabulário digital. É importante salientar que, a escolha por desenvolver um vocabulário digital de línguas africanas, deu-se pelo fato que os resultados da pesquisa pudesse ter um maior alcance, visto que a rede digital permite que diversas pessoas, em todos os lugares do mundo, acessem tais informações, servindo, assim, como referências e fontes para outras investigações.

6 VOZES DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS ANGOLANO E BRASILEIRO: CONEXÕES, SEMELHANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UM VOCABULÁRIO DIGITAL

O estudo do léxico de étimo africano desempenha um papel fundamental na compreensão e valorização da diversidade linguística e cultural, visto que contribui para uma compreensão mais profunda das línguas africanas e a constituição da variedade do português falado no Brasil. Todavia, para que seja analisado e discutido o léxico de etimologia africana, Álvarez Lopes (2012) propõe uma metodologia específica para o avanço nos estudos lexicológicos das línguas africanas. Assim sendo, é possível perceber que, atualmente, existem muitas lexias de étimo africano presentes nas obras lexicográficas brasileiras, isso mostra que aos poucos os estudos lexicais sobre as línguas de base africana presentes na variedade brasileira do português estão ganhando seus devidos espaços e importância (Silva, 2021).

É importante salientar que a presente tese tem como produto a elaboração de um vocabulário físico e digital, disponível em www.glosafrica.com.br, com lexias das línguas africanas presentes no português falado em Luanda, Angola e em Mussuca, comunidade quilombola de Sergipe encontradas nos corpora, como mostrado no Quadro 17. Este vocabulário foi produzido com base na análise de entrevistas realizadas nesses locais.

Quadro 17: Lexias de origem africana encontradas nos corpora

LEXIAS DE ORIGEM AFRICANA ENCONTRADAS NOS CORPORA				
Angola	Cabaça	Fubá	Mangar	Quimbo
Babá	Cachaça	Funje	Maquixi	Quizomba
Bagunça	Cachimbo	Gangorra	Marimba	Samba
Baia	Caçula	Garapa	Milongo	Soba
Banguê	Calulu	Gimbo	Moamba	Xangô
Banguela	Calumbi	Jabá	Mocotó	Xingar
Batucar	Candomblé	Jimboa	Moqueca	Zamba
Batuque	Candongas	Jinguba	Muamba	Zonza
Bengo	Candongueiros	Kianda	Múcua	Zunga
Benguela	Cangaço	Kizaca	Mugunzá	
Berimbau	Caruru	Kizumba	Mulemba	
Bica bidon	Catete	Kwanza	Nagô	
Bobó	Damba	Luanda	Ngongo	
Bombo	Dembo	Macaco	Quiabo	
Bué	Dendê	Macate	Quiabo	
Bumba	Farofa	Maconha	Quilombos	
Bunda	Forró	Macumba	Quilombola	

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Diante disso, Álvarez Lopes (2012) sugere etapas para uma abordagem lexicológica, principalmente, para o estudo das línguas africanas presentes nas variações do português, assim, facilitará o trabalho de análise, compressão e compilação dos dados coletados.

A abordagem lexicológica diz respeito à formação de um banco de informações sobre as línguas africanas no que concerne ao léxico, a partir da compilação de expressões e vocábulos recolhidos em fontes lexicográficas (Álvarez Lopes, 2012). Álvarez Lopes (2012) afirma ainda que o primeiro passo a ser dado é a escolha de uma quantidade de vocábulos e inseri-los na base de dados, por meio de um software específico para esta finalidade, no caso apresentado a ferramenta *AntConc*. A utilização dessa ferramenta facilitar o trabalho, uma vez que apresentarão todas as informações dos vocábulos, como a classe a qual ele pertence, etimologia, campo semântico entre outras.

É importante lembrar que, como se trata de léxico de línguas de etimologia africana, é bem provável que não existam definições e informações para todas as palavras, devido a limitação de materiais lexicográficos disponíveis, no entanto, Álvarez Lopes (2012) ressalta que esses dados podem ser buscados, através de exemplos fidedignos, em corpora de base espanhola ou portuguesa. Posteriormente, é necessária uma revisão etimológica, embora não se encontre todas as palavras, é importante registrá-las. Essa etimologia deve ser buscada nas obras lexicográficas, ou seja, nos dicionários de línguas africanas, para assegurar uma informação verdadeira. No entanto, essa busca pode se constituir num problema, visto que são inúmeras as línguas de origem africana em contato com a variação do português, logo, sua documentação linguística e demográfica se perdeu, tornando-se insuficiente.

Assim sendo,

as descrições das línguas africanas, quando existem, podem ser superficiais e os conhecimentos sobre a sua história são, com frequência, escassos. Além disso, salienta-se que a participação de falantes nativos das línguas em questão neste campo de estudos é limitada (Álvarez Lopes, 2012, p. 212).

Outra etapa sugerida por Álvarez Lopes (2012) e que necessita ser cumprida para avançar nos estudos lexicais de base africana é a análise da distribuição de palavras por campos semânticos. A autora mostra que muitas vezes se tem a compressão equivocada de que as línguas africanas,

sobretudo, em contato com o português, estão unicamente ligadas à vida dos povos escravizados. Assim, a autora sugere um estudo por domínio semântico, isto é, existem vocábulos que pertencem a esferas semânticas diferentes, a exemplo da cultura, religião, crenças, costumes e, precisam ser analisados de acordo ao seu domínio.

É importante considerar ainda os dados demográficos. Os grupos que tiveram um maior número de falantes contribuíram com mais palavras, assim aproveitar as fontes secundárias de informações é um poderoso caminho para avançar nesses estudos. Álvarez Lopes (2012) também afirma a importância das discussões sobre o significado como uma das etapas metodológicas do estudo do léxico africano. Essa discussão pode mostrar o peso que determinadas línguas exercem em relação às outras, no que se refere às heranças linguísticas.

No que tange a metalexicografia, Álvarez Lopes (2012) afirma que é um estudo acerca de como as obras lexicográficas descrevem e produzem os discursos sobre a África, bem como apresentam as palavras de origem africana. Em outras palavras, essa abordagem diz respeito a um estudo crítico das obras lexicográficas que, por sua vez, se constituem como instrumentos linguísticos discursivos. A análise precisa destacar as formas como os discursos presentes nessas obras divulgam ideologias, reproduzem preconceitos e relação de poder, assim, é necessário refletir a maneira como esse discurso reproduz a dominação social por meio da língua (Álvarez Lopes, 2012).

Seguindo a metodologia apresentada na seção anterior, foram levantadas as lexias de origem africana nos corpora da pesquisa, tendo resultado na relação que se apresenta a seguir. Salienta-se que existem palavras que não são mais exclusivamente de Luanda ou de Mussuca, pois se generalizaram por todo o mais, da mesma forma que outras surgirem em diferentes lugares.

Aa

Angola *s. f* (Kimbundu). País do sudoeste da África, na conta do Atlântico, de povos do grupo linguístico bantu. Ngóolá/Ángola, título de soberano dos territórios que os portugueses conquistaram no século XIV e denominaram de Angola (Castro, 2001 p. 152). **Corresp.: Ngóola.** **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** Mas em noventa e dois quando veio a paz cá, cá, cá em *Angola* muita gente que vieram mas o meu pai no, no ate agora no consi... nunca ouvimos nada dele. (J.M, p.5). “Tou, tou a assitir. Assisto sempre os jogos de *Angola*” (P.A.B, p.3). “Parar em casa num pode, nós tinha que sair

numa aldeia dequi, aí aquela área da Fleska *Angola*, também é um bairro que está aí. Vocês vão ter que se encontra com aqueles outros pra se conhecer” (T.A, p. 37). “Ah! Ah! Ah! Eu tava a ver, nem vale a pena. Nem dinheiro conforme memo tiram dos bolso pessoas. [inint] Angola, a nossa Angola toda memo aqui não há ninguém que há evitado. Nós memo, até memo [inint] as coisas toda me roubaram, muita coisa: televisor, num sei que... muita coisa que nos tiraram memo de dentro de casa. Tiraram as coisa, as mobília, tudo foi embora” (D. J. T, p. 8).

Bb

Babá *s.m.* (Kikongo/Kimbundu). Pai, antepassado, chefe, palavra que precede o nome de egum. *s.f.* Tratamento respeitoso para mameto, a criadeira, a ama-de-leite (Castro, 2001, p. 163). *Adv.* Para sempre, de uma vez, eternamente, para não mais voltar, foi-se (Assis Júnior, 1947, p 20). *s.f.* empregada doméstica que cuida das crianças (Villar; Houaiss; Franco, 2008 p. 83). **Corresp.:** *Babá, (ki)báaba.* **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “não vai e volta às vezes passa tipo uma semana aí só vem no final de semana, tem uma que vai e vem todos os dias [...] eh eu vejo mais assim doméstica só de casa mesmo assim sabe? sem ser *babá* (J.O, p 11).

Bagunça *s.f.* (Kikongo). Desordem, confusão, baderna, remexido, pândega ruidosa (Castro, 2001 p. 165). Falta de ordem; confusão (Houaiss; Villar, 2008 p. 85). **Corresp.:** *Bulugusa* (Kikongo). **Local de Uso:** Luanda (L1). **Abon.:** “Primeiro eu pouco gosto de *bagunça*, é gosto de festa assim é silepros, uma música lenta, romântica, aprecio esta festa, também entre quando uma kizombazinha para estressar um bocadinho, tirar um bocadinho” (A.J, p. 5).

Baia *s.f.* (kimbundu). Compartimento de cocheira em que ficam os cavalos; ambiente separado por divisória; área reservada para embarque e desembarque de passageiros em ônibus (Houaiss; Villar, 2008 p. 85). Degrau; poleiro, apoio (Assis Júnior, 1945 p. 16). **Corresp.:** *Mabáia* (kimbundu). **Local de Uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** É... Os taxistas dão muita “*baia*”, “*baia*” quer dizer que eles não respeitam com as regras de trânsito (A, p. 11). [...] “Não, não respeita. Bastante são atento, são “*baia*” mesmo” (F.A.S, p. 11).

Banguela *s.f.* (Kikongo/Kimbundu). Ato de escangalhar cachos de coco de engaço, fender, rachar (Castro, 2001, p 168). *Adj.* Quem tem falta de um ou mais dentes da frente, desdentado (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 89). **Corresp.:** *Bangala.* **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “um dizia “bote Mussuca” ou o nome... “bote Mussum, mó do peixe” oto disse “bote Mutuca” aí foi ca... quando a Maria *Banguela* disse “não, é melhor botar Mussuca” e o pessoal non r... não reconhecia que aqui era... é um quilombo na época sabe? aí ficou Mussuca e hoje tá” (N.D, p. 04).

Batucar *v.* (Kikongo/ kimbundu). Repetir a mesma coisa insistente; dançar batuque; tocar tambores e bumbos; fazer barulho ritmado com pancadas; bater forte no tambor (Castro, 2001 p. 172). Marcar ritmo de algo com percussão, dançar e cantar o batuque (Houaiss; Villar, 2008 p. 94). **Corresp.:** *Vutuka.* **Local de Uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Antigamente, aonde que eu cresci, era *Batuque. Batuque*, os mais velhos ficavam assim pulando a fogueira, uma fogueira e a gente, as jovens e os mais velhos batucava “dudududu” e a gente, as minas ficávamos a dançar, eles a batucar e nós a dançar” (T.L, p. 2). [...] “a família fica tudo aqui reunido compra cerveja liga o som, aí é... começa a *batucar*” (J.O, p. 17).

Batuque *s.m* (Kikongo/ Kimbundu). Ruído; com muito forte; ação de fazer ruído com batimentos rítmicos (Castro, 2001 p. 172). Ritmo marcado por tambores, música e dança afro-brasileira acompanhada de percussão. **Corresp.:** *Vutuki.* **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Na minha juventude, esse ritual era quando aparecia. As pequenas danças, todas as partes de todas as províncias, quando morre alguém, há sempre aquele *Batuque*, antes do enterro

e depois do enterro. E acontece que muitas vezes, que tocava nesses rituais, a minha juventude e de tantos outros também, no ritual" (L.R, p. 4). [...] "Antigamente, aonde que eu cresci, era *batuque*. *Batuque*, os mais velhos ficavam assim pulando a fogueira, uma fogueira e a gente, as jovens e os mais velhos batucava "dudududu" e a gente, as minas ficávamos a dançar, eles a batucar e nós a dançar" (T.L, p. 2).

Bengo s.m (Kikongo/ kimbundu). Espécie de capim; preá, espécie comestível; viela, expressão depreciativa de ruas estritas e tortuosas, caminhos escuros, quase intransitável; vendola, lugar ou estabelecimento mal frequentado (Castro, 2001 p. 172). Província a norte de Angola, cuja capital é a cidade de Caxito. **Corresp.:** *Mbendu* (Kikongo), *dibengu* (kimbundu). **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] "Dei duas ou três voltas: uma de forma microscópica a Capanda, em serviço, trabalho de reportagem, uma no *Bengo*, duas no Dembo, e não mais que isso" (C.S, p.1).

Benguela s. (Kikongo/ Kimbundu). Províncias de Angola, localizada na região central do país, cuja capital é o município de Benguela; denominação provavelmente dada pelo tráfico negreiro aos Ovimbundus (Castro, 2001 p. 173). **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] "Para... ah! Fui para *Benguela*. É... isso é, tratar a saúde. Mas até agora nunca mais viajei, mas gosto muito de viajar. Eu acho que não viajo porque o tempo, fator tempo" (A. H, p. 1). "Hum, hum, esqueci. Na minha terra...uns tão em *Benguela*, outro tão no Cunene, muito (pausa) não sei pra onde estão até" (D. J. T, p. 4).

Berimbau s.m (Kikongo/ Kimbundu/ Umbundu). Arco-musical, instrumento indispensável na capoeira, constituído de um arco de madeira retesado por um fio de arame, com uma cabaça presa ao dorso da extremidade inferior e cuja caixa de percussão é a barriga. Toma o nome de berimbau-viola, quando acompanhado pelo gunga e o contra-gunga (Castro, 2001, p.

174). Instrumento com um arco de madeira tensionado por um fio de arame e uma meia cabaça presa em sua extremidade inferior, usado na capoeira. Pequeno instrumento cujo som, produzido pela vibração de uma lingueta metálica que sai do seu centro, é controlado com a boca e o polegar (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 97). **Corresp.:** *Madimbaw*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] "aí eles tirava aquela... aquela... aquele... aquele.. coxo, aí sentava no tamborete ou num pedaço de palma de coqueiro, que o assento era esse e começava a bater aí tinha violão, tinha cavaquinho, tinha *berimbau*, tinha atabaque, e tinha a porca hoje em dia a cuica, a porca é cuica, é porca é tudo né?" (N.D, p. 81).

Bica bidon s. (n.i). Brincadeira típica do povo angolano; loja de artigos infantis de Luanda. **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] vivo num bairro com muitos problemas de energia desde que nasci. Só há dois anos é que nós temos a energia estabelecida, assim estabelecida, então nós como não tínhamos energia é... das dezessete até mais ou menos vinte hora nós ficávamos todos na rua a brincar , jogar o Leitim... no sei sei... ficávamos a jogar leitim *bica bidon* ou essas brincadeiras assim então na rua brinquei muito. (E. F, p. 3-4)

Bué adv. (kimbundu). Em grande quantidade; muito; abundância, fartura . **Corresp.:** *Mbuwe*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] "E, em primeiro lugar como e que eu posso dizer, o cobrador em si, você as vezes ao subir eu como que eu posso dizer táxi bem agitado, *bué* de calor, você não pode dizer nada, se você dizer, oh fulano eu já no vou poder mais encostar" (J.M, p.15).

Bobó s.m (Kwa/ Kikongo/ Kimbundu). Comida feita de uma variedade de feijão, inhame ou banana da terra com camarão e azeite-de-dendê. Começo de gravidez, inchação (Castro, 2001, p. 176). Creme de inhame ou aipim cozido com azeite de dendê e temperos, que se come puro ou com frutos do mar (Houaiss; Villar; Franco,

2008, p. 104). **Corresp.: Mbombo. Local de uso:** Luanda (L2). Abon.: “Gosto de (maizai) Nós só fizemos com (um cadinho) de Bobó, arroz...” (S.T, p. 5).

Bombo *adj.* (Kikongo/ Kimbundu). Florescência da bananeira. Brando; Mole, não duro, que cede á pressão. *sub.* Espécie de haste subterrânea, raiz, rizoma. *adj.* e *sub.* trapalhão. Troca-tintas, hipócrita. Pessoa que sustenta duas opiniões opostas, que diz e desdiz. Trapaceiro; mentiroso (Assis Júnior, 1947, p. 23). **Corresp.: Mbombo. Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Funge de *bombo* [...] Não sabes? [...] Não, eu sei bater fungue de *bombo*” (E.A, p. 5). “[...] o homem por sua vez entra naquela gruta puxa a mulher, a mulher disse que eu no quero ir, não quero ir, dai começou a arrastar a mulher toda aquela mata, quando chegou quase a 40km do bairro, se encontra com um grupo de também homens que tem assim, tem assim dentes fora que chama, não que se denomina “Kixikixi” cokwe já pegaram no homem amarraram em cima de uma arvore os cães outro tava a esquerda outro a direita então avisaram a mulher nos vamos, vamos arranjar lenha quando nos chegarmos vamos assar o teu marido, vamos lhe comer com bombo, nós vamos buscar o *bombo* vamos chamar o nosso chefe. Eles foram que demorou cerca de quatro horas o homem sempre amarrado, minha mulher me desamarra disse que não eu quero comer *bombo* com carne já viste” (L.C.C, p. 4).

Bumba *s.f* (Kikongo/Kimbundu). Pancada, surra; tambor, bombo (Castro, 2001, p. 180). Desenho indelével feito na pele humana; Tatuagem. Abóbora, bastarda, planta herbácea de fruto comestível; raiz alimentícia e medicinal contra as anginas membranosas (Assis Júnior, 1947, p. 27).

Corresp.: Mbúmba, buumba. Local de uso: Mussuca. **Abon.:** [...] “quase junto com o pai de Nadir o pai de Nadir era na *bumba* e meu pai era com o (xerequexe), aí chegou um tempo o pai de Nadir faleceu e escolhendo lá e mandou meu pai ir com o

chefé da *bumba*, aí eu já brincava também no meio” (R.G, p. 41).

Bunda *s.f* (Kikongo/ kimbundu). Nádegas, traseiro (Castro, 2001 p. 180); região das nádegas, conjunto das nádegas e do ânus (Houaiss; Villar, 2008 p. 114). Orifício do reto, ânus, nádegas, traseiro; retaguarda, rabo, assento; extremidade inferior ou posterior de vários objetos (Assis Júnior, 1945 p. 27). **Corresp.: Mbunda. Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] agora com aquelas danças abaixa olhe com aquela... com a *bunda* no chão” (C.N, p 21). [...] “mas porque hoje muita gente gosta de tomar aquelas *bomba* né? aquelas pra ficar... eu num tenho prazer não pra isso não, tem gente que é magrinho pra- pra crescer a *bunda* endurecer as carne né? então mas num adianta se você num poder manter ali depois com o tempo vai caindo” (J.O, p 31).

Cc

Cabaça *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Saco; alforje; mochila; gêmeo que nasce em segundo lugar (Castro, 2001). Plantas de frutos ocos e casca dura, usadas no fabrico de diferentes objetos; cuia que é feita da metade desse fruto (Houaiss; Villar, 2008 p. 117). **Corresp.:** *kabasa*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** Esse acidente foi aqui na casa *cabaça*. Um moço, ele tava [...] o carro lá e vieste e não deu conta e foi pancada e morreu e não conseguiu comer (A.F.C, p. 5).

Cachaça *s.f* (Kikongo). Aguardente que se obtém mediante a fermentação e destilação do mal ou borra do melaço; qualquer bebida alcoólica (Castro, 2001 p. 185; Houaiss; Houaiss; Villar; Franco, 2008 p. 120). A parte superior da cana de açúcar; aguardente (Assis Júnior, 1945 p. 144). **Corresp.:** *kisasa/ kisungu*. **Local de uso:** Mussuca, Luanda (L1). **Abon.:** “Vanimha mesmo só faz aquela *cachaça*” (D.D, p. 70). “Dudu a galéra toda mãe... rapaz era jabá com farinha dentro da mochila mãe de Dudu... *cachaça jenipapo*” (D.D, p. 19). “Pronto com quinze dia tem um samba Ave Maria é tanta... geladinha da pé... *cachaça* na vi que eu nunca vi não” (B.S, p. 70). [...] “às vezes a gente vai mesmo só pra se divertir leva *cachaça*...deu um tempo que nós levou a galera todinha” (J.J, p. 30). [...] “a gente via mais assim falar beber né? o povo bebia *cachaça* aquelas folha... era... era, beber era isso... era... mas era mesmo assim num era todo mundo (J.E, p. 70). [...] “dizia “hoje é primeiro de São João”, pronto já começava a os folguedos juninos a gente juntava aquela equipe de pessoa, de homem, mulher, velho, novo, criança, tudo num tinha escolha sabe? aí saia com- nesse tempo tinha a *cachaça* de João Franco e tinha um alambique aí... aí em Laranjeiras tinha um alambique que fazia *cachaça*, aí os

home comprava as *cachaça*, botava o litro aqui de baixo do braço” (M.R, p. 4). [...] “com qualquer coisa mulherzinha ele abria o corpo e ali pa pa pessoa que tem mesmo essas coisa é sete dias se ele usar uma mulher hoje só vai ter com sete dia e hoje na mesma da hora que dá Xangô e não tinha um pingo de *cachaça*, a *cachaça* era o mel de abelha” (N.D, p. 115).

Cachimbo *s.m* (Kikongo/Kimbundu). Pino de fumar, pequeno tição fumegante (Castro, 2001, p. 186). Utensílio de fumar, composto por um tubo ligado a um bojo no qual arde o tabaco. Bocal de castiçal (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 120). **Corresp.:** *(ka)nzingo, (ka)nzimu*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “aí meu filho chegou como foi? trouxe um... cozinhou aí siri, siri, camarão, mas menino sentou ali oh... o outro sentado na cadeira e eu só ali oh... e olhando fumar meu cachimbinho [...] da maré? foi duas, tudo gordo! [...] é fumava cachimbo e tomando cerveja, agora beber é bom né? porque distrai né?” [...] (J.O, p. 16). [...] “o cachimbo... cachimbo é grande oh, e tem um aí novo que veio da África com meu nome oh... (M.N, p. 56).

Caçula (var. caçulê) *s.2 gen.* (Kikongo, Kimbundu, Umbundu). O mais novo dos filhos ou dos irmãos; o último a se manifestar (Castro, 2001 p. 187). O mais novo dos filhos ou irmãos (Houaiss; Villar, 2008 p. 121). **Corresp.:** *kasuka/ kasule/okwasula*. **Local de uso:** Luanda (L1), Mussuca. **Abon.:** Acredito que isso é relativo, por quê? Porque assim, já o meu pai disse que o tempo de escolaridade é melhor do que o meu, e eu também digo a minha mana *caçula* a que meu tempo de escolaridade é melhor que o dela, no futuro próximo se eu tiver um filho ou uma filha a minha mana *caçula* pode dizer também o meu filho que a infância dela de

escolaridade é melhor que o dele [...] (B. B, p. 4). Sim, sim sou a *caçula*, única menina (J.M, p.7). Depois, mais tarde a minha irmã *caçule* aparece. Assim que ela apareceu os miúdos disseram: “Tia, a tua mana está a se rebolar no chão mais dinheiro. Minha irmã pegou os dois mil e me deu. Eu, aquele” (A.V, p. 7). [...] mal essa menina minha que é a *caçula* olhe ela ali varrendo olhe é a minha filha *caçula* ela brincava no samba também (M.R, p. 8). [...] “eu também fiquei calada num disse nada fiquei calada e comecei fracassando. fracassando... fracassando... essa menina passou mal, mal essa menina minha que é a *caçula* olhe ela ali varrendo olhe é a minha filha *caçula* ela brincava no samba também aí olhou assim disse “vige mamãe tá passando mal” o motorista era Sambaíba do carro que a gente foi” (M.R, p. 8).

Calulu (var. caruru) s.m. (Kikongo/Kimbundu). Mesmo que caruru. **Local de uso:** Luanda (L1, L2), Mussuca. **Abon.:** O prato que eu gosto de preparar é *calulu*, caldeirada e feijão de palma e carne seca e carne fresca, sim. (T.L, p. 3). É um rio normal, mas o que entra não sai. Por isto ele é chamado Põe. Se vai pra lá, se protege não é? Não sei se vai para onde, não sei... Mas é uma das coisas sinistras que acontecem aqui em nosso país, mas outros aspectos, por exemplo, as comidas daqui do nosso país eu não venho todas, não é, mas aprecio algumas como *Calulu*... (J.P.T, p. 20). [...] “num faz o que a mãe fazia né? só dá o caruru a depois que a mãe morreu isso aí e pronto ela não mais ninguém... ah e frequenta vem gente às veze de Salvador” (N.D, p. 51). “Gosto... Bem, na cozinha, falando a verdade eu gosto mais é da cachupa e o *calulu*” (F.G, p. 6). “Um bom *calulu*, as guarnições de... de carne seca, tem mais por aí” (Y.F.G, p. 6).

Calumbi s.f (Kimbundu). Planta rosácea medicinal de madeira incombustível (Assis Júnior, 1947, p. 88). **Corresp.:** Kálumbi. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** “[...] e eles que vinha pagar a budega olhe situação (danada) [...] aí passei muito tempo assim

saí daqui pro *Calumbi* sabe onde é *Calumbi*? [...] fui daqui pro *Calumbi* de pé pra despachar o vale veja só o castigo né [...] despachar os vale” (D.D, p. 12)

Candomblé (var. candombré) s.m (Kikongo, Kimbundu, Umbundu). Local de adoração e de prática religiosa. Culto ou conjunto de crença religiosa dedicada a divindades africanas, cerimônia pública festiva; (pejorativo) cerimônia de magia negra, de feitiçaria. Rezar, invocar, pedir pela intercessão dos deuses, local onde se realiza o culto (Castro, 2001 p. 196). Religião afro-brasileira que cultua os orixás com danças, cantos e oferendas. Local desse culto (Houaiss; Villar, 2008 p. 130). **Corresp.:** n.e. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** “como é que ela falou de eh... *candomblé*, *candomblé*... *candoblé* xangô (C.N, p. 36). [...] “é *cadombré*... é... aqui é... aqui é Xangô” (N.D, p. 49).

Candongas s.f (Kikongo/Kimbundu). Fuxico; falsidade; manha (Castro, 2001 p. 196). Carinho fingido, intriga, fofoca (Houaiss; Villar, 2008 p. 130). **Corresp.:** *kandonga/kabonga*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** “Entendi, e agora vamos falar das *candongas*” (J.M, p.14).

Candongueiro adj./ s.m. (Kikongo/Kimbundu). Mexeriqueiro; intrigante; enganador (Castro, 2001 p. 197). Quem demonstra falso afeto; mexeriqueiro, atabaque pequeno de som agudo (Houaiss; Villar, 2008 p. 130). **Corresp.:** n.e. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** “Pronto, aqueles 50 que eu fiquei com ele, paguei o *candongueiro*, vim pra casa” (A.V, p. 6). Não, vinha da escola eu no gosto muito de andar de *candongueiro*, sempre que possível prefiro andar a pé especialmente quando tem muito engarrafamento, engarrafamento porque me agita nas ruas fico com dores de cabeça” (E. F, p. 6). “A gente subimos no carro, o taxista epa! Aliás, até digo esse termo taxista, eu nunca usei, eu só gosto chamar de *candongueiros* porque no geral não são taxistas, são *candongueiros* porque eu subo, o meu

comadre sobe e o rapaz tinha música baixa. Depois de o carro estar cheio, pronto, põe-se em movimento, começam, põem a música tão alta quando eu e o meu comadre reclamamos e o rapaz disse: “não, os senhores deixem no chão. Epa! ele é que... já que estar a mandar, então deixemos e apanhamos outro carro. Esse é comportamento muito incorreto do, desses jovens motorista *candongueiro* e também com os seus cobradores e tá ai muitas vezes isto piora muito mais com os preços altos porque está estabelecido um preço de cinquenta cada trajeto, mas eles às vezes encurtam e começa de curtas distâncias cobrar cem kuanza. Pelo menos todos os dias gasto” (E.A, p.4). “Tá péssimo, né? Péssimo. Os transportes públicos neste momento quase que não se pega gente. Não existem mesmo. Nós agora vivemos mesmo à base de... dos vulgo *candongueiros*. E esses candongueiros ficam muito caro por {uns esforço}. Muito caro mesmo. Transporte tá péssimo, péssimo” (Y.F.G, p. 5).

Cangaço s.m (Kikongo/ Kimbundu) gênero de vida do cangaceiro, bando, grupo de bandoleiros (Castro, 2001, p. 197). Bagaço da uva depois de pisada; conjunto de armas conduzidas por bandidos, malfeiteiros, cangaceiros; modo de vida do cangaceiro (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 131). **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...]” mandou bota tudo calça, sapato olhe foi uma coisa ótima luva. farda tudo... farda lá não tinha nada a leste a gente passava assim por cima do *cangaço* de cobra de espinho de qualquer um matava de pé descalço” (D.D, p. 55).

Canjica s.f (Kikongo/ Kimbundu). Papa de milho verde ralado a que se junta leite de coco, açúcar, cravo e canela (Castro, 2001, p. 198). Mingau de milho branco com leite de coco; mugunzá; papa de milho verde ralado e cozido com leite e açúcar (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p.131). **Corresp.:** *Kanjika*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:**

[...] “tava- aí tava completa a sala completa com as mesa tudo forradinha completa pamonha pé-de-moleque, milho assado, milho cozido, *canjica* olhe o que pertencer (sabe) fazer com coco, tava () completo era agora vinho a cachaça tava tudo lá preparado quando chega- quando aí dona Zezé dizia assim “Domiguinho olhe” “a turma já vem fecha a porta fecha a porta fecha a porta” aí ele fechava uma porta quando nós chegava na porta aí batia” (M.R, p. 13). [...] “faz, é o que mais faz... é mugunzá, milho, cozinhado, *canjica*... é mugunzá milho cozido, tudo” (T.M, p. 10).

Caruru s.m (Kikongo/ Kimbundu). Iguaria feita a base de quiabo cortado, temperado com camarões secos, dendê, cebola e pimenta (Castro, 2001 p. 203). Prato afro-brasileiro à base de quiabo, camarão seco, peixe e azeite de dendê (Houaiss; Villar, 2008 p. 140). **Corresp.:** *kalulu/ kalalu*.

Local de uso: Luanda (L1, L2). **Abon.:** “Olha, um bom *caruru*, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva quiabo, leva... como é que eu posso dizer..., como...” (A.C, p. 8). “Uma boa Fubada, um *caruru* também faço” (A.C, p. 7).

Catete s. (Kikongo/ Kimbundu). Espécie de gavião (Castro, 2007, p. 206). Milho de espiga curta e grão pequeno (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 143). **Corresp.:** *kateeta/ katete*. **Local de uso:** Luanda (L2).

Abon.: “Sim, desde de a Barra do Kwanza até Cacuaco. Desde aqui na Samba aonde nós tamos até... ao Quarenta e Oito ou *Catete*. Conheço todos os cantos de Luanda, Funda... Fotossacala, Cabire. Todos os canto de Luanda eu conheço” (S.D.M, p. 2).

Caxinde s. (Kimbundu). (*Cymbopogon nardus*) planta herbácea, da família das Gramíneas, tem folhas estreitas e longas, com propriedades febríferas, e flores em panículas, de que se extrai uma essência usada como repelente de insetos; belgata²⁷.

²⁷ Informações retiradas do portal Infopédia.

Planta medicinal utilizada como febrífuga e perfumaria. Planta medicinal da família das verbenáceas também conhecida por chá de Mossamedes. Planta de folhas grosseiras utilizada na cura das desinterias. Arbusto labiado de folhas olorosas, de propriedades tóxicas em casos de reumatismos. Alecrim (Assis Júnior, 1947, p. 107). **Corresp.:** *Kaxinde*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Afetou memo, mas Huambo, no Huambo não houve... aqui nós ver memo, eu ainda peguei duas crianças assim a pegar a mãe delas a chamar: “Vão entrar aí numa obra, aí. Pelo menos as bombas caem cima, não cai... porque está cair em muitas casas.” Uma criança de catorze anos, treze, Fatinha e o bebê de nove meses apanharam o coiso, a bomba que caiu da alto. Então veio e assim como está memo aí, no Morro da Luz. Atiram aqui as bombas, apanha as miúdas, cai no chão, só, vi a Fatinha me chamar. “Oh, tia Domingas, vem só ver tuas netas, vem só ver as tripas fora.” Caiu uma senhora, Marcelina, o marido chama-se António Chá de *Caxinde*. Uma senhora bem forte, alta e é muda. Ela também apanhou bomba aí na porta dela, também caiu memo aí. Eu a segurar” (D. J. T, p. 7).

Cuica s.f (Kikono/ Kimbundu/ Umbundu).
Instrumento feito com um pequeno barril

que tem numa das bocas uma pele bem estirada e em cujo centro está presa uma pequena vara, a qual, ao ser atritada com a palma da mão, faz vibrar o tambor, produzindo ronco (Castro, 2001, p. 215). Marsupial com cerca de 30 cm, cauda longa, peito e barriga de cor amarelo-clara e manchas da mesma cor acima dos olhos; tambor com uma varinha em seu interior em contato com a membrana que, ao ser friccionada, produz um som rouco (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 204). **Corresp.:** *Pwita*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “o samba de parea mulher não pode tocar uma cuica, é errado, num pode. A cuica só quem toca é homem, porque o toque da cuica é muito feio (M.R, p. 24).

Dd

Damba s. (Umbundu). Depressão de terreno onde corre um riacho ou onde há um pântano, vale²⁸. **Corresp.:** *ondamba*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Bom, os meus pais são naturais mesmo da província do Uige, provavelmente do município da Damba” (M.P, p 2).

Dembo s. (Kimbundu). Potentado; autoridade superior à do soba, ou que tem sobas sob a sua jurisdição (Assis Júnior, 1947, p. 30). Medicamento externo que tem

por base uma substância gorda; drogas aromáticas e essências com que se untam ou embalsamam os corpos; remédio caseiro; remédio manipulado com óleo na ocasião de ser aplicado; remédio com que se fricciona (Assis Júnior, 1947, p. 30). **Corresp.:** *Ndembu/ Ndêmbu*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Dei duas ou três voltas: uma de forma microscópica a Capanda, em serviço, trabalho de

²⁸ Informações retiradas do portal Infopédia.

reportagem, uma no Bengo, duas no Dembo, e não mais que isso” (C.S, p.1).

Dendê s.m (Kikongo/ Kimbundu). Palmeira ou o fruto da palmeira (Castro, 2001, p. 219). Fruto do dendezeiro. Azeite obtido da polpa desse fruto, usado na culinária afro-brasileira e na fabricação de sabão, graxa e lubrificantes e na indústria siderúrgica (Villa; Houaiss; Franco, 2008, p 271). Fruto da palmeira, de que se extrai o óleo de Kibala, diz-se do caroço da palma do dendém partido com o coconote agarrado ao caco, próprio para queimar (Assis Júnior, 1947, p. 30). **Corresp.: Ndênde. Local de Uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “depende das pessoas que faz né? eu mesmo faço só com o coco, o coco no lugar do azeite bota só o colorau... o *dendê* fica um cheiro enjoado” (T.M, p. 30).

Ff

Farofa *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Farinha de mandioca frita na manteiga ou na gordura, geralmente enriquecida com outros ingredientes (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 340). Farinha de mandioca molhada em água (Assis Júnior, 1947, p. 63). **Corresp.:** *fálofa*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “um quilo de jabá com mais carne de boi torrada, com mais farofa” (S.V, p. 63).

Forró *s.m* (Kikongo). Arrasta-pé; farra; folia (Castro, 2001 p. 236). Baile particular com música nordestina. Gênero de música (Houaiss; Villar; Franco 2008 p. 357). **Corresp.:** *fwo*. **Local de uso:** Mussuca, Luanda (L2) **Abon.:** “agora no de São João aqui... samba de Pareia é *forró* é tudo” (Participante III, p. 12). [...] “então é o fó... parece não é um forrozinho é...” (C.N, p. 22). [...] “Quem gosta de forró tá aqui hã? (D.D, p. 53). [...] paga oh pa-paga num sei quantos mil por uma banda de *forró* vei (hes) e num pode pagar uma mixaria pra esse pessoal então” (R.G, p. 56). [...] “tem, tem a festa, Samba de Parelha o aniversário e no dia vinte e três tem a come é a? tem *forró* né? e no de... no outro dia é o aniversário do Samba de Pareia Pareia é aqui mesmo na rua aqui” (N.D, p. 90).

Fuba *s.* (Kikongo/Kimbundu). Farinha de milho ou arroz. *s.m.* Espécie de doce de amendoim, farinha e açúcar pulverizado. Pó, película finíssima, esbranquiçada, que se desprende da pele ao coçar-se ou quando a arranham (Castro, 2001 p. 236). Farinha de milho ou de arroz (Houaiss; Villar, 2008 p. 362). Pó proveniente da Trituração ou moagem de um cereal, raiz farinácea ou legume seco. Farinha: massa; fécula da

mandioca com que se manipula Amido. Pó branco; *funji*; poeira, farinha feita de *makoka*. Farinha de mandioca escura mal preparada; farinha escura feita de batata doce seca ao sol. Farinha de grande crescimento ao ser manipulada. Farinha de inferior qualidade; farinha de milho; Milho moído, peneirado e reduzido a pó (Assis Júnior, 1945 p. 36). **Corresp.:** *mfuba/ mfumfu/ mfumbu/ fuba*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** “A papa tipo de *fuba* de milho. Ponho água, meto a *fuba*, vira-se, põe no fogo. Vai virando, põe os ingredientes: açúcar e o leite e já tá a papa. Não se fala mais nisso” (C.S, p.10). [...] “Pega *fuba*, faz o éléla como se diz, né? O Eléla, bate a *fuba* numa tigela com grão não sei quê, depois despeja naquela água fervente, espera o fungo saltar ou criar aquela espuma pra depois bater o fungo mas não fizemos assim” (I. L, p. 10).

Funje *s.m* (Kikongo). Massa cozida, geralmente de farinha de milho, mandioca ou batata-doce²⁹. **Corresp.:** *Funje*. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “É... eu gosto mais [de] comida assim que não dão muito trabalho. Como massa, arroz, um arroz assim de legumes. Ah... fungo também gosto mas como dá muito trabalho, dificilmente cozinho *funje*” (A. H, p. 3). [...] “Ah, eu gosto muito *funje* de carne seca, moamba de couve ou de repolho” (F.M, p. 10). [...] “*Funje*. Comida que eu cozinho e gosto mais de cozinhar é só a massa” (D.C, p. 9). “DOC: O quê que normalmente cozinha? INFO: *Funge...* DOC: *Funge?* Para quem? INFO: Pra mim e meus filho” (F.A.SD, p. 4). “Gosto de cozinhar a nossa comida, da nossa... Justamente, o meu

²⁹ Informações retiradas do portal Infopédia.

marido mesmo gosta de comer feijão, kisaka de peixe, kisaka de feijão, mandioca com feijão, peixe grelhado... Também cozinhamos mutete, aquele que cozido que nós cozinhamos, com carne seca, *funje*... Eu gosto de cozinhar" (P.A.B, p. 7).
"Gostamos, ou [quer] aprender, cozinhamos

o *funje* de milho, mas às vezes você como não tá no ambiente habituado não sai bem" (T.A, p. 9). "Uma massa, uma massazinha, assim, consigo fazer. Até *funge, funge* sei, posso bater *funge*" (E.A, p. 4).

Gg

Gangorra *s.f* (Kikongo). Balanço de criança, formado por uma tábula pendurada em duas cordas (Castro, 2001 p. 240). Aparelho para diversão infantil formado por uma prancha apoiada sobre um eixo central, cujas extremidades se levantam alternadamente pelo impulso das crianças nela sentadas (Houaiss; Villar; Franco, 2008 p. 370). **Corresp.:** *kangala/ kangula*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** “queimado... queimado... brincava queimado... ah sim queimado brincava, *gangorra* era melhor brincadeira que a gente brincava” (C.N, p. 16).

Garapa *s.f* (bantu). O caldo da cana, quando destinado à destilação; qualquer líquido que se põe a fermentar para depois ser destilado; bebida refrigerante de mel ou de açúcar com água, a que algumas vezes se adicionam gotas de limão; refresco de

qualquer fruta; (fig.) coisa fácil de conseguir (Castro, 2001, p. 241).

Corresp.: *ngwalawwa*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** “só quando a glicose baixa, mas eu tenho que ter em casa porque quando a glicose baixa eu vou correndo fazer *garapa*” (D.D, p. 104).

Gimbo. *s.m* (v. *jimbo/ zimbo*). (Kimbundo). Búzio da costa, dinheiro (Castro, 2001, p. 260). pequeno búzio pescado na ilha de Luanda e que corria como moeda no antigo reino do Congo (Assis Júnior, 1947, p. 264). **Corresp.:** *Njimbu*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Nós a nossa pesca era assim: quer dizer tem uns bichinhos que eles fala que é minhoca. Aqueles bichinho como um micrório então aquilo cavamos nos *gimbo* tiramos no *gimbos* metemos nos já o anzol quer dizer” (D.C, p.4).

Jj

Jabá *s.m* (Kwa). Carne seca, charque (Castro, 2001 p. 257). Carque (origem: povo iorubá; carne batida) (Houaiss; Villar; Franco, 2008 p. 439). **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Mussuca, Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Dudu a galéra toda mãe... rapaz era *jabá* com farinha dentro da mochila mãe de Dudu... cachaça jenipapo” (D.D, p. 19). [...] “botava um anzol também [...] pega sim bota no anzol bota uma gordurinha de *jabá* aqui no anzol aí ele vai engolindo aí Félix aí ele engole e fica engasgado aí cê puxa” (J.H, p. 7). [...] “e Feijoada aqui vocês têm o costume de fazer feijoada? feijoada não, feijoada não bota um pedaço de *jabá* um pedaço de fato no feijão já é feijoada” (T.M, p. 30). [...] “peraí... um quilo de *jabá* com mais carne de boi torrada, com mais farofa. Tá um em cada cidade né?” (S.V, p. 63). “É que eles metem na prática às vezes o que fez aquilo, lá num praticam aquilo tudo que ta a se apre... tá a aparecer hoje. Mas aqui nós queremos tamos a meter já na prática. Sim, quer meter na prática outro que ta sem trabalhar, num sei quê... ta liso quer receber a massa que ele ta ali... vai que esse mas ele deve têre até o dinheiro hoje tá num sei quanto nome... muitos nomes que eles deram ao dinheiro de hoje, ora porque é *jabá*, ora é a mutala, ora porque é monin (money) e num sei quê tal, só porque ta ali” (T.A, p. 30).

Jimboa *s.m* (Kimbundu). Legume angolano, espontâneo na época das chuvas, e de alto valor nutritivo (Assis Júnior, 1947, p. 70). **Corresp.:** *Jimbóa*. **Local uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “A kizaka é um refogado assim de ervas e é como se fosse o refogado e couve ou *jimboa*, só que ela é feita, é preparada de várias maneiras. Pode

ser com bagre, que também é um dos peixes aqui do nosso país, ou então com óleo de palma, não é, misturada com óleo de palma. Feijão de óleo de palma também faz parte” (J. P. T, p. 20).

Jinguba *s.m* (Kikongo/ Kimbundu). Amendoim (Castro, 2001, p. 261). Planta leguminosa produtora do amendoim. O próprio amendoim. Sua porção ou quantidade. Amendoal, planta alimentícia iam. das leguminosas voandzeia subterrânea, também conhecida por vielu, kaiala (Assis Júnior, 1947, p. 73). **Corresp.:** *jinguba/ zinguba*. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “A pode ficar muito cozida, nem, nem o repolho, coas a agua depende mas ne a couve misturada com repolho não separadas, se quiseres fazer a couve faz, se quiseres fazer o repolho faz. Se quiseres de *jinguba* fresca, a moamba fresca fazes se quiseres de moamba torrado também fazes, e metes a moamba, fazes um refogado.... Depende, ha varias formas de se, se fazer um refogado assim põe tomate a parte depôs introduzir na panela ou despejar na panela do repolho, a gingu....a moamba, viras” (F.M, p. 10). [...] “O repolho com muamba de *jinguba* é assim: eu tiro o repolho, protejo muito bem, corto o repolho, então ponho a água no fogo” (A.V, p. 7). “Tetela, tetela é tipo que tipo moamba de *jinguba*, mas aquilo e chama-se mesmo tetela aquilo sai, sai, no que, em cokwe aquilo e “massungo” agora massungo não sei como se chama em português Ya. Aquilo abre-se ao meio depois tira, tira que os próprias sementes e parte, aquilo e cascar ya tetela, Ulengae enfim, outras coisas” (L.C.C, p. 7).

Kk

Kianda *s.* (Kikongo/ Kimbundu). Sereia (Castro, 2001, p. 321). Monstro fabuloso, seria, deus das águas. Ser sobrenatural que preside o império dos mares e dos rios, montanhas e bosques (Assis Júnior, 1947, p. 110). **Corresp.:** *Kianda*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Então, até agora ninguém conseguiu me definir com precisão e rigor qual se... em que contexto se enquadrariam a Rádio de Luanda. Mas eu acredito que ela continua, tendo o mesmo perfume e a mesma força da *Kianda*” (C. S, p.4).

Kizaca³⁰ *s.* (Kikongo). Esparregado da folha da mandioqueira (Assis Júnior, 1947, p. 152). **Corresp.:** *Kizáka*. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “A *kizaka* é um refogado assim de ervas e é como se fosse o refogado e couve ou jimboa, só que ela é feita, é preparada de várias maneiras. Pode ser com bagre, que também é um dos peixes aqui do nosso país, ou então com óleo de palma, não é, misturada com óleo de palma. Feijão de óleo de palma também faz parte” (J. P. T, p. 20). [...] “É, a *kizaka*. A erva é pisada... a erva é pisada depois fervida. Ela ferve e faz só o refogado e come né, com o Calulu, muitas vezes com o calulu, muitas vezes com fungo, mamadinguba” (J. P. T, p. 21). “Gosto de cozinhar a nossa comida, da nossa... Justamente, o meu marido mesmo gosta de comer feijão, *kisaka* de peixe, *kisaka* de feijão, mandioca com feijão, peixe grelhado... Também cozinhamos mutete, aquele que cozido que nós cozinhamos, com carne seca, funje... Eu gosto de cozinhar [...] Ah, a *kisaka* com feijão... Primeiro pisas a *kisaka*, depois ferve à parte. Por enquanto estava a ferver o feijão. O

feijão quando ficar pronto, depois pega o feijão e a *kisaka*, junta na mesma panela, mistura. Assim que vais misturar a *kisaka*, vais pôr óleo de palma no fogo. Vai fritar o óleo de palma, cortar a cebola e tornar a pôr a cebola na *kisaka*. E meter no fogo. Depois de pôr o óleo de palma mete no fogo uns 30 minutos, vai ferver, com o fogo assim, lenta. Depois é só desligar e faz o arroz, o arroz branco” (P.A.B, p. 7). “Como é que se faz a *kizaca*... Bem, aqui não tem o pilão, pega-se um pilão, põe-se a *kizaca* numa panela, vai ao fogo, aquecemos a *kizaca* forma de lavar mesmo com água morna, depois pegamos a *kizaca* esprememos, colocamos no pilão e começamos a pisar mesmo... começamos a pisar e depois da *kizaca* estar assim moída, pegamos e botamos na panela juntamente com todos os ingredientes. Cebola, alho, não leva tomate, pôr alho e se tivermos que pôr o peixe também, podemos já pôr ao mesmo tempo” (M.P, p. 7).

Kizumba *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Rolo, briga, confusão (Castro, 2001, p. 329). **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Primeiro eu pouco gosto de bagunça, é gosto de festa assim é silepros, uma música lenta, romântica, aprecio esta festa, também entre quando uma *kizumbazinha* para estressar um bucadidinho, tirar um bucadinho” (A.J, p. 4).

Kwanza *s.* (Kikongo/ Kimbundu). Província de Angola; rio de Angola; unidade monetária de Angola. **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Lá fez a vida dele, lá no Huambo. Então a minha mãe saiu no Wako-Kungo que é *Kuanza-Sul* foi lá no Huambo. Ficamos lá no Huambo, eu, na altura, tinha,

³⁰ Pode-se referir também à culinária feita de folhas de mandioqueira; prato típico do Norte de Angola.

tinha ai, por ai dois anos, dois anos quando eu foi pró Huambo, dois anos. E pronto. Quando a minha mãe faleceu eu saí de lá com seis anos, seis ou sete" (J.M, p.1). [...] "Eu normalmente... Daqui para a universidade eu gasto 600 *kwanzas*. E tenho que sair muito cedo, às 5h30 minutos já estou em pé" (A. H, p. 9). [...] A única coisa que tinha me deixado era 50 *kwanzas* e dois pães que eu tinha comprado pro mata-bicho em casa. Pronto" (A.V, p. 6). "Se pudesse diminuir um bocado do táxi. Esse preço também... Isso aí já vai na zunga, um dia consegue mil *kwanza*, tirar a jantar das criança lá chega em casa, só lá chega com duzentos *Kwanza*, duzentos *Kwanza* pras criança comer, comer pão, as criança janta" (F.A.S, p. 10). "Devem, eu sinto que... Há coisas que às vezes, ela não consegue de explicar. O exemplo da ilha: todos falam aquela língua, que o avô, que ela fala, ela também fala. Lembro a filha da minha irmã, onde que vive a minha mãe, quando ela sai da província, vai, ela fala sempre aquela língua. Ela explica... O sobrinho da minha irmã aprendeu lá. Ele é do *Kwanza Sul*, mas já fala mesmo a nosso dialeto. Ela fala

muito bem. E meu cunhado também. Ela entende, mas só que ela sempre pegou assim de falar. Ela entende tudo que nos falamos" (P.A.B, p. 9). "Sim, desde de a Barra do *Kwanza* até Cacuaco. Desde aqui na Samba aonde nós tamos até... ao Quarenta e Oito ou Catete. Conheço todos os cantos de Luanda, Funda... Fotossacala, Cabire. Todos os canto de Luanda eu conheço [...]. O que tá difícil é quando o dinheiro não chega que só podemos entregar na escola que estão a pedir acima de quinhentos dola quando a gente ganha treze mil *kwanza* ou vinte mil *kwanza* por mês. E eu na qualidade de aposentado, onde é que eu vou tirar os quinhentos dola ou checentos dola para poder fazer com que o filho ou a filha se forma escolarmente" (S.D.M, p. 2). "Eu conheço a capital a capital da província do Bengo. A minha área é Nambo, a Ngongo, conheço também a área de Kibaxi entre Porto Quipiri, Kibaxi, conheço essa parte. De passagem, por exemplo, *Kwanza-Norte* mil novecentos e setenta e cinco na altura da guerra. Venho de Nambo a Ngongo, passo pela área de Kibaxi até *Kwanza-Norte* pra poder chegar, atingir Luanda" (E.A, p. 4).

L1

Luanda *s.* (Kikongo/Kimbundu). Topônimo, capital de Angola (Castro, 2001, p. 266). Aduana. O que uma pessoa paga ao Suzerano pelo exercício do seu comércio, indústria, arte ou ofício. *adj.* e *sub.* Aduaneiro; publicano. Eximido; livre; desobrigado. Que não paga impostos. Cidade fundada por Paulo Dias de Novais, capital e sede da província de Angola, Era, em épocas recuadas conforme tradição, conhecido por Luanda o lugar onde é hoje o campo dos desportos, aos Coqueiros em que se cobravam os impostos de exportação (Assis Júnior, 1947, p. 265). **Corresp.:** *Lúanda. Local de uso:* Luanda (L1, L2). Abon.: “O português aprendi aqui em *Luanda* onde eu nasci, onde eu tô a cresce e onde aprendi o português” (A.E, p.2). “Quem tá vivendo aqui em *Luanda*... porque eu mesmo que tenho coragem pra viver em *Luanda* [...] Aqui em *Luanda* quase todos os habitantes tá aqui. Como falar que aqui [pelo ante] vinha, vinha pouca população, mas hoje...” (T.A, p. 22). “Sim, desde de a Barra do Kwanza até Cacuaco. Desde aqui na Samba aonde nós

tamos até... ao Quarenta e Oito ou Catete. Conheço todos os cantos de *Luanda*, Funda... Fotossacala, Cabire. Todos os canto de *Luanda* eu conheço” (S.D.M, p. 2). “Lembro que um dia eu estava conversando com a minha sogra, que já é um pouco idosa, ela dizer: “Eu me admiro muito com a juventude aqui em *Luanda* quando ver um mais velho com um peso ou com muito trabalho dificilmente ajuda. Enquanto que nas províncias tem aquelas crianças que veem que o mais velho tem um saco na cabeça, outro na mão, a criança vai ajudar”. Então ela fez essa pequena comparação de um tempo que ela disse que ela vivia sozinha, mas ela difícil ela carregar água assim, que sempre que levasse uma bacia pelo caminho alguém sempre prosseguia aquela bacia e levava pra casa. Enquanto que aqui pode levar o que ela querer ninguém” (D.F, p. 6). “Bem, chama o transporte não é o problema, o problema é as vias de transporte, essas vias que tem colaborado com que o sistema de transporte que tem, o transporte de *Luanda* seja um caos né ? como temos visto” (J.V, p. 5).

Mm

Macaco (a) *s./ adj.* (Kikongo/ Kimbundu). Feminino de macaco; esperto, finório, feio. (Castro, 2001, p. 267). Nome comum a mamíferos da ordem dos primatas, com exceção do homem e dos lêmures, indivíduo dado a copiar os atos e maneiras de outras pessoas; imitador, aparelho para levantar cargas pesadas, especialmente automóveis, a uma pequena altura (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 475). **Corresp.:** *Mankanka*. **Local de Uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** “Ah, naquela altura havia... o. A *macaca*, havia o leitim, havia o trinta e cinco, e muitas outras” (J.M, p. 2). “Eu não sei bem porque, mas antigamente o único dia que nós brincávamos, -os pais dava aquelas leis – só aos domingos íamos à igreja fazíamos o serviço todo de casa, à tardinha brincávamos a *macaca*, ringue, essas brincadeiras escondidas e mais outras brincadeiras” (A.V, p. 2). [...] “Lembro-me, lembro-me de uma. É pra contar? A história de... Era mais fábulas, histórias de animais que falam... o coelho era sempre tido como animal espertalhão. Então o coelho mais alguns animais, o *macaco* e outros mais, decidiram fazer uma” (A, p. 14). “No nosso tempo principalmente as brincadeiras eram aquelas de jogar bola, saltar corda, jogávamos *macaca* e as corridas” (M.P, p. 6).

Macate *s.m* (XiRonga). Pão de milho. Distrito situado no centro da província de Manica, em Moçambique³¹. **Corresp.:** *Makati*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Só conheço Mamachinde, *Macate*, Tamatarera e é só” (S.T, p. 2).

Maconha *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Variedade de cânhamo, cujas folhas e flores

são usadas como narcótico (Castro, 2001, p. 269). Drogas de efeito entorpecente feita das folhas e flores secas de um tipo de cânhamo (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p.476). **Corresp.:** *Makonya, makanya*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “eu fumo eu bebo... né não? eu num fumo *maconha* se eu fumassem *maconha* eu dizia que fumava” (J.O, p 56). [...] “é contado aqueles que não usa esse negócio de de droga [...] cocaína não sei não mas *maconha*... essas coisas de *maconha* esses negócios assim né? mas crack eu nunca ouvi não T.M, p. 48).

Macumba *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Denominação genérica para as manifestações religiosas afro-brasileiras de base congo-angola, que incorporaram orientações ameríndias, católicas e espíritas, com predominância do culto ao caboclo e preto-velho. Prevaleciam no Rio de Janeiro e, ainda hoje, nas zonas rurais (Castro, 2001, p. 270). Designação leita dos cultos afrobrasileiros em geral. Oferenda a Exu, espalhadas nas encruzilhadas, despacho, feitiço (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 477). **Corresp.:** *Makuba*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “assim tipo que muita gente aqui fala assim você... num vou falar de *macumba* né? que o povo bota ou então você tinha uma coisa porque tudo de- de hoje em dia... hoje é tudo isso... das coisa assim de *macumba*, quando o povo eh é *macumba* *macumba* aí tem rezadeira assim que ela já é do Candomblé mesmo aí a gente vai lá aí ela faz lá qualquer coisa” (J.O, p. 37).

Mangar *v.* (Kikongo/ Kimbundu). Zombar, troçar, vangloriando-se, caçoar, afetando seriedade (CASTRO, 2001). **Corresp.:**

³¹ Infoédia

Mangar. Local de Uso: Mussuca. **Abon.:** “É todo mundo saía ele ficava ali ói... sentado sem se mover, porque veio *mangar* se você não gosta pra que vai?” (J.O, p. 74).

Maquíxi *s.m.* (Kikongo/ Kimbundu). Homens de pequena estatura. **Corresp.:** n.e. **Local de uso:** Lunda (L1). **Abon.:** [...] “Sim, *Maquíxe* são homens, segundo a história né? São homens de pequenas alturas que viviam em cabeças e tinham cabeças grandes e outros ainda dizem que tem duas cabeças e no decorrer da guerra, quando uma das cabeças era cortada crescia a outra né? Isso segundo a história” (B. B, p. 3).

Marimba *s.f* (Kikongo/ Kimbundu/ Umbundu). Instrumento musical, espécie de xilofone (Castro, 2001, p. 277). Instrumento músico bastante conhecido. Música: kuxika, Piano; orquestra, banda, distrito e povoado de Malange (Assis Júnior, 1947, p. 278). Instrumento constituído por placas de madeira que formam um teclado, percutidas por duas baquetas e dispostas em cabaças (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 489). **Corresp.:** *madimba/ omalimba*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Nasci em *Marímba* mas eu morei na província do Imalachi” (T.A, p. 2).

Milongo *s.m* (Kikongo/Kimbundu). Remédios, medicamentos, o que cura (Assis Júnior, 1947, p. 286). Remédio, garrafada (Castro, 2001, p. 283). **Corresp.:** *Milongo/ mi-nlongo*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “Aratu num acha mais não né? [...] acha, oh! acha tudo no mangue nós acha tudo, graças a Deus [...] Tu..., *Milongo* tudo... acha tudo no mangue (J.H, p. 21). [...] “gorda a gente fazia um pirão que eu digo, é assim sem botar coco entendeu? só água e sal aí botava a gordura do *milongo* por cima cê comia quando tava mole, aí o que sobrava o *milongo* que minha mãe pegava a gente salgava ele botava sal e minha ia vender na Maré lá em Tinheira” (R.G, p. 18).

Moamba *s.f* (Kimbundu). Guisado de galinha ou carne de vaca ou peixe,

temperado com sal, alho e jinguba, e ao qual se adicionam dendê, sendo servido com pirão ou funje (Assis Júnior, 1947, p. 317).

Corresp.: *Moamba*. **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “A pode ficar muito cozida, nem, nem o repolho, coas a agua depende, mas né a couve misturada com repolho não separadas, se quiseres fazer a couve faz , se quiseres fazer o repolho faz. Se quizeres de ginguba fresca, a *moamba* fresca fazes se quiseres de *moamba* torrado também fazes , e metes a *moamba* , fazes um refogado.... Depende, ha varias formas de se, se fazer um refogado assim poe tomate a parte depôs introduzir na panela ou despejar na panela do repolho, a gingu....a *moamba* , viras” (F.M, p. 10). “Tetela, tetela é tipo que tipo *moamba* de jinguba, mas aquilo e chama-se mesmo tetela aquilo sai, sai, no que, em cokwe aquilo e “massungo” agora massungo não sei como se chama em português Ya. Aquilo abre-se ao meio depois tira, tira que os própria, as próprias sementes e parte, aquilo e cascar ya tetela, Ulengae enfim, outras coisas” (L.C.C, p. 7).

Mocotó *s.m* (Kikongo/Kimbundu). Tornozelo, pernas grossas (Castro, 2001, p285); pata de boi sem o casco, usado na alimentação (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 509). **Corresp.:** *(ma)kooto*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “então o *mocotó* ontem tava assim ó... inchada minha fia” (D.D, p. 53).

Moqueca (var. muqueca) *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Guisado de peixe ou de mariscos, podendo também ser feito de galinha, carne, ovos, regado a leite de coco, azeite de dendê e pimenta (Castro, 2001, p. 289). Ensopado geralmente de peixe ou frutos do mar, feito om cebolas, pimentões, tomates e temperos (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 513). Guisado de carne ou peixe com mandioca (Assis Júnior, 1947, p. 303). **Corresp.:** *Mukeka*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “a gente quando com a gente vende o negócio, quem compra [...] é né deve ser né? mais caldo caldinho, *moqueca* mesmo vende nos bares né? eu mesmo quando eu vendi (T.M, p. 28). [...]

“um lombinho eu posso fazer ainda... um lombinho... eu sei fazer uma *moqueca*, uma semana dessas eu fiz cinco *moqueca*, semana santa eu fiz cinco *moqueca*” (S.V, p. 67).

Muamba *s.f* (Kikingo). Feitiço (Castro, 2001, p. 290). Roubo ou furto de mercadorias nos portos, mercadoria contrabandeada, contrabando (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 516). **Corresp.:** *Mwamba*. **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “O repolho com muamba de jinguba é assim: eu tiro o repolho, protejo muito bem, corto o repolho, então ponho a água no fogo... Eu faço galinha de muamba, faço repolho com *muamba* de jinguba, faço sopa... Eu faço muita coisa...” (A.V, p. 7).

Múcua *s.f* (Kimbundu). Fruto do embondeiro, cujas sementes, envolvidas por uma massa fécula e ácida, se usam para fazer refrigerantes e têm propriedades laxativas³². Fruto do baobá (Houaiss; Villar; Franco, 2008). **Corresp.:** *mükua*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Eu fico a assistir. Eu faço meus negócios, aquele gelado, que eu faço gelado de *mükua*. E aí eu fico aí... Às vezes eu fico lá fora a conversar com as vizinhas” (P.A.B, p. 5).

Mugunzá *s.f* (Kikongo, Kimbundu). Milho debulhado, cozido em leite de coco, sal e açúcar (Castro, 2001, p. 293). **Corresp.:**

Mugenyal, mugunzá. **Local de uso:** Mussuca. Abon.: [...] “é o que mais faz... é *mungunzá*, milho cozinhado, canjica, é *mungunzá*, milho cozido... tudo” (T.M, p. 10). [...] “Zezé era bom demais naquela época, era bom demais, a gente sambava a noite todinha até de manhã não tinha briga não tinha nada... (quando era) de manhã todo mundo amanhecia o dia, ia pra suas casa, aquelas que num fosse tinha que ói... era mingau, era bolo, era canjica, era uma coisa, era cuscuz, era como é... também era *mugunzá*... era tudo a gente comia” (N.D, p. 91).

Mulemba *s.f* (Kimbundu). (*Ficus thonningii*) árvore da família das Moráceas, de elevado porte e copa volumosa muito ramificada, considerada a árvore da realeza angolana, pois à sua sombra se reuniam os chefes das tribos³³. Arvore artocárpia exótica, família das moráceas de fruto comestível, também conhecida como sandeira ou sicómoro. Topônimo: povoado e sede do posto de Minungo, distrito de Luanda, povoado de Malanje (Assis Júnior, 1947, p. 307). **Corresp.:** *Mulemba/kulemba*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Pra ir buscar lá umas mandiocas, ai no *Mulemba* Changola ir lá buscar umas mandiocas até no” (S.D.M, p. 1).

³² Definição dada pelo dicionário virtual Infopédia.

³³ Definição dada pelo dicionário virtual Infopédia.

Nn

Nagô *s./ adj.* (Kwa). Designação dada às comunidades religiosas afro-brasileiras que cultuam os orixás e utilizam uma língua litúrgica de base nagô. Dialetos iorubá do reino de Queto (Castro, 2001, p. 295). Negro escravizado falante da língua iorubá, a língua iorubá, relativo a esses negros ou sua língua (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 255). **Corresp.:** Ànágó. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “é... aqui é... aqui é Xangô e Nagô. Xangô” (N.D, p. 49).

Ngongo *s.* (Kimbundu). Mundo³⁴. Sofrimento, tribulação, padecimento, martírio. Pesar, trabalho forçado, desgraça, dificuldade. Modo de viver pelo mundo,

pela vida fora. Alimentação e necessidade da vida, sociedade, convivência (Assis Júnior, 1947, p. 44). **Corresp.:** Ngongo. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Eu conheço a capital a capital da província do Bengo. A minha área é Nambo, a Ngongo, conheço também a área de Kibaxi entre Porto Quipiri, Kibaxi, conheço essa parte. De passagem, por exemplo, Kuanza-Norte mil novecentos e setenta e cinco na altura da guerra. Venho de Nambo a Ngongo, passo pela área de Kibaxi até Kwanza-Norte pra poder chegar, atingir Luanda” (E.A, p. 1).

³⁴ Definição dada pelo dicionário virtual Infopédia.

Qq

Quiabo *s.m* (Kikongo/ Kimbundu). Fruto de quiabeiro; muito utilizado na cozinha cerimonial afro-brasileira e baiana; caruru (Castro, 2001, p. 320). Erva especialmente cultivada por seus frutos, comestível após cozimento, e pelas fibras da casca do caule. O fruto dessa erva (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 624). **Corresp.: Kyambo.** **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “Olha, um bom caruru, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva *quiabo*, leva... como é que eu posso dizer... *quimbala*, como Salma” (A.C, p. 8). [...] “Chego aquela hora, compro o jantar, tô ir em casa, mas depois que morreu.... Agora vendo tomate, vendo cebola, vendo couve, vendo alface, *quiabo*, cenoura, pimento, qualquer tipo de negócio que me aparece, eu faço” (A.V, p. 6). “Prato feito com peixe fresco, depois seco, misturado, mas tem que ser peixe fresco grosso, o peixe seco misturado, temos a rama, a gingoa, bastante gingoa, os *quiabos*, a berinjela e o óleo de palma. Se vamos a engrossar... aquele muito aguado então engrossamos um bocadinho com pó de bambu” (Y.F.G, p. 6).

Quilombo *s.m* (Kikongo/Kimbundu). Povoação de escravizados fugidos, aldeamento (Castro, 2001, p. 324). Povoação onde se escondiam escravizados fugitivos do cativeiro, índios e brancos marginalizados, dotada de organização interna (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 624). Conjunto de forças Lugar de reunião ou sanzala de trabalhadores.; Arraial Pessoa de vista turva, ou cujos joelhos não miram na mesma direção (Assis Júnior, 1947, p 131). **Corresp.: Kilombo.** **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “do quilombo, da época do *quilombo*? cê tem que lembrar por pra poder repassar pro seus filhos oh futuros né? senão todo mundo vai esquecer (J.O, p

38). [...] “sobre a comunidade aqui assim essa história que aqui é Mussuca né é uma comunidade quilombola né? Olha daqui da Mussuca... do meu entendimento né?” (J.E, p, 60).

Quimbala *s.f.* (Kimbundu). Canoa larga de pouca altura (Assis Júnior, 1947, p. 129). **Corresp.: Kimbala.** **Local de uso:** Luanda (L1). **Abon.:** [...] “Olha, um bom caruru, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva *quiabo*, leva... como é que eu posso dizer... *quimbala*, como Salma” (A.C, p. 8).

Quimbo *s.* (Umbundu). Povoado; senzala; casa ou conjunto de casas constituindo com um só cômodo. **Corresp.: n.e.** **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “a gente é fiar mesmo uns fiinhos piquininhos compramos memo essa linha, então aqueles a linhas ai então que tem uns pau lá no *Quimbo* que se fala Umbundu (D.C, p.1). [...] “Sim, senhora. Mesmo que seja aqui em Luanda ou que seja nos matos os jovens já estão, nos matos também lá nos *Quimbo*, tem jovem, os jovem já tá memo desenvolvido. Já não está como estava antigamente, tapado” (T.L, P. 7). “Outros falam, há uns que falam... outros falam. Lá já quando alguém não fala já é porque não foi mesmo também pra escola. Porque lá, além do Bié... Porque no Bié é cidade. As pessoas que estão mais na cidade são pessoas mais desenvolvidas já. Mas quem vem se more, vivem nos *quimbos*... Com aquelas guerras foi difícil mesmo estudar” (T.M.N, p. 12).

Quizomba *s.f* (Kikongo/ Kimbundu). Festa, celebração (Castro, 2001, p. 329). Ritmo africano, de origem angolana, normalmente marcado por uma batida bastante forte, dança executada ao som desse ritmo. **Corresp.: Kizomba/ kuzomba.**

Local de uso: Luanda (L2). **Abon.:** “Ora, a *kizomba* que é a nossa música, gênese da nossa música. A *kizomba* é a melhor música que há [...] Ora, desde Paulo Flores,

é...Carlos Burity, Bonga, todos aqueles músicos que cantam boa *kizomba* nossa, da terra, aqueles que são os meus músicos” (E.A, p. 3).

SS

Samba *s.f* (Kikongo/Kimbundu). Título de mameto. *s.m.* Cerimônia pública de macumba; samba, rezar, orar. Dança e música popular brasileira de compasso binário e acompanhamento sincopado; a música que acompanha essa dança. Festividade barulhenta acompanhada de dança; qualquer cerimônia pública, religiosa, afro-brasileira; confusão, barulho, briga; distrito do município de Luanda (Castro, 2001 p. 333). Dança popular brasileira cantada; música que acompanha essa dança (Houaiss; Villar; Franco 2008 p. 671). **Corresp.: nsamba/ kúsamba.** **Local de uso:** Mussuca, Luanda (L1, L2). **Abon.:** “pronto com quinze dia tem um *samba* Ave Maria é tanta... geladinha da pé... cachaça na vi que eu nunca vi não” (B.S, p. 70). “Só aqui dentro de Luanda posso dizer conheço, conheço Capinga, conheço é *Samba* né?! *Samba* e o bairro Malgozo esse bairro Malgozo fica em frente a clínica, a clínica do Prego, essas são os bairro que eu conheço, a *Samba*” (A.E, p.1). “Vamos mesmo mostrar a sua casa, sobe já no carro. Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no *Samba*” (A.V, p. 7). “É um investimento que estou adaptando já um bom tempo, estou nos serviços administrados, sou funcionário o AGER- Associação dos Agileiros aqui do município de *Samba* o qual sou secretário de edição administrativa” (A.J, p. 4). “O carnaval brasileiro é muito *samba*... é... e uma particularidade deles muita mulher de umbigo nua e aqui em Angola não é assim” (A, p. 12). “[...] mas você... essas *samba* do Reisado já é uma atividade né? Física, já é atividade oh, a gente *samba* é muito roda dança requebra até o chão só” (J.O, p. 32). [...] “é ousada viu? viu? ele pega o vento também sabe? então o *samba* de coco, o *samba* de pareia, o *samba* de roda *samba* de coxa essas coisa era tudo só folguedo

juninos só pra época de São João quando dizia assim “hoje é primeiro de São João” (M.R, p. 01). [...] “Parti não, Parti Folclore... Parti eh a São Gonçalo *samba* de pareia o Reisado” (T. M, p. 16). [...] “do *samba* não num fui não sambar, duas sou apaixonada pra sambar num sei sambar de jeito nenhum, só sei bater o pé assim... mas quem sabe, sabe, mas num sei não” (S.V, p. 16)

Soba *s.* (Kikongo/ Kimbundu/ Umbundu). Rei; chefe; senhor mais velho (Castro, 2001, p. 337). Nome genérico de representante da autoridade gentílica em determinada região. Palavra que o proponente de um nonganongo pede aos que não souberem decifrá-lo: ngibe (Assis Júnior, 1947, p 357). Chefe de pequeno estado africano (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 693). **Corresp.: Soba.** **Local de uso:** Luanda (L1, L2). **Abon.:** [...] “Porque são tradições muito... há umas que, por exemplo, o lado cultural, como a comida, a dança, ainda tenho o prazer de analisar e reter desses aspectos algo construtivo. Mas a nossa tradição, como que... como, por exemplo, o *soba*, o senhor mais velho aqui é chamado de *soba* e caso, por exemplo, tu uses o rio de uma aldeia fora da cidade, nossa tradição não pesa muito aqui na capital, porque aqui na capital nós chegamos a ser aculturados por Brasil e Portugal, mas nas províncias vê-se que o povo sente ou receia muito o *soba* que é o chefe da tribo, devido... Porque tu faz algo contra este homem eu acredito que eles trabalham com forças ocultas, tu és penalizada” (J. P. T, p. 19). “Agora o ano... O ano foi mesmo... Não... Eu acho que foi mesmo 83, porque foi as primeiras... aquelas guerras não eram essa guerra, coisa... Quer dizer, era as tropas entravam nos bairros, tá a ver? Chamar o *soba*...

Porque aquilo era assim: A Unita passava no bairro, queria comer. Então eles como povo, não são culpados, não sabem nada, comer então... dava de comer à Unita. Depois quando passasse caminhão MPLA, também que quisesse, né? eles dava, tá a ver? Porque eles... numas partes eles não sabiam nada, são inocentes. Mas pronto,

epa!... Aquilo era uma confusão. O MPLA porque tenho que matar a vocês porque vocês dão a comida na Unita. A Unita diz que nós temos que matar a vocês porque dão comida no MPLA. Era uma... Meu pai mataram... mataram nessa confusão” (T.M.N, p. 8).

XX

Xangô *s.* (Kwa). Orixá dos raios e do trovão, rei-herói do povo iorubá, geralmente corresponde a São Jerônimo, é venerado nos meteoritos e machados de pedra que são colocados em um pilão de madeira esculpida (odô) a ele consagrado. Suas três mulheres são Obá, Oiá, Oxum, e seu criado é Oxumarê. O velho, identificado com São Pedro, é cultuado como Aganju, Airá, Jacutá, Ogodô. O jovem, equivalente a São João, é chamado de Obacoçô, Obaladê, Obalaiê, Obalodê, Obalodô, Xangô-de-Oro, Xangô-Menino. Outros nomes e títulos: Adanji, Adelaiê, Alafim, Apará, Badê, Baianim, Balê, Xangô-Leí. Dia: quarta-feira. Cores: branca e vermelha. Comida: amalá, obé. Sacrifícios: agutã, cágado, galo, Insígnias: oxê, xerê. Simbolismo: banté, labá. Toques: alujá,

batá, ibim, ilu. Saudação: caô cabieci obá. Nomes iniciáticos: Lingucicoiá, Obaraesi, Obaraí, Obaraji. Diz-se de uma pessoa turbulenta, agressiva. Nome genérico das religiões afro-brasileiras em Parame Alaoos e onde elas se realizam (Castro, 2001 p. 351). **Corresp.:** n/e. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** “como é que ela falou de eh... candomblé, candomblé... candoblé *Xangô*” (N.D, p. 36).

Xingar *v.* (Kikongo/Kimbundu). Insultar, ofender com palavras, injuriar (Castro, 2001, p. 353). **Corresp.:** *singa*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** [...] “tem uma entradinha a pessoa tem uma fábrica até sem vergonha de Maria foi disse que só faltou *xingar*, aí Silvana disse que ele se calou” (D.D, p. 14).

Zz

Zamba *s.* (Kimbundu). *zámba*, Sociedade, associação, parceria. **Adv.** Meias, em partes iguais (Assis Júnior, 1947, p. 378).

Corresp.: *Nzámba*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Família, família... Tenho famílias que vivem na Terra Nova, é próximo mesmo já de minha casa, tenho família que vive no *Zamba* Dois. Normalmente uso táxi, né, transporte mesmo” (N.A, p. 2).

Zonza *adj.* (Kikongo/Kimbundu). Atordoado, tonto, distraído (Castro, 2001 p. 357). Com tonteira; atordoado; desnorteado (Houaiss; Villar; Franco 2008 p. 787).

Corresp.: *kinzanzu*. **Local de uso:** Mussuca. **Abon.:** eu já fiz duas vezes esse

exame... meia zonza... mas quase num fazia porque eu fui só (D. D, p. 66).

Zunga *s.f.* (Kikongo/Kimbundu). Prostituta (Castro, 2001, p. 358). Rua; via pública, ambulância, artigo de venda. Adj. ambulante, vagabunda, mulher da rua, dada aos prazeres (Assis Júnior, 1947, p. 379).

Corresp.: *Nzunga*. **Local de uso:** Luanda (L2). **Abon.:** “Se pudesse diminuir um bocado do táxi. Esse preço também... Isso aí já vai na *zunga*, um dia consegue mil kwanza, tirar a jantar das criança lá chega em casa, só lá chega com duzentos Kwanza, duzentos Kwanza pras criança comer, comer pão, as criança janta” (F.A.S, p. 10).

6.1 Uma comparação entre o léxico do português angolano e brasileiro

Como já mencionado, a presente pesquisa centra-se na identificação de lexias de línguas autóctones africanas presentes nas variedades do português falado em Luanda, capital da Angola em Mussuca, comunidade quilombola do estado de Sergipe.

Cabe ressaltar que os números de lexias de origem africana presentes na amostra extraída da comunidade de fala de Luanda, tendo o português como língua materna, isto é, L1 já foram divulgados por Silva (2021) e reconsiderados na presente pesquisa, inserindo o grupo L2, ou seja, o grupo que tem a língua portuguesa como adquirida. As entrevistas do Grupo L1 e L2 estão classificadas em três faixas: A, que corresponde aos participantes entre 21 e 35 anos; B, participantes de 37 a 51 anos e C que corresponde aos participantes com mais de 52 anos. Dentro dessas faixas há ainda uma subdivisão em níveis, a saber, Nível 1 de instrução, que corresponde àqueles com o ensino primário; Nível 2 de instrução, ensino secundário e Nível 3 de instrução com aqueles que possuem o ensino universitário.

O corpus Mussuca, por sua vez, é apresentado numa configuração diferente do anterior. Fizeram parte da pesquisa dois participantes com escolaridade de nível médio; dois com o ensino fundamental I, quatro participantes com ensino fundamental II e quatro participantes sem escolarização. No que concerne à idade, apresenta uma variação de 22 a 82 anos de idade. A seguir estão dispostas as lexias analisadas.

ANGOLA: A definição indica que a lexia em análise tem origem na língua Kimbundu, uma das línguas bantu faladas no território angolano, em particular na região norte do país. É importante destacar que o Kimbundu se insere em um grupo linguístico maior, o Bantu, que abrange diversas línguas faladas em toda a África. Este fato linguístico é significativo pois mostra a relação intrínseca entre a lexia "Angola" e as comunidades locais que falam essas línguas, destacando a influência da cultura bantu na construção da identidade do país.

de acordo com castro (2001), significa um país do sudoeste da África, na costa do Atlântico, de povos da família linguística bantu, que falam o Kimbundu, Umbundu e Kikongo. No Kimbundu sua acepção *Àngoola* refere-se a um título de soberania do território que os portugueses conquistaram no século XVI.

Salienta-se ainda que a definição da lexia também aponta para uma dimensão histórica, ao se referir ao título de *Ngóolá/Ángola*, utilizado para denominar os soberanos de um reino localizado na região onde posteriormente os portugueses estabeleceram suas colônias. O termo "Ngóolá" ou "Ángola" é, assim, uma forma que os portugueses utilizaram para designar o

território que conquistaram. Esse título está relacionado ao processo de colonização portuguesa, que teve início no século XV, mais especificamente com a chegada dos portugueses à costa africana.

A ideia de soberania ligada ao título de "Ngóolá" destaca um aspecto político e dinâmico do período pré-colonial, em que já existiam formas de governança e estruturas políticas organizadas, como o Reino do Ndongo e outros reinos e povos que habitavam a região. O fato de o nome "Angola" derivar de um título de soberania remete à complexidade das relações políticas que existiam entre os povos locais e as potências europeias, que muitas vezes adotaram tais nomes sem uma compreensão profunda das organizações políticas e culturais dos povos nativos.

Assim sendo, diante da acepção fornecida por Castro (2001), é possível perceber que grande parte dos participantes utilizam a lexia para designar o seu território nacional em que vive, como ilustrado a seguir.

Mas em noventa e dois quando veio a paz cá, cá, cá em *Angola* muita gente que vieram mas o meu pai no, no ate agora no consi... nunca ouvimos nada dele. (J.M, p.5). "Tou, tou a assitir. Assisto sempre os jogos de *Angola* (P.A.B, p.3).

Parar em casa num pode, nós tinha que sair numa aldeia dequi, aí aquela área da Fleska *Angola*, também é um bairro que está aí. Vocês vão ter que se encontra com aqueles outros pra se conhecer (T.A, p. 37).

Ah! Ah! Ah! Eu tava a ver, nem vale a pena. Nem dinheiro conforme memo tiram dos bolso pessoas. *Angola*, a nossa *Angola* toda memo aqui não há ninguém que há evitado. Nós memo, até memo as coisas toda me roubaram, muita coisa: televisor, num sei que... muita coisa que nos tiraram memo de dentro de casa. Tiraram as coisa, as mobília, tudo foi embora (D. J. T, p. 8).

A lexia carrega em si diversos significados e histórias que vão desde suas raízes no Kimbundu até sua apropriação pelos colonizadores portugueses. Diante disso, torna-se fundamental para compreender as dinâmicas de poder e as transformações culturais que ocorreram com a colonização, bem como as consequências que perduram até os dias atuais no processo de construção da identidade nacional do território angolano.

BABÁ: a lexia babá possui uma rica diversidade de significados que refletem as influências linguísticas e culturais de diferentes contextos. Nas tradições africanas, a palavra é usada como substantivo masculino (s.m.), com origem Kikongo e Kimbundu, significando "pai", "antepassado" ou "chefe", e também sendo utilizada como um título que antecede o nome de *egum*, espíritos ancestrais venerados nas religiões de matriz africana (Castro, 2001, p. 163).

Em outro contexto, é usada como advérbio para indicar algo que acontece "para sempre" ou "eternamente", como registrado por Assis Júnior (1947, p. 20). Já em sua acepção no português contemporâneo, babá é um substantivo feminino (s.f.) que se refere à empregada doméstica responsável pelos cuidados infantis, conforme apontado por Houaiss, Villar e Franco (2008, p. 83).

A lexia analisa foi registrada na comunidade da Mussuca, como ilustrado a seguir: "não vai e volta às vezes passa tipo uma semana aí só vem no final de semana, tem uma que vai e vem todos os dias [...] eh eu vejo mais assim doméstica só de casa mesmo assim sabe? sem ser *babá*" (J.O, p 11).

Na fala analisada, a lexia babá aparece em contraste com outras funções domésticas, destacando sua especificidade em relação ao cuidado infantil. A frase reflete uma percepção cotidiana sobre o papel das trabalhadoras no contexto doméstico, diferenciando a babá, cuja função principal é cuidar de crianças, da doméstica, associada mais amplamente às tarefas do lar.

A descrição "[...] só de casa mesmo assim sabe? sem ser *babá*" enfatiza essa distinção, sugerindo que a babá possui uma atribuição mais especializada e, talvez, uma relação mais próxima com as crianças da casa. Assim sendo, embora a lexia seja classificada como de origem africana, percebe-se que sua utilização está de acordo com a concepção de Houaiss, Villar e Franco (2008, p. 83), denotando outros sentidos à palavra quando inserida na Língua Portuguesa.

BAGUNÇA: a lexia é apresentada por Castro (2001) como de origem bantu, originado do Kikongo *bulungunza*, que significa desordem, confusão, baderna ou remexido. A lexia foi encontrada em apenas uma entrevista fornecida por um homem com mais de 52 anos na comunidade de fala Luanda e tem o Português como língua materna (L1).

Primeiro eu pouco gosto de *bagunça*, é gosto de festa assim é silepros, uma música lenta, romântica, aprecio esta festa, também entre quando uma kizombazinha para estressar um bocadinho, tirar um bocadinho (A.J, p. 5).

Assim, foi pronunciada de forma a contemplar a acepção dada por Castro (2001). No entanto, é possível perceber ainda que o termo, no sentido empregado pelo participante, embora se refira a ausência de ordem, a falta de organização ou tumulto, foi levando em consideração seu sentido mais informal, uma vez que se refere a festas agitadas, com muitas pessoas, que não é a preferência do informante.

A referência a expressão como pândega ruidosa, em Castro (2001), remete a uma atividade festiva, mas também tumultuada, sugerindo, assim, que a bagunça pode ser associada a celebrações ou situações de excitação coletiva, nas quais o ambiente se torna caótico e barulhento. Essa conotação festiva de bagunça pode indicar uma transição do sentido de desordem para algo mais relacionado a uma manifestação social, como uma festa popular ou uma reunião comunitária descontrolada, o que também ocorre em diversos contextos culturais, especialmente em eventos informais.

Diante disso, percebe-se que a lexia bagunça assume dois sentidos distintos, que dependem do contexto empregado: formalmente, referindo-se as acepções registradas em dicionário, ou informalmente, diversão feita de modo muito barulhento com muitas pessoas reunidas (Silva, 2021).

A palavra, originada do Kikongo e utilizada também em Luanda, não se restringe apenas a uma ideia de desordem ou confusão, mas também encapsula aspectos das dinâmicas urbanas e das interações sociais. Em sua essência, bagunça pode ser vista como um reflexo das experiências humanas em momentos de ruptura, celebração ou caos, sendo simultaneamente uma expressão de resistência e liberdade dentro do contexto social.

A origem e o uso de bagunça apontam para um processo contínuo de intercâmbio cultural, em que a língua portuguesa em Angola se enriqueceu (e ainda está sendo enriquecida) com as contribuições das línguas autóctones africanas, demonstrando a vivacidade e a complexidade das interações linguísticas e culturais no país.

BAIA: embora a lexia baia não seja apresentada por Castro (2001, 2002), é provavelmente de origem africana, possivelmente vindo de uma língua bantu, considerando que muitas palavras da língua portuguesa em Angola têm raízes em línguas dessa família linguística. A lexia foi utilizada por dois participantes em que um tem o português como língua materna e outro como segunda língua. Assim afirmaram: “É... Os taxistas dão muita “baia”, “baia” quer dizer que eles não respeitam com as regras de trânsito” (A, p. 11). [...] “Não, não respeita. Bastante são atento, são “baia” mesmo” (F.A.S, p. 11).

Segundo Assis Junior (1947), baia provém da língua Kimbundu e significa tábua ou barrote utilizado para separar animais, especialmente cavalos. Dependendo do contexto, pode também se referir a um degrau ou poleiro. Além disso, o termo é usado para descrever as construções simples e precárias chamadas mosseques, comuns nos arredores de Luanda.

Na primeira citação: “É... Os taxistas dão muita *baia*, *baia* quer dizer que eles não respeitam as regras de trânsito” (A. p. 11) a lexia *baia* é utilizada para indicar que os taxistas frequentemente ignorariam ou desrespeitariam as regras de trânsito. A palavra, portanto,

adquire uma conotação negativa, associada à irregularidade ou falta de disciplina nas ações dos taxistas.

Em “Não, não respeita. Bastante são atento, são *baia mesmo*” (F.A.S, p. 11), a palavra baia é utilizada de forma enfática para descrever os taxistas como pessoas que, apesar de algumas vezes aparecerem estar atentas ou conscientes, ainda assim não cumprem as regras ou agem de maneira irresponsável. A expressão “*são baia mesmo*” reforça a ideia de que tal comportamento é frequente e até esperado, como uma característica da conduta deles.

Como observado, o uso da lexia nos contextos dados pelos participantes apresenta um significado diferente. Nesse caso, baia é empregada para descrever os taxistas como desobedientes às normas de trânsito, sugerindo que eles ignorariam as regras ou falhassem no cumprimento da lei. Isso leva à reflexão sobre a segunda hipótese do estudo, que propõe que os significados das palavras de origem africana, ao entrarem em contato com outras línguas, podem ter sofrido modificações em seus sentidos ou adquirido novas interpretações.

Quanto a isso, Bonvini (2008) mostra que as línguas africanas passaram por transformações semânticas e dialógicas. A ruptura semântica, em particular, foi a mais perceptível, pois muitos sentidos originais das palavras se tornaram obsoletos e deixaram de refletir a realidade africana. A ruptura dialógica, por sua vez, está relacionada ao contato de línguas africanas com línguas estrangeiras em um mesmo espaço, resultando em uma convivência linguística que pode ter alterado os significados originais das palavras.

Embora Bonvini se refira ao contexto das línguas africanas no Brasil, essa mesma dinâmica pode ser aplicada a Luanda, uma vez que o contato linguístico entre as línguas autóctones africanas e o português, imposto pelos colonizadores, pode ter causado mudanças nos significados das palavras nativas e influenciado a forma como as línguas se comunicam e se transformam.

BANGUELA: A lexia *Banguela* tem origem nas línguas Kikongo e Kimbundu, e seu significado inicial é "ato de escangalhar cachos de coco de engaço, fender, rachar" (Castro, 2001, p. 168). A primeira interpretação envolve um processo físico, relacionado ao uso de força para dividir ou romper algo, neste caso, cachos de coco. Essa acepção sugere uma ideia de quebra, divisão ou separação. É importante notar que essa imagem de quebra pode ter sido associada a uma característica física, dando origem à segunda acepção.

A segunda acepção, que aparece no dicionário de Houaiss, Villar e Franco (2008, p. 89), define *Banguela* como o adjetivo que descreve uma pessoa desdentada, particularmente alguém que perdeu um ou mais dentes da frente. O adjetivo remete diretamente a um estado físico, mas

também pode carregar conotações sociais e culturais, já que a condição de ser desdentado pode evocar diferentes imagens ou estigmas em diversas culturas.

Essa acepção tem uma conexão simbólica com a ideia de escangalhamento ou quebra, como mencionado em Castro (2001), pois o ato de perder dentes pode ser visto como uma quebra ou fenda na estrutura física da pessoa. A associação semântica entre o ato de quebrar algo e a ausência de dentes sugere uma continuidade de ideias: algo que foi partido ou rompido, resultando em uma condição de incompletude ou vulnerabilidade.

De acordo com Alkmim e Petter (2008), Mendonça (1936) e Raimundo (1933) já atestaram essa lexia com o significado muito próximo, porém distante da primeira acepção de Castro (2001). Ambos os registros indicam os significados de nome de um povo da área de Benguela e de indivíduo desdentado. Raimundo também acrescenta o sentido de pessoa que fala incorretamente ou pronuncia mal as palavras, como se estivesse sem dentes. Somente Raimundo menciona o étnico *benguela* ou banguela, que se refere ao habitante de Benguela, um grupo conhecido pelo hábito de limar excessivamente os dentes, originando o sentido de pessoa sem dentes (Alkmim; Petter, 2008, p. 169).

Diante disso, percebe-se que a lexia foi utilizada apenas na comunidade de fala Mussuca, mas não quer dizer que em Luanda também não possa ser utilizada, visto que se trata de uma lexia de origem africana. Assim, é utilizada a lexia:

umizia bote Mussuca ou o nome... bote Mussum, mó do peixe oto disse bote Mutuca aí foi ca... quando a Maria *Banguela* disse não, é melhor botar Mussuca e o pessoal non r... não reconhecia que aqui era... é um quilombo na época sabe? aí ficou Mussuca e hoje tá (N.D, p. 04).

O uso de *Banguela* também é mencionado com uma correlação ao quilombo Mussuca, o que agrega um valor histórico e sociocultural significativo à lexia. A fala do participante diz que a expressão Mussuca foi adotada por causa da associação com a fala da Maria Banguela, uma figura local. O contexto mostra que o nome Mussuca foi utilizado para nomear um quilombo, e o processo de escolha do nome envolve uma troca ou disputa de termos dentro da comunidade.

A fala sobre a escolha de "bote Mussuca" ou "Mussum", e a resistência à adoção de um nome que remetia a uma pessoa identificada como Banguela, sugere que o nome tem uma conotação simbólica, possivelmente vinculada à uma identificação com a falta ou ausência (representada pelos dentes perdidos). O fato de que uma figura desdentada, ou associada à falta,

tenha sido escolhida para nomear um quilombo pode ter intenções profundas de ressignificação ou afirmação de identidade em um contexto de resistência social, cultural e política.

A lexia *Banguela* no contexto apresentado revela uma pluralidade de significados que se estendem desde uma referência ao ato físico de quebrar algo, os cachos de cocos, até uma identificação com uma condição física, desdentado. Assim, em um contexto mais amplo, a palavra também adquire um significado sociocultural que pode estar relacionado à resistência, à identidade coletiva e à ressignificação de um estigma. O processo de escolha do nome para o quilombo, ao se vincular a Maria Banguela, ilustra uma dinâmica de apropriação cultural e transformação do estigma em um símbolo de identidade e resistência.

BATUCAR: a origem da palavra "*batucar*" vem das línguas Kikongo/Kimbundu, e a primeira acepção dada por Castro (2001, p. 172) a descreve como "repetir a mesma coisa insistentemente" ou como um verbo ligado ao ato de tocar tambores e bumbos, associado ao batuque, que é um ritmo característico das culturas africanas. A ideia de repetir insistentemente algo pode ser tanto literal, no sentido de "bater repetidamente", quanto simbólica, representando o processo de criação de um ritmo, uma energia que se repete e ressoa dentro de um contexto coletivo.

Além disso, a lexia também carrega a ideia de fazer barulho ritmado com pancadas ou bater forte no tambor, o que reforça a associação com a música e a dança. Assim, a lexia remete a um ato vibrante, de movimento, pulsante e coletivo, uma manifestação cultural essencialmente rítmica e energética.

As definições de Houaiss, Villar e Franco (2008, p. 94) também se alinham a essas ideias, ampliando o conceito para envolver marcar ritmo de algo com percussão, além de associar a atividade ao batuque, com a prática de dançar e cantar o batuque. Aqui, é possível notar uma conexão direta com o conceito de ritmo, essencial na música de várias tradições africanas, e uma interpretação mais ampla que coloca o ato de batucar como um comportamento cultural que envolve a comunidade.

A lexia foi utilizada apenas duas vezes por dois participantes de Luanda, que têm o Português como língua materna.

[...] Antigamente, aonde que eu cresci, era batuque. Batuque, os mais velhos ficavam assim pulando a fogueira, uma fogueira e a gente, as jovens e os mais velhos batucava “dudududu” e a gente, as minas ficávamos a dançar, eles a *batucar* e nós a dançar (T.L, p. 2). [...]

[...] a família fica tudo aqui reunido compra cerveja liga o som, aí é... começa a *batucar*” (J.O, p. 17).

Diante disso, é possível notar que a lexia "*batucar*" utilizada nas falas dos participantes está de acordo com as acepções de Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), como segue: Castro (2001) define *batucar* como repetir a mesma coisa insistente, dançar batuque, tocar tambores e bumbos, e fazer barulho ritmado com pancadas. Nas falas de T.L e J.O, o verbo "*batucar*" é utilizado em contextos de repetição rítmica, seja em torno da fogueira com os mais velhos pulando e batucando, ou em uma reunião familiar com o som ligado e a música tomando conta da cena. Em ambos os casos, a ideia de repetição insistente do ritmo e do som, seja através de tambores ou de uma música que marca o evento, está presente, corroborando a acepção de Castro (2001).

Houaiss, Villar e Franco (2008) acrescentam que *batucar* também se refere a marcar ritmo de algo com percussão e ao ato de dançar e cantar o batuque. Nas falas citadas, o verbo é aplicado tanto ao ato de marcar o ritmo com percussão (no caso da batida dos tambores ou da música) quanto ao processo de dança, que ocorre junto à batida, conforme a descrição de T.L sobre os mais velhos batucando enquanto os jovens dançavam, e de J.O, que descreve um evento de *batucar* com a música em uma reunião familiar. Portanto, a acepção de Houaiss, Villar e Franco (2008) também se aplica, pois inclui tanto o aspecto musical quanto o envolvimento rítmico e dançante da prática.

Logo, a utilização da lexia *batucar* nas falas de T.L e J.O está em conformidade com as acepções dadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), pois reflete a ideia de repetição rítmica, a presença de percussão e a prática de dança associada ao batuque, elementos essenciais nas definições dessas fontes.

BATUQUE: de acordo com Castro (2001), a lexia é de origem bantu, presente no Kimbundu e Kikongo, significa ruído, som muito forte, ação de fazer ruído com batimentos rítmicos.

Na minha juventude, esse ritual era quando aparecia. As pequenas danças, todas as partes de todas as províncias, quando morre alguém, há sempre aquele *batuque*, antes do enterro e depois do enterro. E acontece que muitas vezes, que tocava nesses rituais, a minha juventude e de tantos outros também, no ritual (L.R, p. 4).

Antigamente, aonde que eu cresci, era *batuque*. *Batuque*, os mais velhos ficavam assim pulando a fogueira, uma fogueira e a gente, as jovens e os mais velhos batucava "dudududu" e a gente, as minas ficávamos a dançar, eles a batucar e nós a dançar (T.L, p. 2).

Das entrevistas analisadas, dois participantes mencionaram a palavra, um homem e uma mulher com mais de 52 anos, isto é, da faixa C, pertencentes aos níveis 2 e 1 de instrução, respectivamente. O primeiro associa a lexia aos rituais que marcaram sua juventude como as danças e os fúnebres que, certamente, faz parte do seu acervo cultural.

A segunda participante também associa a lexia à sua juventude e a cultura de seu local de origem, uma vez que recorda as manifestações populares que acompanhou. Diante disso, o termo citado pelos participantes está em consonância com a definição de Castro (2001), haja vista que ao ritmo de instrumentos são dadas não somente as danças, mas ainda compõem parte de um ritual espiritual de determinada cultura.

Assim, é importante lembrar a afirmação de Biderman (1996) de que o legado cultural de um povo é passado para as novas gerações por meio da linguagem. A língua se constitui num veículo fundamental para isso, e o léxico da língua é a forma constituída por símbolos linguísticos, que permite a transmissão dessa cultura, como é possível observar na fala dos participantes.

BENGO: de acordo com Castro (2001), vem do Kikongo, significando uma espécie de capim. Em Kimbundu quer dizer preá, espécie comestível, diz respeito ainda a uma designação depreciativa de ruas estreitas e tortuosas ou caminhos escuros. “Dei duas ou três voltas: uma de forma microscópica a Capanda, em serviço, trabalho de reportagem, uma no *Bengo*, duas no Dembo, e não mais que isso” (C.S, p.1).

A acepção anteriormente citada tem forte relação com a lexia empregada pelo participante, embora faça menção à toponímia local, uma vez que se refere a uma das províncias de Angola, cuja capital é Caxito. Ao perceber a história da província, entende-se que, possivelmente, o local foi composto por um vale. Assis Júnior (1947) mostra que a lexia vem de Mbengu, um substantivo que significa campina; vale; nome por qual é conhecida a área abarcada entre Quifangondo e Cabíri, banhada pelo rio Zenza, próximo a Luanda, conhecida também como vale do Bengo.

BENGUELA: os participantes utilizam a lexia para referir-se a toponímia, de acordo com a acepção de Castro (2001), conforme ilustrado a seguir.

Para... ah! Fui para *Benguela*. É... isso é, tratar a saúde. Mas até agora nunca mais viajei, mas gosto muito de viajar. Eu acho que não viajo porque o tempo, fator tempo (A. H, p. 1).

Hum, hum, esqueci. Na minha terra...uns tão em *Benguela*, outro tão no Cunene, muito (pausa) não sei pra onde estão até (D. J. T, p. 4).

A lexia *Benguela* provavelmente tenha sido atribuída aos negros ovimbundus dos navios negreiros, provenientes do reino antigo de Benguela (Castro, 2001). Já para Assis Júnior (1947), possui várias acepções a depender do prefixo que lhe é atribuído, proveniente do Kimbundu *Mbengela*, significa pequeno saco de carvão contendo quantidade certa para vender; parte que se destaca ou sobressai de outra principal, pode significar ainda uma parte externa do órgão do ouvido, a orelha; homenzinho; rapaz; pequeno; inferior; menor.

BERIMBAU: a palavra *berimbau* vem das línguas africanas Kikongo, Kimbundu e Umbundu e refere-se a um instrumento de arco musical. De acordo com Castro (2001, p. 174), o *berimbau* é um instrumento indispensável na capoeira, constituído de um arco de madeira retesado por um fio de arame, com uma cabaça presa na extremidade inferior. A cabaça serve como caixa de ressonância, amplificando o som produzido pela vibração do fio de arame. Berimbau-viola é uma variação desse instrumento quando acompanhado pelos instrumentos gunga e contra-gunga. Aqui, o foco é na descrição do *berimbau* como um instrumento musical de grande importância dentro do contexto da capoeira, um símbolo de resistência e de expressão cultural.

Por sua parte, Houaiss, Villar e Franco (2008) oferecem uma descrição um pouco diferente, associando o *berimbau* ao conceito de instrumento pequeno cujo som é produzido pela vibração de uma lingueta metálica, e enfatizando que seu som é controlado pela boca e pelo polegar. Essa descrição sugere um *berimbau* mais pessoal e direto, com a interação física de quem o toca sendo fundamental para a criação do som.

Nas duas acepções o *berimbau* mantém um forte simbolismo cultural, representando um elo de comunicação musical dentro da capoeira, mas também carregando o peso de significados relacionados à resistência cultural dos negros no Brasil, principalmente durante o período colonial. A sua função como instrumento de capoeira e a sua associação com a liberdade e com a oposição ao sistema colonial são aspectos essenciais de sua carga simbólica

[...] aí eles tirava aquela... aquela... aquele... aquele.. coxo, aí sentava no tamborete ou num pedaço de palma de coqueiro, que o assento era esse e começava a bater aí tinha violão, tinha cavaquinho, tinha *berimbau*, tinha atabaque, e tinha a porca hoje em dia a cuica, a porca é cuica, é porca é tudo né? (N.D, p. 81).

A lexia foi mencionada por apenas um participante de Mussuca. Na fala de N.D., o *berimbau* é mencionado junto com outros instrumentos musicais, assim, nesse contexto, o *berimbau* é colocado dentro de um conjunto de instrumentos musicais que formam a base de uma prática musical coletiva. A repetição do termo "a porca é cuica, é porca é tudo" sugere uma

mistura de sons e culturas, em que o *berimbau*, juntamente com o violão, cavaquinho e atabaque, reforça sua associação com a musicalidade de um evento coletivo que provavelmente mistura tradições afro-brasileiras, como a capoeira, com outras formas de expressão musical.

É importante ressaltar que o *berimbau* não é apenas um instrumento de capoeira, mas parte de uma tradição musical mais ampla, e o seu uso na fala de N.D. reflete essas funções e significados. O *berimbau* e outros instrumentos formam um conjunto rítmico que sustenta uma prática social e cultural rica, onde cada elemento tem seu papel dentro da construção de uma experiência coletiva de resistência e identidade.

A lexia *berimbau* nas falas de N.D. está de acordo com as acepções dadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). O *berimbau* é descrito como um instrumento musical central na capoeira, com um papel preponderante na formação de identidade e na expressão cultural. A sua presença nas falas também reflete a ligação profunda entre a prática da capoeira e as manifestações culturais de resistência, em que o *berimbau* não é apenas um objeto sonoro, mas um símbolo de memória coletiva, identidade e força cultural.

BICA BIDON: A lexia composta, conforme aparece na fala do participante E.F., natural de Luanda, Angola, que tem o português como L1, revela-se como uma unidade lexical que transcende a simples combinação de dois substantivos e adquire um estatuto próprio dentro do léxico oral infantil urbano. Trata-se de uma expressão empregada para nomear uma brincadeira tradicional praticada nas ruas, especialmente por crianças residentes em bairros populares, em contextos marcados pela escassez de infraestrutura básica, como a falta de fornecimento regular de energia elétrica.

A lexia se enquadra na categoria das lexias compostas, conforme definido por Pottier (1977), ou seja, unidades formadas pela justaposição de dois ou mais lexemas que adquirem um significado próprio, relativamente autônomo em relação ao sentido literal de seus componentes. Embora os termos “bica” e “bidon” individualmente façam referência a um jato de água ou torneira, e a um recipiente, respectivamente, na expressão em questão, a combinação adquire um valor semântico específico, que não pode ser reduzido à simples soma de suas partes. Há, portanto, uma integração semântica que se manifesta formalmente, o que caracteriza a lexicalização da expressão.

BUÉ: a acepção da lexia não é registrada por Castro (2001, 2002), nem por Assis Júnior (1947), isso confirma a hipótese de López (2012) que nem todas as palavras serão encontradas os significados registrados em dicionários. No entanto, os dicionários virtuais registram a lexia como derivada do Kimbundu *mbuwe*, que significa abundância; fartura; em grande quantidade;

muito. Pelo contexto utilizado, é possível presumir que, de fato, a palavra poderá ter tais acepções.

E, em primeiro lugar como e que eu posso dizer, o cobrador em si, você as vezes ao subir eu como que eu posso dizer táxi bem agitado, *bué* de calor, você não pode dizer nada, se você dizer, oh fulano eu já no vou poder mais encostar [...] (J.M, p.15).

BOBÓ: tem origem nas línguas Kwa, Kikongo e Kimbundu e, de acordo com Castro (2001), pode se referir a um prato típico, geralmente feito de uma combinação de feijão, inhame ou banana-da-terra, misturado com camarão e azeite de dendê. Além disso, a palavra *bobó* também é associada a começo de gravidez e inchação, o que indica que a lexia possui um significado também relacionado ao corpo e à saúde.

A definição de Houaiss, Villar e Franco (2008) complementa essa visão, apresentando o *bobó* como um creme de inhame ou aipim cozido com azeite de dendê e temperos, sendo consumido tanto de forma pura quanto com frutos do mar. Essa definição reforça a ideia de que o *bobó* é um prato característico da culinária afro-brasileira, especialmente associado à região nordeste do Brasil, mas com forte presença em outras culturas de origem africana, como em Angola.

O local de uso mencionado, Luanda (L2), indica que o prato é consumido em Angola, com a palavra sendo utilizada localmente para descrever essa preparação culinária. A ligação com a cidade de Luanda também sugere que, além de ser um prato afro-brasileiro típico, o *bobó* tem paralelos com as tradições alimentares de Angola, especialmente entre as comunidades que preservam receitas e práticas culturais comuns, como o uso do dendê e o consumo de frutos do mar.

Em "Gosto de (maizai) Nós só fizemos com (um cadinho) de *Bobó*, arroz..." (S.T, p. 5), o *bobó* é mencionado de forma prática, como parte de uma refeição que combina diferentes ingredientes. O uso da expressão "um cadinho de *Bobó*" sugere que o prato é preparado de forma simples e cotidiana, integrando-se ao contexto de uma refeição em que o *bobó* pode ser consumido com arroz ou outros acompanhamentos.

A fala também reflete a prática de preparar *bobó* como parte de uma refeição caseira, provavelmente dentro de um ambiente familiar ou comunitário, o que é característico das tradições alimentares coletivas, onde a comida tem um papel não só de nutrição, mas também de união e convivência social.

A lexia *bobó*, tanto nas acepções de Castro (2001) quanto nas de Houaiss, Villar e Franco (2008), está fortemente vinculada à culinária afro-brasileira e afro-angolana, sendo um prato feito com inhame, aipim, azeite de dendê e frutos do mar, frequentemente consumido em contextos familiares e coletivos.

Quando nos deparamos com a lexia *bobó* (mbombo), é importante observar que ela não possui um único significado, mas varia conforme o grupo linguístico em que se insere. No âmbito das línguas do grupo Kwa, *bobó* remete a um campo semântico específico, distinto daquele encontrado em línguas banto, como o Kikongo e o Kimbundo. Nestes dois últimos, a lexia assume outros sentidos, inclusive no domínio culinário, revelando que a mesma forma lexical pode transitar por universos culturais diferentes. Essa variação evidencia a necessidade de considerar não apenas a palavra em si, mas também o contexto linguístico e cultural que a molda.

BOMBO: a análise da lexia revela um conjunto de significados distintos, com diferentes acepções associadas tanto a aspectos botânicos quanto a características humanas em termos de comportamento e atitudes.

Adj. Florescência da bananeira. Brando; Mole, não duro, que cede à pressão. sub. Espécie de haste subterrânea, raiz, rizoma. adj. e sub. trapalhão. Troca-tintas, hipócrita. Pessoa que sustenta duas opiniões opostas, que diz e desdiz. Trapaceiro; mentiroso (Assis Júnior, 1947, p. 23).

De acordo com Assis Júnior (1947, p. 23), o termo *bombo* apresenta as seguintes acepções:

1. **Botânica:** Florescência da bananeira: Essa acepção refere-se ao aspecto da planta, em particular à flor da bananeira. A lexia poderia ser utilizada para descrever o momento da planta em que ela floresce, ou seja, o estágio de sua vida quando produz a flor antes de dar a fruta. Espécie de haste subterrânea, raiz, rizoma: Refere-se à parte da planta que cresce abaixo do solo, geralmente ligada ao sistema radicular da bananeira.
2. **Qualidades físicas:** Brando; Mole, não duro, que cede à pressão: a palavra descreve a característica de um objeto ou substância que não é rígido, mas sim flexível, algo que cede quando pressionado.
3. **Características de comportamento pejorativos:** Trapalhão; Troca-tintas, hipócrita: A acepção de *bombo* também abrange comportamentos sociais, descrevendo uma pessoa trapaceira, mentirosa ou hipócrita. A expressão "troca-tintas" implica em alguém que

sustenta duas opiniões opostas, mudando de posição conforme sua conveniência, o que a associa ao comportamento de uma pessoa desonesta ou dissimulada.

4. **Outras conotações:** Pessoa que sustenta duas opiniões opostas, que diz e desdiz: Esta acepção reforça a ideia de inconstância ou duplicidade nas atitudes de um indivíduo, alguém que age de forma contraditória. Trapaceiro; mentiroso: a palavra também é usada de forma pejorativa para se referir a uma pessoa que age de maneira fraudulenta, enganosa ou desonesta.

Não, eu sei bater fungue de *bombo* (E.A, p. 5).

[...] o homem por sua vez entra naquela gruta puxa a mulher, a mulher disse que eu no quero ir , não quero ir, dai começou a arrastar a mulher toda aquela mata, quando chegou quase a 40km do bairro, se encontra com um grupo de também homens que tem assim, tem assim dentes fora que chama, não que se denomina “Kixikixi” cokwe já pegaram no homem amarraram em cima de uma arvore os cães outro tava a esquerda outro a direita então avisaram a mulher nos vamos, vamos arranjar lenha quando nos chegarmos vamos assar o teu marido, vamos lhe comer com *bombo*, nós vamos buscar o *bombo* vamos chamar o nosso chefe . Eles foram que demorou cerca de quatro horas o homem sempre amarrado, minha mulher me desamorra disse que não eu quero comer *bombo* com carne já viste (L.C.C, p. 4).

A lexia foi utilizada por dois participantes da comunidade de fala de Luanda, que tem o Português como segunda língua (L2), em contextos distintos. No primeiro, a lexia *bombo* aparece associada ao fungue, uma comida tradicional feita com farinha de milho. O uso do *bombo* nesse contexto sugere que a pessoa está fazendo referência à preparação ou ao jeito de fazer o fungue de maneira branda ou mole, o que pode estar relacionado à acepção de *bombo* como algo mole ou flexível, que cede à pressão, ou até mesmo a uma referência à maneira de preparar o prato, de forma mais suave ou sem firmeza. Este uso pode estar relacionado a associar uma característica física (mole) à preparação do prato.

No segundo contexto, a palavra parece ter uma conotação mais negativa ou pejorativa, possivelmente associada à ideia de trapaça, engano ou mentira, de acordo com a acepção de Assis Júnior (1947) que descreve um trapaceiro ou mentiroso. O uso da expressão *comer com bombo* em um contexto tão violento, envolvendo a captura de um homem, pode sugerir que a palavra *bombo* esteja sendo empregada para denotar algo ruim ou perigoso, uma ação associada a alguém que faz uso de comportamentos desonestos ou enganosos, como parte de uma estratégia de engano ou manipulação.

BUMBA: segundo Castro (2001, p. 180) e Assis Júnior (1947, p. 27), a lexia *bumba* tem muitas acepções, tanto relacionadas a ações quanto a objetos e plantas. No que se refere à

ações físicas, *bumba* se refere a um ato de golpe ou agressão, algo como uma pancada ou surra. Essa acepção está ligada a uma ação física intensa e brusca, possivelmente usada para expressar o som ou o impacto de algo sendo batido ou atingido.

Para representar objetos, a lexia *bumba* pode se referir a instrumentos musicais, especificamente a um tipo de tambor ou bombo, sugerindo uma relação com ritmos percussivos, muito comuns em várias práticas culturais africanas e afro-brasileiras, como as de capoeira, samba e outros ritmos populares. Esse uso implica em uma ligação com rituais e festas, onde esses tambores e bombos são frequentemente tocados.

Também pode se referir a uma tatuagem, sugerindo que o termo esteja relacionado a práticas de marcação corporal ou a tradições de modificação do corpo, comuns em várias culturas africanas e afro-brasileiras. A tatuagem, nesse caso, pode ser uma marca de identidade cultural ou rito de passagem.

Em outra acepção é associada a uma planta comestível, a abóbora. Essa acepção de abóbora pode ter relevância em termos de alimentos tradicionais ou práticas de cultivo e consumo em algumas regiões africanas ou afro-brasileiras. Bumba também tem uma utilidade medicinal, sendo uma planta com propriedades curativas contra anginas membranosas, o que sugere seu uso em contextos de cura e tratamento de doenças.

A lexia foi encontrada na fala apenas de um participante de Mussuca, dizendo o seguinte: “quase junto com o pai de Nadir o pai de Nadir era na *bumba* e meu pai era com o (xerequexe), aí chegou um tempo o pai de Nadir faleceu e escolhendo lá e mandou meu pai ir com o chefe da bumba, aí eu já brincava também no meio” (R.G, p. 41).

Nesse contexto, *bumba* parece estar associado a uma prática social ou cultural. O uso da expressão "na bumba" indica que o pai de Nadir estava envolvido em uma atividade ou função relacionada a essa palavra, possivelmente em um ritual ou grupo social que gira em torno de ritmos, festas ou eventos comunitários. A menção ao "chefe da bumba" sugere uma liderança ou autoridade dentro de um grupo, reforçando a ideia de que a bumba não se limita a um simples objeto ou ação, mas também pode representar um padrão social ou cultural.

Assim sendo, a palavra *bumba* definida como pancada ou surra, o que não parece estar diretamente relacionado ao contexto da fala do participante, em que o uso da lexia está mais ligado a uma função ou prática social do que a um ato físico de violência. Portanto, neste caso, a acepção de pancada ou surra não se aplica diretamente.

O uso de *bumba* na fala do participante está em conformidade com a acepção com tambor, bombo e prática ou função social. No entanto, as acepções de pancada, tatuagem, e abóbora não se aplicam diretamente nesse contexto. Assim, pode-se concluir que o uso da

palavra *bumba* está em acordo com as concepções de Castro (2001) e Assis Júnior (1947), particularmente no que diz respeito à prática cultural ou ritual relacionado ao ritmo e à comunidade.

BUNDA: tem suas origens nas línguas africanas, especificamente em Kikongo e Kimbundu, que são faladas por grupos etnolinguísticos da África Central, como os bakongo e os mbundu, respectivamente. Essas línguas pertencem à família bantu, que engloba uma grande quantidade de línguas faladas na África Subsaariana, especialmente em países como Angola, Congo e Moçambique.

A lexia apresenta diversas acepções que variam desde a parte do corpo humano até a referência a objetos. A palavra *bunda* é primeiramente definida como a parte do corpo que corresponde às nádegas ou ao traseiro, de acordo com Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Essa acepção é direta e clara, referindo-se ao conjunto das nádegas e do ânus, ou ainda à região inferior e posterior do corpo humano. Essas definições estão amplamente associadas ao uso da palavra para descrever o corpo humano, especialmente em contextos informais ou coloquiais.

Assis Júnior (1947) define como orifício do reto, ânus, traseiro, assento, extremidade inferior de objetos. Além da acepção de nádegas, a palavra *bunda* também pode se referir ao ânus ou reto, e é usada de maneira mais vulgar ou pejorativa para descrever essa parte do corpo. Além disso, ela pode ser aplicada a objetos, como a extremidade inferior de algo, ou a retaguarda.

Alkmim e Petter (2008) apresentam esse vocábulo em suas discussões e mostram que foi atestado por Macedo Soares, no Dicionário brasileiro da língua portuguesa, com a acepção de 'o assento, as nádegas'. Inclui a interpretação de 'onde se bate', possivelmente por associar ao étimo cu-bunda, que significa 'bater'. Macedo Soares observa ainda que, enquanto o termo é considerado vulgar em Portugal, no Brasil é amplamente utilizado e bastante aceitável. Ainda de acordo com Alkmim e Petter (2008), Mendonça (1936) e Raimundo (1933) também concordam com essa acepção e que apresenta a etimologia do Kimbundu *mbunda* e que até os dias atuais conserva a sua acepção.

Assim, a palavra foi utilizada na comunidade Mussuca por dois participantes da seguinte forma:

[...] agora com aquelas danças abaixa olhe com aquela... com a *bunda* no chão" (C.N, p 21).

[...] mas porque hoje muita gente gosta de tomar aquelas bomba né? aquelas pra ficar... eu num tenho prazer não pra isso não, tem gente que é magrinho

pra- pra crescer a *bunda* endurecer as carne né? então mas num adianta se você num poder manter ali depois com o tempo vai caindo (J.O, p 31).

No primeiro contexto, a palavra *bunda* é utilizada para se referir à parte do corpo, nádegas, no contexto de uma dança. A expressão "*com a bunda no chão*" sugere um movimento de abaixamento ou flexão, onde a região das nádegas é destacada devido à sua posição. Este uso está em perfeita conformidade com a acepção de *bunda* como nádegas, traseiro, tal como definido por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008).

A lexia empregada no segundo contexto, o uso de *bunda* se refere também à parte do corpo, especificamente às nádegas. O contexto é sobre um procedimento estético com o objetivo de crescer ou endurecer as nádegas. Este uso está em total conformidade com a acepção dos autores consultados. Além disso, a fala sugere um debate sobre as modificações físicas ou estéticas, o que reflete a importância da *bunda* na cultura contemporânea, em que a ênfase na aparência física, especialmente da região das nádegas, é crescente.

Diante disso, é importante observar que o uso da palavra *bunda* nas falas dois participantes estão de acordo com as acepções fornecidas por Castro (2001), Houaiss, Villar e Franco (2008) e Assis Júnior (1945), especialmente no que diz respeito à referência às nádegas ou ao traseiro. Ambas as falas a utilizam de maneira coloquial e contextual.

CABAÇA: foi registrada por duas participantes de Luanda com nível 2 de instrução, pertencentes a faixa A e C. Cabe ressaltar que a lexia está dentro do campo semântico dos utensílios em geral e significa saco; alforje ou mochila. É procedente do Kimbundu, *kabasa*. Castro (2001) atesta o mesmo para a lexia, adicionando ainda a variante *mabaça*, em Kikongo. Assis Júnior (1947) não atesta a lexia em sua obra.

Embora a lexia possua um significado classificado como um utensílio de uso cotidiano, é possível perceber que a palavra foi empregada pelo participante com outro significado, conforme mostrado a seguir. “Esse acidente foi aqui na casa *cabaça*. Um moço, ele tava [...] o carro lá e vieste e não deu conta e foi pancada e morreu e não conseguiu comer” (A.F.C, p. 5).

No contexto da fala do participante a palavra *cabaça* parece ser usada figurativamente ou como uma designação local, e não com o significado literal de um saco ou de um objeto feito da planta *cabaça*. Isso é comum em algumas expressões populares, onde a palavra pode adquirir um significado contextual ou simbólico que não se alinha diretamente com sua definição mais comum.

Embora o uso de *cabaça* não se refira explicitamente a sacos ou plantas, ele pode ser uma metáfora ou uma expressão comum para designar um espaço específico, que, neste caso,

seria o local do acidente. A associação com a planta ou objeto tradicional pode ter um caráter simbólico, mas isso depende de um contexto cultural mais profundo, que pode não ser imediatamente claro a partir da transcrição isolada.

É interessante perceber que, de acordo com o dicionário virtual Infopédia, *cabaça* pode ter outra acepção em Kimbundo como a criança gêmea que nasce em segundo lugar. Levando em consideração o contexto utilizado da lexia, é possível que se refira ao adjetivo último, marcando a localização, pois o informante lembra um episódio de acidente de carro que envolveu uma casa.

Tradicionalmente, a *cabaça* era usada para armazenar ou carregar objetos, funcionando como uma bolsa ou um saco simples. Isso remete ao uso tradicional de cascas de *cabaça* de plantas para fazer recipientes que serviam de transporte para diversos tipos de itens.

A *cabaça* também se refere à planta que possui frutos ocos com casca dura. Essa planta, da qual se retiram os frutos, é usada na fabricação de objetos como cuia, tigela e outros utensílios. Nesse contexto, a *cabaça* era usada em diversas práticas culturais e utilitárias, especialmente entre as comunidades africanas e afro-brasileiras.

Assim sendo, o uso da palavra *cabaça* na fala de A.F.C. está em desacordo com as acepções mais diretas de saco, alforje, mochila ou planta com casca dura, como apresentado nas definições de Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Em vez disso, *cabaça* é utilizada na fala do participante como um termo local, provavelmente associado a um espaço físico. Essa expressão pode ter um significado específico para a comunidade em questão, possivelmente referindo-se a uma área, uma residência ou um local com alguma característica especial que não está diretamente relacionada ao objeto físico da *cabaça*.

CACHACA: a lexia foi mencionada por dois participantes da comunidade de Mussuca. De acordo com Castro (2001), a lexia é classificada como um substantivo feminino pertencente ao Kikongo. Assis Júnior (1945) registra a lexia no dicionário kimbundu-português como parte superior da cana de açúcar ou aguardente. Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008) a registram como aguardente que se obtém mediante a fermentação e destilação do mal ou borra do melaço; qualquer bebida alcoólica.

Diante disso, pode-se observar que a lexia utilizada pelos participantes está condizente com as acepções supracitadas, isto é, refere-se a aguardente fabricada através da cana de açúcar.

Vaninha mesmo só faz aquela *cachaça* (D.D, p. 70). Dudu a galéra toda mãe... rapaz era jabá com farinha dentro da mochila mãe de Dudu... *cachaça* jenipapo (D.D, p. 19).

Pronto com quinze dia tem um samba Ave Maria é tanta... geladinha da pé... *cachaça* na vi que eu nunca vi não (B.S, p. 70).

Alkmim e Petter (2008) e Petter (2008) registram a lexia e a classificam como pertencente a uma categoria em que os termos podem ser empregados em qualquer situação de interação social (categoria 1). Mostram também que a lexia foi estuda por Macedo Soares e Beaurepaire ainda no século XIX, mas que apresentam um sentido diferente daquele que se aplica atualmente, para Beaurepaire a aguardente feita com o mel e a borra do melaço é diferente daquela produzida por meio da calda de cana de açúcar.

Na Bahia, por exemplo, pode-se referir a uma espuma escura que é retirada na primeira fervura do suco da cana de açúcar, Macedo Soares acrescenta que essa espuma contém impurezas e que são retiradas após o cozimento do caldo. Mendonça (1933) registra a lexia como único sentido de aguardente, sendo ela de etimologia africana.

No que concerne a lexia apresentada, pode-se inferir que é utilizada no português brasileiro e refere-se a aguardente. No tocante a sua pronúncia na amostra, até o momento evidenciou-se os seguintes dados: analisadas mais de 10 mil lexias em que *cachaça* foi pronunciada duas vezes na comunidade de Mussuca e nenhuma vez na amostra de Luanda, contudo, isso não quer dizer que em Luanda a lexia não é utilizada.

CACHIMBO: a análise da palavra *cachimbo* em relação às acepções dadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008) pode ser feita considerando a definição do termo nas línguas de origem Kikongo e Kimbundu, além do seu uso no contexto apresentado. (*Ka)nzingo*, (*ka)nzimu*, nessas duas línguas correspondem ao *cachimbo*, o que reforça a ideia de um objeto de uso tradicional, utilizado tanto para o consumo de tabaco quanto como elemento cultural em diversas práticas sociais e rituais.

De acordo com Castro (2001) se refere a pino de fumar, pequeno tição fumegante. Originalmente se refere a um utensílio de fumar, basicamente um pino ou pequeno tição fumegante usado para inalar fumaça de tabaco ou outras substâncias. Essa definição está de acordo com a tradição africana de fumar e o uso de *cachimbos* em várias culturas, tanto na África quanto em suas manifestações no Brasil.

Houaiss, Villar e Franco (2008) em uma definição mais detalhada, mostram que a palavra *cachimbo* é descrita como um utensílio de fumar composto por um tubo ligado a um bojo onde o tabaco arde, com um bocal que pode ser de madeira ou outros materiais, também pode ser associada a um bocal de castiçal, que é uma forma de iluminação, mas esse significado parece ser mais periférico e menos comum no uso cotidiano.

A palavra foi utilizada por dois participantes da comunidade Mussuca.

[...] aí meu filho chegou como foi? trouxe um... cozinhou aí siri, siri, camarão, mas menino sentou ali oh... o outro sentado na cadeira e eu só ali oh... e olhando fumar meu *cachimbinho* [...] da maré? foi duas, tudo gordo! [...] é fumava *cachimbo* e tomando cerveja, agora beber é bom né? porque distrai né?

[...] o *cachimbo*... *cachimbo* é grande oh, e tem um aí novo que veio da África com meu nome oh... (M.N, p. 56).

No primeiro contexto, *cachimbinho* é utilizado pelo participante de forma coloquial e afetiva, referindo-se a um *cachimbo* pequeno com o qual estava fumando. O uso do diminutivo sugere uma relação íntima ou pessoal com o objeto, indicando uma prática cotidiana e um certo prazer na atividade. Além disso, a associação com o ato de fumar e beber cerveja reforça a ideia de um momento de lazer e descanso, muito comum em práticas culturais informais.

É importante ressaltar que essa lexia apresenta uma estrutura híbrida que, de acordo com Castro (2001), apresentam os radicais em origem africana, podendo ser enlargetecidos com morfemas de número e gênero ou ainda por um processo de sufixação ou prefixação existentes na língua portuguesa. Assim, tem-se o radical *cachimb-* proveniente das línguas bantu composto pelo sufixo *-inho*, proveniente do latim, que designa o diminutivo (*cachimb* + *inho* = *cachimbinho*).

Em línguas bantu, é comum o uso de prefixos como "ka", que podem indicar diminutivos ou objetos pequenos, seguido do radical que descreve o objeto em si (*nzingo* ou *nzimu*, que remetem ao ato de fumar ou ao recipiente usado para tal). Assim, *cachimbo* provavelmente foi adaptado foneticamente no português, mantendo seu núcleo semântico como objeto utilizado para fumar, especialmente tabaco ou ervas.

No segundo contexto o participante se refere a um *cachimbo* grande que foi trazido da África. A referência ao *cachimbo* grande e ao fato de que ele tem o nome indica que o *cachimbo* é não apenas um objeto utilitário, mas também cultural e possivelmente personalizado, com valor afetivo ou de prestígio.

Segundo Alkmim e Petter (2008), "Mendonça registra o étimo quimbundo *kixima* 'poço furado, coisa oca. Raimundo atribui o termo o étimo *ka* + *tchimbu*, prefixo + nome de concha (*njimbu*) e afirma que o vocábulo deve ter sido formado pelo negro fora da África" (Alkmim; Petter, 2008, p. 166).

O uso de *cachimbo* nas falas dos participantes está em total conformidade com as acepções fornecidas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Em ambas as falas, o

cachimbo é claramente utilizado para fumar, associando-se a momentos de lazer e convivência. Além disso, a palavra é usada dentro de um contexto cultural em que o *cachimbo* não é apenas um objeto funcional, mas também um símbolo de tradição e identidade. Logo, a palavra mantém seu significado tradicional como utensílio para fumar e também reflete um valor cultural relacionado ao afeto, ao prestígio e à tradição no contexto da cultura africana e afro-brasileira.

CAÇULA: A lexia *caçula* apresentou uma variação: *caçulê*. De acordo com Castro (2001), essa lexia é comum de dois gêneros, ou seja, apresenta a mesma forma para o masculino e o feminino, possuindo sua origem no (Kikongo, Kimbundu, Umbundu). Castro (2001) mostra também que significa o mais novo dos filhos ou dos irmãos; o último a se manifestar. Houaiss, Villar e Franco (2008) também apresenta a mesma acepção de Castro (2001).

Acredito que isso é relativo, por quê? Porque assim, já o meu pai disse que o tempo de escolaridade é melhor do que o meu, e eu também digo a minha mana *caçula* a que meu tempo de escolaridade é melhor que o dela, no futuro próximo se eu tiver um filho ou uma filha a minha mana *caçula* pode dizer também o meu filho que a infância dela de escolaridade é melhor que o dele [...] (B. B, p. 4).

Sim, sim sou a *caçula*, única menina (J.M, p.7).

Depois, mais tarde a minha irmã *caçule* aparece. Assim que ela apareceu os miúdos disseram: “Tia, a tua mana está a se rebolar no chão mais dinheiro. Minha irmã pegou os dois mil e me deu. Eu, aquele” (A.V, p. 7).

[...] mal essa menina minha que é a *caçula* olhe ela ali varrendo olhe é a minha filha *caçula* ela brincava no samba também (M.R, p. 8)

A lexia, segundo Alkmim e Petter (2008), já foi atestada por Beaurepaire e Macedo Soares no século XIX, apresentando até os dias atuais o mesmo significado e etimologia, Kikongo (*kasuka*), Kimbundu (*kasule*) e Umbundu (*okwasula*). Silva (20201) mostrou, em sua pesquisa, que a lexia em questão está presente no acervo linguístico dos participantes é a única usada frequentemente para designar o filho mais novo, como evidenciado pelos participantes.

Mendonça (1933) já havia atestado essa lexia com a acepção de “o filho mais moço”. Atestou também que sua etimologia seria do Kimbundu, *kazuli*, referindo-se ao último da família. Além dessa acepção, Mendonça (1933) a traz como um substantivo feminino quando se refere ao ato de socar milho no pilão, mas sem diferenciação da etimologia.

A lexia foi pronunciada por dois participantes da comunidade quilombola Mussuca e um participante do grupo L1 de Luanda. Isso mostra que as línguas africanas participaram da formação do léxico do português brasileiro e angolano, assim, observa-se que o contato linguístico foi o principal responsável por esse fenômeno, uma vez que colocou no Brasil e

continua a colocar em Angola as línguas autóctones africanas em contato direto com a portuguesa.

CALULU: a lexia é apresentada por Castro (2001) com o mesmo sentido de caruru. No entanto, é possível identificar no dicionário virtual Infopédia como uma palavra de origem Umbundu, *kalulu*, que quer dizer ramo de batata doce ou um prato típico angolano feito por um guisado de peixe fresco ou seco, temperado com diversos elementos, geralmente servido junto com o funge.

O prato que eu gosto de preparar é *calulu*, caldeirada e feijão de palma e carne seca e carne fresca, sim (T.L, p. 3).

[...] E a polícia, não é, os bombeiros, depois pediram autorização a este soba porque já sabiam que não podiam usar o rio sem pedir autorização. E eles pediram, o soba deu a autorização, mas não foi encontrado nenhum resto de... não foi encontrado nada no rio. É um rio normal, mas o que entra não sai. Por isto ele é chamado Põe. Se vai pra lá, se protege não é? Não sei se vai para onde, não sei... Mas é uma das coisas sinistras que acontecem aqui em nosso país, mas outros aspectos, por exemplo, as comidas daqui do nosso país eu não venho todas, não é, mas aprecio algumas como *Calulu*... (J.P.T, p. 20)

[...] num faz o que a mãe fazia né? só dá o caruru a depois que a mãe morreu isso aí e pronto ela não mais ninguém... ah e frequenta vem gente às veze de Salvador (N.D, p. 51).

Gosto... Bem, na cozinha, falando a verdade eu gosto mais é da cachupa e o *calulu* (F.G, p. 6).

Um bom *calulu*, as guarnições de... de carne seca, tem mais por aí (Y.F.G, p. 6).

A lexia foi pronunciada por participantes da comunidade de fala de Luanda (L1 e L2) e em Mussuca. Embora encontrada em cinco entrevistas, não quer dizer que seu uso não seja contínuo, uma vez que pode ser pronunciada por outros grupos de falantes. De acordo com o contexto, observa-se que, de fato, trata-se da culinária africana, possivelmente a mesma acepção dada por Castro (2001) de caruru.

CALUMBI: a palavra *calumbi* é atestada por Assis Júnior (1947) como de origem bantu, mais precisamente do Kimbundu, é descrita como uma planta rosácea medicinal de madeira incombustível (Assis Júnior, 1947, p. 88). Esse significado remete ao uso de plantas com propriedades medicinais, além de características específicas de sua madeira, como a incombustibilidade.

É importante ressaltar que a planta de *calumbi* tem importância cultural e medicinal, e seu nome, *Kálumbi*, também é uma lexia relacionada dentro da mesma língua, destacando a relevância do vocábulo nas comunidades de fala Kimbundu.

[...] e eles que vinha pagar a budega olhe situação (danada) [...] aí passei muito tempo assim saí daqui pro *Calumbi* sabe onde é *Calumbi*? [...] fui daqui pro *Calumbi* de pé pra despachar o vale veja só o castigo né [...] despachar os vale (D.D, p. 12)

A palavra *calumbi*, conforme mencionada na fala do participante D.D, foi encontrada no contexto de uma comunidade quilombola Mussuca. Embora a definição tradicional de *calumbi* se refira a uma planta medicinal de madeira incombustível (Assis Júnior, 1947), no depoimento, a palavra é utilizado para se referir a um local específico, possivelmente um bairro ou área dentro da comunidade.

Esse uso geográfico da palavra, relacionado ao deslocamento físico do participante até o *Calumbi*, indica que, além do seu significado botânico, o vocábulo também carrega um valor topográfico no contexto da Mussuca, uma comunidade quilombola. Portanto, a lexia está em conformidade com o uso local e cultural da palavra, que transcende sua definição botânica, refletindo a identidade geográfica e social da comunidade quilombola.

CANDOMBLÉ: a palavra *Candomblé* tem uma origem profundamente enraizada nas línguas africanas Kikongo, Kimbundu e Umbundu, com significado centralmente relacionado a cultos religiosos e locais de adoração. De acordo com Castro (2001), a lexia pode se referir tanto ao local de adoração e de prática religiosa, como ao culto em si, dedicado a divindades africanas.

A palavra também assume uma conotação pejorativa em alguns contextos, sendo associada a magia negra ou feitiçaria, uma acepção que reflete os preconceitos históricos e raciais sobre as religiões de origem africana no Brasil.

Houaiss, Villar e Franco (2008) expandem a definição para descrever o *Candomblé* como uma religião afro-brasileira, com ênfase nas danças, cantos e oferendas aos orixás, entidades que representam forças da natureza e aspectos da vida humana. Além disso, a palavra também é usada para identificar o local onde se realiza o culto.

A palavra foi utilizada por dois participantes da comunidade de Mussuca. No contexto de uso na referida comunidade quilombola, a palavra *Candomblé* mantém essas definições, mas parece estar mais associada à identidade religiosa e cultural da comunidade. As falas dos participantes indicam que a lexia é amplamente reconhecida, mas também revela a variação fonética e local, como visto em: “como é que ela falou de eh... *candomblé*, *candomblé*... *candoblé* xangô (C.N, p. 36). [...] “é *cadombré*... é... aqui é... aqui é Xangô” (N.D, p. 49).

As variações *candomblé* e *cadombré* são mencionados de forma intercambiável, e há uma referência a Xangô, um dos orixás mais venerados dentro da tradição do *Candomblé*, o

que confirma a relação com as práticas religiosas afro-brasileiras. A fala de C.N., que menciona "*candomblé xangô*", reflete a conexão da comunidade com o culto a Xangô, que é considerado o orixá da justiça, do fogo e da trovoada.

Já a fala de N.D., que afirma "*aqui é Xangô*", parece situar o *Candomblé* dentro da dinâmica religiosa da comunidade, destacando Xangô como uma figura central no contexto local. Esses depoimentos mostram que o *Candomblé* em Mussuca não é apenas uma prática religiosa, mas também um componente cultural e identitário, sendo transmitido e vivenciado nas interações diárias.

A análise da palavra *candomblé* dentro da comunidade quilombola Mussuca revela que, além de ser uma prática religiosa com raízes africanas profundas, ela também é parte integrante da história e da resistência cultural da comunidade. A variação fonética e o foco em orixás específicos indicam uma adaptação e sincretismo com as realidades locais, ao mesmo tempo em que preserva a conexão com as tradições afro-brasileiras.

Assim sendo, é possível perceber que a lexia em uso na comunidade Mussuca está de acordo com as acepções apresentadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Nas falas dos participantes é empregada de forma consistente com as definições de um culto religioso dedicado a divindades africanas e ao local de realização do culto, conforme descrito por Castro (2001).

A variação fonética, que é uma adaptação linguística local, não altera o significado central da palavra, mantendo-se fiel à ideia de um culto com danças, cantos e ofertas aos orixás, conforme também descrito por Houaiss, Villar e Franco (2008). Portanto, a utilização da lexia está em pleno acordo com as acepções de um culto religioso afro-brasileiro e o local onde se realiza o culto, com a inclusão de uma variação fonética e uma ênfase particular na figura de Xangô, que faz parte do sincretismo religioso vivido na comunidade.

CANDONGA: para tal lexia existem acepções diferentes. De acordo com Castro (2001) a palavra é de origem bantu, mais precisamente do Kikongo e Kimbundu, quer dizer fuxico, falsidade, manha, lisonja enganosa ou carinho fingido. Poderá também assumir outro sentido, de acordo com o texto em que é empregada.

A lexia foi pronunciada apenas por um participante, “Entendi, e agora vamos falar das *candongas*” (J.M, p.14). É utilizado para falar sobre o sistema de transporte da cidade, isto é, o táxi. No entanto, ainda não é condizente com a outra acepção atestada por Castro (2001): bem-querer; amor; pessoa querida; tratamento oferecido à mulher jovem.

Como falado anteriormente, *candongas*, no contexto empregado, refere-se ao transporte utilizado pelos participantes em Luanda (L1), assumindo, assim, outra acepção. Mais uma vez

é possível confirmar a hipótese de que o contato linguístico poderá ter modificado a semântica de tal lexia, ou ainda somando significados a depender a situações em que é empregada.

CANDONGUEIRO: segundo Castro (2001), a palavra *candongueiro* é do Kikongo e do Kimbundu, assumindo o sentido de ser mexeriqueiro; intrigante; enganador; impostor; contrabandista.

Pronto, aqueles 50 que eu fiquei com ele, paguei o *candongueiro*, vim pra casa (A.V, p. 6).

Não, vinha da escola eu no gosto muito de andar de *candongueiro*, sempre que possível prefiro andar a pé especialmente quando tem muito engarrafamento, engarrafamento porque me agita nas ruas fico com dores de cabeça (E. F, p. 6).

A gente subimos no carro, o taxista epa! Aliás, até digo esse termo taxista, eu nunca usei, eu só gosto chamar de *candongueiros* porque no geral não são taxistas, são *candongueiros* porque eu subo, o meu compadre sobe e o rapaz tinha música baixa. Depois de o carro estar cheio, pronto, põe-se em movimento, começam, põem a música tão alta quando eu e o meu compadre reclamamos e o rapaz disse: “não, os senhores deixem no chão. Epa! ele é que... já que estar a mandar, então deixemos e apanhamos outro carro. Esse é comportamento muito incorreto do, desses jovens motorista *candongueiro* e também com os seus cobradores e tá ai muitas vezes isto piora muito mais com os preços altos porque está estabelecido um preço de cinquenta cada trajeto, mas eles às vezes encurtam e começa de curtas distâncias cobrar cem kuanza. Pelo menos todos os dias gasto (E.A, p.4).

Tá péssimo, né? Péssimo. Os transportes públicos neste momento quase que não se pega gente. Não existem mesmo. Nós agora vivemos mesmo à base de... dos vulgo *candongueiros*. E esses *candongueiros* ficam muito caro por {uns esforço}. Muito caro mesmo. Transporte tá péssimo, péssimo (Y.F.G, p. 5).

Ao observar a lexia, encontrada em parte das entrevistas, é possível perceber que está completamente relacionada à candongas. *Candongueiro*, nesse sentido, é compreendido como aquele que conduz o táxi, meio de transporte denominado candonga em Luanda. É possível que haja uma forte relação com a acepção original, uma vez que os taxistas carregam uma construção cultural de falar muito e prolongar o caminho de destino do passageiro, para que a viagem seja mais lucrativa.

CANGAÇO: a lexia *cangaço*, de acordo com Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), refere-se, principalmente, ao gênero de vida do cangaceiro, ao bando ou grupo de bandoleiros, e ao modo de vida característico dos cangaceiros – figuras históricas da região nordeste do Brasil, conhecidos por suas práticas de banditismo e resistência às autoridades durante o período da República Velha. A definição também menciona o bagaço da uva e o

conjunto de armas dos cangaceiros, ampliando a ideia do cangaço para um conjunto de atributos, como o uso de armas e a vida perigosa.

Foi encontrada na fala de um participante da comunidade de fala de Mussuca. [...] “mandou bota tudo calça, sapato olhe foi uma coisa ótima luva. farda tudo... farda lá não tinha nada a leste a gente passava assim por cima do *cangaço* de cobra de espinho de qualquer um matava de pé descalço” (D.D, p. 55).

No contexto da fala do participante, *cangaço* é utilizada de maneira figurada, descrevendo condições adversas e um estilo de vida resistente e rústico, em que o participante menciona o uso de roupas simples e a vida difícil vivida em circunstâncias de pobreza ou dificuldade, quando se refere à farda e a passar por cima do *cangaço* de cobra de espinho. Nesse contexto, parece ser usado para representar o sofrimento, a luta e a superação de situações extremas, associando a expressão ao modo de vida difícil e rude, com forte vínculo à resistência e ao sofrimento.

Portanto, o uso da palavra está de acordo com as acepções apresentadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), pois, embora a fala do participante não se refira explicitamente a um bando de cangaceiros, a ideia de luta e de superação de dificuldades está implícita na maneira como a lexia é utilizada.

CANJICA: a palavra está de acordo com as acepções apresentadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Segundo as definições, *canjica* é uma papa de milho verde ralado, preparada com leite de coco, açúcar, cravo e canela, sendo, também, identificada como um tipo de mingau de milho branco com leite de coco e outros temperos.

[...] tava- aí tava completa a sala completa com as mesa tudo forradinha completa pamonha pé-de-moleque, milho assado, milho cozido, *canjica* olhe o que pertencer (sabe) fazer com coco, tava () completo era agora vinho a cachaça tava tudo lá preparado quando chega- quando aí dona Zezé dizia assim "Domiguinho olhe" "a turma já vem fecha a porta fecha a porta fecha a porta" aí ele fechava uma porta quando nós chegava na porta aí batia (M.R, p. 13).

[...] faz, é o que mais faz... é mungunzá, milho, cozinhado, *canjica*... é mungunzá milho cozido, tudo (T.M, p. 10).

Nas falas dos participantes da comunidade Mussuca, a palavra *canjica* é utilizada de forma consistente com a definição tradicional. A menção à preparação da *canjica* (junto a outros pratos típicos como pamonha e milho assado), como no relato do participante M.R., reflete o uso da palavra de acordo com o significado culinário: uma receita que inclui milho e coco,

reforçando a associação com o prato descrito por Castro e pelos autores Houaiss, Villar e Franco.

Além disso, a referência do participante T.M. ao preparo de mungunzá, milho cozido e *canjica* reforça que o termo é usado na comunidade de Mussuca para descrever uma receita tradicional de milho, com forte vínculo à culinária afro-brasileira. A utilização do termo está, portanto, em pleno acordo com as definições sobre o prato típico que mistura milho verde, leite de coco, açúcar e especiarias. Dessa forma, a lexia estudada reflete uma prática cultural e culinária específica da comunidade, corroborando as acepções encontradas nas fontes de referência.

CARURU: a lexia foi utilizada por dois participantes de Luanda e tem a língua portuguesa como L1 e L2, respectivamente. Seu uso refere-se a um prato típico angolano preparado com peixe fresco, de acordo com a acepção de Castro (2001) e (Houaiss; Villar, 2008 p. 140). “Olha, um bom *caruru*, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva quiabo, leva... como é que eu posso dizer..., como...” (A.C, p. 8). “Uma boa Fubada, um *caruru* também faço” (A.C, p. 7).

Segundo Castro (2001), a palavra é de origem bantu, do Kikongo *kalulu* e Kimbundo *kalalu*. É uma iguaria feita à base quiabo cortado e temperado com azeite de dendê, camarões, cebola, pimenta; pode ser feito também à base de folhas de bredo e peixe, é um prato típico à base de quiabo cortado bem pequeno, junto com cebola, caldo de peixe, castanha e carne de frango.

CATETE: a lexia *catete* apresenta duas acepções principais, conforme as fontes consultadas. De acordo com Castro (2007), *catete* é uma espécie de gavião, enquanto Houaiss, Villar e Franco (2008) definem *catete* como uma variedade de milho de espiga curta e grão pequeno. Ambas as definições indicam um vocabulário relacionado a elementos da natureza, seja na fauna ou na flora.

Foi encontrada em apenas uma entrevista do participante da comunidade de fala de Luanda, que tem o Português como segunda língua (L2). “Sim, desde de a Barra do Kwanza até Cacuaco. Desde aqui na Samba aonde nós tamos até... ao Quarenta e Oito ou *Catete*. Conheço todos os cantos de Luanda, Funda... Fotossacala, Cabire. Todos os canto de Luanda eu conheço” (S.D.M, p. 2).

De acordo com Castro (2001), a lexia é de origem bantu, isto é, pertence ao Kikongo e Kimbundu com etimologia em *kateeta/ katete*. O uso contextual de *catete* na fala do participante não está diretamente ligado as definições dadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). A fala refere-se a uma localidade geográfica, indicando um conhecimento profundo da

cidade de Luanda, abrangendo várias áreas, incluindo o *Catete*, que é mencionado como um ponto geográfico específico. A referência a *Catete* no contexto de Luanda sugere que a lexia é utilizada para nomear uma localidade, e não para descrever uma espécie de gavião ou uma variedade de milho.

Essa utilização é típica em áreas urbanas, em que nomes de lugares muitas vezes derivam de palavras que, originalmente, estavam associadas a elementos da natureza ou a outros significados. O uso de *Catete* como nome de um bairro ou localidade pode refletir uma transformação semântica no uso da palavra ao longo do tempo, mantendo-se em algumas regiões como referência a uma área urbana, enquanto em outros contextos, ainda se preservam as acepções mais tradicionais associadas à fauna (gavião) ou à agricultura (milho).

Embora a palavra na fala do participante não se refira diretamente ao gavião ou ao milho, o seu uso para designar uma localidade geográfica está em consonância com a dinâmica de transformação e expansão semântica das palavras em diferentes contextos. Esse tipo de uso é comum, em que as palavras podem assumir múltiplos significados dependendo do contexto cultural e geográfico em que são empregadas.

CAXINDE: A análise da lexia *Caxinde* revela diversos significados que se estende ao campo da medicina popular, da plantação e, eventualmente, à cultura local, refletindo o uso tradicional da planta em diferentes contextos. Cabe salientar que a lexia foi encontrada em uma entrevista da comunidade de fala de Luanda, que o participante tem a Língua Portuguesa como L2.

Afetou memo, mas Huambo, no Huambo não houve... aqui nós ver memo, eu ainda peguei duas crianças assim a pegar a mãe delas a chamar: “Vão entrar aí numa obra, aí. Pelo menos as bombas caem cima, não cai... porque está cair em muitas casas.” Uma criança de catorze anos, treze, Fatinha e o bebê de nove meses apanharam o coiso, a bomba que caiu da alto. Então veio e assim como está memo aí, no Morro da Luz. Atiram aqui as bombas, apanha as miúdas, cai no chão, só, vi a Fatinha me chamar. Oh, tia Domingas, vem só ver tuas netas, vem só ver as tripas fora. Caiu uma senhora, Marcelina, o marido chama-se António Chá de Caxinde. Uma senhora bem forte, alta e é muda. Ela também apanhou bomba aí na porta dela, também caiu memo aí. Eu a segurar (D. J. T, p. 7).

Salienta-se ainda que a lexia seja de origem bantu, que tem sua etimologia em *Kaxinde*, de acordo com Assis Júnior (1947). A palavra *caxinde* refere-se à planta *Cymbopogon nardus*, que pertence à família das *Gramíneas*. Essa planta é conhecida por suas propriedades medicinais, especialmente como febrífuga, ou seja, capaz de ajudar na redução da febre. Além disso, suas flores produzem uma essência que é utilizada como repelente de insetos. Outra

característica importante é que as folhas da planta têm um cheiro forte, o que possibilita seu uso em perfumes e como chá medicinal para tratamentos de distúrbios intestinais, como disenterias.

As diversas propriedades atribuídas à *caxinde* refletem o uso tradicional da planta nas práticas medicinais locais, o que se alinha com a definição fornecida por Assis Júnior (1947). Também remete a um conhecimento popular e prático em várias culturas africanas e afro-brasileiras, de acordo com os usos herbais populares.

Na fala do participante a palavra *caxinde* aparece em uma história em que é mencionada uma pessoa que foi afetada por uma bomba e que, ao cair, recebeu cuidados de uma senhora chamada Marcelina, cujo nome foi associado a "chá de *caxinde*". Embora esse uso não se refira diretamente à planta medicinal em si, há uma conexão cultural e simbólica entre *caxinde* e a saúde, dada a associação com tratamentos medicinais. A referência ao "chá de *caxinde*" parece conectar a planta à ideia de cura e cura comunitária, como se o nome da planta fosse utilizado para simbolizar um remédio ou um tipo de cuidado preventivo em situações graves de saúde.

Diante disso, observa-se que a lexia analisa, no contexto descrito, está amplamente alinhada com as acepções de planta medicinal e com a ideia de cura popular, como indicado por Assis Júnior (1947). O uso da palavra em uma situação de cuidado e acolhimento, associada ao chá de *caxinde*, reafirma a importância da planta nas práticas de medicina tradicional. O contexto em que a lexia é mencionada, em um relato de uma situação trágica, expande a ideia de *caxinde* como um elemento simbólico, mantendo a sua relevância nas práticas culturais locais.

CUICA: a palavra foi encontrada em apenas uma entrevista fornecida por um participante da comunidade quilombola Mussuca. Segundo Castro (2001), é um instrumento musical feito com um pequeno barril, com uma pele esticada em uma das extremidades. No centro da pele, há uma vara que, ao ser atritada com a palma da mão, gera um som característico de ronco. Esse som é a característica mais marcante da cuica, e é exatamente essa vibração que lhe confere uma sonoridade única, popular no samba e em outras manifestações culturais afro-brasileiras.

Para Houaiss, Villar e Franco (2008), a *cuica* é descrita como um tambor com uma varinha em seu interior, que ao ser friccionada, gera um som rouco. Essa descrição é consistente com a definição de Castro (2001) e amplia a compreensão da *cuica* como um instrumento essencial na música popular, em particular no samba, onde sua sonoridade é crucial para criar o ambiente sonoro característico desse gênero musical.

A lexia aparece da seguinte forma da fala do participante: “o samba de parea mulher não pode tocar uma *cuica*, é errado, num pode. A *cuica* só quem toca é homem, porque o toque da *cuica* é muito feio” (M.R, p. 24).

Castro (2001) mostra que a lexia é de uso nas línguas Kikongo, Kimbundu e Umbundu e que tem sua etimologia na palavra *pwita*. A *cuica*, como mencionado, é usada em várias manifestações culturais, especialmente no Brasil, onde sua presença é muito forte no samba. No entanto, pode também se referir a um marsupial com características específicas, o que demonstra a complexidade semântica dessa palavra.

Em Mussuca, comunidade em que a lexia foi registrada, a *cuica* parece ser de grande importância dentro do contexto cultural, sendo um símbolo musical que remonta à herança africana na música brasileira. Além disso, ela é referida em uma fala que revela uma norma cultural relacionada ao toque da cuica. Como observado no depoimento de M.R (p. 24), existe uma ideia de que “*a cuica só quem toca é homem*”, e que “*o toque da cuica é muito feio*” para mulheres. Este comentário revela um aspecto de gênero e um código cultural específico, em que a cuica, devido ao som que emite, é vista como um instrumento associado à masculinidade.

A lexia analisada, portanto, está em total conformidade com as acepções fornecidas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). Ela é, de fato, um instrumento musical caracterizado pela sua sonoridade distinta, associada ao samba e outras manifestações culturais.

DAMBA: embora não seja atesta por Castro (2001), Assis Júnior (1947) e Houaiss, Villar e Franco (2008), a lexia é de origem Umbundu, *ondamba*, faz referência a uma depressão de terreno onde corre um riacho ou onde existe um pântano, ou seja, um vale, segundo o dicionário virtual Infopédia.

Esta acepção está diretamente relacionada à geografia e ao relevo de determinadas regiões, especificamente aquelas que possuem áreas de baixa altitude onde a água tende a se acumular. A definição geográfica de *damba* parece se alinhar com o uso dessa palavra em algumas regiões de Angola, especialmente nas áreas rurais.

A lexia foi encontrada em uma entrevista de um participante de Luanda (L2), dizendo o seguinte: “Bom, os meus pais são naturais mesmo da província do Uige, provavelmente do município da *Damba*” (M.P, p 2). Além da acepção geográfica, *damba* também é uma localidade, como indicado na citação “*os meus pais são naturais mesmo da província do Uige, provavelmente do município da Damba*”.

Neste contexto, *Damba* se refere a um município no Uige, região do norte de Angola, sendo a palavra utilizada de forma a identificar tanto a área geográfica quanto uma referência à

origem familiar. O uso da palavra para identificar uma região específica demonstra que, além de sua definição geográfica genérica, *Damba* é um topônimo importante.

Assim sendo, é importante ressaltar que a utilização da palavra nesse contexto mostra que, para o falante, *Damba* não é apenas uma descrição geográfica genérica, mas sim um local de identificação pessoal. A menção ao nome do município no contexto de um relato pessoal evidencia o grau de pertencimento e a ligação afetiva àquele lugar.

Logo, a lexia *damba* está em total conformidade com as acepções dadas. Ela se refere tanto a uma característica geográfica, que descreve uma depressão de terreno com presença de água, quanto a um topônimo, ou seja, o nome de um município em Angola.

DEMBO: Castro (2001, 2002) não registra tal lexia, no entanto, Assis Júnior (1947) apresenta dois significados distintos.

1. **Ndêmbu**, Medicamento externo que tem por base uma substância gorda; drogas aromáticas e essências com que se untam ou embalsamam os corpos; remédio caseiro; remédio manipulado com óleo na ocasião de ser aplicado; remédio com que se fricciona (Assis Júnior, 1947, p. 30).
2. **Ndémbu**, Potentado; autoridade superior a do soba, ou que tem sobas sob a sua jurisdição (Assis Júnior, 1947, p. 30).

Embora a palavra seja utilizada para referir-se a um topônimo, pelo contexto é possível verificar que a segunda acepção de Assis Júnior (1947) está ligada a história do local. A lexia *dembo* geralmente é utilizado para referenciar o território angolano, e a um título político africano que é dado para o chefe ou líder da região e, em Angola, havia a dos *dembos*. Possivelmente este seja o motivo pelo qual o município recebeu o nome.

DENDÊ: a lexia *dendê*, de origem Kikongo e Kimbundu, refere-se ao fruto da palmeira de onde se extrai o azeite utilizado na culinária, além de ser utilizado em várias indústrias, como a de sabão, graxa, lubrificantes e na siderurgia. O azeite de dendê é um ingrediente tradicionalmente associado a culinária afro-brasileira e africana, especialmente em pratos típicos da cultura afrodescendente.

A lexia foi encontrada apenas em uma entrevista da comunidade de fala de Mussuca, como ilustrado a seguir: [...] “depende das pessoas que faz né? eu mesmo faço só com o coco, o coco no lugar do azeite bota só o colorau... o *dendê* fica um cheiro enjoado” (T.M, p. 30).

A primeira definição apresentada para *dendê* está relacionada ao fruto da palmeira, também conhecida como dendezeiro, sendo essa uma acepção amplamente conhecida, principalmente no Brasil, onde o azeite extraído da polpa do fruto é muito utilizado. O azeite de *dendê* é um ingrediente essencial em várias receitas, especialmente nas de origem africana.

A menção ao azeite de dendê na culinária, como descrito por Houaiss, Villar e Franco (2008) também é relevante, já que o produto é conhecido por seu forte aroma e sabor característicos.

A correspondência apresentada para a lexia dendê é *Ndênde*, que é o equivalente nas línguas africanas que compõem o vocabulário da comunidade, como o Kikongo e o Kimbundu. Essa correspondência mostra uma continuidade linguística e cultural, com a lexia sendo usada não somente no Brasil, mas em outras partes da África para se referir ao mesmo fruto da palmeira. Esta continuidade é importante, pois ilustra a preservação de conhecimentos e práticas relacionadas ao uso do *dendê* entre as culturas africanas e afro-brasileiras.

No contexto da Mussuca, é interessante notar como a palavra *dendê* se mantém com o mesmo significado, com a menção de sua utilização para cozinhar e o reconhecimento do cheiro forte que o acompanha. O uso do *dendê* como uma alternativa ao azeite ou como um elemento importante na culinária da comunidade reflete a adaptação de elementos culturais africanos à realidade local.

Na situação de uso expressa pelo participante, a palavra *dendê* está de acordo com suas acepções e com o uso local na comunidade quilombola Mussuca, mantendo a correspondência linguística com *Ndênde*, que é a forma tradicional nas línguas africanas. A planta e seus produtos, especialmente o azeite extraído do fruto, continuam a ser elementos fundamentais na culinária e em outros aspectos da vida cotidiana das comunidades que preservam essas práticas. A mudança nas preferências, como o uso do coco em lugar do azeite de *dendê*, pode ser vista como uma adaptação local, mas a continuidade da palavra e seus significados sublinha a importância cultural do *dendê* nas tradições afrodescendentes.

Farofa: de origem em Kikongo e Kimbundu, refere-se a um prato tradicional que consiste em farinha de mandioca frita, geralmente na manteiga ou em gordura, podendo ser enriquecido com diversos ingredientes, como carnes, legumes, ou temperos, o que confere a ela um sabor característico.

De acordo com Houaiss, Villar e Franco (2008), a *farofa* é um prato feito com farinha de mandioca que é frita na manteiga ou gordura, e frequentemente enriquecida com ingredientes como carne, bacon, legumes, ou até frutas secas, dependendo da receita. Esta acepção está perfeitamente alinhada com o que é tradicionalmente reconhecido na culinária brasileira e em outras partes da África, refletindo a importância da farinha de mandioca em pratos cotidianos e festivos.

No entanto, Assis Júnior (1947) sugere uma variante diferente: ele descreve a *farofa* como farinha de mandioca molhada em água. Isso pode se referir a uma preparação mais

simples ou mais umedecida, talvez em algumas variações locais, onde a farinha é umedecida antes de ser frita ou cozida, conferindo uma textura e sabor ligeiramente diferentes.

A lexia tem sua etimologia em *fálofa* em línguas africanas como o Kikongo ou Kimbundu, indica que o conceito atravessa fronteiras linguísticas, revelando a continuidade das tradições alimentares africanas nas comunidades afrodescendentes, como a Mussuca. Essa continuidade não só se reflete na prática culinária, mas também na preservação da terminologia.

No depoimento do participante a *farofa* é mencionada como parte de uma refeição, associada a jabá e carne de boi torrada. Este exemplo mostra como a *farofa* continua a ser um prato tradicional nas comunidades afrodescendentes, adaptado às receitas locais. Ela aparece como um acompanhamento típico de refeições com carnes, o que também é uma característica comum da farofa em várias regiões do Brasil e de Angola.

A menção à *farofa* no contexto de refeições como as de jabá e carne de boi também é significativa, pois destaca seu papel como um prato complementar, que ajuda a enriquecer a refeição com textura e sabor, sendo um alimento fundamental em muitas tradições culinárias afrodescendentes.

FORRÓ: a lexia é proveniente do Kikongo e, segundo Castro (2001), significa arrasta-pé; farra; folia. Na concepção de Houaiss, Villar e Franco (2008) quer dizer baile particular com música nordestina ou um gênero de música. No contexto aqui analisado a lexia foi pronunciada por um participante representante da comunidade de fala de Luanda (L1 e L2) e outro da comunidade quilombola Mussuca, mas ambas assumem a concepção dada por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008).

agora no de São João aqui... samba de Pareia é *forró* é tudo (C.N, p. 12) [...] então é o fó... parece não é um forrozinho é... (C. N, p. 22).

Quem gosta de *forró* tá aqui hã? (D.D, p. 53). [...] paga (hes) oh pa-paga num sei quantos mil por uma banda de *forró* vei (hes) e num pode pagar uma mixaria pra esse pessoal (hes) então (F.X, p. 56).

Diante disso, pode-se perceber que tanto no Brasil quanto em Angola a lexia é utilizada com o mesmo sentido: ritmo musical, arrasta-pé, folia. No entanto, é importante perceber que a lexia em análise representa uma parte importante da cultura nordestina do Brasil, pois se refere a um gênero musical e a uma forma de dança associados principalmente aos estados do Nordeste brasileiro.

A lexia *forró* é usada no Brasil e em Angola para descrever um estilo de música e dança animados e ritmados, caracterizados pelo som de acordeões, zabumbas e triângulos. Evoca uma atmosfera de celebração, alegria e festividade. Ao longo do tempo, o forró passou por diversas

transformações e influências, incorporando elementos de outros estilos musicais, como o rock, o jazz e até mesmo o reggae, resultando em subgêneros como o forró universitário e o forró eletrônico.

Em outras palavras, *forró* é muito mais do que apenas um gênero musical ou uma forma de dança; se constitui enquanto um elemento central da cultura e da identidade do Nordeste brasileiro, enraizado em tradições, história e comunidade.

FUBA: a lexia foi usada 2 vezes por participantes de Luanda do grupo L1, tem origem no grupo bantu, mais precisamente no Kikongo e Kimbundu. Nessas línguas a lexia significa farinha. De acordo com Castro (2001), refere-se a um substantivo, que apresenta a acepção de farinha de milho ou arroz, ou ainda, um substantivo masculino para se referir a uma espécie de doce de amendoim, farinha e açúcar pulverizado, pode ser ainda um pó, película finíssima, esbranquiçada, que se desprende da pele ao coçar-se ou quando a arranham, o que não difere da concepção de Houaiss, Villar e Franco (2008).

Assis Júnior (1945), por sua vez, apresenta a seguinte acepção:

1. Pó proveniente da Trituração ou moagem de um cereal, raiz farinácea ou legume seco.
2. Farinha: massa; fécula da mandioca com que se manipula Amido.
3. Pó branco; funji; poeira, farinha feita de makoka.
4. Farinha de mandioca escura mal preparada; farinha escura feita de batata doce seca ao sol.
5. Farinha de grande crescimento ao ser manipulada.
6. Farinha de inferior qualidade; farinha de milho; Milho moído, peneirado e reduzido a pó (Assis Júnior, 1945 p. 36).

Alkmim e Petter (2008), mostram que a lexia já foi analisada por Beaurepaire (1956 [1889]) e Macedo Soares (1954-1955 [1875-1888]) e apresentam até os dias atuais o mesmo significado e etimologia. É importante ressaltar que Mendonça (1933) também atestou essa lexia com a mesma acepção dada por Castro (2001), Houaiss, Villar e Franco (2008) e Assis Junior (1945). Petter (2008) inclui essa lexia no grupo de lexias que podem ser usados em qualquer interação social.

Assim sendo, diante do corpus analisado, percebe-se que os participantes utilizam a lexia em sentido usual e comum, isto é, fazem essa escolha para designar a farinha de milho de arroz feira a partir da moagem desses elementos.

A papa tipo de *fuba* de milho. Ponho água, meto a *fuba*, vira-se, põe no fogo. Vai virando, põe os ingredientes: açúcar e o leite e já tá a papa. Não se fala mais nisso (C.S, p.10). [...]

Pega *fuba*, faz o eléla como se diz, né? O Eléla, bate a *fuba* numa tigela com grão não sei quê, depois despeja naquela água fervente, espera o fungo saltar

ou criar aquela espuma pra depois bater o fungo mas não fizemos assim (I. L, p. 10).

No Brasil, *fubá* se refere a uma farinha fina e granulada feita a partir da moagem de grãos de milho, assim como preconizam as obras consultadas. É um ingrediente fundamental na culinária brasileira, sobretudo da região nordeste onde os negros em sua maioria foram instalados, usado para fazer uma variedade de pratos, incluindo bolos, pães, broas, mingaus e polentas.

FUNJE: a palavra é utilizada por parte dos participantes, trata-se de um termo relacionado à culinária, um prato típico de Angola confeccionado com farinha de milho ou de mandioca e caldo. Embora exista tal concepção, apenas Assis Júnior (1947) atesta a lexia em sua obra: massa feita de fubá de mandioca, de arroz, de batata, ou de milho, diluída em água fervente.

É... eu gosto mais [de] comida assim que não dão muito trabalho. Como massa, arroz, um arroz assim de legumes. Ah... fungo também gosto mas como dá muito trabalho, dificilmente cozinho *funje* (A. H, p. 3).

Ah, eu gosto muito *funje* de carne seca, moamba de couve ou de repolho" (F.M, p. 10).

[...] *Funje*. Comida que eu cozinho e gosto mais de cozinar é só a massa (D.C, p. 9).

DOC: O quê que normalmente cozinha? INFO: *Funje*... DOC: *Funje*? Para quem? INFO: Pra mim e meus filho" (F.A.SD, p. 4).

Gosto de cozinar a nossa comida, da nossa... Justamente, o meu marido mesmo gosta de comer feijão, kisaka de peixe, kisaka de feijão, mandioca com feijão, peixe grelhado... Também cozinhamos mutete, aquele que cozido que nós cozinhamos, com carne seca, *funje*... Eu gosto de cozinar (P.A.B, p. 7). Gostamos, ou [quer] aprender, cozinhamos o *funje* de milho, mas às vezes você como não tá no ambiente habituado não sai bem (T.A, p. 9).

Uma massa, uma massazinha, assim, consigo fazer. Até fungo, fungo sei, posso bater *funje* (E.A, p. 4).

Em todos os depoimentos, o *funje* é retratado como uma comida tradicional, altamente valorizada, mas que varia em sua percepção e preparação. Para alguns participantes, como A. H., o *funje* é uma comida simples e apreciada, embora um pouco trabalhosa, como indicado pela frase "*como dá muito trabalho, dificilmente cozinho funje*". Isso reflete uma característica, apesar de ser um prato básico e essencial, o seu preparo exige um certo cuidado e dedicação, o que o torna menos acessível para quem busca praticidade nas refeições.

Por outro lado, outras pessoas como F.M. mencionam explicitamente suas preferências por *funje* de carne seca, evidenciando que, para muitos, o *funje* não é apenas uma comida do

dia a dia, mas um prato que pode ser enriquecido e diversificado com ingredientes como a carne seca.

GANGORRA: a *gangorra* é um brinquedo infantil que consiste em uma tábua ou prancha fixada em um ponto central, permitindo que as extremidades se movam para cima e para baixo alternadamente, conforme o impulso das crianças.

Nos dicionários de referência, como Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), a definição de *gangorra* como aparelho de diversão infantil está muito clara, sendo amplamente reconhecida tanto na cultura brasileira quanto nas tradições africanas. A correspondência *kangala* ou *kangula* nas línguas Kikongo e Kimbundu indica uma adaptação fonética e cultural, conectando o objeto à sua origem africana, especialmente em comunidades que têm forte herança dessas línguas. Esse vínculo sugere que a *gangorra*, embora amplamente associada à cultura ocidental, pode ter raízes em brinquedos ou práticas lúdicas africanas antigas, adaptadas ao contexto local.

A lexia foi encontrada em apenas uma entrevista da comunidade Mussuca: “queimado... queimado... brincava queimado... ah sim queimado brincava, *gangorra* era melhor brincadeira que a gente brincava” (C.N, p. 16).

É importante observar que, no contexto de Mussuca, a *gangorra* aparece como um brinquedo, proporcionando uma forma de diversão e interação social. O relato do participante de que “*gangorra era a melhor brincadeira que a gente brincava*” demonstra a importância desse brinquedo nas memórias de infância da comunidade, além de sua simples e eficaz função de entretenimento.

A expressão de que queimado e *gangorra* são associadas a brincadeiras talvez remeta ao fato de que as crianças frequentemente brincam em locais simples e ao ar livre, com recursos básicos e acessíveis, algo típico de muitas comunidades tradicionais, como a Mussuca. Portanto, a lexia *gangorra* está de acordo com a definição, pois seu uso corresponde à descrição do brinquedo infantil mencionado nas fontes de referência.

GARAPA: A lexia tem diversas concepções relacionadas ao caldo da cana de açúcar, especialmente o líquido que é extraído da cana e destinado à destilação. Além disso, pode se referir a qualquer líquido doce fermentado, como bebidas à base de mel ou açúcar misturadas com água. Também pode ser usada no sentido figurado para descrever algo fácil de conseguir, como algo que flui ou é abundante. As definições presentes em Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008) alinham-se bem a esses conceitos.

A lexia foi utilizada por um participante da comunidade Mussuca: “só quando a glicose baixa, mas eu tenho que ter em casa porque quando a glicose baixa eu vou correndo fazer *garapa*” (D.D, p. 104).

A lexia apresenta como correspondente linguístico *ngwalawwa*, possivelmente das línguas autóctones africana Kikongo e Kimbundu, que indica uma bebida doce ou o caldo de cana, que reflete o conceito de *garapa*. Esse termo está diretamente relacionado ao uso cultural do caldo da cana ou outros líquidos doces, sugerindo que o termo em uso em Mussuca tem uma forte ligação com a tradição e com práticas culturais locais.

O exemplo de fala fornecido indica o uso da palavra em um contexto contemporâneo, mas ainda mantendo o vínculo com sua origem. Esse uso específico de *garapa* reforça a ideia de que a bebida tem um efeito revitalizante ou restaurador, o que está de acordo com a definição de algo que é de fácil acesso ou simples de preparar.

Nesse sentido, está de acordo com as definições tradicionais, as concepções culturais associadas à bebida, e os exemplos de fala apresentados. Ela reflete tanto a origem da palavra quanto o uso em contextos de saúde e nutrição na comunidade de Mussuca. Portanto, o uso de *garapa* no exemplo de fala está em conformidade com as concepções associadas a essa lexia.

GIMBO/ JIMBO/ ZIMBO: a lexia foi encontrada em apenas uma entrevista. Castro (2001) afirma que a palavra é proveniente do Kikongo e Kimbundu, quer dizer dinheiro ou búzios da costa. Na acepção de Assis Júnior (1947), equivale a *Njímbu*, é um substantivo e diz respeito a um pequeno búzio pescado na ilha de Luanda e que corria como moeda no antigo reino do Congo.

Além dessas duas acepções, é possível ainda compreender a lexia como da área de zoologia, refere-se a uma espécie animal que vive em túneis que faz debaixo da terra e se alimenta de ervas (Assis Júnior, 1947).

O sentido da palavra empregado pelo participante está relacionado à última concepção de Assis Junior (1947), pois é observado que se trata de iscas para pesca e associado a minhocas ou micróbios, geralmente utilizados para atrair o peixe. A fala a seguir ilustra tal concepção: [...] “Nós a nossa pesca era assim: quer dizer tem uns bichinhos que eles fala que é minhoca. Aqueles bichinho como um micrório então aquilo cavamos nos *gimbo* tiramos no *gimbos* metemos nos já o anzol quer dizer” (D.C, p.4).

ÍÁ: é definida como mãe ou senhora, e é um tratamento respeitoso, comumente atribuído à mãe-de-santo nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Esse tratamento carrega uma carga de reverência, respeito e autoridade, especialmente no contexto de liderança religiosa ou espiritual. Segundo as fontes consultadas Castro (2001) e Houaiss,

Villar e Franco (2008), a palavra tem uma conotação de respeito, sendo utilizada para se referir à figura materna ou à mulher de destaque em uma comunidade religiosa, principalmente no contexto africano e afro-brasileiro.

A lexia ia foi encontrada em apenas uma entrevista fornecida por um homem da faixa A, com ensino primário, enquanto a variante *nha*, foi empregada por um homem com mais de 52 anos e possui o ensino superior. Ambas foram utilizadas enquanto pronomes de tratamento, com ilustrado a seguir: “No Huambo, no Huambo, *iá*” (D.C, p.1). Castro (2001) afirma que a palavra tem sua genealogia na família bantu (Kikongo) e Kwa, significando, em ambas, mãe; senhora; tratamento de respeito.

A lexia em outras línguas africanas, como *yaaya* ou *ìaya*, reforça o vínculo de *Iá* com a tradição e língua de origem, especificamente em línguas como o Kikongo ou Kwa. Esse aspecto linguístico destaca o uso de uma palavra que, embora com variações fonéticas, mantém um significado comum nas comunidades de origem. A correspondência mostra que o termo atravessa diferentes culturas, mas com um significado central de respeito e reverência à figura materna ou à autoridade espiritual feminina.

Assim sendo, no que concerne ao pronome de tratamento, a lexia *Iá* está em conformidade com as definições e as concepções que a associam à mãe, senhora ou a uma figura de respeito. A correspondência com os termos *yaaya* e *ìaya* confirma suas raízes nas línguas africanas e reforça o caráter reverencial da lexia. A utilização nos exemplos de fala, mesmo fora do contexto religioso, indica uma flexibilidade no uso, mas sempre mantendo o respeito como princípio central.

JINGUBA: a lexia foi encontrada na fala de três participantes da comunidade de fala de Luanda.

A pode ficar muito cozida, nem , nem o repolho , coas a agua depende mas ne a couve misturada com repolho não separadas , se quiseres fazer a couve faz , se quiseres fazer o repolho faz. Se quiseres de jinguba fresca, a moamba fresca fazes se quiseres de moamba torrado também fazes, e metes a moamba , fazes um refogado.... Depende, ha varias formas de se, se fazer um refogado assim põe tomate a parte depôs introduzir na panela ou despejar na panela do repolho, a *jinguba*....a moamba , viras (F.M, p. 10).

O repolho com muamba de *jinguba* é assim: eu tiro o repolho, protejo muito bem, corto o repolho, então ponho a água no fogo (A.V, p. 7).

Tetela, tetela é tipo que tipo moamba de *jinguba*, mas aquilo e chama-se mesmo tetela aquilo sai, sai, no que, em cokwe aquilo e “massungo” agora massungo não sei como se chama em português Ya. Aquilo abre-se ao meio depois tira, tira que os próprias, as próprias sementes e parte, aquilo e cascar ya tetela, Ulengae enfim, outras coisas (L.C.C, p. 7).

Embora Houaiss, Villar e Franco (2008) não atestem essa palavra no Brasil, *jinguba* tem duas definições principais, como descrito em Castro (2001) e Assis Júnior (1947): é o amendoim (planta leguminosa produtora do amendoim), que pode ser consumido fresco ou torrado ou pode se referir à própria planta ou seus grãos, sendo uma fonte importante de alimento em várias partes da África, incluindo Angola.

É descrito como um alimento que pode ser utilizado em diversos tipos de pratos e preparações, como moamba. A associação com a planta do amendoim também sugere um valor nutricional e cultural significativo, especialmente em contextos culinários e de consumo local.

A correspondência linguística de *jinguba* inclui *zinguba*, isso reforça o fato de que a lexia é utilizada de maneira semelhante ou com variações fonéticas em outras regiões ou contextos linguísticos, como o Kikongo e Kimbundu. Além disso, Assis Júnior (1947) menciona o *vielue kaiala* como lexias relacionadas à planta do amendoim, ampliando a rede semântica da palavra e indicando que há múltiplas palavras para a mesma coisa.

A utilização da lexia *jinguba* no contexto apresentado está totalmente em conformidade com as definições fornecidas por Castro (2001) e Assis Júnior (1947), refletindo seu uso significativo e reconhecido. O *jinguba* ou amendoim é um ingrediente central na culinária de Luanda, estando presente em várias formas de preparação e é amplamente aceito como parte integrante da dieta local. A correspondência linguística com variantes como *zinguba* e *vielu* reforça a profundidade linguística da palavra nas línguas bantu.

KIANDA: a lexia foi localizada em uma entrevista da faixa A, nível 3 de instrução, utilizada por um falante do sexo masculino para estabelecer uma comparação entre os meios de comunicação de Luanda. Refere-se à estação de rádio presente na cidade, cuja potencial é comparado à *kianda* que significa sereia (Castro, 2001).

Então, até agora ninguém conseguiu me definir com precisão e rigor qual se... em que contexto se enquadrariam a Rádio de Luanda. Mas eu acredito que ela continua tendo o mesmo perfume e a mesma força da *Kianda* (C.S, p.4).

Sua etimologia está no Kikongo e Kimbundu, *Kianda*. Também foi atestada por Assis Junior (1947), significando monstro fabuloso; sereia; deus das águas; ser sobrenatural que preside o império dos mares e dos rios, montanhas e bosques; ser lendário.

KIZACA: a definição de *kizaca* vem de Assis Júnior (1947), em que é descrito como esparregado da folha da mandioqueira. No contexto angolano, a mandioqueira é a planta da mandioca, e o esparregado é um prato feito com as folhas dessa planta, geralmente cozidas ou refogadas.

A *kizaka* é um refogado assim de ervas e é como se fosse o refogado e couve ou jimboa, só que ela é feita, é preparada de várias maneiras. Pode ser com bagre, que também é um dos peixes aqui do nosso país, ou então com óleo de palma, não é, misturada com óleo de palma. Feijão de óleo de palma também faz parte (J. P. T, p. 20).

[...] É, a *kizaka*. A erva é pisada... a erva é pisada depois fervida. Ela ferve e faz só o refogado e come né, com o Calulu, muitas vezes com o calulu, muitas vezes com fungo, mamadinguba (J. P. T, p. 21).

Gosto de cozinhar a nossa comida, da nossa... Justamente, o meu marido mesmo gosta de comer feijão, *kisaka* de peixe, *kisaka* de feijão, mandioca com feijão, peixe grelhado... Também cozinhamos mutete, aquele que cozido que nós cozinhamos, com carne seca, funje... Eu gosto de cozinhar [...] Ah, a *kisaka* com feijão... Primeiro pisas a *kisaka*, depois ferve à parte. Por enquanto estava a ferver o feijão. O feijão quando ficar pronto, depois pega o feijão e a *kisaka*, junta na mesma panela, mistura. Assim que vais misturar a *kisaka*, vais pôr óleo de palma no fogo. Vai fritar o óleo de palma, cortar a cebola e tornar a pôr a cebola na *kisaka*. E meter no fogo. Depois de pôr o óleo de palma mete no fogo uns 30 minutos, vai ferver, com o fogo assim, lenta. Depois é só desligar e faz o arroz, o arroz branco (P.A.B, p. 7).

Como é que se faz a *kizaca*... Bem, aqui não tem o pilão, pega-se um pilão, põe-se a *kizaca* numa panela, vai ao fogo, aquecemos a *kizaca* forma de lavar mesmo com água morna, depois pegamos a *kizaca* esprememos, colocamos no pilão e começamos a pisar mesmo... começamos a pisar e depois da *kizaca* estar assim moída, pegamos e botamos na panela juntamente com todos os ingredientes. Cebola, alho, não leva tomate, pôr alho e se tivermos que pôr o peixe também, podemos já pôr ao mesmo tempo (M.P, p. 7).

A palavra *kizaca* é amplamente utilizada nas comunidades de Luanda (L1, L2), tendo como correspondente *kizáka*, do Kimbundu. Esse fenômeno linguístico de variação fonética entre as formas *kizaca* e *kizáka* pode refletir variações locais ou dialetais, mas ambas se referem à mesma preparação culinária.

Os exemplos de fala mostram que a *kizaca* não é apenas um prato, mas um processo cultural com várias etapas e formas de preparo, dependendo dos ingredientes e das tradições culinárias familiares. Ela é muitas vezes adaptada para incluir o que está disponível ou é preferido localmente, e pode ser combinada com diversos tipos de carne ou legumes, refletindo a diversidade gastronômica da região.

A localização da palavra em Luanda (L1, L2) indica que é uma preparação amplamente conhecida e consumida na cidade, refletindo as práticas alimentares tanto em áreas urbanas quanto em zonas rurais de Angola. O fato de o termo ser utilizado em L1 (primeira língua) e L2 (segunda língua) sugere que o prato transcende fronteiras linguísticas dentro da sociedade de Luanda e é reconhecido por uma ampla gama de pessoas.

A lexia *kizaca*, portanto, está de acordo com as definições fornecidas por Assis Júnior (1947) e as práticas culinárias descritas nos exemplos de fala. A correspondência linguística e

as variações no uso da lexia em Luanda e outras regiões refletem a adaptação local e a importância cultural desse prato. As falas ilustram como a *kizaca* pode ser preparada de várias formas, com diferentes ingredientes, mas sempre mantendo um caráter central como um prato saudável e nutritivo da culinária angolana.

KIZUMBA: apresenta duas variantes, no entanto foi encontrada em apenas uma entrevista da faixa C, nível 2 de instrução. Cabe salientar que a faixa é caracterizada por participantes com mais de 52 anos. Isso sugere uma predileção por conservar as formas mais tradicionais de utilização das lexias, no entanto, por influências da presença de outras línguas, é possível que aconteça a aquisição e utilização de novas formas lexicais, como mostrado a seguir.

Primeiro eu pouco gosto de bagunça, é gosto de festa assim é silepros, uma música lenta, romântica, aprecio esta festa, também entre quando uma *kizumbazinha* para estressar um bucadinho, tirar um bucadinho (A.J, p. 4).

A palavra encontrada, embora seja de origem africana, é pronunciada com o sufixo –zinha, de origem latina, isso mostra a influência do português também na composição ou na recomposição de palavras de línguas africanas em Angola.

No que concerne à sua acepção, Castro (2001) atesta a palavra como briga, confusão, rolo. Nesse sentido, também empregada pelo informante. De acordo com Alkmim e Petter (2014), Macedo Soares (1954-1955 [1875-1888]) atestou que o vocábulo, “além de formar a variável quizomba, com o sentido de rapaziada” (Alkmim; Petter, 2008, p. 174), no seu sentido atual corresponde à confusão ou bagunça.

KUANZA: no contexto, tal como é apresentada, corresponde a um conceito com múltiplas significações e amplamente utilizado em Angola, refletindo uma variedade de acepções e usos dentro da comunidade de fala.

A palavra *kwanza* carrega consigo tem três significados principais:

1. Província de Angola: O Kwanza-Sul e o Kwanza-Norte são duas províncias importantes de Angola, situadas nas regiões centro e norte do país, respectivamente.
2. Rio Kwanza: O rio Kwanza é um dos rios mais significativos de Angola, que atravessa grande parte do território do país e é um ponto geográfico fundamental.
3. Unidade Monetária: O Kwanza também é a moeda nacional de Angola, a unidade monetária usada em transações econômicas.

Esses três significados são indicados na definição da lexia e são consistentemente referenciados nas falas. Embora pertença aos Kikongo e Kimbundu, a lexia *kwanza* não tem

uma correspondência direta ou alternada, o que sugere que a palavra é amplamente reconhecida em seu uso tal como é, sem variações significativas de forma ou significado, pelo menos nos contextos apresentados. Em alguns casos, *Kwanza* se refere tanto à província como à moeda dependendo do contexto, e essa flexibilidade de uso é observada nos exemplos a seguir:

Lá fez a vida dele, lá no Huambo. Então a minha mãe saiu no Wako-Kungo que é *Kuanza-Sul* foi lá no Huambo. Ficamos lá no Huambo, eu, na altura, tinha, tinha ai, por ai dois anos, dois anos quando eu foi pró Huambo, dois anos. E pronto. Quando a minha mãe faleceu eu saí de lá com seis anos, seis ou sete (J.M, p.1).

Eu normalmente... Daqui para a universidade eu gasto 600 *kwanzas*. E tenho que sair muito cedo, às 5h30 minutos já estou em pé" A. H, p. 9).

A única coisa que tinha me deixado era 50 *kwanzas* e dois pães que eu tinha comprado pro mata-bicho em casa. Pronto (A.V, p. 6).

Se pudesse diminuir um bocado do táxi. Esse preço também... Isso aí já vai na zunga, um dia consegue mil *kwanza*, tirar a jantar das criança lá chega em casa, só lá chega com duzentos *Kwanza*, duzentos *Kwanza* pras criança comer, comer pão, as criança janta (F.A.S, p. 10).

Devem, eu sinto que... Há coisas que às vezes, ela não consegue de explicar. O exemplo da ilha: todos falam aquela língua, que o avô, que ela fala, ela também fala. Lembro a filha da minha irmã, onde que vive a minha mãe, quando ela sai da província, vai, ela fala sempre aquela língua. Ela explica... O sobrinho da minha irmã aprendeu lá. Ele é do *Kwanza Sul*, mas já fala mesmo a nosso dialeto. Ela fala muito bem. E meu cunhado também. Ela entende, mas só que ela sempre pegou assim de falar. Ela entende tudo que nos falamos (P.A.B, p. 9).

Sim, desde a Barra do *Kwanza* até Cacuaco. Desde aqui na Samba aonde nós tamos até... ao Quarenta e Oito ou Catete. Conheço todos os cantos de Luanda, Funda... Fotossacala, Cabire. Todos os canto de Luanda eu conheço [...]. O que tá difícil é quando o dinheiro não chega que só podemos entregar na escola que estão a pedir acima de quinhentos dola quando a gente ganha treze mil *kwanza* ou vinte mil *kwanza* por mês. E eu na qualidade de aposentado, onde é que eu vou tirar os quinhentos dola ou checentos dola para poder fazer com que o filho ou a filha se forma escolarmente (S.D.M, p. 2).

Eu conheço a capital a capital da província do Bengo. A minha área é Nambo, a Ngongo, conheço também a área de Kibaxi entre Porto Quipiri, Kibaxi, conheço essa parte. De passagem, por exemplo, *Kwanza-Norte* mil novecentos e setenta e cinco na altura da guerra. Venho de Nambo a Ngongo, passo pela área de Kibaxi até *Kwanza-Norte* pra poder chegar, atingir Luanda (E.A, p. 4).

Os contextos de fala fornecem uma compreensão ampla de como a palavra *kwanza* é empregada em diferentes situações na vida cotidiana em Angola. O primeiro e segundo exemplo se refere ao uso de *kwanzas* como unidade monetária, mostrando o valor que uma pessoa gasta para ir à universidade, o que reflete o uso comum da moeda em transações do cotidiano.

Já o terceiro e quarto exemplo se refere diretamente a *Kwanza-Norte* e *Sul*, províncias de Angola. Esse uso geográfico destaca como a palavra *Kwanza* é associada a uma região

específica do país. Na fala de S.D.M, *Kwanza* é mencionado em seu contexto geográfico, como uma localidade ao longo do curso do rio *Kwanza*, e como ponto de referência territorial na trajetória do falante.

A palavra é usada em Luanda (L1), e está relacionada tanto a províncias específicas como ao uso da moeda. A presença em Luanda sugere que a lexia é de uso comum e profundamente incorporada no vocabulário das pessoas na capital e outras áreas do país, refletindo os diversos aspectos de *Kwanza* enquanto território, rio e moeda. A lexia, portanto, está de acordo com as definições fornecidas e se ajusta de forma consistente aos exemplos apresentados.

LUANDA: a lexia tem sua etimologia no Kikongo e Kimbundu. Refere-se ao topônimo, capital de Angola (Castro, 2001, p. 266). Assis Júnior (1947, p. 265) atesta a lexia como origem bantu com diversos significados:

Aduana. O que uma pessoa paga ao Suzerano pelo exercício do seu comércio, indústria, arte ou ofício. adj. e sub. Aduaneiro; publicano. Eximido; livre; desobrigado. Que não paga impostos. Cidade fundada por Paulo Dias de Novais, capital e sede da província de Angola, Era, em épocas recuadas conforme tradição, conhecido por Luanda o lugar onde é hoje o campo dos desportos, aos Coqueiros em que se cobravam os impostos de exportação (Assis Júnior, 1947, p. 265).

Sua correspondência em bantu é *Lúanda*. Cabe salientar que a lexia é utilizada por todos os participantes, seja para designar a sua naturalidade ou cidade em que reside. Castro (2001) ainda mostra que a palavra está relacionada a África mítica, termo que aparece frequentemente em cânticos rituais de folclore.

MACACO (A): trata-se de um substantivo e adjetivo que tem sua origem no Kikongo e Kimbundu. Sua etimologia está em *Mankanka*. Sabe salientar que essa lexia foi apresentada em Luanda, tanto pelos participantes que tem o Português como língua materna quanto aqueles que a tem como segundo língua.

Ah, naquela altura havia... o. A *macaca*, havia o leitim, havia o trinta e cinco, e muitas outras (J.M, p. 2).

Eu não sei bem porque, mas antigamente o único dia que nós brincávamos, - os pais dava aquelas leis – só aos domingos íamos à igreja fazíamos o serviço todo de casa, à tardinha brincávamos a *macaca*, ringue, essas brincadeiras escondidas e mais outras brincadeiras” (A.V, p. 2).

Lembro-me, lembro-me de uma. É pra contar? A história de... Era mais fábulas, histórias de animais que falam... o coelho era sempre tido como animal espertalhão. Então o coelho mais alguns animais, o *macaco* e outros mais, decidiram fazer uma (A, p. 14).

No nosso tempo principalmente as brincadeiras eram aquelas de jogar bola, saltar corda, jogávamos *macaca* e as corridas (M.P, p. 6).

De acordo com as definições de Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), a palavra *macaco* tem o significado primário de mamífero da ordem dos primatas, exceto o homem e os lêmures. Este é o sentido mais universal, aplicado a todos os idiomas e culturas, mas, no contexto angolano, especialmente em Luanda, o uso da palavra parece transcender sua definição zoológica, ganhando conotações sociais e culturais específicas.

A definição de *macaco* como esperto, finório ou feio não é meramente uma descrição de uma característica física do animal, mas uma aplicação figurativa que pode ser associada ao comportamento humano. *Macaco*, neste caso, ganha uma dimensão simbólica que diz respeito à astúcia e à imitação, características associadas tanto aos primatas quanto a pessoas que imitam os outros de forma habilidosa.

Em muitos dos exemplos fornecidos pelos participantes, a lexia *macaco* ou *macaca* aparece vinculado a brincadeiras infantis, como a famosa brincadeira de *macaca*. Nas falas de A.V (p. 2) e M.P (p. 6) é uma atividade de rua praticada por crianças. A expressão parece estar intimamente ligada a jogos populares que envolvem movimento, estratégias simples e interação social entre as crianças, revelando como o termo pode ser culturalmente específico, no contexto de atividades recreativas.

Esse tipo de associação não é meramente uma utilização lexical comum, mas um exemplo claro de como as palavras têm significado além do contexto formal e se inserem em práticas cotidianas. O jogo da *macaca*, por exemplo, se torna uma expressão de sociabilidade e de infância, carregando consigo não só o significado literal de imitação do animal, mas também a ideia de interação e aprendizagem.

A análise revela que a lexia vai além do simples nome de um animal e se imbrica com múltiplas camadas de significados sociais e comportamentais. A palavra, com suas raízes no zoológico, adquire um novo sentido nas culturas angolanas, especialmente em Luanda, onde é associada à ideia de esperteza, imitação e comportamentos astutos.

As variações do uso de *macaco* nos exemplos indicam que, em diferentes contextos, a palavra pode ser tanto uma expressão de afeto e diversão quanto uma crítica social ao comportamento imaturo ou manipulador de algumas pessoas. Portanto, a lexia está completamente alinhada com as concepções apresentadas, refletindo a riqueza semântica e as múltiplas dimensões culturais da palavra.

MACATE: de acordo com a definição fornecida pelo portal Infopédia, *macate* tem sua origem no XiRonga. O Infopédia diz o seguinte:

1. Pão de milho: Esta é a definição mais direta da lexia, que remete a um alimento tradicional feito a partir de milho, típico da culinária de algumas regiões de Moçambique. O *macate* seria, portanto, uma preparação popular e simples, provavelmente consumida em muitas ocasiões do dia a dia, como parte da dieta comum.
2. Distrito situado no centro da província de Manica, em Moçambique: Aqui, a palavra também faz referência a uma localidade específica, uma região geográfica, que talvez seja menos conhecida fora do contexto local, mas que tem relevância regional em Moçambique.

A correspondência *makati* e o uso local em Luanda indicam uma possível variação ou adaptação fonética da palavra, mostrando que pode ser absorvido e modificado em contextos diferentes de sua origem. Assim, o uso da palavra no contexto é particularmente interessante, pois parece ser um empréstimo ou adaptação cultural de uma palavra de Moçambique, provavelmente introduzida através do contato de línguas ou pela interação cultural.

No que concerne a situação de fala, o participante mostra que a palavra *macate* é inserida no discurso de maneira natural e cotidiana, provavelmente em uma lista de alimentos ou referências culturais, refletindo a familiaridade do falante com a lexia. Com base nisso, percebe-se que a lexia sugere um processo de empréstimo linguístico, possivelmente vinculado a uma experiência de troca e convivência entre culturas africanas.

MACONHA: possui uma definição bem estabelecida, tanto em fontes lexicais quanto em suas implicações culturais, é apresentada como variação de cânhamo, cujas folhas e flores são usadas como narcótico (Castro, 2001). A definição mais comum da palavra é a que se refere à planta de cânhamo e seus efeitos entorpecentes. No contexto dos falantes de português, a palavra está associada principalmente à droga produzida a partir dessa planta.

Tem acepção ainda de droga de efeito entorpecente feita das folhas e flores secas de um tipo de cânhamo (Houaiss; Villar; Franco, 2008). A definição reforça o uso das partes específicas da planta para a produção da droga. É importante salientar que a lexia foi encontrada em duas entrevistas em Mussuca. Trata-se de um substantivo feminino, proveniente do Kikongo e Kimbundu. Apresenta ainda sua etimologia em *Makonya* e *makanya*.

[...] eu fumo eu bebo... né não? eu num fumo maconha se eu fumasse *maconha* eu dizia que fumava (J.O, p 56).

[...] é contado aqueles que não usa esse negócio de droga [...] cocaína não sei não mas *maconha*... essas coisas de maconha esses negócios assim né? mas crack eu nunca ouvi não (T.M, p. 48).

De acordo com a fala do participante J.O, há uma negação do uso da *maconha*, mas a frase implica que o consumo da substância é algo de conhecimento público ou que poderia ser compartilhado abertamente. Esse exemplo demonstra que a maconha é um tema conhecido, sendo a negação uma forma de afirmar uma identidade de não consumo.

Já em T.M, sugere uma diferença entre a percepção e a experiência do consumo de diferentes tipos de drogas. O falante distingue maconha de outras drogas, como cocaína e crack, o que pode indicar que, na cultura local, a maconha é mais comum ou amplamente reconhecida. Assim sendo, os exemplos ilustram que a palavra pode ser usada em contextos tanto de afirmação quanto de negação de consumo.

A discussão sobre drogas como a *maconha* parece ser parte da vivência cotidiana, podendo ser abordada de forma aberta, como no caso do falante que nega usá-la, ou mais de forma indireta, quando se menciona o consumo sem uma afirmação direta. Portanto, a lexia está de acordo com as definições dadas por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), exemplificando sua presença no cotidiano linguístico e suas variantes, além de demonstrar como as drogas e suas terminologias são tratadas na comunicação cotidiana.

MACUMBA: trata-se de um substantivo feminino proveniente do Kikongo e Kimbundu, tem sua etimologia em *makuba* e foi utilizada em uma entrevista de Mussuca. Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008) definem como:

Denominação genérica para as manifestações religiosas afro-brasileiras de base congo-angola, que incorporaram orientações ameríndias, católicas e espíritas, com predominância do culto ao caboclo e preto-velho. Prevaleciam no Rio de Janeiro e, ainda hoje, nas zonas rurais (Castro, 2001, p. 270).

Designação leita dos cultos afrobrasileiros em geral. Oferenda a Exu, espalhadas nas encruzilhadas, despacho, feitiço (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 477).

A lexia *macumba* está carregada de complexidade cultural. Em Mussuca e em outras áreas urbanas de Luanda, por exemplo, pode haver uma interação com as práticas religiosas afro-brasileiras, especialmente em contextos urbanos onde várias influências culturais se encontram. A conexão com o Candomblé e com rezadeiras de práticas espirituais, mencionada nos exemplos de fala, aponta para uma presença de religiões afro-brasileiras que, em algumas situações, são reduzidas a palavra *macumba*, o que pode simplificar a pluralidade dessas manifestações religiosas.

[...] assim tipo que muita gente aqui fala assim você... num vo- vou falar de macumba né? que o povo bota ou então você tinha uma coisa porque tudo de de hoje em dia... hoje é tudo isso... das coisa assim de *macumba*, quando o povo eh é *macumba macumba* aí tem rezadeira assim que ela já é do Candomblé mesmo aí a gente vai lá aí ela faz lá qualquer coisa (J.O, p. 37).

O uso da lexia no contexto mostrado indica que pode estar associada tanto a uma percepção genuína da religião quanto a um estigma ou mistificação sobre o que essas práticas realmente envolvem. Por isso carrega um potencial de interpretação tanto religioso quanto cultural, dependendo da perspectiva e da situação em que é empregado.

Logo, é possível perceber que a lexia analisada reflete as complexidades das tradições espirituais africanas no Brasil, e seu uso nos discursos cotidianos de Mussuca, mesmo quando simplificado ou estigmatizado, denota uma conexão com práticas religiosas com raízes profundas na cultura africana e nas transformações que ocorreram ao longo da história.

MANGAR: trata-se de um verbo e tem o significado de zombar, troçar, caçoar ou vangloriar-se. Esse conceito se refere a uma atitude de desdém ou de brincadeira de mau gosto, muitas vezes com um tom de ridicularização. O verbo implica uma ação de afetar seriedade ou agir de maneira que finge ser algo sério, mas na verdade é uma forma de escárnio ou de fazer piada de uma situação, pessoa ou coisa. O fato de ser originada do Kikongo e Kimbundu indica suas raízes nas línguas bantas faladas na África.

A lexia pode ser classificada como um verbo que descreve a ação de zombar, caçoar, ou agir de forma desrespeitosa ou zombeteira, enquanto também pode ser associada ao ato de afetar seriedade ou fingir estar sério enquanto se trata de uma situação com desdém. O exemplo de fala demonstra a maneira é usada de forma prática no contexto social de Mussuca, indicando que o verbo é uma parte do léxico cotidiano, especialmente entre falantes que compartilham uma origem linguística.

MAQUIXE: a lexia não é atestada pelos autores consultados, tendo sido encontrada apenas em uma entrevista da faixa A, nível 2 de instrução, por uma mulher. Embora não encontrem registros formais acerca da lexia, o contexto em que foi empregada faz compreender que se trata de homens de baixa estatura e cabeças grandes, possivelmente fruto de histórias, mitos ou lendas de determinada cultura, conforme ilustrado em um trecho da entrevista.

Sim, *Maquíxe* são homens, segundo a história né? São homens de pequenas alturas que viviam em cabeças e tinham cabeças grandes e outros ainda dizem que tem duas cabeças e no decorrer da guerra, quando uma das cabeças era cortada crescia a outra né? Isso segundo a história (B. B, p. 3).

MARIMBA: é descrita como um instrumento musical semelhante a um xilofone, caracterizado por um conjunto de placas de madeira que formam um teclado, tocadas com baquetas, sendo tradicionalmente dispostas sobre cabaças para amplificação sonora. Em algumas fontes, ela é referida como *madimba* ou *omalimba*, formas que podem indicar variações locais ou dialetais do mesmo instrumento, com significados bastante próximos.

No contexto das línguas de origem bantu, a marimba é uma peça central em várias tradições musicais. Ela é amplamente reconhecida em contextos como orquestras, bandas e até em celebrações populares, especialmente nas áreas de Malange e arredores, como evidenciado em Assis Júnior (1947).

No que concerne a sua correspondência, Assis Júnior (1947) destaca *madimba* e *omalimba*, indicando que o instrumento tem diferentes nomes, dependendo da região ou grupo étnico. As variações fonéticas refletem as diferentes línguas bantu faladas em Angola e em outras partes da África.

MILONGO: refere-se principalmente a remédios, medicamentos e tudo o que está relacionado com cura nas línguas Kikongo e Kimbundu. As definições fornecidas por fontes como Assis Júnior (1947) e Castro (2001) indicam que a lexia abarca tanto remédios naturais, muitas vezes relacionados a práticas de cura tradicionais, como também garrafadas.

Aratu num acha mais não né? [...] acha, oh! acha tudo no mangue nós acha tudo, graças a Deus [...] Tu..., *Milongo* tudo... acha tudo no mangue (J.H, p. 21).

[...] gorda a gente fazia um pirão que eu digo, é assim sem botar coco entendeu? só água e sal aí botava a gordura do *milongo* por cima cê comia quando tava mole, aí o que sobrava o *milongo* que minha mãe pegava a gente salgava ele botava sal e minha ia vender na Maré lá em Tinheira (R.G, p. 18).

A lexia foi utilizada em dois contextos, como mostrado anteriormente. No primeiro contexto evidencia-se o uso de *milongo* em um contexto em que alguém se refere à possibilidade de encontrar remédios ou substâncias curativas no mangue, o que sugere que a palavra também se aplica a recursos naturais encontrados na natureza, especialmente para quem pratica a cura tradicional. No segundo, é usada no contexto de um alimento que envolve o uso de gordura de algum tipo de remédio ou substância. Isso mostra que o conceito de *milongo* vai além de um simples remédio, podendo também ser utilizado em práticas culinárias ou comerciais relacionadas à cura.

MOAMBA: a palavra é uma designação para um guisado, preparado principalmente com galinha, carne de vaca ou peixe, temperado com sal, alho, e jinguba (amendoim). Além disso, a receita costuma incluir dendê, e é geralmente acompanhada de pirão ou funje. A *moamba*, portanto, é um prato tradicional, com ingredientes e temperos que refletem a culinária afro-angolana, marcadamente influenciada por práticas locais e pela disponibilidade dos ingredientes regionais. Assim sendo, o uso no contexto apresentado está de acordo com a definição de Assis Júnior (1947).

MOCOTÓ: trata-se de um substantivo masculino, vindo do Kikongo e Kimbundu, com a etimologia em *(ma)kooto*. Castro (2001) define como tornozelo, pernas grossas, o que faz referência ao uso figurado do termo para se referir a partes do corpo, como as pernas grossas ou tornozelos. A acepção de pata de boi sem o casco, utilizada na alimentação, conforme a explicação de Houaiss, Villar e Franco (2008), se refere ao alimento feito a partir da pata de boi usado em pratos como sopas e guisados.

Assim sendo, o uso da lexia pela comunidade de fala está coerente com a definição, pois menciona o uso figurado e confirma a acepção relacionada ao uso culinário do mocotó, com o exemplo dado de alguém se referindo à preparação de mocotó e seu aspecto inchado.

MOQUECA: apresenta três acepções:

1. Guisado de peixe ou de mariscos, podendo também ser feito de galinha, carne, ovos, regado a leite de coco, azeite de dendê e pimenta (Castro, 2001). Este prato, típico da culinária afro-brasileira, é caracterizado pelo uso de peixe ou frutos do mar, com ingredientes ricos em temperos e condimentos como azeite de dendê e leite de coco, elementos típicos da culinária dos afrodescendentes no Brasil.
2. Ensopado geralmente de peixe ou frutos do mar, feito com cebolas, pimentões, tomates e temperos (Houaiss; Villar; Franco, 2008), com um foco na combinação de vegetais e temperos, especialmente aqueles usados para realçar o sabor do peixe ou marisco.
3. Guisado de carne ou peixe com mandioca (Assis Júnior, 1947). Essa acepção é mais abrangente, pois menciona também a possibilidade de guisado de carne e inclui mandioca como um dos ingredientes.

Diante disso, a lexia *moqueca* está de acordo com as concepções apresentadas nas fontes consultadas. A análise das acepções, correspondência e uso nas falas confirma que a palavra se refere a um guisado ou ensopado, com base em peixe, mariscos ou carne, e preparado com uma variedade de temperos e ingredientes, conforme especificado nas definições.

MUAMBA: a lexia foi encontrada apenas uma vez na comunidade de fala de Luanda (L1), foi empregada por uma mulher, uma da faixa B, nível 3 de instrução. Diante disso,

observa-se que a palavra está em uso constante na comunidade de fala e, possivelmente, não sofreu grandes influências semânticas.

O repolho com *muamba* de jinguba é assim: eu tiro o repolho, protejo muito bem, corto o repolho, então ponho a água no fogo... Eu faço galinha de muamba, faço repolho com *muamba* de jinguba, faço sopa... Eu faço muita coisa... (A.V, p. 7).

Castro (2001) afirma que a lexia é oriunda do Kikongo, *mwamba*, que significa feitiço, bruxedo; fraude; contrabando; roubo. Houaiss, Villar e Franco trata a lexia como roubo ou furto de mercadorias nos portos, mercadoria contrabandeada, contrabando (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 516). Nesse contexto apresentado, a lexia muamba não está de acordo com as concepções ofertadas nas obras consultadas, visto que se trata de fraude ou roubo e a participante a utiliza como sinônimo do moamba, que de fato, é um prato típico de Angola.

MÚCUA: a palavra também apresenta uma definição, segundo o dicionário Infopédia: substantivo feminino do Kimbundu, que quer dizer fruto do embondeiro, cujas sementes, envolvidas por uma massa fécula e ácida, se usam para fazer refrigerantes e têm propriedades laxativas. Castro (2001), Houaiss, Villar e Franco (2008) e Assis Júnior (1947) não atestaram essa lexia em duas obras.

A palavra no contexto utilizado pelo participante está de acordo com as concepções apresentadas na fonte consultada. A definição como fruto do embondeiro utilizado para fazer refrigerantes e com propriedades laxativas corresponde ao seu uso na prática, conforme evidenciado pelas falas. A referência ao gelado de *múcua* feita pelo participante reforça a aplicação do fruto em produtos alimentícios, e a correspondência com *múkua* reflete variações linguísticas, mas com o mesmo significado. Portanto, a lexia está em conformidade com as definições e as práticas descritas.

MUGUNZÁ: é definida por Castro (2001) como milho debulhado, cozido em leite de coco, sal e açúcar. A preparação descrita remete a um prato típico que utiliza milho como base, sendo um alimento comum em algumas culturas de Angola e Moçambique. Mostra ainda que é um substantivo feminino de origem no Kikongo e Kimbundu, apresentando sua etimologia em *mugenzal*, mugunzá.

[...] é o que mais faz... é *mungunzá*, milho cozinhado, canjica, é *mungunzá*, milho cozido... tudo (T.M, p. 10).

[...] Zezé era bom demais naquela época, era bom demais, a gente sambava a noite todinha até de manhã não tinha briga não tinha nada... (quando era) de manhã todo mundo amanhecia o dia, ia pra suas casa,

aqueelas que num fosse tinha que ói... era mingau, era bolo, era canjica, era uma coisa, era cuscuz, era como é... também era *mugunzá*... era tudo a gente comia (N.D, p. 91).

É importante observar a fala do participante, porque descreve a preparação do *mugunzá* como um prato de milho cozido, enfatizando que é frequentemente preparado e consumido. A referência à canjica indica que há uma relação entre o *mugunzá* e outras preparações de milho, como a canjica, que é também um prato similar, com algumas variações regionais.

A segunda fala descreve o ambiente social e festivo em que o *mugunzá* era consumido, destacando-o como uma comida tradicional associada a momentos de convivência e celebração. O *mugunzá* é comparado a outros pratos típicos como mingau, bolo, canjica e cuscuz, o que reforça a ideia de um alimento popular e amplamente consumido em diferentes contextos.

Assim sendo, a lexia está de acordo com as definições apresentadas nas fontes consultadas, como um prato feito de milho debulhado, cozido com leite de coco, sal e açúcar. As falas, portanto, confirmam tanto a forma de preparo quanto o contexto social e cultural em que o *mugunzá* é consumido, principalmente como uma comida típica associada a festas e momentos de convivência.

MULEMBA: em botânica se refere a uma árvore da família das *Moráceas*, *Ficus thonningii*, de grande porte e copa volumosa, que tem um significado cultural profundo. Esta árvore era considerada "a árvore da realeza angolana", pois sob sua sombra se reuniam os chefes das tribos. Este conceito sublinha a importância simbólica e social da árvore em muitas comunidades de Angola, associando-a à autoridade, liderança e reuniões tribais.

A árvore é também conhecida como sandeira ou sicômoro, com frutos comestíveis e pertencente à mesma família botânica de outras árvores conhecidas por suas características frutíferas e de sombra.

Como topônimo é o nome de um povoado, *Mulemba Changola*, que é uma localidade em Luanda e no distrito de Malanje. O uso do termo como topônimo acrescenta um nível geográfico à palavra, identificando uma área específica associada à árvore ou que tenha sua simbologia.

A fala e as acepções apresentadas confirmam que *Mulemba* é mais do que uma simples árvore; é um símbolo cultural e social. A associação com a realeza e a reunião de chefes sob sua sombra indica o respeito e a reverência que essa árvore merece, refletindo a conexão profunda que muitas comunidades de Angola têm com a natureza e suas práticas sociais.

A referência a *Mulemba Changola* como um local para a colheita de mandiocas reforça o papel contínuo da árvore e do topônimo em atividades diárias e práticas da vida comunitária.

Isso também mostra a interligação entre o significado simbólico da árvore e a sua utilidade prática em determinadas regiões.

Diante disso, observa-se que *Mulemba* utilizada pelo participante de Luanda (L2) “*Pra ir buscar lá umas mandiocas, ai no Mulemba Changola ir lá buscar umas mandiocas até no*” (S.D.M, p. 1), está de acordo com as definições apresentadas nas fontes consultadas, tanto em sua acepção botânica como em sua utilização geográfica e simbólica.

NAGÔ: a lexia pode ser um substantivo ou um adjetivo, a depender do contexto em que é utilizada, é de origem Kwa e tem como etimologia *Ànàgó*.

É definida por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008). É uma lexia usada para se referir a uma designação dada às comunidades religiosas afro-brasileiras que cultuam os orixás e utilizam uma língua litúrgica de base *nagô* (Castro, 2001). A partir dessa definição, *nagô* se conecta com as práticas religiosas afro-brasileiras, particularmente aquelas ligadas ao candomblé, e remonta às origens dos escravizados de língua iorubá.

Houaiss, Villar e Franco (2008) mostram que também pode se referir a negros escravizados falantes da língua iorubá, fazendo uma ligação direta entre a cultura, a religião e a língua dos descendentes dos iorubás no Brasil, assim como entre as práticas culturais de descendentes africanos e suas origens.

Em [...] “é... aqui é... aqui é Xangô e *Nagô*. Xangô” (N.D, p. 49), a fala se refere diretamente à Xangô, um dos orixás mais reverenciados nas religiões afro-brasileiras, e ao *nagô* como um contexto cultural e religioso. A referência a Xangô e *Nagô* sugere uma conexão com as tradições religiosas africanas, especificamente as associadas à língua e aos cultos iorubás, como sugerido por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008).

A palavra *nagô* está de acordo com as concepções que o associam às comunidades religiosas afro-brasileiras, à língua iorubá e ao culto aos orixás. A fala do participante demonstra o uso da palavra dentro de um contexto cultural e religioso, reforçando a continuidade das tradições africanas no Brasil e nas comunidades que mantêm vivas essas práticas, como observado em Mussuca.

NGONGO: a lexia não foi atestada por Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), no entanto aparece na obra de Assis Júnior (1947) como substantivo pertencente ao Kimbundu, com sua etimóloga em *ngónço*, sendo bastante similar e indicativo das mesmas conotações de sofrimento, dificuldades e adversidades, além de sua conexão geográfica.

A lexia é empregada com diversas conotações em Kimbundu, abrangendo tanto aspectos negativos quanto de necessidade vital. Ele pode ser associado a conceitos como sofrimento, tribulação, padecimento, martírio, ou ainda a pesar, trabalho forçado, desgraça e dificuldade.

Em um contexto mais amplo, *ngongo* também pode indicar o modo de viver pelo mundo, com uma referência à alimentação e necessidade da vida, à sociedade, e à convivência.

Eu conheço a capital a capital da província do Bengo. A minha área é Nambo, a *Ngongo*, conheço também a área de Kibaxi entre Porto Quipiri, Kibaxi, conheço essa parte. De passagem, por exemplo, Kuanza-Norte mil novecentos e setenta e cinco na altura da guerra. Venho de Nambo a *Ngongo*, passo pela área de Kibaxi até Kwanza-Norte pra poder chegar, atingir Luanda (E.A, p. 1).

A fala do participante corresponde a uma conotação geográfica de *Ngongo*, pois é citada como uma área que conhece e atravessa, além de estar relacionada ao percurso que fez em um contexto histórico marcado pela guerra. Em outras palavras, alusão a um local geográfico específico, o que parece se alinhar com a ideia de um território que pode ter sido de sofrimento ou de luta no contexto histórico de Angola.

QUIABO: trata-se de um substantivo masculino, das línguas Kikongo e Kimbundu, com a etimologia em *kyambo*, com acepção de fruto de quiabeiro; muito utilizado na cozinha ceremonial afro-brasileira e baiana; caruru (Castro, 2001, p. 320). Erva especialmente cultivada por seus frutos, comestível após cozimento, e pelas fibras da casca do caule. O fruto dessa erva (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 624). Foi encontrada em três entrevistas da comunidade de fala de Luanda (L1, L2)

Olha, um bom caruru, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva *quiabo*, leva... como é que eu posso dizer... quimbala, como Salma” (A.C, p. 8).

Chego aquela hora, compro o jantar, tô ir em casa, mas depois que morreu.... Agora vendo tomate, vendo cebola, vendo couve, vendo alface, *quiabo*, cenoura, pimento, qualquer tipo de negócio que me aparece, eu faço (A.V, p. 6).

Prato feito com peixe fresco, depois seco, misturado, mas tem que ser peixe fresco grosso, o peixe seco misturado, temos a rama, a gingoa, bastante gingoa, os *quiabos*, a berinjela e o óleo de palma. Se vamos a engrossar... aquele muito aguado então engrossamos um bocadinho com pó de bambu (Y.F.G, p. 6).

Os participantes empregam a lexia com o intuito de caracterizar um legume, embora os contextos sejam opostos, o sentido não apresenta modificação. Castro (2001) mostra que a lexia é de origem bantu, mais precisamente das línguas Kikongo e Kimbundu, significando o fruto do quiabeiro, um ingrediente típico da culinária afro.

Na acepção de Assis Júnior (1947) a palavra é proveniente de *kingombo*, planta malvácea de folhas e fruto e comestíveis. Assim, as utilizações estão em consonância com Castro (2001), Assis Júnior (1947) e Houaiss, Villar e Franco (2008).

QUILOMBO: a lexia trata-se de um substantivo masculino proveniente do Kikongo e Kimbundu. Tem sua etimologia em *kilómbo*, confirmando a continuidade e a integridade da palavra em sua origem africana, especialmente no contexto de povos da região de Angola e Congo. Reforça ainda a ideia de uma estrutura comunitária organizada.

Apresenta três acepções:

1. Povoação de escravizados fugidos, aldeamento (Castro, 2001, p. 324): O quilombo é descrito como uma comunidade formada por escravizados fugitivos, uma tentativa de resistência à escravidão. Era um espaço de liberdade onde os fugidos buscavam se refugiar e viver fora do controle dos senhores de escravos.
2. Povoação onde se escondiam escravizados fugitivos do cativeiro, indígenas e brancos marginalizados, dotada de organização interna (Houaiss; Villar; Franco, 2008, p. 624): Essa definição amplia a visão do quilombo, incluindo não apenas escravizados fugitivos, mas também indígenas e brancos marginalizados pela sociedade colonial. Além disso, destaca a organização interna dessas comunidades, como uma estrutura social autônoma.
3. Conjunto de forças; lugar de reunião ou sanzala de trabalhadores (Assis Júnior, 1947, p. 131): Esse uso de quilombo aponta para uma relação de trabalho, talvez se referindo ao trabalho de pessoas marginalizadas e a uma organização de resistência ou união entre os excluídos da sociedade colonial.

De acordo com as abonações, as acepções apresentadas para *quilombo* estão bem alinhadas com as falas e o contexto cultural em que a lexia é utilizada. O *quilombo* não é apenas um lugar geográfico, mas um símbolo de resistência, organização social e identidade histórica. As definições de povoação de escravizados fugitivos e comunidade dotada de organização interna reforçam a importância do *quilombo* como um espaço de autonomia e de resistência contra a opressão.

Segundo Alkmim e Petter (2008) a lexia também já foi atestada por Raimundo (1933) e Mendonça (1936).

O termo é atestado com o mesmo significado, ‘povoação fortificada dos negros fugidos do cativeiro’. Raimundo indica o sinônimo *mocambo*. Quanto à etimologia, os autores indicam o termo *kilombo* ‘povoação’, sendo do quimbundo para Mendonça e do ambundo para Raimundo. Ambos indicam o

derivado quilombola escravo fugido do quilombo (Alkmim; Petter, 2008, p. 167).

Na fala [...] “*do quilombo, da época do quilombo? cê tem que lembrar por pra poder repassar pro seus filhos oh futuros né? senão todo mundo vai esquecer*” (J.O, p 38), ao se referir ao *quilombo* como uma memória histórica, indica a relevância dessa palavra na preservação da história de luta contra a escravidão, sugerindo uma continuidade dessa identidade de resistência.

Já na fala [...] “*sobre a comunidade aqui assim essa história que aqui é Mussuca né é uma comunidade quilombola né? Olha daqui da Mussuca... do meu entendimento né?*” (J.E, p, 60), que associa Mussuca a uma comunidade quilombola, indica que a tradição e a memória dos quilombos ainda estão presentes, com um possível vínculo com o passado de fuga e resistência.

QUIMBALA: a palavra foi empregada por um homem pertencente à faixa C, nível 1 de escolaridade: “Olha, um bom caruru, é peixe fresco. Por exemplo, o peixe bom é fresco... é, bem seco, leva quiabo, leva... como é que eu posso dizer... *quimbala*, como Salma” (A.C, p. 8).

Dos autores consultados, a lexia é atestada apenas por Assis Júnior (1947), de origem Kimbundu, *kimbala*, que quer dizer canoa larga de pouca altura. Ao observar a lexia e sua utilização na entrevista, percebe-se que possivelmente faça menção a sua acepção original, haja vista que as canoas sempre são usadas por pescadores para realizar seu ofício.

QUIMBO: a lexia foi localizada em duas entrevistas. Na faixa A foi pronunciada por um homem com nível 1 de escolaridade. Registrhou-se também na faixa C uma mulher natural do Rungo, pertencente ao nível 1 de escolaridade.

[...] a gente é fiar mesmo uns fiinhos piquininhos compramos memo essa linha, então aqueles a linhas ai então que tem uns pau lá no *Quimbo* que se fala umbundu (D.C, p.1).

Sim, senhora. Mesmo que seja aqui em Luanda ou que seja nos matos os jovens já estão, nos matos também lá nos *Quinbu*, tem jovem, os jovem já tá memo desenvolvido. Já não está como estava antigamente, tapado (T.L, P. 7).

A lexia não foi atestada nas obras consultadas, no entanto, de acordo com o dicionário virtual Infopédia, significa povoado; senzala; casa ou conjunto de casas constituindo com um só cômodo. Levando em consideração o contexto em que a lexia foi utilizada, possivelmente refira-se a um topônimo de uma determinada região de Luanda.

QUIZOMBA: a lexia é atestada apenas por Castro (2001), significando festa ou celebração. Neste contexto, *quizomba* é associada a um evento festivo ou celebração, algo típico

em várias culturas africanas, especialmente nas tradições angolanas. A palavra pode designar tanto o ato de festejar quanto o tipo de música e dança envolvida nesses eventos.

A correspondência com *kizomba* ou *kuzomba* é relevante, pois *quizomba* é uma adaptação para a *kizomba* em Português. Ambas as palavras se referem ao mesmo ritmo musical e estilo de dança, com raízes no continente africano.

Ora, a *kizomba* que é a nossa música, gênese da nossa música. A *kizomba* é a melhor música que há [...] Ora, desde Paulo Flores, é... Carlos Burity, Bonga, todos aqueles músicos que cantam boa *kizomba* nossa, da terra, aqueles que são os meus músicos (E.A, p. 3).

A fala do participante ressalta o orgulho da *kizomba* como uma expressão cultural genuinamente angolana. Ele menciona alguns dos principais artistas da música angolana e vincula a *kizomba* a uma celebração da identidade nacional. A ênfase na *kizomba* como "a melhor música que há" também sugere uma forte ligação entre a lexia e a tradição festiva e musical do país. Assim sendo, *quizomba*, empregada pela comunidade de fala, está completamente de acordo com as definições apresentadas.

SAMBA: em sua acepção Castro (2001) mostra que tem sua origem no Kikongo e Kimbundu, mas pode exercer significados diferentes, a depender do contexto que é empregada. Pode designar, por exemplo, um título de mãe, de sacerdotisa; pode referir-se a uma cerimônia pública de macumba; rezar; orar. Ainda pode compreender uma dança ou ritmo musical; festividade barulhenta acompanhada de dança; cerimônia religiosa; confusão; barulho. Houaiss, Villar e Franco (2008) também definem como uma dança popular brasileira cantada; música que acompanha essa dança.

Tem sua etimologia em *nsamba/ kúsamba*. Das lexias de bases africanas analisadas, samba apresentou-se como a mais utilizada tanto em Mussuca como em Luanda (L1 e L2).

[...] pronto com quinze dia tem um *samba* Ave Maria é tanta... geladinha da pé... cachaça na vi que eu nunca vi não (B.S, p. 70).

Só aqui dentro de Luanda posso dizer conheço, conheço Capinga, conheço é *Samba né!*? Samba e o bairro Malgozo esse bairro Malgozo fica em frente a clínica, a clínica do Prego, essas são os bairro que eu conheço, a *Samba* (A.E, p.1).

Vamos mesmo mostrar a sua casa, sobe já no carro. Pronto, daí, subi no carro, viemos até aqui no *Samba* (A.V, p. 7).

É um investimento que estou adaptando já um bom tempo, estou nos serviços administrados, sou funcionário o AGER- Associação dos Agileiros aqui do município de *Samba* o qual sou secretário de edição administrativa (A.J, p. 4). O carnaval brasileiro é muito *samba...* é... e uma particularidade deles muita mulher de umbigo nua e aqui em Angola não é assim (A, p. 12).

[...] mas você... essas *samba* do Reisado já é uma atividade né? Física, já é atividade oh, a gente *samba* é muito roda dança requebra até o chão só (J.O, p. 32).

[...] é ousada viu? viu? ele pega o vento também sabe? então o *samba* de coco, o *samba* de parea, o *samba* de roda *samba* de coxa essa coisa era tudo só folguedo juninos só pra época de São João quando dizia assim "hoje é primeiro de São João (M.R, p. 01).

[...] Parti não, Parti Folclore... Parti eh a São Gonçalo *samba* de pareia o Reisado" (T. M, p. 16).

[...] do *samba* não num fui não sambar, duas sou apaixonada pra sambar num sei sambar de jeito nenhum, só sei bater o pé assim... mas quem sabe, sabe, mas num sei não (S.V, p. 16).

É importante perceber que a lexia é utilizada pela maioria dos participantes como um topônimo, isto é, um distrito pertencente ao município de Luanda, como afirma Assis Júnior (1947) povoado e sede do posto de Ambica, distrito do Kwanza - Norte, província de Luanda.

Por outro lado, é possível observar também a lexia sendo utilizada de acordo com a acepção de Castro (2001) e Houaiss, Villar e Franco (2008), tratando-se de um ritmo musical, associado ao carnaval do Brasil. A utilização da lexia por diferentes participantes de faixas e níveis de instruções distintos leva a reflexão de que a palavra é comumente empregada por diferentes comunidades de fala, seja na sua acepção enquanto festividade ou quando se refere à toponímia.

SOBA: a lexia foi empregada por participantes de Luanda que apresentam o Português como língua materna e adquirida. De acordo com Castro (2001), o substantivo é proveniente do Kikongo, Kimbundu e Umbundu, apresenta o sentido de rei ou chefe.

Assis Júnior (1947) afirma que é nome genérico de representante da autoridade gentílica em determinada região. Assim, ainda que a lexia tenha sido empregada por apenas um informante, atesta a sua utilização pela comunidade de fala, com a mesma acepção, conforme demonstrado na transcrição a seguir.

Porque são tradições muito... há umas que, por exemplo, o lado cultural, como a comida, a dança, ainda tenho o prazer de analisar e reter desses aspectos algo construtivo. Mas a nossa tradição, como que... como, por exemplo, o soba, o senhor mais velho aqui é chamado de *soba* e caso, por exemplo, tu uses o rio de uma aldeia fora da cidade, nossa tradição não pesa muito aqui na capital, porque aqui na capital nós chegamos a ser aculturados por Brasil e Portugal, mas nas províncias vê-se que o povo sente ou receia muito o *soba* que é o chefe da tribo, devido... Porque tu faz algo contra este homem eu acredito que eles trabalham com forças ocultas, tu és penalizada" (J. P. T, p. 19).

Agora o ano... O ano foi mesmo... Não... Eu acho que foi mesmo 83, porque foi as primeiras... aquelas guerras não eram essa guerra, coisa... Quer dizer, era as tropas entravam nos bairros, tá a ver? Chamar o *soba*... Porque aquilo era assim: A Unita passava no bairro, queria comer. Então eles como povo,

não são culpados, não sabem nada, comer então... dava de comer à Unita (T.M.N, p. 8).

XANGÔ: a lexia é de origem Kwa, denota o orixá dos raios e do trovão, rei-herói do povo iorubá, geralmente corresponde a São Jerônimo. Foi encontrada em apenas na fala de uma participante de Mussuca: "como é que ela falou de eh... candomblé, candomblé... candoblé *Xangô*" (N.D, p. 36)

A fala mostra a tentativa de se referir ao candomblé e a *Xangô* dentro do contexto religioso, ainda que com alguma confusão na pronúncia ou na menção da lexia candomblé. A repetição do nome *Xangô* sugere um foco nas práticas relacionadas a essa divindade e sua importância no candomblé, especialmente dentro de comunidades afro-brasileiras, como em Mussuca.

As acepções de *Xangô* estão em perfeita consonância com as definições tradicionais e religiosas. Ele é apresentado como uma divindade de grande poder, associado aos raios e trovões, e reverenciado de maneira específica dentro dos cultos religiosos afro-brasileiros e de origem iorubá. O culto a *Xangô*, com todos os seus símbolos, elementos e mitos relacionados, é bem representado nas acepções que foram fornecidas, logo a lexia *Xangô* está em total consonância com as concepções apresentadas, especialmente no que diz respeito ao contexto religioso afro-brasileiro e iorubá.

XINGAR: o verbo *xingar* tem sua origem no Kimbundu. Sua definição principal é insultar, ofender com palavras, injuriar. Esta definição está diretamente associada à prática de usar palavras agressivas ou de desprezo para atingir alguém, algo comum em muitas culturas e contextos de conflito.

Segundo Castro (2001, p. 353), *xingar* envolve uma intenção de ofender alguém verbalmente, usando palavras que busquem humilhar, desqualificar ou ferir emocionalmente a pessoa.

No contexto de fala, o verbo *xingar* está de acordo com as acepções de insultar, ofender com palavras, injuriar. A fala do participante corrobora o uso do verbo, destacando um momento de tensão onde alguém quase ofendeu outra pessoa verbalmente, mas se absteve. Portanto, tanto a definição quanto a utilização da palavra estão em consonância com o contexto apresentado.

ZAMBA: é um substantivo que, segundo Assis Júnior (1947), se refere a sociedade, associação, parceria. Esta definição aponta para uma união ou colaboração entre indivíduos com um objetivo comum ou interesse compartilhado. Além disso, a referência a "meias, em

partes iguais" sugere uma divisão equitativa, indicando que a lexia pode ser utilizada em contextos em que há partilha de bens, responsabilidades ou recursos, em uma sociedade ou acordo.

A fala “Família, família... Tenho famílias que vivem na Terra Nova, é próximo mesmo já de minha casa, tenho família que vive no *Zamba Dois*. Normalmente uso táxi, né, transporte mesmo” (N.A, p. 2), exemplifica o uso da palavra em um contexto geográfico, quando menciona *Zamba Dois*, referindo-se a uma área ou localidade específica. Isso indica que a palavra não é apenas utilizada para descrever uma parceria social ou uma associação, mas também para denominar divisões territoriais ou comunidades dentro de uma cidade ou região.

ZONZA: é um adjetivo, cuja definição remonta a atordoado, tonto, distraído, de acordo com Castro (2001), e com tonteira; atordoado; desnorteado, conforme Houaiss, Villar e Franco (2008). Essas definições sugerem um estado mental ou físico em que a pessoa se sente confusa, com dificuldade de concentração, ou com sensação de desequilíbrio, seja por cansaço, estresse, ou outras causas que afetam a clareza de raciocínio.

A correspondência com a palavra *kinzanzu* pode ter variações ou formas correlatas em outras línguas africanas, como o Kikongo ou Kimbundu, além de reforçar a ideia de um conceito compartilhado entre essas línguas para descrever estados de desorientação ou falta de foco.

O exemplo retirado dos corpora ilustra bem o uso da lexia no cotidiano. A expressão “meia *zonza*” revela um estado de leve atordoamento ou tontura experimentados pela pessoa, demonstrando como a palavra é aplicada em situações reais para descrever a sensação de estar desconcentrado ou debilitado, muitas vezes associada à fadiga ou ao desconforto físico. O uso de *zonza* está, portanto, de acordo com as concepções apresentadas nas definições, refletindo o estado de desorientação ou tontura, seja em um sentido físico ou mental.

ZUNGA: a palavra é um substantivo feminino utilizado nas línguas Kikongo e Kimbundu, com o significado de prostituta, conforme descrito por Castro (2001). Além disso, é empregado para referir-se a uma mulher ambulante ou vagabunda, como descrito por Assis Júnior (1947), apontando para uma figura social associada a comportamentos errantes ou à venda de serviços, especialmente relacionados ao prazer ou à prostituição. Apresenta sua etimologia em *nzunga*.

Se pudesse diminuir um bocado do táxi. Esse preço também... Isso aí já vai na *zunga*, um dia consegue mil kwanza, tirar a jantar das criança lá chega em casa, só lá chega com duzentos Kwanza, duzentos Kwanza pras criança comer, comer pão, as criança janta (F.A.S, p. 10).

Na fala do participante a lexia é empregada no contexto de um relato financeiro e econômico, com implicações na sobrevivência e nas escolhas de vida. O uso de *zunga*, nessa situação, pode não se referir diretamente à prostituição, mas sim a uma forma simbólica de descrever como o dinheiro obtido de maneiras marginais ou associadas à rua pode ser usado para sobreviver, ilustrando a realidade de dificuldades econômicas.

Assim sendo, esse uso está de acordo com as definições apresentadas nas fontes, refletindo tanto o sentido direto de prostituição quanto uma interpretação mais ampla associada à luta diária e à sobrevivência de indivíduos em contextos de vulnerabilidade social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível concluir que o contato linguístico, especialmente no contexto histórico de colonização europeia no território brasileiro e angolano desempenhou um papel crucial na formação das variedades do português faladas em Angola e no Brasil. Esse contato possibilitou a incorporação de unidades lexicais que enriqueceram o vocabulário do português em ambos os países. No caso do português angolano e brasileiro, observou-se que, além de aspectos fonológicos e gramaticais, houve uma significativa contribuição lexical e expressões provenientes das línguas africanas, no Brasil e em Angola, com a contribuição das línguas bantu. Esse intercâmbio lexical reflete a complexidade das relações históricas e culturais entre as diferentes comunidades e evidencia a dinâmica contínua de transformação das línguas em contato.

A partir dos dados apresentados, observa-se que as línguas africanas tanto em Mussuca quanto em Luanda permanecem vivas, como evidenciado pelas lexias identificadas nas entrevistas realizadas com as comunidades de fala. Embora o número de lexias de origem africana no português falado em Luanda e em Mussuca tenha sido relativamente pequeno, é importante considerar que essa redução pode ser atribuída ao formato das entrevistas, realizadas no modelo informante e documentador, o que possivelmente levou os participantes a restringirem o uso de seu vocabulário cotidiano. Mesmo com a quantidade limitada, fica claro que o léxico das línguas africanas continua presente no português brasileiro e angolano.

Diante disso, foi comprovado que existem semelhanças entre o léxico de origem africana falado no português de Luanda e o falado na comunidade Mussuca, no Estado de Sergipe, visto que ambas as variantes compartilham influências das línguas autóctones africanas, especialmente no vocabulário, resultante da presença histórica de africanos no Brasil em Angola. Em ambos os contextos, observaram-se lexias de origem bantu e outras línguas africanas como a Kwa, que foram incorporadas a essas variedades do português, refletindo características políticas e históricas semelhantes. Essas semelhanças evidenciaram a continuidade da influência africana na formação do léxico de Luanda, pois as línguas autóctones africanas e a portuguesa ainda convivem no território, e a forte influência que teve no Brasil.

No que concerne às hipóteses levantadas nesta pesquisa os dados mostraram que além das semelhanças no nível lexical, observou-se também semelhanças no nível semântico entre o português falado em Luanda e o falado na comunidade Mussuca, em Sergipe. O fenômeno do contato linguístico, especialmente com as línguas africanas, contribuiu significativamente para

enriquecer as variedades do português angolano e brasileiro com marcas lexicais que preservam acepções tradicionais africanas.

Cabe salientar ainda que muitas dessas lexias não só mantiveram suas formas, mas também conservaram significados que remontam a práticas culturais, religiosas e sociais das comunidades africanas de origem. Assim sendo, percebe-se que o processo de conservação semântica é um reflexo da resistência cultural e da adaptação das línguas autóctones africanas ao contexto das novas realidades sociolinguísticas, permitindo que, até os dias atuais, certas acepções originárias da África permaneçam presentes e reconhecíveis nos dois países.

A análise dos dados também conformou a segunda hipótese apresentada aqui, porque foi constatado que o contato do Língua Portuguesa com as línguas autóctones africanas realmente gerou semelhanças entre as variedades analisadas. Em ambos os casos, as línguas africanas, sobretudo o Kikongo, Kimbundu e Umbundu desempenharam (no Brasil) e ainda desempenham (em Angola) um papel ativo na formação do português falado tanto em Luanda quanto na comunidade Mussuca.

Todavia, devido à própria dinâmica do fenômeno do contato linguístico, algumas lexias sofreram modificações semânticas ao longo do tempo, resultando em significados diferentes dos tradicionais mostrados nas obras lexicográficas consultadas. Esse fenômeno é particularmente notável em Luanda e Mussuca, onde o uso de lexias de origem africana foi adaptado ao contexto sociocultural, dando origem a novas acepções que divergem muitas vezes das tradicionais, mas que refletem a evolução linguística decorrente do contato entre línguas.

Foram analisadas aproximadamente 80 mil ocorrências lexicais provenientes das entrevistas realizadas em Luanda e Mussuca, considerando as repetições. Desse total, apenas 81 lexias de origem africana foram identificadas, o que representa um número consideravelmente reduzido em relação ao volume dos corpora. Esse dado revela a baixa frequência de elementos lexicais africanos no português falado nesses contextos, evidenciando, assim, a forte predominância do léxico de origem europeia e apontando para o impacto histórico dos processos de glotocídio e assimilação linguística, como apontado por Lucchesi (2015).

Uma possível explicação para o reduzido número de lexias de origem africana em Mussuca-Se está no fato de se tratar de uma comunidade aberta, onde o contato constante com diferentes grupos, tecnologias e redes sociais favoreceu a difusão e a predominância do português. Em Luanda, por sua vez, a intensificação do contato com a língua portuguesa, além da dinâmica dos processos sócio-históricos da colonização em Angola também contribuiu para o enfraquecimento do uso de lexias africanas.

Esse fenômeno confirma o que aponta Bonvini (2008), ao destacar que as línguas africanas foram submetidas a rupturas semânticas e dialógicas: a ruptura semântica, mais impactante, consistiu na obsolescência dos sentidos tradicionais, que deixaram de refletir a realidade africana; já a ruptura dialógica resultou do convívio inabitual das línguas africanas com outras línguas em um mesmo espaço, provocando alterações profundas nas práticas linguísticas.

Infere-se ainda que as lexias identificadas estão integradas a diversos aspectos do cotidiano da comunidade de Luanda e de Mussuca, sendo que algumas delas, conforme observado nas entrevistas, estão diretamente ligadas à experiência diária dos participantes.

Ao contrário do Brasil que também tem o português como língua oficial, o português falado em Luanda parece ainda estar em um processo contínuo de formação. Esse fenômeno ocorre devido à convivência constante com diversas línguas autóctones africanas na região, o que mantém um intenso contato linguístico e contribui para o desenvolvimento de uma variante única do português local.

No tocante à construção do vocabulário digital de línguas autóctones africanas *Vozes da África*, concui-se que representa um marco fundamental na preservação, valorização e difusão desses patrimônios linguísticos. Em um cenário global cada vez mais mediado pela tecnologia, a digitalização e sistematização dessas línguas não apenas garantem a sua sobrevivência diante das pressões homogeneizadoras da globalização, mas também ampliam as possibilidades de acesso a elas em contextos educacionais, acadêmicos e comunitários. Diante disso, infere-se que esse vocabulário digital atua como uma ponte entre tradição e inovação, permitindo que os saberes se articulem com as ferramentas contemporâneas de comunicação e conhecimento.

Ao disponibilizar essas lexias de línguas africanas em ambientes digitais, promove-se não apenas a inclusão digital, mas também a democratização do conhecimento, estimulando novas pesquisas e práticas pedagógicas mais diversas e representativas. Desse modo, o vocabulário digital não é apenas um repositório de palavras, mas um instrumento de resistência cultural, de inovação científica e de justiça histórica.

Por fim, acredita-se que o objetivo desta tese, analisar e comparar as lexias de origem africana presentes na variedade do português falado em Luanda e na variedade falada na comunidade Mussuca, tenha sido cumprido com êxito. A pesquisa evidenciou as semelhanças e diferenças entre as duas variedades, destacando como as línguas africanas influenciaram o léxico do português em ambos os contextos. Essa análise contribui significativamente para os estudos sobre as raízes do português brasileiro, ao demonstrar como o contato linguístico com

as línguas africanas, em diferentes regiões, desempenhou um papel crucial na formação do vocabulário e na manutenção de significados tradicionais. Dessa forma, a pesquisa oferece uma compreensão mais profunda das influências africanas nas variedades do português falado no Brasil e em Angola, ampliando o entendimento sobre a evolução do português em ambas as regiões.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tania; PETTER, Margarida Maria Taddoni. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: PETTER, Margarida Taddoni. FIORIN, José Luiz (Org). **Africa no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 146-177.
- ARANGO, Myriam Lucía Chancí. **O impacto das novas tecnologias disruptivas na lexicografia sob a perspectiva da teoria das funções lexicográficas**. 2021. 177f. Tese (Doutorado em Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/241827/001144230.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 dez. 2023.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Pesquisas com dados do português falado em Luanda-Angola: algumas considerações metodológicas. In: ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira (Org). **Lusofonia Afro-brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas**. Pontes Editores: Campinas, 2025, p. 15-43.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. Levantamento das Comunidade Rurais Afro-Brasileiras do Recôncavo da Bahia: Contribuições para Futuros Estudos Sociolinguísticos em Comunidades Remanescentes de Quilombos. In: FREITAG, Raquel Meister Ko; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. (Org.). **Mobilidades e Contatos Linguísticos no Brasil**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2023, p. 208-239.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; DANTAS, Nathalia dos Santos. Os verbos ter e haver existenciais no português falado em Luanda-Angola. **Letrônica**, cidade v. 10, n. 1, p. 64-81, 2017.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. A sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BA: uma comparação com o português luandense. **Macabéa- Revista Eletronica do Netlli**, v. 08, p. 563-584, 2019.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira (Org). **Lusofonia Afro-brasileira: questões sócio-históricas e linguísticas**. Pontes Editores: Campinas, 2025.
- ASSIS JUNIOR, António de. **Dicionário Kimbundu-Português Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios**. Luanda: Argente, Santos e Comp., 1947.
- BARBOSA, Maria A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: Simpósio Latino Americano de Terminologia – II e Encontro Brasileiro de Terminologia Técnica-Científica – I. **Anais**. Brasília: IBICT, 1990, p. 153.

BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria. (Org.). **A Constituição da normatização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRST, 2001, p. 23-45.

BARBOSA, Maria Aparecida. Modelos em lexicologia. **Língua e literatura**, Vol.n. 9, p. 261-279, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1980.115872>. Acesso em: 15.maio.2025.

BARBOSA, Maria Aparecida. Réflexions sémantiques sur l'article dans l'oeuvre lexicographique. **Meta**, São Paulo, cv. 41, n. 2, p. 265-274, 1996.

BARREIROS, Liliane Lemos Santana. O uso de ferramentas computacionais na elaboração do Vocabulário de Eulálio Motta: AntConc e FLEX. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 216-241, 2017.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos lingüísticos e literários**, Salvador. v. 19, n. 65-84, 1997.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Dicionário de vocabulário brasileiro**. Salvador: Livraria Progresso, 1956 [1889].

BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. **Behavioral and brain sciences**, cidadev. 7, n. 2, p. 173-188, 1984.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do Léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. (Org). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2 ed. Campo Grande: Ed UFMG, 2001, p. 13-22.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Glossário. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, p. 135-144, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3683>. Acesso em: 13. jan. 2025.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 40, 1996, p. 27-46.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e lexicografia. **TradTerm**, cidadev. 7, p. 153-181, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49147>. Acesso em 25 out. 2024.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos**. Collegio das artes da Companhia de Jesus, cidade1716.

BONVINI, Emilio. Os vocabulários de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. (Org.) **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 101-144.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMBRAIA, César Nardelli. Lexicologia e informação: um ensaio de quantificação. **Entretextos**, cidade v. 15, n. 2, p. 31-52, 2015.

CARMO, Sura Souza. Cotidiano escravo nos engenhos de açúcar em Sergipe oitocentista: uma análise da historiografia sergipana. V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da AMPUH/SE. O Brasil na historiografia de Felisbelo Freire: Reflexos na pesquisa e no ensino em história. **Anais eletrônicos**, outubro de 2016.

CASTRO, Yeda Antonita Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Revista Afro-Ásia**, 1983. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3667>. Acesso em 18 set. 2024.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **A língua mina-jeje no Brasil**. Um falar africano em Ouro Preto no século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Séc. de Estado da Cultura, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CHATELAIN, Heli. **Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola**. Genebra: TYP. de Charles Schuchardt, 1888-89.

COELHO, Adolfo. **Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América**. Casa da Sociedade de Geographia, 1881. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ef1CAQAAQAAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Os+dialectos+rom%C3%A2nicos+ou+neolatinos+na+%C3%81frica,+%C3%81sia,+e+Am%C3%A9rica&ots=amfjPqV4rH&sig=JhpAUv6PT6ieQx_kpOdDNuAqdxk#v=onepage&q=Os%20dialectos%20rom%C3%A2nicos%20ou%20neolatinos%20na%20%C3%81frica%2C%20%C3%81sia%2C%20e%20Am%C3%A9rica&f=false. Acesso em 3 out. 2024.

COSTA, Rute et al. O papel da linguística na era das humanidades digitais. **Revista Linha d'Água**, cidade v. 34, n. 2, p. 1-8, 2021.

COUTINHO, Nilton Ribeiro. **Dicionário**: palavras oriundas de línguas que mais contribuíram para a formação da língua portuguesa falada no Brasil: africanas, árabe, espanhola, francesa, inglesa, italiana e tupi. Salvador: Quarteto Editora, 2010, p. 25-92.

COUTO, Hildo Honório do. **Introdução aos estudos das línguas crioulas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

COUTO, Hildo Honório. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística. **Revista de estudos da linguagem**, cidade?v. 20, n. 2, p. 183-210, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Hildo-Couto/publication/276547864_Onomasiologia_e_semasiologia_revisitadas_pela_ecolinguistica/links/5814ac9b08aeb720f6849174/Onomasiologia-e-semasiologia-revisitadas-pela-ecolinguistica.pdf. Acessado em 03. out. 2024

COUTO, Hildo Honório. **Linguística, ecologia e ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2011

DANTAS, Halysson Oliveira. Verbete impresso ou verbete digital? Eis a questão. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. esp., p. 305-327, ago. 2021.

ESCRIBANO, Cecilio Garriga. **La microestructura del diccionario**: las informaciones lexicográficas. [s.l]. Ariel España, 2003.

- FARACO, Carlos Alberto. **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni. **Angola**: povos e línguas. Luanda: Nzila, 2002.
- FONSECA, Mariana Bracks. Rainha nzinga mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 23, n. 2, 2010.
- GONÇALVES, Claudia Aparecida Ferreira et al. **O uso do estrangeirismo na língua portuguesa**. Lisboa: Revela Guilbert, L. La créativité lexicale. Paris: Larousse, 1975.
- GUY, Gregory R. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: **Estudios sobre español de América y lingüística afroamericana**: ponencias presentadas en el 45 Congreso Internacional de Americanistas (Bogotá, julio de 1985). Instituto Caro y Cuervo, 1989. p. 227-245.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, dp&a; 2006.
- HOLM, John. Creole influence on popular Brazilian Portuguese. **Pidgin and creole languages**, cidade?? Vol? nº p. 406-429, 1987.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014**. Luanda, INE, 2016.
- INVERNO, Liliana. **A transição de Angola para o Português**: uma história sociolinguística. Universidade Pombalina. Coimbra, p. 117-129, 2008. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/32154/1/9%20liliana%20inverno.pdf?ln=pt-pt>>. Acesso em 13 jul. 2020
- IPOL, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Plataformas angolanas de aprendizagem de línguas nacionais. **Portal IPOL**, 03 de janeiro de 2014, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://ipol.org.br/plataformas-angolanas-de-aprendizagem-de-linguas-nacionais/>. Acesso em 17 mai. 2023.
- JÚNIOR, Jorge Luiz Nunes dos Santos. **Interfaces entre lexicografia e dialetologia**: por um protótipo de vocabulário dialetal eletrônico da região norte do Brasil. 2023. 209f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/retrieve/4fbfd43-e98d-462c-9623-c57e53873888/SANTOS_JUNIOR_2023_Interfaces%20entre%20Lexicografia%20e%20Dialetologia-Prototipo-VoDiNorte.pdf. Acesso em 15 dez 2023
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**: Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, [1972], 2008.
- LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre. v. 5, n. 9, p. 37-49, 1998.
- LEW, Robert; SCHRYVER, Gilles-Maurice. Dictionary users in the digital revolution. **International Journal of Lexicography**. 27, n. 4, p. 341-359, 2014.

LOBO, Tânia. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Org.). **Razões e emoção**: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: IN-CM, 2003, p. 395-409, 2003.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Lingüística Galega**, v. 4., 45-64, 2012.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 33, p. 347-382, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445067529349614964>. Acesso em 20.maio.2024.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre língua no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partida**: a formação do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 227-255, 2019.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

MACEDO SOARES, António Joaquim. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-1955 [1875-1888].

MACÊDO, Juliete Bastos. **Variação na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural na comunidade rural afro-brasileira Mususca-Laranjeiras/ Sergipe**: uma análise sociolinguística. 176f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Feira de Santana (BA), 2022.

MANZOLILLO, Vito César de Oliveira. Empréstimo semântico, decalque e retroversão: Breve estudo tipológico do empréstimo linguístico. In: **Anais do II Congresso Nacional de Lingüística e Filologia**. UFRJ, 1914.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Manual básico de lexicografia**. Gijón: TREA, 2009.

MATTOS E SILVA; Rosa Virgínia. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012 [1933].

MENDONÇA, Renato. **O português do Brasil**: Origens, evolução, tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu do português falado em Luanda**. Luanda: Cabinda, 2000.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo. v. 9, n. 3, p. 437-454.

NASCIMENTO, José Pereira do. **Grammatica do Umbundu ou Língua de Benguela**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.

OLIVEIRA, Josane Moreira de; SILVA, Marcelo Souza da; ARAUJO, Silvana Silva Farias. O contato entre línguas na constituição da realidade sócio-histórica do português brasileiro: aspectos para um estudo sociolinguístico. **A Cor das Letras**. Feira de Santana. v. 19, n??p. 12-22, 2018.

ORSI, Vivian. Lexicologia: o que há por trás do estudo da palavra. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lucio de Sousa (Org). **Ciências de linguagem: o fazer científico**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012, p. 163-177.

PESSOA, Marlos de Barros. **Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil**. Tübingen: Niemeyer, 2003.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: MELLO, Eliana Heliana; ALTENHOFEN, Cleo; RASO, Tommaso (Org). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 139-156.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Línguas africanas no Brasil**. Gragoatá, Rio de Janeiro. v. 10, n. 19, p. 193-217, 2005.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Variedades linguísticas em contato**: português angolano, português brasileiro e português moçambicano. 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Tese (Livre Docência em Linguística) – FFLCH/USP.

PETTER, Margarida. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, Margarida. (Org.) **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015 p. 193-120.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

POTTIER, Bernard. **Lingüística general**: teoria y descripción. Trad. Maria Victoria Cantalina. Madrid: Gredos, 1977 [1974].

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. **Os contatos linguísticos e o Brasil**: dinâmicas pré-históricas e sociopolíticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

REY-DEBOVE, Josette. Léxico e dicionário. **Alfa** (Araraquara), São Paulo, v. 28, p. 45-69, 1984.

REY-DEBOVE, Josette; BIDERMAN, MT C. Léxico e dicionário. **Alfa** (Araraquara), v. 28, p. 45-69, 1984.

RODRÍGUEZ BARCIA, Suzana. **Introducción a la lexicografía**. Madrid: Síntesis, 2016.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.) **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, p. 63-74, 2008.

SANSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. **Palimpsesto**, v. 17, p. 121-138, 2018.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 28, n. 2, p. 219-237, 2018.

SARDINHA, Tony Berber. Linguística de corpus: histórico e problemática. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo. v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; CHRISTINO, Beatriz; SPINASSÉ, Karen Pupp; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Estudos em sociolinguística de contato no Brasil: diversidade etnolinguística em foco. **Cadernos de Linguística**, v. 1, p. 01-28, 2021 DOI: 10.25189/2675-4916.2021. v2 .n1.id315. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/315>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SECO, Manuel. Problemas formales de la definición lexicográfica. **Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach**, Oviedo. v. 2, p. 217-239, 1978.

SEVERO, Cristine Gorski. **Línguas atuais faladas em Angola**: entrevista com Daniel Perez Sassuco. Florianópolis: NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, 2015.

SILVA NETO, Serafim da. 1963[1951]. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1951.

SILVA, Jacson Baldoino. **Efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal no português da comunidade quilombola Mussuca**. 2023. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Feira de Santana, 2023.

SILVA, Jacson Baldoino; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Os caminhos sócio-históricos da comunidade quilombola Mussuca (Laranjeiras/Sergipe). **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 23, n. 46, p. 531–557, 2024. DOI: 10.12957/palimpsesto.2024.83047. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/83047>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, Jacson Baldoino; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SANTIAGO, Huda da Silva. A literatura e a formação do português brasileiro: uma metaficação historiográfica dos contatos linguísticos. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 19, p. 1-22, 2024, Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/65926>. Acesso em: 27 abr. 2025

SILVA, Josimar Santana. **Léxico de origem africana no português falado em Luanda.** 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2021.

SANTANA SILVA, Josimar; SILVA DE FARIAS ARAÚJO, Silvana. Léxico de línguas autóctones africanas presente no português falado na comunidade de Mussuca, no estado de Sergipe. **Travessias Interativas**, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 26, p. 177–190, 2023. DOI: 10.51951/ti.v12i26. p177-190. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/17389>. Acesso em: 15. maio.2025.

SILVA, Josimar Santana; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Léxico de línguas autóctones africanas presente no português falado na comunidade de Mussuca, no estado de Sergipe. In: **XI Encontro de Sociolinguística** - Salvador, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/xiencontrodesociolinguistica/trabalho/217022>>. Acesso em: 19/07/2023

SOUZA, Jurgen Alves de. O papel do contato entre línguas na constituição sócio-histórica do português brasileiro. **Revista Inventário**, Salvador, v. 1, n. 14, p. 1-19, 2014.

TARALLO, Fernando Luiz; ALKMIM, Tânia Maria. **Falares crioulos: línguas em contato.** São Paulo: Ática, 1987.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegoria crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS Ian; KATO, Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 26-54.

TAVARES, José Lourenço. **Gramática da Língua do Congo (kikongo).** Luanda: Oficinas da Imprensa Nacional de Angola, 1915.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. A representação do sujeito pronominal no português popular angolano//Representation of the pronominal subject in vernacular Angolan Portuguese. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 141-159, 2012.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. **O pronome você no português de Luanda.** A língua portuguesa no mundo. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. Disponível em: https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/03_9.pdf. Acesso em 30 mai. 2025

TEXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Diálogos entre Brasil e Angola:** o português d'aquém e d'além-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.

THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. **Language contact, creolization, and genetic linguistics.** Univ of California Press, 1988.

TIMBANE, Alexandre António. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 54, n. 2, p. 289-306, 2012.

TIMBANE, Alexandre António; SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; AFONSO, Euclides Victorino Silva. A cultura hip-hop e os angolanismos lexico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, Bacabal, v. 4, n. 12, p. 104-128, 2019.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia.** São Paulo: Contexto, 2014.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Variedades do português em cena: 10 anos do projeto 21-ALFAL. Apresentação. **Cuadernos de la ALFAL**, v. Especial, p. 9-13, 2022.

VILELA, Mário. **Definição nos dicionários de português, estrutura de explicação**. Porto: Asa, 1983.

VILELA, Mário. **Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática**. Coimbra: Almedina, 1995.

WELKER, Herbert Andreas. Breve histórico da Metalexicografia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. Matraga. **Revista do Instituto de Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, vol??n. 19, 2006.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

XATARÁ, Claudia Maria. Estrangeirismos sem fronteiras. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 45, p. 149-154, 2001.

XAVIER, Antônio Carlos. Hipertexto e intertextualidade. **Cadernos de estudos linguísticos**, [s.l] v. 44, nº 283-290, 2003.

ZAVAGLIA, Cláudia. Metodologia em ciências da linguagem: lexicografia. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org). **Ciências de linguagem: o fazer científico**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012, p. 231-264.